

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARCUS VINICIUS DA COSTA

**NAÇÃO, CONTRABANDO E ALIANÇAS POLÍTICAS NA
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX:
RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE AS
COMUNIDADES DE SÃO FRANCISCO DE BORJA E SANTO
TOMÉ**

Florianópolis, SC

2013

MARCUS VINICIUS DA COSTA

**NAÇÃO, CONTRABANDO E ALIANÇAS POLÍTICAS NA
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX:
RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE AS
COMUNIDADES DE SÃO FRANCISCO DE BORJA E SANTO
TOMÉ**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Doutor em História.

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro
Machado**

Florianópolis, SC

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

C837n Costa, Marcus Vinicius da

Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX : relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé / Marcus Vinicius da Costa. – Florianópolis, SC : UFSC, 2013.
285f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

1. Fronteira 2. Nação 3. Contrabando 4. Alianças transfronteiriças II. Título.

CDU: 94(816.5)

Responsável pela catalogação:

Bibliotecária – Fernanda Ribeiro Paz CRB 10 / 1720

MARCUS VINICIUS DA COSTA

**NAÇÃO, CONTRABANDO E ALIANÇAS POLÍTICAS NA
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX:
RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE AS
COMUNIDADES DE SÃO FRANCISCO DE BORJA E SANTO
TOMÉ**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutor
em História Cultural, e aprovada em sua forma final pelo Programa Pós-
Graduação em História.

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2013.


Bancas Examinadora

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (Presidente e Orientador) – PPGH/UFSC


Prof. Dr. Paulo Afonso Zarth – UNIJUI


Prof. Dr. Deimar José Valentini – PPH/UFS


Prof. Dra. Beatriz Aracilmo Olinto – PPGH/UNICENTRO


Prof. Dra. Eunice Sueli Nodari – PPGH/UFSC

Prof. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian (suplente da casa) – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues (suplente da fora) – HST/UDESC


Prof. Dra. Eunice Sueli Nodari

Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao fim de uma pesquisa como esta muitas são as pessoas e instituições que devemos agradecer, sendo impossível nomina-las todas. Primeiramente gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado que com seu olhar analítico sempre apontou os problemas e os caminhos desta pesquisa e em seu nome agradecer aos demais professores do Programa de Pós Graduação em História da UFSC. As instituições que financiaram esta pesquisa a CAPES e a FAPESC através da concessão de bolsa de pesquisa. Aos diretores e funcionários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A Sr^a Maria Tereza Zatti e a todos os diretores e funcionários do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Aos funcionários da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico de São Borja. Aos diretores e funcionários do Arquivo Nacional com especial carinho aos funcionários do setor de mapoteca desta instituição. Aos responsáveis pelo Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. Aos funcionários do Arquivo Histórico do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. A senhores Alejandro Jankowski, Adolfo Mecca e a senhora Noel Herrera e em seus nomes a todos os funcionários do departamento de Documentos Escritos e do Arquivo Intermédio do Arquivo Geral da Nação Argentina. Aos diretores e funcionários do Arquivo Histórico da Chancelaria Argentina, Ministério de Relações Exteriores da Argentina. A Casa de Cultura da Cidade de Santo Tomé, Província de Corrientes. A senhora Ana Olívia do Nascimento do Instituto Histórico Geográfico de São Luiz Gonzaga. A Prof^a Nadir Damiani do Centro de Cultura Misioneira ligado a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus Santo Ângelo, que sempre esteve pronta para contribuir com acesso ao acervo bibliográfico desta importante instituição. Aos membros da banca examinadora que apontaram falhas e sugeriram modificações no trabalho muitas das quais foram incorporadas ao texto final.

RESUMO

As relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja, Rio Grande do Sul, Brasil e Santo Tomé, Corrientes, Argentina é o tema principal desta tese de doutorado. Nossos objetivos foram compreender como foi construída a fronteira Brasil-Argentina ao longo do século XIX, como se afirmou o princípio das nacionalidades, quais os principais agentes envolvidos nesta construção, procurando compreender as práticas, os costumes e os valores existentes na região em foco. Pretendemos igualmente perceber a fronteira como um espaço de luta contra escravidão através da fuga de escravos para além fronteira, o isolamento da região fronteira de seus respectivos centros políticos, os caminhos que levavam a esta fronteira. Por fim, pretendemos analisar o contrabando como forma de sobrevivência, de superar o isolamento da região em foco e diminuir o custo de vida das populações locais, pretendemos esclarecer as redes políticas, alianças e conflitos existentes na região fronteira no final do século XIX como estratégia de sobrevivência e de reorganização do social. No momento conturbado de transição do Império para República os grupos políticos em disputa utilizaram a fronteira para se autoprotger e se reorganizar, o grupo liberal-federalista liderado por Dinarte Francisco Dornelles utilizou as redes de sociabilidade que já existiam para se reorganizar no Departamento de Santo Tomé, recrutar homens, conseguir armamentos e manter a luta durante a Revolução Federalista (1893-1895), após a mesma permaneceram na região aguardando a anistia e consolidação da paz.

Palavras-chave: Nação. Fronteira. Contrabando. Alianças Transfronteiriças.

RESUMEN

Las relaciones transfronterizas entre las comunidades de São Francisco de Borja, Rio Grande do Sul, Brasil y Santo Tomé, Corrientes, Argentina, es el tema principal de esta tesis de doctorado. Siendo así, nuestros objetivos fueron comprender como fue construída la frontera Brasil-Argentina a lo largo del siglo XIX, como se afirmó el principio de las nacionalidades, cuales los principales agentes envueltos en esta construcción, buscando comprender las prácticas, las costumbres y los valores existentes en la región en foco. Pretendemos, de maneira igual, percibir la frontera como un espacio de lucha en contra la esclavitud a través de la evasión de esclavos para más allá de la frontera, el aislamiento de la región fronteriza de sus respectivos centros políticos, los caminos que llevaban a esa frontera. Por fin, pretendemos analizar el matute como forma de supervivencia, de superar el alejamiento de la región en cuestión y disminuir el coste de vida de las poblaciones locales, pretendemos aclarar respecto a las redes políticas, alianzas y conflictos existentes en la región fronteriza en el final del siglo XIX como estrategia de supervivencia y de reorganización del social. En el rato azorrido de transición del Imperio para la República, los grupos políticos en contienda utilizaron la frontera para autoprotegerse y reordenarse, el grupo liberal-federalista liderado por Dinarte Francisco Dornelles, utilizó las redes de sociabilidad que ya existían para estructurarse en el Departamento de Santo Tomé, reclutar hombres, obtener armamentos y mantener la lucha, mientras la Revolución Federalista (1893-1895), tras la misma permanecieron en la región aguardando amnistía y consolidación de la paz.

Palabras-clave: Nación. Frontera. Contrabando. Alianzas Transfronterizas.

ABSTRACT

The transborder relationships between the communities of São Francisco de Borja, Rio Grande do Sul, Brazil and Santo Tomé, Corrientes, Argentina is the primordial topic of this PhD thesis. Our objectives were to understand how the Brazil-Argentina border was built throughout the nineteenth century, how the principle of nationalities was consolidated, the main factors involved in this construction, try to comprehend the existing practices, habits, and values within the focused region. We also intend to perceive the border as a space of fighting against slavery by the escape of slaves beyond border, the isolation of the border region from its respective political centers, the paths leading to this border. Finally we want to analyse the racket as a form of survival, a way to overcome the isolation of the focused region, and reduce the cost of living of the local populations. We intend to explain the prevailing political rings, alliances, and conflicts within the border region in the late nineteenth century as a strategy of survival and social reorganization. At the troubled time of the transition from Empire to Republic the political groups in dispute used the border to reorganize and protect themselves, the liberal-federalist group headed by Dinarte Francisco Dornelles utilized the existing social network to reorganize itself at Santo Tomé Department, recruit men, obtain armament, and maintain the fight during the Federalist Revolution (1893-1895), thereafter they remained in the region awaiting amnesty and peacebuilding.

Keywords: Nation. Border. Smuggling. Alliances Transborder.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Reduções do 1 Ciclo do 2 Ciclo e tratados de limites.....	47
Figura 2: Plano do Povo de São Francisco de Borja em 1816	57
Figura 3: Província de Misiones 1817-1820	60
Figura 4: Encontro entre Nicolás Aripi e Amado Bonpland.....	62
Figura 5: Mapa – Croqui com a movimentação das forças durante a invasão paraguaia a Província de Rio Grande de São Pedro	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Trabalhadores Livres e Escravos nas Estâncias de São Borja.....	111
Tabela 2: Trabalhadores Livres e Escravos nas Oficinas de São Borja.....	112
Tabela 3: Principais vapores em trânsito no rio Uruguai 1896	151
Tabela 4: Embarcações saídas do porto de <i>Restauración</i> (1855)...	159

LOCAIS DE PESQUISA

Arquivos:

Arquivo Histórico de São Borja. RS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Arquivo Histórico do Itamarati. Ministério de Relações Exteriores. Rio de Janeiro.

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

Arquivo Geral da Nação Argentina – Buenos Aires.

Arquivo da Chancelaria Argentina – Ministério de Relações Exteriores Argentina.

Instituições Culturais:

Centro de Cultura Missioneira – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Santo Ângelo – RS.

Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga – RS.

Casa da Cultura de Santo Tomé.

Bibliotecas:

Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina

Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul

Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Biblioteca da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santo Ângelo.

Biblioteca da Universidade Regional da Campanha – URCAMP – Campus de São Borja.

Biblioteca Pública Municipal de São Borja

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

AGN	Arquivo Geral da Nação Argentina
AHCSB	Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores de São Borja
AHMRE	Arquivo Histórico do Exército
AMREARC	Arquivo Ministério de Relações Exteriores da Argentina e Culto
AHPAMV	Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AHMSB	Arquivo Histórico Municipal de São Borja
AN	Arquivo Nacional
AR	Argentina
BR	Brasil
GN	Guarda Nacional
MRE	Ministério de Relações Exteriores
PRR	Partido Republicano Rio-grandense
RGS	Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
UCR	União Cívica Radical

LISTA DE APÊNDICES

APENDICE A: Estatística Populacional	268
APENDICE B. Estatística de Casamentos e Óbitos da Província.....	269
APENDICE C: Relação das freguesias, capelas, e curatos. Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.Com declaração de seus párocos, côngruas e guisamentos	270
APENDICE D: População São Francisco de Borja 1814.....	271
APENDICE E: População São Francisco de Borja 1814	271
APENDICE F. População São Francisco de Borja 1857-1858	272
APENDICE G. População São Francisco de Borja 1857-1858	272
APENDICE H: População São Francisco de Borja 1860.....	273
APENDICE I: População São Francisco de Borja 1860.....	273

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A: OS TRINTA POVOS JESUÍTICO-GUARANIS E AS SUAS ESTÂNCIAS.....	274
ANEXO B: LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS CIDADES E POVOS BEM COMO OS LIMITES DAS MISSÕES E DAS ESTÂNCIAS, POR ELE É POSSÍVEL PERCEBER AS ESTÂNCIAS DE SÃO BORJA, SANTO TOMÉ E LA E OUTROS POVOS	275
ANEXO C: O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL EM 1750.....	276
ANEXO D: LINHA DE DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE MADRI 1750	277
ANEXO E: O RIO GRANDE DO SUL EM 1777.....	278
ANEXO F: REDUÇÕES DO PRIMEIRO CICLO, SEGUNDO CICLO E TRATADOS	279
ANEXO G: PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS MISSÕES ORIENTAIS CRIADO POR JOSÉ ARTIGAS BEM COMO A AÇÃO DE ANDRESITO ARTIGAS	280
ANEXO H: A PROVÍNCIA DE MISIONES 1817-1820.....	281
ANEXO I: RECONHECIMENTO DO RIO URUGUAI. 1847. ARQUIVO NACIONAL. AN.....	282
ANEXO J: RECONHECIMENTO RIO URUGUAI. 1847. ARQUIVO NACIONAL. AN.....	283
ANEXO L: MAPA DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO SUL. ARQUIVO NACIONAL. AN	284
ANEXO M: PLANO DE DEFESA DE SÃO BORJA. ARQUIVO NACIONAL. AN.....	285

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A FRONTEIRA ENQUANTO CENTRO.....	29
CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA PELOS SEUS AGENTES.....	45
1.1 A FRONTEIRA ANTES DA “NAÇÃO”	46
1.2 A FRONTEIRA NA FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS ...	54
1.3 A OCUPAÇÃO DA ZONA FRONTEIRIÇA DE SÃO BORJA E SANTO TOMÉ E A AFIRMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL.....	72
CAPÍTULO 2: OS CAMINHOS PARA SÃO FRANCISCO DE BORJA	110
2.1 CAMINHOS DA LIBERDADE: FUGAS DE ESCRAVOS NA FRONTEIRA	110
2.2 O ISOLAMENTO DA FRONTEIRA E OS CAMINHOS PARA ROMPÊ-LO	121
2.2.1 Os Rios também são caminhos.....	141
CAPÍTULO 3: CONTRABANDO NA FRONTEIRA SÃO BORJA E SANTO TOMÉ.....	153
3.1 COMÉRCIO E CONTRABANDO PARA SÃO BORJA E SANTO TOMÉ, OS CAMINHOS DO DESCAMINHO, ROMPENDO O ISOLAMENTO.....	153
CAPÍTULO 4: A TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA EM SÃO BORJA ARTICULAÇÕES POLÍTICAS TRANSFRONTEIRIÇAS.....	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS	223
FONTES DOCUMENTAIS	234
APÊNDICES.....	268
ANEXOS	274

INTRODUÇÃO: A FRONTEIRA ENQUANTO CENTRO

Com esta tese pretendemos compreender como foi construída a fronteira Brasil-Argentina ao longo do século XIX, como se firmou o princípio das nacionalidades, quais os principais agentes envolvidos nessa construção, procurando compreender as práticas, os costumes e os valores existentes na região em foco. Pretendemos, igualmente, entender a fronteira como um espaço de luta contra a escravidão através da fuga de escravos para além-fronteira, o isolamento da região fronteira de seus respectivos centros políticos e os caminhos que levavam a essa fronteira. Por fim, pretendemos analisar o contrabando, como forma de superar o isolamento da região em foco e as redes políticas, alianças e conflitos existentes na região fronteira, no final do século XIX, como estratégia de sobrevivência e de reorganização do social.

Centraremos a discussão nas cidades-gêmeas de São Borja (Rio Grande do Sul-Brasil) e Santo Tomé (Corrientes – Argentina). Cabe observar que a expressão cidades-gêmeas, no caso específico da fronteira brasileira, corresponde a diversos arranjos espaciais. Estas cidades, raramente, apresentam tamanhos urbanos similares e, nem sempre, estão situadas na fronteira seca. Também não precisam, obrigatoriamente, ocuparem posição simétrica em relação à divisa internacional¹, no caso específico em análise, os dois centros urbanos tinham tamanho diversos, o rio Uruguai divide as duas cidades e as mesmas não se encontram em posição simétrica. Ressaltamos que, em nosso entendimento, este trabalho tem sua incursão no campo da história política, onde o político aparece como uma emanção do ponto para onde convergem a cultura e a economia. Afirmamos então, que nossa concepção de política exige que existam determinantes sociais e que façamos um esforço para compreendê-las melhor.

A Região Platina², por suas características de fronteira zona e de fácil transposição, potencializou os movimentos sociopolíticos, dando-lhes uma dimensão internacional. Na região específica de nossa pesquisa

¹ CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Interações Espaciais e Cidades-Gêmeas na Fronteira Brasil-Argentina**: São Borja/Santo Tomé - Itaqui/Alvear. [Dissertação]. Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008, p. 29.

² Entendemos e utilizamos a expressão “Região Platina” significando a área geográfica que corresponde à Bacia Platina, ou seja, os espaços banhados pelo Rio da Prata e seus afluentes. Pode-se também tomar uma referência política como sendo a área compreendida pelos atuais territórios do Paraguai, da Argentina, do Uruguai e pelos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, no Brasil. É fundamental perceber que os rios mais que separar eram vias de comunicação.

existiam redes de relações sociopolíticas que se estendiam pelas províncias litorâneas argentinas e que foram construídas ao longo do século XIX. A zona de fronteira (Brasil-Argentina) possibilitou o asilo político, bem como a ajuda mútua entre as facções de ambos os lados da linha divisória. Tal espaço, “historicamente construído e organizado a partir do século XVIII [...] mais do que separar, possibilitaria no decorrer do século XIX uma peculiar integração”³ entre os segmentos sociais e políticos sul-rio-grandenses, orientais e argentinos, “funcionando como um sistema de vasos comunicantes”⁴. Nesse espaço, foram comuns os confrontos e as revoluções que, por sua vez, habituaram e facilitaram a constituição de uma brigada ligeira pelos caudilhos-coronéis que sempre contavam com razoável contingente de homens a seus serviços nos momentos de paz e de guerra. Os interesses dos habitantes desse espaço nem sempre coincidiam com os dos Estados nacionais em construção e, muitas vezes, opuseram-se a eles⁵.

Nessa região fronteiriça desenvolveu-se, durante todo o século XVIII e XIX, intenso comércio lícito e clandestino⁶. Tal comércio utilizava, como principal via, os rios e, depois, as ferrovias. Também forjou laços de solidariedade na região; nesse sentido, o rio Uruguai foi um importante meio de contato comercial, político e cultural entre os sujeitos que viviam e habitavam suas margens, tornando-se um espaço de integração econômica e sociopolítica. Sendo essa uma região de criadores, comerciantes e contrabandistas, os habitantes desse espaço estavam ligados por “complexas imbricações familiares e de propriedade, pelos mesmos mercados consumidores de seus produtos e, frequentemente, pelo mesmo meio de exportação: o porto de Montevideú”⁷ ou de Buenos Aires.

Como podemos perceber, uma das marcas da fronteira que estudamos é sua construção tendo como limite um grande rio, o Rio

³ PICCOLO, Helga I. L. “O “Nacional” e o “Regional” na Revolução Federalista.” In: **Anais do XIII Reunião da SBPH**, por Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 255-258. Curitiba: SBPH, 1994, p. 255.

⁴ *Ibid.*, p. 257.

⁵ Sugerimos a leitura sobre ocupação do espaço de fronteira e sobre os tratados e acordos de limite entre os Estados Platinos: GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Vol. 2. 2 vols. Porto Alegre: P&PM, 2004. GOLIN, Tau. “Construindo a integração no Espaço colonial e no Estado nacional.” In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti e FÉLIX, Loiva Otero. **Rs: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. Pp. 67-76.

⁶ Sobre contrabando na Fronteira Oeste ver: FLORES, Mariana Flores da Cunha. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História. PPGH-UFRGS, 2007. COLVERO, Ronaldo. **Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004.

⁷ SOUZA, Susana Bleil de. “A fronteira na Revolução de 1893.” In: POSSAMAI, Zita. **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Cadernos Porto & Vírgula, 1993. Pp. 24-33.

Uruguai. Além de um rio, o Uruguai é antes de tudo um complexo de engrenagens que são políticas, econômicas e culturais. Em nossa leitura antes de ser um rio trincheira é, acima de tudo, um traço de união, um rio latino-americano que criou vínculos entre povos e culturas. Mas devido a sua condição política de fronteira entre Brasil e Argentina, escrever uma história que fale desse rio dependerá de qual lugar que se escreverá: da sua margem direita, esquerda ou do meio de suas águas, e, além disso, se estará próximo ou distante do mesmo. Nosso objetivo não é fazer mais uma vez uma história nacionalista dessa região banhada por esse rio e sim uma história que busque perceber as inter-relações construídas pelas populações ribeirinhas.

Outros pesquisadores têm colocado a história de um Uruguai exclusivamente trincheira-fronteira, isso é um mito que está precisando, há muitos anos, de uma revisão apropriada. Primeiro, porque esse rio nem sempre foi uma fronteira político-administrativa, ele foi considerado assim a partir do século XVIII, mais precisamente, a partir de 1750 (provisoriamente) e de 1801 (definitivamente)⁸. Segundo, porque mesmo tendo sido transformado em uma fronteira, isto não significa sua automática, imediata e eterna aceitação pelas populações ribeirinhas, nem significa que tenha desaparecido o rio enquanto via de comunicação e traço de união dessas populações. Nessa luta pela definição do rio os historiadores têm desempenhado o papel de fornecedores de ideias para todas as posições. É importante ressaltarmos, mais uma vez, que existem relações entre vizinhos fronteiriços que merecem ser conhecidas de forma mais aprofundada, pois o rio Uruguai é o produto de uma história profundamente humana e não simplesmente um dado da natureza⁹.

Apesar da existência de redes de relações sociopolíticas nas zonas de fronteira, não existem trabalhos específicos, dentro da historiografia, que procurem compreender como essas foram construídas e qual o seu impacto nas relações internacionais de Brasil e Argentina ao longo do

⁸ Para uma melhor localização no espaço ver mapas em Anexo.

⁹ Ver Mapas em Anexo.

século XIX¹⁰. Especificamente, sobre a região de São Borja e Santo Tomé são ainda mais raros os trabalhos que procuram compreender as relações transfronteiriças no período determinado para nossa pesquisa. Assim sendo, a nossa proposta de pesquisa é, salvo engano, inédita.

A maior parte da historiografia sobre fronteira trata da mesma dentro da lógica do Estado Nacional onde a fronteira era percebida quase que, exclusivamente, como um espaço periférico e de hegemonia desse Estado. Porém, nas últimas décadas esse quadro vem mudando e a fronteira vem sendo destacada, nos EUA e na Região Platina, como um centro, ou seja, um objeto de investigação, um foco de análise e uma problemática teórica. Na Argentina, especialmente a partir de 1970, a noção de região passou a ser definida como espaço construído e continuamente modificado e reestruturado pela ação humana. Buscou-se compreender a singularidade na totalidade e os estudos se voltaram para os mercados, a circulação de bens e pessoas, a divisão social e espacial do trabalho, analisados em suas diversas conjunturas. Como nos esclarece Teruel:

Nesse sentido, também as fronteiras são suscetíveis de serem tratadas como regiões, com a peculiaridade de que neste caso se trata de espaços de contato entre sociedades distintas. Superando a noção de fronteira como um simples limite físico, concebendo-a como construção social, historizando-a no processo de

¹⁰ Entre os trabalhos que procuraram lançar luzes sobre as questões internacionais durante a Revolução Federalista (1893-1895) destaca-se o trabalho pioneiro da Prof^a Dr^a Ana Luiza G. S. Reckziegel, que teve como foco principal a fronteira com o Uruguai e a vinculação entre federalistas e frações do Partido Blanco (ou Nacional) e a reação do governo de Julio de Castilhos a esta articulação, apontou também para necessidade de novos estudos sobre as articulações na fronteira Brasil - Argentina. RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. **A diplomacia marginal**: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. (1893-1904). Passo Fundo: UPF, 1999. Igualmente importante foi o trabalho de John Charles Chasteen, que aprofundou o estudo sobre a vinculação entre os Federalistas rio-grandenses e frações do Partido Blanco (ou Nacional) uruguaio. CHASTEEN, John Charles. **Fronteira rebelde**: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos. Tradução: Rafael Augustos Sêga, Thelma Belmonte e Elvino Funck. Porto Alegre: Movimento, 2003. Em nossa dissertação de mestrado também procuramos compreender melhor a Revolução Federalista e buscar indícios da articulação na fronteira oeste, foi desta pesquisa que surgiu a ideia de elaborarmos uma tese sobre este espaço e este período. COSTA, Marcus Vinicius da. **A Revolução Federalista (1893-1895)**: O contexto platino, as redes os discursos e os projetos políticos liberais-federalistas. Dissertação de Mestrado (História Latino-Americana), Santa Maria: Mestrado em Integração Latino-Americana/Universidade Federal de Santa Maria, 2006. Além desses trabalhos, salvo erro ou desconhecimento, não encontramos nenhum outro trabalho concluído sobre a temática e espaço escolhido para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

apropriação, de um território por uma sociedade dada, as fronteiras estabelecem sua identidade frente a si mesma e as sociedades vizinhas¹¹.

Grimson por sua vez, tem enfatizado que é vital que proliferem novos estudos sobre zonas fronteiriças realizando uma análise “territorial, relacional, sociocultural de espaços fronteiriços específicos”¹², ou seja, considera importante:

[...] ir às fronteiras estatais com uma perspectiva aberta que permitisse detectar e compreender não só a multiplicidade e mistura de identidade, mas também suas distinções e conflitos. Não só os contatos e trocas transfronteiriços, mas também as lógicas locais de disputas interfronteiriças. Ir às fronteiras para mostrar a contingência e historicidade do limite não implicava enfatizar exclusivamente sua porosidade e seus cruzamentos, mas também as lutas de poder, os estigmas persistentes e as novas formas de nacionalismo¹³.

Normalmente, se pensa a construção da fronteira de cima para baixo, dentro de uma visão centralista, assim, estudos nas zonas de fronteira podem contribuir para recuperar o papel de agentes sociais que os habitantes desses espaços tiveram e têm. Permite, também, pensar a dialética de acima e abaixo, centro x periferia, micro x macro percebendo que essas regiões têm um impacto crítico na formação dos estados nacionais. As comunidades fronteiriças podem ser agentes de

¹¹ “En este sentido, también las fronteras son susceptibles de ser tratadas como regiones, con la peculiaridad de que en este caso se trata de espacios de contacto entre sociedades distintas. Superando la noción de frontera como un simple límite físico concibiéndolas como construcción social. Historiándolas en el proceso de apropiación de un territorio por una sociedad dada, las fronteras establecen su identidad frente a sí mismas u a las sociedades vecinas”. TERUEL, Ana A. *Misiones, economía y sociedad*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005. p. 13.

¹² GRIMSON, Alejandro. **“Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur”**. 2004. Disponível em: <<http://www.gobalcult.org.ve.pub>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

¹³ “se trato de ir a las fronteras estatales con una perspectiva abierta que permitiera detectar y comprender no solo la multiplicidad y mixtura de identidades, sino también sus distinciones y conflictos. No solo las combinatoria transfronterizas, si también las lógicas locales de disputas intrafronterizas. Ir a las fronteras para mostrar la contingencia e historicidad del límite no implicaba enfatizar exclusivamente su porosidad y sus cruces, sino también las luchas de poder, los estigmas persistentes y las nuevas formas de nacionalismo.” GRIMSON, Alejandro. **“Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur.”** 2004. Disponível em: <<http://www.gobalcult.org.ve.pub>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

mudanças sociopolíticas significativas que ultrapassam sua localidade e inclusive seu estado. Nessa perspectiva está presente a “ideia de que se pode revelar muito, olhando com atenção para um lugar onde aparentemente nada acontece, sugere, se não um procedimento, ao menos, a qualidade de uma observação ou de uma perspectiva frente aos objetos da análise”¹⁴.

Para muitos estudiosos as pesquisas sobre a fronteira dos EUA-México têm sido um paradigma importante, mas desse paradigma surge um problema, devido a ele ocorreu uma ênfase na metáfora do cruzador de fronteira e consequente negligência de outras metáforas possíveis como a do reforçador da fronteira. Assim, é fundamental ter uma postura menos extrema, nem radicalizar a rigidez da fronteira, nem acentuar em excesso sua porosidade, mas sim, buscar compreender a fronteira através da combinação da metáfora do cruzador e do reforçador, construindo uma análise fecunda e crítica acerca da interculturalidade das zonas fronteiriças.

Os estudos têm demonstrado que cada espaço fronteiriço tem suas próprias características de formação e delimitação em um processo constante de negociação, conflito e renegociação, que envolvem o Estado Nacional e as populações locais. Em suma, não se pode compreender a ação estatal sem se estudar os vínculos complexos que os Estados constroem com os atores sociais nas fronteiras. O fato das populações fronteiriças receberem influências internacionais em sua cultura gera configurações políticas específicas, o que faz com que a sua relação com o centro do poder do Estado Nacional seja conflituosa. Por conseguinte:

As fronteiras políticas constituem um terreno sumamente produtivo para pensar as relações de poder no plano sociocultural, já que os interesses, ações e identificações dos atores locais encontram diversas articulações e conflitos com os planos da penetração do estado nacional¹⁵.

¹⁴ LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 13.

¹⁵ Las fronteras políticas constituyen un terreno sumamente productivo para pensar las relaciones de poder en el plano sociocultural, ya que los intereses, acciones e identificaciones de los actores locales encuentran diversas articulaciones y conflictos con los planes la penetración del estado nacional. GRIMSON, Alejandro. **“Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur”**. 2004. Disponível em: <<http://www.gobalcult.org.ve.pub>>. Acesso em: 12 jun. 2010. p. 93.

As fronteiras são os limites onde, eventualmente, podem se construir identidades transnacionais, alianças, articulações, assim como conflitos com outros grupos nacionais.

Nesse sentido, o artigo de Peter Sahlins, *Boundaries*¹⁶, é uma referência importante. Esse autor analisou a construção da fronteira entre a França e a Espanha nos Pirineus a partir do século XVII. Em sua opinião, os habitantes dessa região nacionalizaram seus conflitos locais buscando garantir uma intervenção do Estado nacional em seu favor, ou seja, esse autor tem o mérito de ter resgatado o papel de agentes das populações dessa zona. Para ele a fronteira, longe de ser uma imposição estatal, surgiu a partir de disputas fronteiriças locais.

Nos casos dos estudos na Argentina destacam-se um amplo conjunto de pesquisadores que estão trabalhando ou trabalharam com a questão das fronteiras. Hernán Vidal¹⁷ focaliza a mobilização na cidade de Rio Turbio, divisa Argentina-Chile, buscando analisar as alianças e a identidade de seus habitantes com o Estado Nacional. Diego Escolar¹⁸ analisando uma zona de fronteira, numa perspectiva de longa duração, mostrou que a Cordilheira dos Andes não representa um limite natural para os habitantes da fronteira Argentina-Chile e como a dinâmica de ausência e presença do Estado, nessa zona, colaborou no surgimento de identificações centradas nos pertencimentos indígenas. Sílvia Rhirsch analisou as identidades indígenas na fronteira Argentina-Bolívia que fluíam entre uma identificação como argentinos, salteños ou guaranis, conforme o contexto. Hernán Gordillo analisou o Rio Pilcomayo (divisa Argentina-Paraguai), demonstrando que para os indígenas o Rio faz parte de sua cosmologia e para o Estado ele é um obstáculo a ser vencido na construção da integração regional.

Por fim, Grimson, que já citamos anteriormente, tem se destacado por pensar, criticamente, questões em torno das fronteiras nacionais, processos identitários e projetos de integração regional. Esse autor faz, em suas obras, ponderações que são importantes àqueles que pretendem trabalhar com as zonas fronteiriças. Para ele o estudo das fronteiras

¹⁶ Sahlins, Peter: *Boundaries: The Making of France and Spain in the Pyrenees*. Berkeley: University of California Press, 1989. Apud GRIMSON, Alejandro. **“Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur”**. 2004. Disponível em: <<http://www.gobalcult.org.ve.pub>>. Acesso em: 12 jun. 2010. p. 92.

¹⁷ VIDAL, Hernán 2000 “La frontera después del ajuste”. Apud GRIMSON, Alejandro. **“Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur”**. 2004. Disponível em: <<http://www.gobalcult.org.ve.pub>>. Acesso em: 12 jun. 2010. p. 98.

¹⁸ Escolar, Diego: “identidades emergentes em la frontera argentino-chilena”. Apud GRIMSON, Alejandro. **“Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur”**. 2004. Disponível em: <<http://www.gobalcult.org.ve.pub>>. Acesso em: 12 jun. 2010. p. 98.

pressupõe escapar das versões estáticas homogêneas de cultura unitária. Para uma melhor compreensão das fronteiras políticas entre os Estados Latino-Americanos é fundamental considerar os diversos aportes realizados por múltiplos estudos fronteiriços e inscrevê-los em uma história social diferente.

Esses estudos têm demonstrado que é necessário distinguir com clareza dois tipos de fronteira que se confundem atualmente, a fronteira cultural e a fronteira identitária, obviamente, uma está relacionada com a outra, mas não se confundem, uma é uma fronteira de significado e a outra, uma fronteira de sentimentos de pertença. Afirma o autor citado, que as “culturas são mais híbridas que as identificações”.¹⁹ As fronteiras políticas constituem um terreno sumamente produtivo para pensar as relações de poder no plano sociocultural, já que os interesses, as ações e as identificações dos atores locais encontram diversas articulações e conflitos com os diversos planos e a penetração dos Estados Nacionais. Adverte o autor citado que é importante não banalizar a *hermandad* ou a hibridização generalizada e não subestimar o papel dos Estados e de suas políticas. O conflito deve ser a dimensão central do contato entre as culturas, afim de que, se possam visualizar as assimetrias entre setores, grupos e estados e as dinâmicas de exclusão. Ou seja, em uma parte significativa dos estudos sobre fronteira:

Prevalece a imagem de que as populações limítrofes têm levado na prática há muito tempo uma ‘integración’ por de baixo e que, além das hipóteses de conflito dos estados, os povos fronteiriços tem dado mostras de sua ‘hermandad’²⁰.

Para investigar as fronteiras buscando compreender seu significado para as pessoas do lugar é importante a supressão dos pressupostos etnocêntricos e nacionalistas. É fundamental para nossa pesquisa, analisar os conflitos sociais e simbólicos entre grupos

¹⁹ “las culturas son más híbridas que las identificaciones”. GRIMSON, Alejandro. “**Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur**”. 2004. Disponível em: <<http://www.gobalcult.org.ve.pub>>. Acesso em 12 jun. 2010. p. 3.

²⁰ “prevalece la imagen de que las poblaciones limítrofes han llevado a la práctica desde hace mucho tiempo una ‘integración’ por abajo y que, más Allá de las hipótesis de conflicto de los estados, los pueblos fronterizos han dado muestras de su ‘hermandad’” GRIMSON, Alejandro. “**Fronteras, naciones y región.**” **Agenda pós-neoliberal. Fazendo possível um outro mundo.** Disponível em: <<http://www.ibase.ber>>. Acesso em 25 mai. 2005. p. 4.

fronteiriços e cidades vizinhas. É importante perceber que no caso da América Latina a fronteira é muito mais uma produtora da diferença do que um produto dessa.

A instauração da fronteira é uma transformação do marco de significações e ações de suas populações. Em sua pesquisa sobre a fronteira Brasil-Argentina (Uruguiana-*Paso de Los Libres*) Grimson²¹ contestou algumas crenças sobre a fronteira. A primeira foi que as populações locais mantiveram uma mesma cultura apesar de um século de nacionalização. Afirma que as políticas estatais modificaram a maneira de pensar, sentir e identificar-se e que, hoje, o nacional encontra-se no centro da vida de amplos setores de ambas as comunidades. A segunda crença foi a de que, nas zonas de fronteira, as pessoas se casam indistintamente com seus conacionais e com os estrangeiros vizinhos. Os estudos de Grimson demonstraram que a quantidade de casamentos mistos diminuiu no século XX e que mesmo antes não era tão comum como alguns pensam. Outra afirmação é que nas zonas fronteiriças existe uma mesma cultura e um conjunto de práticas e rituais, o que também é uma meia verdade. Em Uruguiana, a religião Afro está publicamente presente mas em *Paso de los Libres* ela é relegada e menosprezada. Enquanto no Rio Grande do Sul o gaúcho é o gentílico que identifica os seus habitantes, em Corrientes, ele é discriminado e associado aos setores mais pobres e menos educados.

É fundamental compreendermos que no início do século XIX a própria ideia de nação e de pátria era muito diferente da que temos hoje. No entanto, mesmo no final do século XX, é inegável que existem práticas e ações de integração nas zonas fronteiriças, em especial, nos momentos de crise social e política, e que esta identificação nacional não é tão intensa e o sentimento de pertença pode perder espaço para outras identificações em momentos de crise. Concordamos com Grimson que a quantidade de casamentos pode até não ser tão significativa, porém o fato é que eles aconteciam e, logo, são importantes, além disso, não podemos esquecer que muitos indivíduos, no século XIX, especialmente na área da campanha platina²², não casavam oficialmente, não existindo registros dessas uniões. Mais uma vez, é necessário perceber que a afirmação de uma cultura comum é especialmente mobilizada quando as zonas de fronteira estão em

²¹ GRIMSON, Alejandro. **La Nación en sus límites**: Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

²² Estamos utilizando a expressão campanha, no sentido de área rural, campo, entorno das vilas e municípios.

conflito com seus centros.

No século XIX, a preocupação central do Estado era a preservação do território. Atualmente é o controle de seus fluxos, pessoas e mercadorias e a busca por promover o comércio de grande escala e coibir o de pequena escala. Em virtude disso, os controles do Estado sobre o contrabando fronteiriço, em especial o chamado contrabando formiga, aumentou significativamente. Apesar do sentido comum que os Estados atribuem à fronteira como divisão cultural, existem numerosos circuitos de intercâmbio, códigos e histórias compartilhadas, dando conta do caráter sócio-histórico do limite. É inerente aos grupos humanos buscar a aproximação com outros grupos, construir conexões e relações. As pessoas mudam de lugar, migram e imigram, se estabelecem em novas zonas, reorganizam suas vidas e seus significados culturais, dado isto nunca se deve associar símbolos, valores e práticas de um modo simplista a um determinado território.

As zonas de fronteira se revelaram locais de cruzamento e de diálogo, mas também, espaços de conflito e de desigualdades, ou seja, o vínculo não significa a ausência de conflito. As fronteiras devem ser consideradas como lugares estratégicos onde se configuram novas relações entre as pessoas, os grupos, as sociedades e as culturas. Segundo a historiadora uruguaia Frega:

Um olhar a partir da História Regional tem deixado em evidência as falências e debilidades interpretativas de um enfoque que considera ao estado nacional como o objeto exclusivo da análise histórica, assim como os interesses que sustentaram esses relatos, muito próximos a afirmação de Ernest Renan, para quem “*el olvido*” e o “erro histórico” eram “um fator essencial da criação de uma nação”²³.

Por conseguinte, centro e periferia passaram a ser categorias de tensão permanente e constitutiva e que se redefinem em situações

²³ “Una mirada desde la Historia regional ha dejado en evidencia las falencias y debilidades interpretativas de un enfoque que considera AL estado nacional como el objeto exclusivo Del análisis histórico, así como los intereses que sustentaron esos relatos, muy cercanos a la afirmación de Ernest Renan, para quien el olvido y el error Histórico eran un factor esencial de la creación de una nación”. FREGA, Ana. “Introdução.” In: FREGA, Ana (coord). **História Regional e Independencia del Uruguai**. Montevideo: Banda Oriental, 2009. Pp. 13-17. p. 15.

relacionais e temporais específicas. Teremos como ponto focal da pesquisa os municípios de São Borja, no estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil, e Santo Tomé, na província de Corrientes, Argentina. Em virtude desta delimitação é importante tecermos algumas considerações a respeito da micro-história.

A micro-história é, para nós, uma referência importante, na medida em que a mesma busca “reformular certas exigências e procedimentos”²⁴, por meio da mudança da escala e do olhar, construir uma outra leitura do social. A micro-história, entre outras coisas, sustenta que através da investigação de um “destino específico - o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra é possível reconstruir a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços de uma história total vista de baixo”, ou seja, propõe estudar o social “como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação” com uma atenção especial à “construção de papéis sociais e à sua interação”²⁵.

Essas reflexões foram frutos de um longo processo:

Desde as últimas décadas do século XX, os questionamentos à validade das grandes sínteses começaram a chamar a atenção para o perigo de se excluir o sujeito da história ou de se perder a historicidade de suas ações. As análises estruturais baseadas em grandes cortes cronológicos e na quantificação não incorporariam a ação do sujeito como ator histórico importante na definição do rumo dos fenômenos e dos processos históricos. E mais ainda – e em decorrência disso –, não conseguiriam compreender as estratégias individuais que podiam tornar mais compreensível aquela realidade mais estrutural. Também não permitiriam apreender as ações daqueles atores históricos que eram motivados por outras lógicas que não as da sociedade contemporânea. Outra ordem de problemas levantados por esses questionamentos dizia respeito à organização compartimentada da

²⁴ REVEL, Jacques. **Prefácio:** A história ao rés-do-chão. Tradução: Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 8.

²⁵ REVEL, 2000, p. 17.

disciplina histórica, o que acabou por criar fronteiras rígidas entre as histórias social, econômica, política e cultural²⁶.

O historiador deveria ter especial atenção para o indício, para a pista, para o rastro, e por meio disso, mostrar uma história ao rés-do-chão, a “modulação local da grande história”²⁷. As mudanças na escala produzem efeitos de conhecimento e podem ser colocadas a serviço de novas “estratégias de conhecimentos”, que modificam a forma e a trama do objeto, visando entender o comportamento e a experiência social, a constituição das identidades de grupo. Para tanto, os historiadores devem cruzar vários dados, buscando integrar e articular entre si o maior número possível de propriedades da realidade histórica. Em síntese, propõe, “uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos”, procedendo assim, uma reconstituição do vivido. Com isso, pretende enriquecer a análise social “tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis”²⁸.

De acordo com Revel:

A terra, a produção agrícola, as rendas, as alianças, as solidariedades locais (e, para alguns, supralocais), o além são, portanto, e ao mesmo tempo, objeto de estratégias complexas que não obedecem a uma racionalidade abstrata (por exemplo: maximizar os ganhos, ou ainda: aumentar sistematicamente o capital em terras), mas à busca da melhor adaptação em um mundo de alto risco e cujas principais coordenadas estão sempre em movimento²⁹.

Emanada de um debate sobre os problemas da história social, a micro-história abriu um diálogo profundo com as perspectivas e propostas dos *Annales*, da história social britânica, da antropologia

²⁶ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, e Carla Maria Carvalho de Almeida. “Apresentação.” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Pp. 7-10. p. 7.

²⁷ Ibid., p. 25.

²⁸ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social.” In: REVEL Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Pp. 15-38. p. 20-23.

²⁹ REVEL, Jacques. **Prefácio: A história ao rés-do-chão**. tradução: Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 27.

social e com as tradições socialistas e marxistas italianas. Rapidamente, ultrapassou as fronteiras da Itália gerando discussões, críticas e inovadores trabalhos em outros espaços. Mais do que um sintoma da insatisfação com os paradigmas e ‘modelos’ das ciências sociais ela tornou-se “um índice do interesse da reflexão histórica contemporânea pela mudança social e a capacidade dos indivíduos e grupos agirem ativa e autonomamente sobre ela”³⁰. O historiador além de ler o real por meio de inúmeros dados procurando compreender suas regularidades, deve, também, enriquecê-lo com o maior número de variáveis. Além disso, a partir das linguagens utilizadas pelos atores procurar compreender o processo de construção das identidades sociais, plurais e plásticas na rede cerrada de relações que são de solidariedade, concorrência, aliança, etc...³¹. Além da terra, da população, das profissões, as disputas familiares e de parentela, as estratégias de sobrevivência nos momentos de instabilidade, a luta constante contra a incerteza, os vários contextos em que os indivíduos estão inseridos ou se inserem, a luta pelo poder, devem ser objetos de análise. Enfim, compreender melhor como “se originam comportamentos, escolhas, solidariedades”³².

De acordo com Levi:

[...] a micro-história não é, necessariamente, a história dos excluídos, dos pequenos, dos distantes. Pretende ser a reconstrução de momentos, de situações, de pessoas que, investigadas com o olho analítico, em âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referências dos fatos à complexidades dos contextos nos quais os homens se movem³³.

Assim, entre os pressupostos da micro-história figuram: a redução da escala buscando uma nova compreensão da relação entre o micro e o macro; a tentativa de compreender melhor o papel dos sujeitos enquanto agentes de sua história; a constante busca da totalidade; um interesse renovado pela análise das diferenças, dos conflitos e das escolhas; as

³⁰ LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 17.

³¹ REVEL, 1998, p. 25.

³² LEVI, Giovanni. “Prefácio.” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (orgs). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 9.

³³ LEVI, 2009, p. 14

formas como as identidades coletivas se constituem e se deformam; a pluralidade dos destinos e a pluralidade dos contextos; a busca por transcender as generalizações abstratas por meio de uma análise que mostre a complexidade das ações dos grupos e indivíduos.

Para Grendi o exame entre grupos e nos grupos “exige uma forte concretude sócio-parcial”³⁴, na busca de compreender melhor o universo relacional em que os agente sociais estão envolvidos, a utilização de documentos paroquiais, cartoriais, atos de jurisdição civil e criminal, cadastros, registros contábeis e censitários são fundamentais. Por meio da análise dessa série de documentos é possível, “reconstruir histórias de famílias e, às vezes, por alguma feliz coincidência de fontes, histórias individuais suficientemente ricas – típicas ou excepcionais –, sendo ainda possível por em relevo relações interindividuais contínuas, isto é estruturadas”³⁵. A história rural europeia tem demonstrado a importância das associações territoriais de vizinhos, nem sempre parentes, e que são solidários na execução de determinados objetivos. O interesse pela clientela bem como pelo parentesco ritual, ocorre devido a essas instituições permitirem realizar o mapeamento das relações interpessoais. Além disso, a análise do conflito político é capaz de revelar a estrutura social subjacente e as relações interpessoais.

A micro-história impulsionou o surgimento de novas e renovadas histórias de família, os estudos prosopográficos, a história de vida e a convicção de que mesmo um único episódio pode mostrar muito sobre a estrutura de uma sociedade. A microanálise propõe o estudo das relações interpessoais dentro de uma determinada comunidade, ou determinado contexto social, que deve permitir a reconstrução em termos dinâmicos da estrutura social, bem como da estrutura política que, segundo Grendi:

[...] vinculada a um nexos complexo constituído por sentimentos de identidade coletiva, símbolos de prestígio, funções desempenhadas, grupos formais e informais de gestão da *universitas* e da comunidade, alianças parentais e familiares, a partir do elemento primário da instalação da

³⁴ GRENDI, Edoardo. “Microanálise e história social.” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (orgs). **Exercícios de micro-história**. Tradução: Enrique Espada Lima. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Pp. 19-38. p. 21.

³⁵ *Ibid.*, p. 23-24.

habitação³⁶.

É fundamental “conseguir uma conexão adequada entre as experiências, as percepções, as atitudes e as ações, de um lado, e as estruturas e processo, de outro”³⁷.

O compadrio é importante nas relações sociais, uma vez que ele faz parte de um capital relacional que determinado indivíduo constrói em sua trajetória. Outro conceito importante é o de rede social, uma vez que, os afiliados de um determinado padrinho não formam exatamente um grupo social, já que dificilmente há uma homogeneidade entre eles. Na verdade, formam uma rede com conectividades mais ou menos forte e que pode e é acionada em determinadas situações, muitas vezes, em situações limites³⁸. Buscamos no decorrer deste trabalho mapear as redes formadas por algumas lideranças políticas no final do século XIX, para podermos compreender melhor seu impacto nas relações do período conturbado do final do Império no Brasil e início da República.

No primeiro capítulo procuramos narrar o processo de formação da fronteira oeste do Rio Grande do Sul tendo como foco principal as cidades-gêmeas de São Borja e Santo Tomé bem como os agentes envolvidos nesse processo. Também foi objetivo desse capítulo compreender como o princípio das nacionalidades foi sendo construído e firmado na região. No segundo capítulo procuramos analisar a fronteira como espaço de liberdade através da fuga de escravos para a Província de Corrientes, bem como o isolamento das cidades-gêmeas de seus respectivos centros políticos e os caminhos terrestres e fluviais para chegar as mesmas. No terceiro capítulo abordamos o contrabando para São Borja e Santo Tomé e entre as duas cidades entendendo o mesmo como uma forma de romper o isolamento, diminuir o custo de vida das populações fronteiriças e como parte da cultura da região. No quarto e último capítulo buscamos analisar as relações políticas existentes e construídas nas cidades-gêmeas e na zona de fronteira Brasil-Argentina

³⁶ GRENDI, Edoardo. “Paradoxos da história contemporânea.” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (orgs). **Exercícios de micro-história**. Tradução: Henrique Espada Lima. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Pp. 39-49. p. 45.

³⁷ KOCKA apud OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. “Indivíduos, famílias e comunidade: trajetórias percorridas no tempo e no espaço em Minas Gerais - Séculos XVII e XIX.” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (orgs). **Exercícios de micro-história**. Tradução: Henrique Espada Lima. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Pp. 209-138. p. 210.

³⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. “Redes de Compadrio em Vila Rica: um estudo de caso.” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (orgs). **Exercícios de micro-história**. Tradução: Henrique Espada Lima. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

no final do século XIX.

Em primeiro lugar existe uma série de relatos de viajantes e autoridades sobre a região em foco, bem como os relatos sobre a Revolução Federalista que foram utilizados como fonte desta pesquisa. Em relação aos arquivos, mereceram especial atenção os das cidades fronteiriças, especialmente o Arquivo Histórico do Município de São Borja, o Arquivo da Câmara de Vereadores de São Borja e o Arquivo da Casa de Cultura de Santo Tomé, onde encontramos atas, relatórios e correspondências das autoridades municipais. Também, foram realizadas pesquisas em centros culturais dos municípios vizinhos. No âmbito estadual, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul mereceu especial atenção. Foram analisados os Relatórios dos Governantes e as correspondências recebidas e enviadas pelos mesmos, correspondências da Câmara Municipal de São Francisco de Borja, do Comando Superior da Guarda Nacional de São Francisco de Borja, das autoridades policiais e alfandegárias. Junto ao Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Velinho foram analisados os jornais de época, especialmente o Jornal A Federação. Esses documentos nos propiciaram as informações necessárias para compreender as realidades sociopolíticas na região em foco.

A pesquisa, além do estado do Rio Grande do Sul, foi complementada com pesquisas no Rio de Janeiro. No acervo do Arquivo Nacional foram analisados os documentos do Fundo das Relações Internacionais, Fundo do Ministério da Fazenda e Fundo Correspondência dos Presidentes de Província. Também, correspondências do Fundo Prudente de Moraes, Fundo Floriano Peixoto e mapas do século XIX. O Escritório de Representação do Ministério de Relações Exteriores (MRE) no Rio de Janeiro tem sob sua guarda um rico acervo bibliográfico e arquivístico, depositado no Palácio Itamaraty. Foram pesquisados Telegramas, Ofícios, Despachos recebidos e enviados pela diplomacia brasileira e argentina e as Notas. Realizamos, também, pesquisa junto ao Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. A análise da documentação contida nesses arquivos nos possibilitou compreender as relações transfronteiriças. No Arquivo Geral da Nação, localizado em Buenos Aires, procuramos investigar a documentação existente, referente às relações na fronteira Brasil – Argentina e sobre a Província de Corrientes. Foi por fim realizada uma pesquisa junto à Chancelaria Argentina, Ministério de Relações Exteriores.

CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA PELOS SEUS AGENTES

Deixemos essa fantasia de lado de uma vez por todas e coloquemos o princípio mestre: não há fronteira quando dois dinastas, estabelecidos em terrenos que exploram, levantam, dividindo as despesas, algumas cercas pintadas com suas armas ao longo de um campo ou traçam uma linha ideal de separação no meio de um rio. Há fronteira quando, ultrapassada essa linha, encontramos-nos diante de um mundo diferente, de um complexo de ideias, sentimentos, entusiasmos que surpreendem e desconcertam o estrangeiro³⁹.

É necessário, primeiramente, narrar a história das populações fronteiriças no período de formação dessa fronteira. Nosso objetivo com esse procedimento é procurar compreender melhor os processos socioculturais pelos quais a fronteira foi estabelecida, seus avanços e recuos, sua fixação, as políticas estatais, os conflitos com e entre as populações locais e a superação dos mesmos. Narrar a constituição dessa fronteira é assumir, que no passado ela foi móvel, instável e provisória. É voltarmos ao processo de ocupação desse espaço buscando analisar a forma como as pessoas compreendiam esse território, o utilizavam, e a maneira como os Estados estabeleceram e exerceram sua soberania sobre ele. Na medida em que a fronteira se expande e se contrai, se torna mais rígida, ou mais flexível, os grupos sociais fronteiriços também se transformam e mudam sua relação com o território.

Para uma melhor compreensão desse processo faremos uso do conceito de fronterização, segundo Grimson:

Designa os processos históricos através dos quais os diversos elementos da fronteira são construídos por poderes centrais e pelas populações locais. Este conceito pretende enfatizar que, desde o ponto de vista sociocultural, a fronteira nunca é um dado fixo, sim um objeto

³⁹ FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 212.

inacabado e instável. Um objeto constantemente disputado de formas diversas. Um objeto que como produto histórico da ação humana pode ser - e é - reestruturado e ressignificado⁴⁰.

Para esse autor há quatro elementos importantes que constituem a fronteira: o próprio limite que ela representa; a população assentada em ambos os lados desta divisa; os fluxos socioculturais que a atravessam; e o sentido que adquire. Os atores sociais que habitam esse espaço se envolvem e intervêm em disputas que englobam qualquer desses elementos ou mesmo todos esses. Não existem somente as disputas territoriais, existem também disputas comerciais, políticas, e lutas pela sobrevivência, que estão diretamente relacionadas à história da fronteira e a modificam de diferentes formas.

O processo de constituição da fronteira divide-se em diversas conjunturas históricas e envolve aspectos locais, regionais, nacionais e internacionais e está, também, relacionado à construção do próprio Estado Nacional. É importante buscar compreender nessas diferentes conjunturas as articulações e conflitos entre os diversos atores sociais, milicianos, regimentos militares, agentes dos Estados, comerciantes e contrabandistas. As pressões da população local podem fazer com que as políticas públicas sejam modificadas nas áreas fronteiriças, guerras, revoltas e revoluções podem, em determinadas situações, colocar em conflito os diversos agentes (locais, regionais, nacionais e internacionais).

1.1 A FRONTEIRA ANTES DA “NAÇÃO”

As duas cidades em foco fizeram parte do projeto Jusuítico-guarani que estabeleceu na Região Platina inúmeras reduções. É dentro desse contexto maior que está inserida a história da fundação das Reduções Santo Tomé e de São Francisco de Borja. A Redução de Santo Tomé teve início em 1632, na região do Tape, primeiramente foi fundada nas proximidades do Rio Ibicuí, pelos padres Luís Ernot e Manuel Berthot. Em virtude dos constantes ataques dos bandeirantes foi decidido o traslado para à margem ocidental do Uruguai em 1639,

⁴⁰ Designa los procesos históricos a través de los cuales los diversos elementos de la frontera son contruidos por poderes centrales y por las poblaciones locales. Este concepto pretende enfatizar que, desde el punto de vista sociocultural, la frontera nunca es un dato fijo, sino un objeto inacabado e inestable. Un objeto constantemente disputado de formas diversas. Un objeto que como producto histórico de la acción humana puede ser – y es – reestructurado y resiniificado. GRIMSON, Alejandro. **La Nación en sus límites**: Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003. p. 43.

América. A perda dos territórios de Olivença por Portugal e de parte da Guiana criou o pretexto para conquista dos Sete Povos da margem esquerda do rio Uruguai⁴². O Comandante da Fronteira de Rio Pardo, Coronel Patrício José Correa Câmara, incentivou a tomada. Manoel dos Santos Pedroso, estancieiro da região da Santa Maria da Boca do Monte, com um grupo de 40 homens tomou a guarda espanhola de São Martinho⁴³. José Borges do Canto juntou-se ao mesmo poucos dias depois.

José Borges do Canto havia ajudado a povoar as terras de seu pai com cavalos e gado alçado que capturava na campanha. Mais tarde, aos 16 anos, serviu no 8º Regimento de Dragões e, aos 18 anos, desertou pela primeira vez. Dedicou-se ao contrabando, nos campos portugueses e espanhóis, de gado e seus subprodutos, couro, língua e graxa, o fumo, a erva-mate e a aguardente foram os produtos mais comercializados. José Borges do Canto se apresentou novamente ao Regimento de Dragões em 1797, mas alguns meses depois, desertou pela segunda vez. Em 1801 encontrava-se em Rio Pardo devido à morte de sua mãe. Neste evento, o Tenente Coronel Patrício Correa da Câmara propôs a troca de seu serviço na campanha de conquista dos Sete Povos pela sua anistia. Recebeu armamento e munições e iniciou a campanha com a patente de capitão, mas sem soldo.

Alguns de seus companheiros de correrias na campanha o acompanharam nessa nova aventura⁴⁴.

Partindo de São Martinho, tomaram o posto espanhol de São Pedro e Santo Inácio. O próximo objetivo foi tomar a guarda da Estância

⁴² Para maiores informações ver o trabalho detalhado e mais recente de Fernando da Silva Camargo onde o autor analisa de forma pormenorizada as implicações nas fronteiras da América da guerra na Europa. CAMARGO, Fernando da Silva. **O Málon de 1801: A Guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional**. Tese de Doutorado - Área de Concentração História Ibero Americana, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica - Pós-Graduação em História, 2000.

⁴³ O atual município de São Martinho da Serra está situado na região central do RGS, limite entre Planalto Meridional e Depressão Central, esta região com o Tratado de El Pardo (1861) e com o de Santo Idelfonso (1777), tornou-se definitivamente o limite entre a ocupação portuguesa e espanhola até 1801. Após o Tratado de El Pardo os guaranis se estabeleceram em uma alta colina, a Guarda de São Martinho, a fim de controlar e evitar o fluxo de pessoas e bens entre domínios de Portugal e Espanha. MACEDO, João Heitor Silva. "São Martinho: da Guarda ao Povoado." In: QUEVEDO, Júlio (Org). **Historiadores do novo século**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. pp. 23-40.

⁴⁴ Entre os companheiros que se juntaram a Borges do Canto constam na historiografia sobre o acontecimento: João Cabo Frias, José Gomes Centurião, João Joaquim Barbosa, Antonio Lopes Pacheco, José Joaquim Domingues, Raimundo Santiago, José da Silva Ávila, Francisco Fernandes, Joaquim Ferreira Machado, Januário Barbosa Manuel Gomes Leite Siqueira, Francisco Gomes de Matos e José Agostinho dos Santos. A estes se incorporaram também o tenente Antonio de Almeida Lara e seus homens, o furriel Gabriel Ribeiro de Almeida e Antonio dos Santos e seus homens. JUNG, Roberto Rossi. **A Odisseia de José Borges do Canto**. Porto Alegre: Martinho Livreiro, 2003. PINHEIRO, José Filiciano Fernandes Visconde de São Leopoldo. **Anais da Província de São Pedro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. pp. 139-144. RODRIGUES, Cláudio Oraindi. **São Borja e Sua História**. São Borja, 1982. pp. 44-45. PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954. p. 278-324.

de São João Mirim. O furriel Gabriel Ribeiro de Almeida, que falava guarani, convenceu muitos nativos a aderirem aos portugueses e abandonarem os espanhóis, o que muitos fizeram em troca da promessa de menos exploração de seu trabalho e de um regime mais tênue sobre a administração portuguesa. A partir desse momento foi relativamente simples tomar as demais posições até São Francisco de Borja. A conquista foi obra de um grupo de agentes fronteiriços, bastante heterogêneos, de desertores, contrabandistas, tropeiros e militares, sendo que os últimos eram os que estavam em menor número e que, realmente, tinham um vínculo e um compromisso maior com os interesses do Estado português.⁴⁵ Para o bem ou para o mal, a partir desse instante, a fronteira entre o Império Português e o Império Espanhol foi deslocada da região de São Martinho da Serra para o rio Uruguai e apesar de todas as contestações ali permaneceu.

Segundo Camargo:

A tomada do Povo de São Borja encerrou o capítulo da tomada das Missões pelas armas portuguesas. Excetuando-se momentos nos quais os espanhóis intentaram forçar os passos do rio Uruguai, tendo sido repelidos em todas as tentativas. Uma partida portuguesa ousou ainda, dia 19 de novembro de 1801, cruzar o rio, atacando e saqueando o povoado de São Lucas da Conceição⁴⁶.

Tudo isso representou um duro golpe aos remanescentes do projeto jesuítico. Os *pueblos* ribeirinhos, da margem direita do Uruguai tiveram sua atividade econômica e comercial prejudicada, uma vez que, até então ainda existia um significativo comércio de trocas entre os diversos *pueblos*. São Borja e Santoomé tinham economias complementares e uma trocava com a outra os produtos que lhe faltava. A Conquista acelerou a desagregação da estrutura construída pelos jesuítas em decadência desde sua expulsão e marcou a implantação de uma nova estrutura administrativa, de propriedade e de relação de trabalho. A partir desse momento, Santoomé e São Borja ficaram sob a soberania de estados distintos. O rio Uruguai, que até então era a via de comércio por excelência e que cruzava dentro do território das

⁴⁵ JUNG, 2003; PINHEIRO, 1982; RODRIGUES, 1982; PORTO, 1954.

⁴⁶ CAMARGO, 2001, p. 132.

reduções, lentamente, foi se tornando, também, uma fronteira entre estados distintos.

Na efetivação da conquista, um primeiro passo foi construir uma justificativa que tivesse sustentação no Direito Natural e das Gentes. Foi sustentado que a conquista das Missões Orientais foi conduzida devido ao pedido feito por alguns caciques que desejavam escapar ao jugo espanhol. Obviamente, tal história tornava o ato de conquista e usurpação de um território reconhecido internacionalmente como espanhol, em uma guerra justa em defesa do direito natural do mais fraco, uma vez que, os conquistadores nada mais teriam feito do que proteger a população indígena da tirania da Coroa Espanhola.

Um segundo passo na efetivação da conquista foi o reconhecimento das autoridades do Rio Grande de São Pedro, efetivado pelo estabelecimento da administração militar na província das missões. Os primeiros administradores militares foram o Sargento Mor de Dragões José de Castro Morais e o Capitão José Anchieta de Mendonça⁴⁷. A nova comandância militar não reconhecia nenhuma autoridade aos conquistadores e o novo comandante quase chegou à luta de fato com José Borges do Canto devido a desavenças sobre o como administrar o espaço conquistado. O novo comandante foi acusado pelos conquistadores, em suas memórias, e pelos próprios chefes de ter se “aproveitado da oportunidade a fim de se locupletar com os bens dos Povos”⁴⁸. Para sua estância junto à Cachoeira teria o sargento-mor levado grande quantidade de gado.

O novo administrador enviado, Joaquim Félix da Fonseca, que havia participado da Demarcação de 1750, ao chegar aos Povos constatou que os mesmos “estavam exauridos, as suas estâncias desbaratadas e despovoadas de gados, falta que se ‘entrou desde logo a experimentar, sendo difícil de remediar’”⁴⁹. Sucederam muitos outros administradores militares. Esse regime administrativo permaneceu em vigor durante, praticamente, todas as três primeiras décadas do século XIX.

⁴⁷ “Em data de 21 de agosto de 1801, o Coronel Patrício, comandante do Regimento de Dragões e da fronteira do Rio Pardo, recebendo notícias da conquista dos Povos determinou a esse Sargento-mor que seguisse para São Miguel, a fim de regularizar a capitulação do ex-governador espanhol, arrecadar armas e munições dos diversos grupos irregulares que ali se controlava, para tornar efetiva assim a defesa dos terrenos conquistados” (PORTO, 1954, p. 327).

⁴⁸ PORTO, 1954, p. 328

⁴⁹ Ibid., p. 329.

O quartel general também foi instalado em diferentes locais, inicialmente foi São Miguel, mais tarde, respectivamente, São Nicolau e São Luiz Gonzaga e, em 1810, São Borja⁵⁰. Administrativamente a chamada província de missões esteve subordinada no período de 1801 à capitania de São Pedro e de 1809 a 1834 ao município de Rio Pardo⁵¹. Após a conquista, Santo Tomé também ficou em uma situação difícil, pois perdeu importantes parceiros comerciais com a queda dos Sete Povos em mão dos portugueses. Em 1807 Don Gonzalo de Doglas, comunicava ao Vice-Rei Del Pino que a antiga redução estava em franca decadência⁵².

E por fim, o terceiro passo na efetivação da conquista foi a distribuição de terras na região. Entre as estratégias utilizadas para a ocupação do espaço fronteiriço no Rio Grande de São Pedro esteve sempre presente a distribuição de sesmarias⁵³ aos conquistadores, oficiais e autoridades. Logo, José Borges do Canto e seus treze companheiros receberam terras entre os Rios Icamauã e Piratini no

⁵⁰ Incorporada respectivamente a Capitania de São Pedro e a partir de 1809 a Rio Pardo, as Missões tiveram no período de 1801 a 1828 diversos comandantes. Sucendo-se: Sargento-Mor de Dragões José de Castro Morais (1801); Sargento-Mor Joaquim Félix da Fonseca Manso (1801); Sargento-mor José de Saldanha (1801), que instalou o quartel em São Luiz Gonzaga e autorizou vacarias nas fronteiras indecisas, Borges do Canto foi um dos responsáveis por realizar vacarias nas margens do rio Arapehy; Capitão João de Deus Mena Barreto (1805-1807) que montou seu quartel em São Nicolau; Tenente-coronel Tomas da Costa Correia Rabelo e Silva (1808), que instalou seu quartel novamente em São Luiz Gonzaga; Tenente-coronel Joaquim Félix da Fonseca Manso (1808); Coronel Francisco das Chagas Santos, que instalou seu quartel em São Borja (1809-1820); Coronel Antonio da Silva Paulet (1822); Marechal José de Abreu (1822); Tenente Coronel de milícias Joaquim Ferreira Braga (1822); Coronel José Pedro Cesar (1822-1823); Coronel João José Palmeiro (1823-1826); Tenente-coronel Cláudio José de Abreu (1827-1828); Coronel Francisco Antonio Olindo de Carvalho (1828); Coronel José Maria da Gama Lobo Coelho D'Êça (1828), foi o último comandante das Missões. Todos estes dados bem como maiores informações podem ser encontrados no livro de Aurélio Porto. *Ibid*.

⁵¹ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 33.

⁵² ARGILAGA, Pablo. **Santo Tomé: mi pueblo**. Santo Tomé, 2003. p. 19.

⁵³ Segundo o livro 4 das Ordenações do Reino, deveriam ser terras incultas ou já doadas mas não ocupadas ou abandonadas. No Brasil estas concessões eram oficializadas através das Cartas de Doações. A partir de 1808 as doações passaram a ser feitas também pelas Capitânicas Gerais, seriam confirmadas depois pela Mesa do Desembargo do Paço do Rio de Janeiro. A medição deveria ser feita por Juizes de Medição e seus subordinados. Segundo o Bando de 1810 a confirmação da posse se daria por confirmação real, medição e demarcação da propriedade e sua utilização econômica, ainda teria prioridade para posse os primeiros povoadores, a não observância destes preceitos poderiam tornar a terra devoluta. Obviamente a burocracia e o custo para confirmação eram elevados, o que favorecia os grandes proprietários em detrimento dos pequenos proprietários e dos camponeses. Também cabe mencionar que na prática raramente se observou estas ordens.

chamado Rincão do Camaquã⁵⁴, mais tarde 3º distrito de São Borja. No total receberam catorze sesmarias de três léguas cada uma, aproximadamente sessenta e seis quilômetros de comprimento por vinte e quatro de largura. Essas terras margeavam o rio Uruguai desde o arroio do Quebraixo até o Rio Piratini⁵⁵.

Além de propriedade, alguns dos participantes na conquista receberam patentes militares ou foram promovidos. José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso tiveram reconhecidas a patente de Capitão. O furriel Gabriel Ribeiro de Almeida foi promovido a tenente e o soldado Francisco Gomes de Mattos a furriel. Além desses, mais pessoas, em sua maioria oriunda de Rio Pardo, receberam sesmarias na região de São Borja nos anos subsequentes à conquista⁵⁶.

A maior parte dos conquistadores não permaneceu nos Sete Povos, voltando a uma vida errante, apesar disso, deixaram parentes, descendentes, outros foram incorporados às três companhias de cavalaria miliciana que permaneceram na região. José Borges do Canto, que teve inúmeros filhos com uma índia das missões, não era homem de permanecer muito tempo no mesmo lugar e após a conquista passou a dedicar-se à atividade que mais lhe agradava: a captura de gado alçado e seu alvo foram às terras existentes na margem esquerda do Ibicuí até o Quarai⁵⁷.

É importante que compreendamos que há muitas décadas, para não dizer séculos, os indígenas reduzidos em São Borja e outros povos

⁵⁴ É importante esclarecermos que em alguns documentos de época e em livros mais antigos o rio Icamauã aparece como Camaquã ou Camaquã, muitas vezes também quando se referiam a lugares próximos ao rio Icamauã, recebiam denominação de Rincão Camaquã ou Camaquã, ou Distrito de Camaquã, porém é importante não confundir com o rio Camaquã que existe na metade sul do estado do Rio Grande do Sul.

⁵⁵ SANTOS, Pedro Amerques. **São Luiz**: sua história e sua gente 1687-1987. Porto Alegre: Palotti, 1987. p. 68.

⁵⁶ Entre os primeiros proprietários na região Silveira identificou: José Borges do Canto e de seus 13 companheiros (João Cabo Frias, José Gomes Centurião, José Joaquim Barbosa, Antônio Lopes Pacheco, José Joaquim Domingues, Raimundo Santiago, José da Silva Ávila, Francisco Fernandes, Joaquim Ferreira Machado, Januário Barbosa, Manuel Gomes Leite Siqueira, Francisco Gomes Ferreira Machado, Januário Barbosa, Manuel Gomes Leite Siqueira, Francisco Gomes de Matos e José Agostinho dos Santos), além destes, Floriano Machado Fagundes, José Marques dos Santos, Francisco Marques Pereira, José Pereira da Silva e uma filha, Serafim Inácio dos Santos, Constantino da Silva Brum, viúva Flaubiana Antunes Monteiro, Vasco dos Santos Robalo, Joaquim Luiz Viegas, Marcelino Lopes Falcão e filho, Domingos José da Silveira, Antonio Luiz dos Santos Assis e Marcos Cristiano Fioravante, a maior parte das terras tinham extensões variadas sendo que as maiores reuniam até 3 sesmarias. SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: ERUS, 1979. p. 243-244.

⁵⁷ Em uma destas incursões teria sido morto por um desafeto espanhol (PORTO, 1954, p. 291).

missioneiros capturavam gado solto nesses espaços. Primeiramente, suas vacarias iam até o Rio Negro, mais tarde, até o Arapey e, finalmente, entre o Quarain e Ibicuí, territórios que consideravam seus por direito, ou seja os mesmos possuíam uma outra noção de território. Provavelmente milicianos como José Borges do Canto entenderam que também tinham direito de se apossar dessa riqueza, uma vez que, os povos a partir da conquista estavam sobre seu domínio. Além disso, havia grande interesse do governo português de utilizar essas estratégias para expandir seu domínio.

Os guaranis continuaram habitando o entorno da antiga redução de São Borja. Muitos voltaram a viver nas matas e campos, outros transpuseram o rio Uruguai e outros se empregaram nas estâncias que iam surgindo⁵⁸. Muitos haviam aprendido algum ofício durante o período reducional e continuaram executando suas atividades após o fim das reduções. Guaranis que haviam participado junto com os milicianos da conquista dos Sete Povos formaram regimentos de soldados que permaneceram em serviço. No total formaram 8 Companhias distribuídas pelos Sete Povos, a 1ª e a 2ª em São Borja, lideradas, respectivamente, na primeira companhia, pelo Capitão Vicente Tirparé, Tenente Ismael Baré, Alferes Pasqual Chucuí; na segunda companhia, Capitão João da Cruz, tenente António Prepi e Alferes Felipe Santiago⁵⁹.

⁵⁸ Em um relato de D. Diogo de Souza, da década de 1810, citado por Flores, a situação dos Sete Povos é descrita da seguinte maneira: “É dividida toda a Província em 7 povos dos quais a Capital é S. Borja, residência do governador, os quais foram criados pelos Jesuítas; faziam parte da célebre catequização destes Padres, conhecida na História por Império Guaranítico. Eis aqui a relação da População existente em 1801 ao tempo da Conquista, tal como o traz o Padre Cazal: S. Miguel 1.900; S. João 1.600, S. Lourenço, 960, Santo Ângelo 1.960, S. Luiz 2.350. Total 14.010 habitantes. Atualmente (1810) existem em S. Miguel 600, S. João 300, S. Lourenço 250, Santo Ângelo 350, S. Luiz 200, S. Nicolau 250, S. Francisco de Borja 400. Total 2.350”.

Infelizmente Flores não têm a data exata do documento, uma vez que, o mesmo foi retirado de uma revista do Instituto Histórico e Geográfico do RGS de 1925, que pelo que ele diz também não informa, a única informação que permite alguma aproximação é a de que D. Diogo de Souza governou o Rio Grande de São Pedro no período de 1809 a 1814 (FLORES, 1996, p. 80).

⁵⁹ Em 1821 estes regimentos eram compostos por cerca de 500 guaranis e seu soldo era o mesmo dos milicianos em serviço e estava constantemente em atraso. SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução: Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. p. 278.

1.2 A FRONTEIRA NA FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

A compreensão da ocupação, constituição e formação da fronteira é indissociável da apreensão do processo e problemas decorrentes da independência e formação do Brasil e Argentina. Os eventos ocorridos nesse longo período histórico tiveram forte impacto na formação social da fronteira. O mesmo foi marcado pelas guerras de independência na Região Platina, pela independência do Brasil, e pelo processo de construção e afirmação dos estados nacionais nesse espaço. Inicia com a Revolução em Buenos Aires em 1810 e tem seu ponto culminante na Guerra contra o Paraguai (1865-1875).

No caso específico da Argentina, a construção do Estado-nacional passou por várias etapas: uma etapa de autonomia dos *pueblos*⁶⁰ e Estado-província, paralelamente com as tentativas centralizadoras de Buenos Aires (1810-1831); uma etapa de autonomia dos Estados-províncias e de frágeis alianças e pactos confederais (1831-1853); uma etapa de constitucionalização e tentativa de construir uma confederação mais estável (1853-1861); uma etapa de constitucionalização, criação e centralização do Estado-federal (1861-1893). No caso do Brasil houve uma precoce constitucionalização (1823), porém, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, o que desagradou amplos setores gerando inúmeras revoltas de cunho autonomista, confederacionista e federalista como, por exemplo, a Revolução Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul.

A crise da soberania espanhola, com a invasão napoleônica à Espanha (1806), abriu espaço para que os povos hispano-americanos reassumissem sua soberania. Segundo o professor Chiaramonte⁶¹, a Revolução deu lugar a que surgissem, no interior do Vice-Reinado do Prata, províncias soberanas (cidades principais e seus espaços urbanos e rurais) que, passaram a reclamar igualdade de direitos frente à antiga capital (Buenos Aires). Na região do Antigo Vice-Reinado do Prata, o Estado provincial foi o protagonista do processo de independência, pois antes de se configurar o Estado-nação, se organizaram as províncias-

⁶⁰ “‘*Pueblo*’ significava vila, cidade e sua região rural de domínio que poderá constituir-se em província-região, e adquirir o caráter soberano. Assim, a soberania dos ‘*pueblos*’ vai buscar na antiga tradição a explicação de que o poder soberano emanava de um poder divino, que recaía no ‘*pueblo*’ e era transferido para o príncipe mediante um pacto...” PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho**: fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 52.

⁶¹ CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, estados**: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846). Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

regiões, que reivindicaram sua independência e soberania.⁶² Primeiramente, surgiu a cidade soberana, que foi sucedida pelo Estado provincial. Tudo isso acontecendo paralelamente às fracassadas tentativas de organização de um Estado nacional rio-platense. Isso aconteceu somente mais tarde, a partir de 1830 e, principalmente, da década de 1850⁶³. Como nos adverte Grimson, na maior parte do século XIX é difícil se falar em fronteira nacional, pois ainda não estava bem definida a ideia de nação, ainda não existia uma nação Argentina e, no Brasil, o poder regional era muitas vezes mais presente e forte que o nacional⁶⁴.

Uma importante fonte para compreendermos a situação em São Borja no período de efervescência das ideias republicanas, autonomistas e federalistas na Região Platina e que antecede a independência do Brasil é o relato do viajante e naturalista Auguste de Saint-Hilaire⁶⁵, devido à riqueza de informações que podemos destacar dessa memória. Chegando a sede do povoado, relata que duas coisas chamaram sua atenção: primeiramente, “o estado de decadência e abandono a que está reduzida e, de outra parte, o aspecto militar sob o qual ela se apresenta, veem-se aí apenas soldados e fuzis; a cada passo encontramos sentinelas e, diante da casa do comandante, outrora residência dos jesuítas estão alinhados vários canhões”⁶⁶ e que “depois que os portugueses se assenhorearam da província das missões, ela se empobrece mais a cada ano, e sua população diminuiu de maneira espantosa”⁶⁷. As casas que existiam não passavam de “pobres choupanas, esparsas, aqui e acolá, junto às quais não se vê plantação alguma”⁶⁸, o estado geral do lugar era de abandono e a água que tomavam os habitantes provinha “dos lodaçais, de gosto insípida e adocicada”⁶⁹ existentes no entorno.

Quanto à distribuição espacial, comenta que o comandante da guarnição habita o melhor prédio, que era destinado, no tempo dos

⁶² CHIARAMONTE, Jose Carlos. “Legalidade Constitucional o Caudillismo: el Problema del Orden Social en el Surgimiento de los Estados Autonomos del Litoral Argentino en la Primera Mitad del Siglo XIX.” *Desarrollo Economico*. nº 102 de Vol XXVI de 1986. Disponível em: <<http://www.educ.ar>>. Acesso em 15 dez. 2005.

⁶³ Como tem sustentado Chiaramonte a noção de nacionalidade como um fundamento de um Estado nacional é de tardia aparição na região platina, ocorrendo na primeira metade do século XIX, em especial a partir da década de 1830 (CHIARAMONTE, 2007).

⁶⁴ GRIMSON, 2003.

⁶⁵ Auguste de Saint-Hilaire nasceu em Orléans, na França, em 1779. Viajou por várias partes do Brasil deixando um denso relato de suas experiências. Faleceu em 1853.

⁶⁶ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 270.

⁶⁷ Ibid, p. 272.

⁶⁸ Ibid., p. 270.

⁶⁹ Ibid., p. 274.

jesuítas, a visitantes ilustres. As casas do entorno da praça principal “não são mais ocupadas pelos índios, mas por brancos que delas pagam o aluguel, sendo algumas usadas como lojas”, no curralão, antigo pátio dos artífices ainda trabalhavam alguns poucos indígenas. Em cada canto da praça existia uma capela, sendo que três delas haviam sido transformadas em lojas e uma em hospital, nas construções paralelas a praça foi sediado o quartel do regimento dos guaranis⁷⁰.

Sobre a população do povoado e as moradias dos indígenas diz que o:

[...] reduzido número de índios que, de fato, ainda pertencem a São Borja, mora atualmente em miseráveis cabanas, esparsas nas proximidades da aldeia. Outras choupanas, habitadas pelas mulheres dos militares, apresentam igualmente a pior indigência. A maior parte dessas péssimas moradias são construídas de palha. Uma rede, alguns jiraus, uma cafeteira de cobre, alguns potes compõem todo o mobiliário e, em apenas duas ou três, se haviam plantado alguns pés de milho⁷¹.

As mulheres guaranis continuavam desempenhando atividades produtivas importantes, especialmente a fabricação de roupas de algodão, porém, não podiam mais se dedicar à agricultura, uma vez que, não possuíam mais ferramentas para tal. Na aldeia vizinha de São Luiz Gonzaga ainda existiam alguns artesãos, também se produziam arroz, feijão, milho, batata e várias espécies de legumes, hortaliças e frutas⁷². Além dos indígenas, os negros também estavam presentes desde o início do processo de ocupação desse espaço e, gradativamente, vão substituindo os indígenas nos trabalhos na região⁷³.

⁷⁰ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 275-276.

⁷¹ Ibid., p. 276.

⁷² Ibid., p. 303.

⁷³ Os dados apresentados por Avé-Lallemant, sobre o censo realizado na região em 1814, registram a existência de 20 negros livres e 92 escravos, 1424 índios e 289 brancos. AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Universidade de São Paulo, 1980. p. 284.

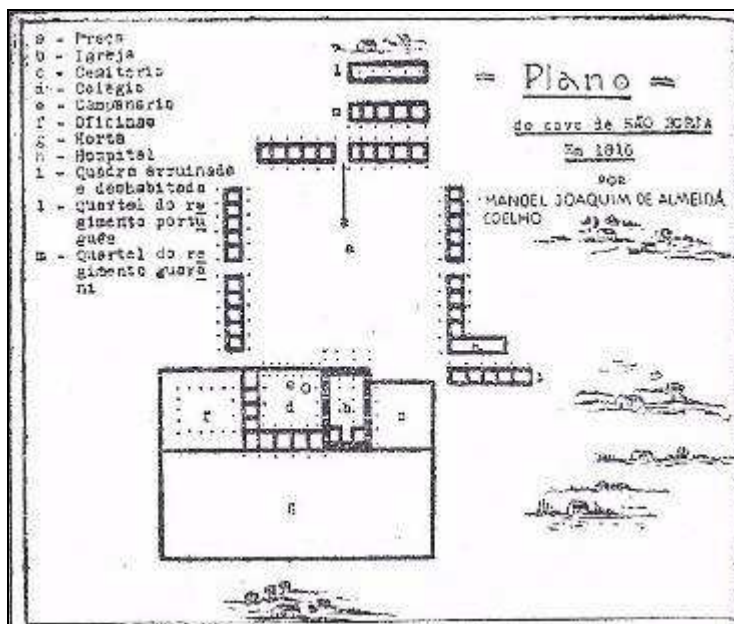


Figura 2: Plano do Povo de São Francisco de Borja em 1816.

Fonte: FREITAS, 1953, p. 48.

Quanto à produção agropastoril, argumenta que esta era a principal atividade produtiva dos habitantes da região das Missões, dado que, as terras “compreendidas entre o Ibicuí, o Uruguai, o (I)Camaquã são própria a criação de gado”, já as “que se estendem entre o (I)Camaquã e os limites da província, do lado da Serra, [...] se revelam excelentes para agricultura”⁷⁴. Apesar disso, pouquíssimos foram os habitantes que se dedicavam à agricultura, o que elevava o custo de vida. As mercadorias que vinham de fora eram extremamente caras, as mais baratas custavam mais de 100% do que em Porto Alegre, e as outras chegavam com acréscimo de 200 a 300%. O alqueire de farinha era comprado por 40\$000⁷⁵. Nos espaços mais afastados de São Borja a situação era ainda mais difícil, por exemplo, em São Nicolau não se encontrava nem sal nem farinha⁷⁶.

Entre as Comandâncias Militares que administraram as missões, até a invasão de Don Fructuoso Rivera (1828), um caso mereceu a

⁷⁴ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 288.

⁷⁵ Ibid., p. 279-281.

⁷⁶ Ibid., p. 295.

atenção do nosso viajante. Trata-se do Coronel Francisco Chagas Santos que administrou a região no período de 1809 e 1820. Chagas instalou seu Quartel em São Borja e incentivou à vinda de novos habitantes. A partir de 1810 ocorreu a maior migração de famílias de Rio Pardo, Viamão, Triunfo, Porto Alegre, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha. Entre essas famílias havia vários comerciantes⁷⁷. Em seu governo a província das missões ficou compreendida pelos territórios à direita do Ibicuí até sua foz no Uruguai e por este até o Alto Uruguai e campos de cima da serra. Nesse período correram importantes conflitos na região fronteira entre as forças de Chagas e as forças de Andresito Artigas, ou melhor, Andrés Guacurari⁷⁸.

As ações tomadas por Chagas demonstraram o aumento da importância de São Borja no novo contexto. Em primeiro lugar, o Povo de São Borja era o mais próximo do rio Uruguai, bem como, era a principal via de comércio e de contrabando. A mudança da sede administrativa facilitava não só o controle do trânsito no rio Uruguai, mas também, as comunicações com outros espaços. Em segundo lugar, a tensão política no Prata crescia desde o início da luta em prol da independência e a instabilidade tornou-se uma constante. Era estratégico, estar posicionado no local mais próximo ao limite e, na medida do possível, controlar o trânsito e o fluxo no rio Uruguai. Em terceiro lugar, Chagas, provavelmente, já estava atento às riquezas que existiam na outra margem, nas reduções, chácaras e estâncias remanescentes do projeto jesuítico.

A região onde se localizava Santo Tomé viveu uma relativa autonomia no período de 1782⁷⁹ a 1830. Ao longo desse período, as missões localizadas ao norte de Santo Tomé, perderam, gradativamente, território para o Paraguai; já as localizadas ao sul perderam espaço devido ao avanço de terras e gado pelos *criollos* correntinos. Nesse contexto, Santo Tomé foi um importante foco de organização e articulação do projeto artiguista e de defesa das riquezas que ainda

⁷⁷ FREITAS, Osório Tuyuty. **A Invasão de São Borja**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1953. p. 63.

⁷⁸ Era filho adotivo de José Artigas e foi seu “representante” junto a esta fronteira.

⁷⁹ A partir da “Real Ordem” de 29 de julho de 1782 e a “Cédula explicativa de 7 de Agosto de 1785” o Vice-Reinado do Prata, “foi dividido em Intendências” e para as zonas fronteiriças foram organizadas em quatro governos político-militares, com jurisdições em Montevideú, Misiones, Moxos e Chiquito. Padoin, 2001, p. 20. Misiones gozava então de uma situação jurídico-administrativa diferencial o que terá influência na sua conformação como um espaço com relativa autonomia no início do século XIX. A Real Cédula de 1803 confirmou uma jurisdição política e militar independente para Misiones. CENTENO, Marco Tulio. **Santo Tomé. Origen de sua iglesia**. Santo Tomé, 1979. p. 38.

restavam das antigas reduções.

No ano de 1811, José Artigas havia sido nomeado Tenente Governador, Justiça Maior e Capitão do Departamento de *Japeyú*, mas escolheu como residência a Redução de Santoomé, apesar de sempre estar em outros lugares, em acampamentos volantes. Seu filho adotivo, Andresito, também instalou seu governo em 1815 em Santoomé, isso demonstra a importância que esta região tinha para Artigas. Além de defender a autodeterminação dos guaranis, o que era algo totalmente coerente com o que propunha, uma vez que, ainda existiam importantes *pueblos* nas antigas *misiones* e, conseqüentemente, esses tinham o direito de assumir o papel soberano que possuíam. José Artigas sustentava que somente os guaranis tinham o direito de explorar e comercializar a erva-mate, o que desagradava proprietários e comerciantes de ambos os lados do rio Uruguai⁸⁰.

Chagas estava atento a esta situação e aos movimentos das forças artiguistas e ordenou que Gabriel Ribeiro de Almeida realizasse uma primeira incursão na margem direita do Uruguai (1811). O botim foi de três mil cabeças de gado e grande quantidade de cavalos, além da destruição de Santoomé. Em 1816, Andresito planejou e executou uma invasão à região de São Borja. Recebeu a adesão do Capitão Vicente Tirapará, que com toda sua companhia desertou e passou a apoiá-lo. A sede portuguesa nas missões foi socorrida pelas forças do Coronel José de Abreu, vindas de Alegrete. Tais forças contaram com apoio de soldados do Regimento de Dragões, oriundos de Santa Catarina, sob comando do Capitão José Maria da Gama Lobo Coelho⁸¹. Após a prisão de Andresito, seguiram-se inúmeros outros governadores de *Misiones* de origem indígena⁸².

A segunda incursão punitiva à margem direita do rio Uruguai, organizada por Chagas, ocorreu em 1817, quando foram recolhidos 6.111 animais de cavalaria, além de gado, ouro e prata. Todo o esforço de reerguimento da região de *Misiones*, conduzido por Artigas e Andresito, foi destruído pela ação de Chagas. Além de Santoomé, que foi arrasada, os saques e destruições alcançaram, também, a Santa María, Concepción, San Javier, São José, Apóstoles, Mártires e San

⁸⁰ CANTERO, Daniel; MACHÓN, Jorge. **Misiones, provincia federal**. Posadas: EDUMAM, 2008. p. 40-41.

⁸¹ Ver mapas em Anexo.

⁸² Pantaleón Sotelo, indígena guarani de Santoomé, substituiu Andresito no Governo de *Misiones* (1819), Francisco Javier Sití (1820), exilou-se com 1300 indígenas sob seu comando no território dos 7 Povos, Nicolás Aripí foi o último governador guarani de *misiones* foi enviado preso ao Paraguai em 1821.

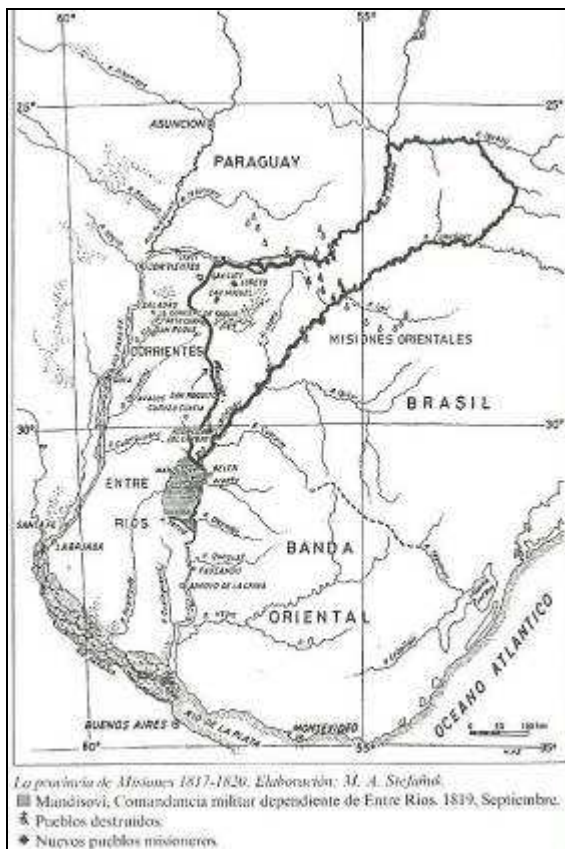


Figura 3: Província de Misiones 1817-1820.

Fonte: CANTERIO e MACHÓN, 2008, p. 36.

Um dos raros relatos sobre a região de *misiones* da década de 1820 é de Amado Bonpland. Ele visitou Corrientes e *Misiones* de maio a agosto de 1821 e esteve no acampamento de Nicolás Aripí, o último comandante guarani de *Misiones* na Redução de San Ignacio. Nesta, se reuniam indígenas, correntinos, paraguaios, espanhóis e negros. No diário de Bompland é possível perceber o conflito existente com os guaranis e outras etnias, bem como, a disputa pelo controle sobre os

⁸³ AMABLE, 1996. Ver mapas nos Anexos.

ervais nativos. O viajante francês relata diversas incursões a territórios indígenas realizadas pelas forças correntinas. Tais incursões tinham o declarado objetivo de executar os homens e capturar mulheres e crianças⁸⁴. Sobre a situação da Redução de Candelária, destruída pelos paraguaios, escreve que, “se pode dizer que não resta uma só habitação habitável, tudo tem sido queimado pelos paraguaios. Tudo é escombro”⁸⁵, relata o mesmo das demais reduções que visitou. Com o Governador Aripí estabeleceu negociações para melhorar os ervais da região tornando-se seu secretário.

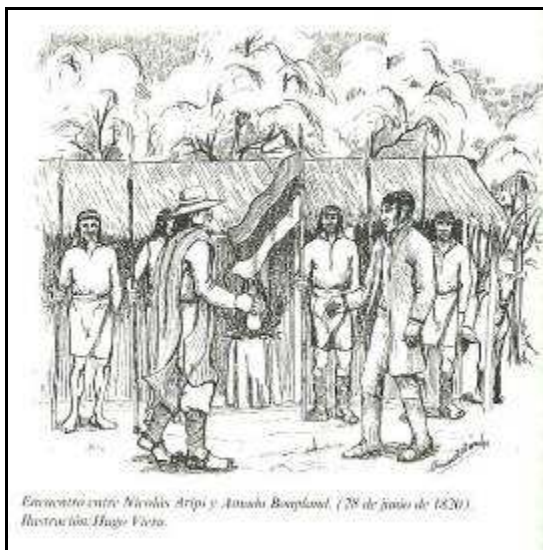


Figura 4: Encontro entre Nicolás Aripí e Amado Bonpland.

Fonte: CANTERO e MACHÓN, 2008, p. 104.

Em 1821, a região norte de *Misiones* foi ocupada pelos paraguaios e o Governador Aripí, bem como, Bompland foram presos e enviados ao Paraguai. A Região centro e sul de *Misiones* ficou respectivamente sobre influência de Santa Fé, novamente de Entre-Rios. Em 1830, *Misiones* perdeu qualquer vestígio de sua autonomia. A partir do momento em que caiu sobre domínio de Corrientes, estabeleceram-se

⁸⁴ MACHÓN, Jorge Francisco. “El Viaje de Amado Bonpland a Misiones em 1821.” In: MACHÓN, Jorge Francisco. **El Viaje de Amado Bonpland a Misiones em 1821 y otros trabajos**. Posadas: Creativa, 2004. Pp. 7-38. p. 13-14.

⁸⁵ Ibid., p. 18.

novos povoados, bem como, novas tentativas de controle de comércio no Rio Uruguai. Esse novo controle se dava por ação das autoridades provinciais.

Como nos coloca Shiaconi:

O surgimento dos Estados-nacionais em formação objetivou uma confusa configuração do espaço regional, produto de cambiante realidade instalada a partir da expulsão dos jesuítas e agora acentuada pela vinculação direta a crescente polarização econômica, sustentada nos diferentes projetos políticos locais. Estas diversificações dos setores socioeconômicos vão conformando uma nova rede de relações sociais, cimentadas pelas políticas estatais que intervêm na posse do espaço⁸⁶.

Como podemos perceber, apesar das mudanças e de uma maior presença dos *criollos* no espaço missioneiro até 1830, ocorreu uma persistência das instituições reducionais e uma resistência ativa dos guaranis do lado direito do rio Uruguai. As antigas instituições reducionais, como o *cabildo* indígena, foram mantidas e reestruturadas em diversas ocasiões. Além disso, os guaranis tiveram uma postura proativa, buscando líderes, que como André Guacurá, intercedessem em seu favor e em defesa do território que consideravam seu. Com a destruição das Reduções da margem do Paraná e Uruguai, os indígenas sobreviventes se deslocaram para o sul de *Misiones*, onde tentaram se reorganizar⁸⁷.

O caso do Marechal Chagas é exemplar, pois demonstra o quanto o militarismo estava presente na vida social da fronteira, comprovando o grau de autonomia de poder que detinham esses administradores no início do século XIX. Ainda, permite perceber a forma como os novos donos do poder iam se apossando de mais e mais terras, além de ser um

⁸⁶ “El surgimiento de los Estados-nacionales en formación objetivó una confusa configuración del espacio regional, producto de la cambiante realidad instalada a partir de la expulsión de los jesuitas y ahora acentuada por la vinculación directa a la creciente polarización económica, sustentada en los diferentes proyectos políticos locales. Esta diversificación de los sectores socio-económicos van conformando una nueva red en las relaciones sociales, cohesionadas por las estipulaciones políticas-estatales que intervienen en la posesión del espacio”. SCHIAVONI, Ángela Perié de; OVIEDO, Norma; e JAQUET, Héctor. “Tras Los Pasos de Los Guarníes Perdidos. De La Desintegración de las Misiones A La Movilidad Étnica en una Etapa de Transición (1768-1765 aprox).” In: JAQUET, Héctor Eduardo. **En Otra História**. Posadas: Editorial Universitaria, 2001. Pp. 61-98. p. 67.

⁸⁷ NAVAJAS, Felipe. **Hechos historicos de la Ciudad de Santo Tome**. Santo Tome, 1963.

exemplo da aliança de interesses entre os agentes fronteiriços e o Estado. Interessava ao governo português barrar por todos os meios disponíveis o avanço do projeto Artiguista, representado na região fronteiriça de missões por Andresito. Sabendo da riqueza que existia do outro lado do Rio Uruguai, Chagas não perdeu a oportunidade de se apropriar da mesma. Sem a menor sombra de dúvida, Chagas foi um exemplo claro da ideia do “reforçador da fronteira”, mesmo inconscientemente, suas ações contribuíram para reforçar a ideia de que o rio Uruguai marcava a separação do Brasil em relação a outros Estados.

Outro resultado importante da incursão das forças de Chagas em território das missões ocidentais foi, que com a destruição dos povos ainda remanescentes, abriu-se caminho para expansão da fronteira sobre às antigas reduções. Até então, os guaranis-missioneiros, amparados no direito dos *pueblos* sobre a exploração econômica do seu entorno, haviam resistido de todas as formas a essa expansão. A destruição gerada pelas forças de Chagas possibilitou o avanço das fronteiras de Corrientes ao sul e do Paraguai ao Norte, sobre antigos espaços reducionistas. Já em 1821 a Província de Corrientes, por meio do *Tratado Del Cuadrilátero* com Entre Ríos, Santa Fé e Buenos Aires, avançou sua fronteira política até o rio *Miriñay*, por uma linha que se prolongava ao longo da bacia do *Iberá* até a Tranquera de Loreto, incorporando o setor que atualmente corresponde ao departamento de Monte Caseros e que antes estava sobre jurisdição de Japeju⁸⁸.

Chagas também ilustra o processo de ocupação das terras na margem esquerda do Uruguai, a apropriação privada dos campos, estâncias, chácaras das antigas reduções jesuíticas e o turbilhão de interesses econômicos em que os agentes do espaço fronteiriço estavam inseridos naquele contexto.

Durante as guerras de independência no Prata, esse administrador da província das missões acumulou enorme fortuna. Saint-Hilaire nos dá uma ideia disso, pelo menos desde às margens do rio Botuí, já começavam a ter contato com as propriedades do Marechal Chagas: primeiro a Estância de São Donato que abrangia 5 léguas e tinha em torno de 5 mil cabeças de gado e 200 cavalos. Segundo o responsável, o Marechal Chagas conseguiu muitos recursos vendendo gado para o governo. Cruzando o rio Botuí pernitoou na outra estância do Marechal. Ao norte de São Borja, próximo ao rio (I)Camaquã, Chagas possuía outra propriedade, onde fabricava aguardente e melado de cana. Atravessando para o outro lado do Uruguai, mais uma estância, que no

⁸⁸ SHALLER, Enrique César. “La Provincia de Corrientes y la ocupación de la Banda Occidental del Río Uruguay (1830-1895).” Disponível em: <<http://www.fee.the.br>>. Acesso em 10 jan. 2011.

passado pertencera ao povo de Santo Tomé. Segundo o viajante, entre chácaras e estâncias, ele (Chagas) possui oito na província das missões em um total de 24 léguas. “Todas estas terras foram compradas, mas a preços muito baixos e, a se acreditar na voz do povo, foi o medo que, por mais de uma vez, obrigou os proprietários a vendê-las”⁸⁹.

Detentores de grande poder político-militar esses administradores se apropriavam de enormes quantidades de terras, muitas vezes, expropriando antigos habitantes, forçando os mesmos a venderem, poucos tinham condições de resistir. Novamente Auguste de Saint-Hilaire ilumina esse momento, comentando sobre sua conversa com Chico Penteado, um paulista que havia emigrado para a região e sem nenhum título ocupado uma porção de terra e feito uma chacara onde se produzia trigo, milho, algodão, feijão, arroz, amendoim, mandioca, melancia, abóbora, melão e frutas, sendo que conseguia duas colheitas por ano e vendia na região inclusive para São Borjenses. Chico comentou que o “Marechal Chagas quis fazê-lo sair, mas ele resistiu e acabou por ficar possuidor passivo de sua terra”⁹⁰. Em outra passagem comenta que no Rincão da Cruz a sul de São Borja crescem além de frutas, feijão, trigo, e milho e, que devido às guerras, os guaranis haviam sido retirados do trabalho na agricultura e utilizados como soldados e que isto arruinou muitas roças que existiam na região⁹¹.

Os casos comentados por nosso viajante também demonstram que não são somente os grandes sesmeiros e proprietários que fazem a história da fronteira nesse período, os pequenos e médios proprietários, muitos sem qualquer título, também estão presentes nesse espaço⁹².

Zarth construiu uma síntese extremamente lúcida sobre esse

⁸⁹ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 288-289.

⁹⁰ Ibid., p. 292-293.

⁹¹ Ibid., p. 259.

⁹² Para uma análise macro social, o trabalho de Heloisa J. Reichel e Ieda Gutfreind já havia chamado atenção sobre a pequena e média propriedade e a agricultura como um fenômeno presente e importante na Região Platina desde o período colonial. Reichel e Gutfreind, 1996. Helen Osório por sua vez, para a presença da média e pequena propriedade na ocupação do espaço sulino, bem como para os conflitos pela propriedade entre lavradores e grandes pecuaristas. OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999. OSÓRIO, Helen. “Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial.” In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo Afonso. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2008. Pp. 43-62. No caso específico de São Borja o trabalho mais significativo que encontramos até o momento e que também demonstrou a presença destes pequenos e médios proprietários bem como do trabalho escravo é a monografia de Anderson Wegner. WEGNER, Anderson; FOLETTO, Arlene Guimarães. “A Oeste do Rio Grande: História agrária em São Borja (1850-1885)”. **Revista Disciplinarun Scientia**. Série: Ciências Sociais e Humanas. V 3; nº 1; 2002. Disponível em: <<http://sites.unifra.br>>. Acesso em 10 mar. 2010.

processo de ocupação, sustentando que o mesmo teve como base a exploração de duas riquezas básicas, que foram o gado e a erva-mate.

A criação de gado era realizada nas áreas de campo nativo, aproveitando as pastagens naturais que cobriam o território entremeadas com áreas de florestas. Esses criadores de gado formavam a classe mais poderosa e controlavam o poder regional em todos os sentidos. Um poder conquistado antes mesmo de ocupar a região, baseado em patentes militares conforme era comum no sul do Brasil em outras palavras grandes propriedades eram distribuídas aos amigos do Rei. A erva-mate, por sua vez, era explorada por camponeses pobres que foram os verdadeiros pioneiros na conquista das áreas florestais⁹³.

Como percebemos o mesmo processo ocorreu na região de São Borja no início do século XIX, o que demonstra como latifúndio foi uma marca importante da ocupação do espaço missioneiro. A conquista e ocupação das missões se deram justamente nos governos de Sebastião Xavier (1780-1801) e Paulo José da Silva Gama (1803-1810). Ambos foram profundamente comprometidos com a doação de grandes quantidades de terras a milicianos, soldados e oficiais como forma de efetivar as conquistas portuguesas. Após a independência do Brasil a situação também não mudou em sua essência e os grandes e poderosos continuaram a se apropriar de terras⁹⁴. Por conseguinte, nessa área onde a pecuária foi à regra, formaram-se grandes latifúndios. Esse tipo de estrutura teve como consequência a pouca diversidade na produção e baixa densidade demográfica.

A distribuição de terrenos e de chácaras no entorno dos povos também foi comum e quando o Governo Provincial procurou se informar a respeito disto na década de 1840 o responsável pelo levantamento informou que:

[...] em resposta ao ofício de Vossa Excelência na qual impele esclarecimentos a cerca dos Rincões,

⁹³ ZARTH, Paulo Afonso. "A Região Missioneira após as Missões." In: **X Simpósio Nacional de Estudos Missionários. A experiência missioneira: um marco histórico para a integração latino-americana**, por Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul UNIJUÍ, 458-471. Santa Rosa: Ed. Unijuí, 1993. p. 460.

⁹⁴ ZARTH, Paulo. **Do Arcaico ao Moderno**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 58-59

Chácaras, pertencentes a Nação cumpre-me responder a vossa excelência que os comandantes de fronteira a tempos passados estavam autorizados a concederem porções destes terrenos e assim o praticarão, concedendo a vários indivíduos ditos terrenos⁹⁵.

E que apesar de seus esforços sobre quais eram ditos terrenos não havia conseguido novidades, pois ninguém me informa a tal respeito. Logo, a apropriação privada dos espaços tornou-se a regra após a conquista de 1801.

Nesse período também ocorre uma maior diversificação da população de São Borja e região. Muitos milicianos oriundos de Santa Catarina⁹⁶, que haviam participado dos combates às forças de José Artigas, permaneceram na região. Pessoas oriundas de Corrientes e Entre Rios, atravessaram o Uruguai para trabalhar em estâncias e propriedades das missões, fugindo da guerra civil e dos conflitos protagonizados por Francisco Ramirez. Também, guaranis e indígenas de outras etnias atravessavam o Uruguai estabelecendo-se na região das Missões⁹⁷.

Segundo Saint-Hilaire os homens de Entre-Rios:

[...] são notáveis por sua avantajada estatura, pele muito alva, tamanho e beleza dos olhos; mas, por outro lado, eu e o coronel ficamos admirados do ar audacioso e determinado que todos possuem. Sua roupa é a mesma dos habitantes dos campos de Montevideu e acaba por dar-lhe aparência de nossos bandidos de melodramas; trazem os cabelos trançados e um lenço em torno da cabeça; um outro lenço, amarrado frouxamente, lhes serve de gravata; como arma portam uma grande faca à cintura. Com calças brancas e de franjas, usam um chiripá, seguidamente riscado de vermelho; geralmente não vestem paletó, e as mangas da camisa então arregaçadas como as dos nossos açougueiros⁹⁸.

⁹⁵ GUIMARÃES, José Correa da Silva. "Ofício da Alfândega de São Francisco de Borja". Correspondência Alfândega de São Francisco de Borja. **AHRS**. 29 de abril de 1848.

⁹⁶ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 287.

⁹⁷ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 282.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 283.

Esse tipo de traje tão comum na época para os habitantes dos campos de Montevideu, Entre-rios e Corrientes, ainda não era comum aos habitantes das missões orientais. Podemos perceber com isso o aumento de trocas culturais entre os agentes fronteiriços promovidos por essas imigrações, migrações e exílios. Apesar da distância da capital da província e do centro político as informações demoravam, mas chegavam a São Borja. Quando estive na cidade, Saint-Hilaire conversou com o comandante e este estava bem informado sobre o processo de mudança política que ocorria na Corte durante este período⁹⁹.

Também a partir de 1820 o comércio mercantil (Assunção-Porto Alegre) via Rio Uruguai se intensificou¹⁰⁰. Esta rota foi bastante incentivada durante a administração do Coronel José Pedroso César, que enviou carta de recomendação ao comandante de Itapua com este objetivo:

Desejando já de longos tempos os habitantes deste Departamento ter uma estreita comunicação mercantil com os desses Destinos e sendo afiançados para o fazerem, não só pela dadas pelo senhor D. Velasques Romão, num irmão de V. Ex^a e mais companheiros que aqui passaram em fronteiras, entre as tropas do comando de V. Ex^a e mais e as do meu comando, o que anuncia uma recíproca amizade e agoura grandes vantagens aos interesses de uma outra parte; por todos esses motivos determinam os negociantes desta povoação, Francisco Antunes e D. Francisco Artacho a procurar esse fronteira, a fazer as suas tentativas sobre ofertas comerciais o que eu provei, segundo as recomendações que tenho do Exm^o Sr. General das Armas desta Província e da Exm^a Junta Governativa sobre este objeto, e espero merecer de Vossa Ex^a todo o agasalho e socorro aos ditos

⁹⁹ Ibid., p. 336-337.

¹⁰⁰ Especificamente sobre este aspecto, o trabalho mais interessante é de Norma Oviedo, a autora analisa a posição central que teve *Misiones* nas redes comerciais que uniu Assunção aos Portos de Buenos Aires, Montevideu e Porto Alegre, bem como, o papel dos comerciantes rio-grandenses nestas redes, na primeira metade do século XIX. OVIEDO, Norma. **Relaciones Comerciales y Conflictos Fronterizos Siglo XIX: Misiones en la Red Platina**. Dissertação de Mestrado - História Ibero-Americana, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica - Pós-Graduação em História, 1997.

negociantes na certeza de que eu obrarei igualmente o mesmo com outros que desses Destinos venham aqui procurar iguais socorros.
Deus Guarde V. Ex^a por muitos anos.
São Francisco de Borja, 1º de fevereiro de 1823¹⁰¹.

Grande número de comerciantes samborjenses se ocupou desse trânsito até 1838¹⁰². O itinerário dessa rota “tinha guardas e acampamentos intermediários como Candelaria, Mburicasí e El Salto”¹⁰³, por terra o comércio também era intenso, “cruzava e utilizava antigos caminhos, povos, aguadas e passos jesuíticos e constituiu outro campo de inserção do índio” na economia fronteiriça. Tal comércio era muito importante, pois através dele novos e velhos elementos vão se somando e adentrando na zona fronteiriça. Especialmente rio-grandenses e correntinos participaram ativamente do “comércio trazendo tropas de carretas conduzidas por capatazes [...] e que necessariamente incluíam uma maior quantidade de peões” em sua maior parte “peões índios assalariados” [...] “que se encarregavam da carregar e descarregar as mercadorias, buscar viveres através do rio, ‘sacudir’ coros, ‘secar’ ervas” para transporte e comércio¹⁰⁴.

Obviamente, o comércio está diretamente ligado à extração da erva-mate e à exploração pecuária. Nesses trabalhos os indígenas eram acompanhados por suas famílias. Devido a suas constantes migrações transfronteiriças, os indígenas eram também valorizados na zona de fronteira pelas informações que traziam de um e outro lado do limite estatal. Essa relação também estava marcada pela desconfiança das autoridades estatais frente aos indígenas. Muitos indígenas também trabalhavam na travessia dos rios e nas construções da região, na colocação de ladrilhos e telhas. Em muitas ocasiões, o trabalho dos indígenas era pago, uma parte em dinheiro e outra, em produtos

¹⁰¹ RODRIGUES, 1982, p. 73.

¹⁰² Entre os principais comerciantes citamos: Salvador Antunes, D. Francisco Artacho, Antônio Cunha Vasconcelos, Manuel José da Silva Pereira, José Manuel Noqueira, Juan Jerônimo Martínez, José Lopes, José Ignacio da Silva Ilha, Antônio Oliveira, Gregório e Juan Dañobeytia, Antônio José Guimarães e Miguel Ferreira Sampaio (Ibid, p. 74).

¹⁰³ “tenía guardias y campamentos intermedios como ‘Candelaria’, ‘Mburicasí’ e ‘El Salto’ [...] Cruzaba y utilizaba antiguos caminos, pueblos, aguadas y pasos jesuíticos y constituyó otro campo de inserción del indio (SCHIAVONI, 2001, p. 75).

¹⁰⁴ “trayendo tropas de carretas conducidas por capataces [...] a las que necesariamente incluían una mayor cantidad de peones [...] Peones indios asalariados [...] que se cargaban de cargar y descargar sus mercancías, buscar viveres a través del río, ‘sacudir’ cueros y ‘asolear’ yerbas”. Ibidem, 2001, p. 75.

(ponchos, vacas, carne, cereal, tabaco, erva, açúcar)¹⁰⁵.

No lado esquerdo do rio Uruguai os indígenas também foram os principais trabalhadores. Saint-Hilaire comentando sobre sua viagem até São Borja que “os índios não se movem sem a companhia de sua mulheres”¹⁰⁶, que sempre os acompanhavam em todos os trabalhos e que os indígenas estavam ocupados em muitos serviços no território português, construções, defesa, guias e passagem de rios.

Durante a Guerra de Independência da República Oriental do Uruguai (1825-1828), São Borja e Santo Tomé entraram novamente no centro das disputas internacionais. Em 1825, Don Fructuoso Rivera aliado oriental invadiu e transformou São Borja em centro de seu projeto de província. É importante lembrarmos que desde a guerra contra Artigas as ideias “republicanas e federalistas”¹⁰⁷ vinham penetrando no território do atual RS por vários meios e que já possuíam, em 1825, vários adeptos. Assim sendo, um grupo significativo de missioneiros havia aderido ao projeto artiguista e, em 1825, novamente Don Fructuoso Rivera pode contar com apoio na região.¹⁰⁸ Temendo perda de rebanhos o governo da Província ordenou que fazendeiros recolhessem seus animais da fronteira para o interior¹⁰⁹.

Em congressos e reuniões realizados, em 1828, foram eleitos representantes e foram tomadas medidas administrativas. Os eleitos,

¹⁰⁵ Ibid., p. 79-81.

¹⁰⁶ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 254.

¹⁰⁷ É importante esclarecermos que no início do século XIX a Idéia de república e de federalismo remetia a diversas conotações, podia dizer respeito tanto a confederações, como a movimentos autonomistas, como a estado federal, ou simplesmente à união de vários “*pueblos soberanos*” como se utilizava na época, dependendo de quem e em que contexto era expressa (CHIARAMONTE, 2007, p. 140).

¹⁰⁸ 16 nov 1829 documento informa que várias pessoas das missões permaneceram ao lado de Fructuoso Rivera. Anexa relação de oficiais e de paisanos que ficaram ao lado do inimigo e que dois oficiais Boaventura Soares da Silva, e o tenente Antonio da Costa Pavão, haviam se unido as forças do Império. Traz anexa relação de oficiais que se uniram a Fructuoso Rivera: Capitão de Regimento Fabiano Pires de Almeida, Capitão Boaventura Soares da Silva, Capitão Antonio Pereira Lara, (participou do congresso), Capitão Antonio Castanho de Araujo, (presidente do dito Congresso), Alferes Antonio da Costa Pavão, Furriel Serafim, Tenente Antonio Pain Coelho de Souza, Porta Estandarte José Paim Coelho de Souza, todos oficiais do regimento de cavalaria de 2ª linha 24ª, Alferes Francisco de Paula Xavier. Relação de paisanos e moradores da fronteira serviram a Pátria quando Rivera se achava de posse da mesma (pátria no sentido de região de nascimento) Cirurgião Marcelino Lopes Falcão, Francisco Borges do Canto (presidente do congresso), negociante Manoel Alves (ajudou com dinheiro em troca de gado da Estância São Vicente pertencente aos povos), Alexandre de Abreu Val, Francisco Fernandes, José de Souza Nunes, Vicente Alves de Oliveira (membro do congresso), Albino de Lima. Correspondência dos Presidentes de Província 16 nov. 1829. IJJ 9. AN.

¹⁰⁹ Correspondência dos Presidentes de Província 1826? IJJ 9. AN.

Serafim de Oliveira Xavier pelo povo de São Francisco; Vicente Yatuhi pelo povo de São Nicolau; Fernando Tirapará pelo povo de São Borja; José Méndez pelo de São Lourenço; Juan de Souza Meirelles pelo povo de São João Batista; Manuel Pedroso de Camargo pelo de São Miguel; Atanasio Gonçalves Días, por São Pedro e Francisco Borges do Canto e Antonio Castanho de Araujo presidentes do congresso¹¹⁰. Também participaram o cirurgião Marcelino Lopes, Alexandre de Abreu Vale, Francisco Fernandes, José de Sousa Nunes, Vicente Alves de Oliveira e Albino de Lima¹¹¹.

Foram determinadas a forma republicana de governo e a união federal com as demais repúblicas do prata; a divisão do poder em Legislativo, Executivo e Judiciário; a elaboração de um escudo de armas para a província de *Misiones* e foi eleito Don Fructuoso Rivera como governador provisório por três anos. Este, atendendo a solicitações de seus aliados procurou reorganizar os povos, coibiu o roubo de gado e organizou o repovoamento de Santo Tomé.¹¹² Nota-se aqui, mais uma vez, a forte influência da forma de organização ocorrida na região do Prata. Os representantes no congresso foram eleitos pelos seus respectivos *pueblos* e, a partir de então, passou-se à organização da província, província-Estado. Esta, no futuro, poderia participar do congresso visando a união com outras províncias-Estado da região.

Assim como nos esclarece Frega:

A zona de fronteira, não é apenas local, onde se delimitam política-administrativamente os Estados, é principalmente lócus de passagem e de trânsito. Os limites dos Estados, que por sua vez constituem regiões político-administrativas, nem sempre correspondem à sua aceitação pelos habitantes deste espaço, pelo contrário, os habitantes de uma zona de fronteira, possuem

¹¹⁰ RISSOTTO e GONZÁLEZ, 1993, p. 220.

¹¹¹ PORTO, 1954.

¹¹² Após a desocupação de Don Fructuoso Rivera o Povo de São Borja possuía a seguinte população: Varões: 17 úteis, 3 menores, 22 inválidos. Mulheres: 66 úteis, 38 menores, 34 inválidas num total de 180 pessoas. Entre os edifícios e prédios contava com 1 templo, 1 colégio, 6 quadras, 1 curralão, 1 hospital, 1 casa de roça, 1 casa de teares, 1 quintal, 3 pomares e 1 cemitério. Animais: 40 cavalos mansos, 86 éguas, 6.000 éguas alçadas, 5.400 reses de criar, 69 ovelhas. Não possuía nenhum ramo industrial, lembrando que em outros povos se produziam tecidos de algodão e lã, a mão-de-obra desta produção eram das mulheres guaranis, logo esta produção não estava mais ocorrendo, ou por que os teares haviam sido levados, ou danificados, ou porque as artesãs haviam acompanhado Don Fructuoso Rivera em sua retirada (RISSOTTO e GONZÁLEZ, 1993, p. 220-221).

redes familiares, políticas e econômicas que os integram e os unem, geralmente estas redes e laços são maiores e mais importantes, do que gostariam os poderes centrais. Assim, para se compreender uma região e uma zona de fronteira é fundamental entender o espaço como território político e como circuito econômico. Também é vital perceber a tensão, entre as políticas propostas ou implantadas, pelos governos centrais e a sua aceitação ou resistência por parte dos habitantes¹¹³.

Assim, por mais que houvesse homens do feitiço de Chagas e comerciantes e proprietários, que agiam em conjunto com os interesses do Estado (português ou depois brasileiro), outros agentes fronteiriços perceberam uma nova possibilidade para a zona fronteira e articularam seus interesses aos movimentos revolucionários do início do século XIX. É importante ter claro que para muitos membros da elite econômica e política do Rio Grande do Sul, as ideias federalistas, possibilitavam uma bandeira de luta em favor da autonomia frente ao centro do Estado-Nação em construção, bem como, uma forma significativa de pressão em prol de seus interesses econômicos e políticos.

Com os acordos preliminares de paz de 1828, foi determinada a evacuação das missões orientais pelo Exército do Norte sob comando de Don Fructuoso Rivera, temendo represálias muitos guaranis e outros habitantes da região acompanharam o exército em sua retirada¹¹⁴, levaram consigo 100.000 cabeças de gado, seus santos e ornamentos e sinos das igrejas em 28 carretas. Consta que teriam sido constrangidos a soltar metade desse gado para poderem prosseguir sua retirada. Quando chegaram em território oriental, fundaram *Santa Rosa do Cuareim* (atual Bela Union)¹¹⁵. Tal êxodo, como se observa, causou um profundo abalo na demografia e na economia de São Borja e das Missões¹¹⁶.

¹¹³ FREGA, Ana. “Temas y problemas para una historia regional rio platense.” **Conferencia en el 13º Congreso de la A.P.H.U.** 12 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.internet.com.uy>>. Acesso em: 28 dez. 2005.

¹¹⁴ Muitas destas famílias retornariam as Missões poucos meses após a retirada, uma vez que, o local de novo assentamento rapidamente ficou sem alimentação e as famílias ficaram em situação de miséria. Entre outras Gonçalves, Ribeira, Francisca, D’Aquino, Pinto, Dias, Matilde, Pinta. Correspondência dos Presidentes de Província. 31 out. 1829. IJ 9. AN.

¹¹⁵ RISSOTTO e GONZÁLEZ, 1993, p. 222-229.

¹¹⁶ Para perceber o decréscimo populacional ocasionado pelos conflitos das três primeiras décadas do século XIX observar o Quadro A e os gráficos em anexo.

1.3 A OCUPAÇÃO DA ZONA FRONTEIRIÇA DE SÃO BORJA E SANTO TOMÉ E A AFIRMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL

Indígenas missioneiros que haviam se estabelecido em La Cruz, por volta de 1830, realizaram um pacto submetendo-se à autoridade de Corrientes. Com isto foi estabelecido ali um destacamento militar com poucos soldados, o que na prática significou a expansão legitimada de Corrientes sobre esse espaço e a perda da autonomia relativa que as antigas reduções jesuíticas da margem direita do rio Uruguai haviam conseguido manter, também foi o primeiro e mais importante movimento político para iniciar a reocupação das terras da margem direita do rio Uruguai¹¹⁷. A fronteira política de Corrientes estendeu-se até o rio Aguapey. A região norte deste rio ficou sobre controle de forças Paraguias¹¹⁸. Essas mudanças não significaram um aumento significativo na população, o censo demográfico provincial de Corrientes de 1833 aponta para todo o Departamento de La Cruz o número de 500 habitantes sendo que destes a maioria era constituída por guaranis¹¹⁹.

Ainda dentro do contexto de constituição dos Estados nacionais, a Revolução Farroupilha (1835-1845) e os conflitos entre as Províncias do Litoral argentino foram responsáveis por um aumento do comércio na zona fronteira, bem como, pelo estabelecimento de novas correntes imigratórias e migratórias. O contrabando de equinos e outros bens foi uma constante durante os anos conturbados da Revolução. Como nos esclarece Guazzelli, a “vizinhança de Corrientes sempre fez desta província uma referência para os republicanos rio-grandenses, se não como aliados, ao menos, como eventuais fornecedores de cavalos e mantimentos”¹²⁰. Essa situação tornou-se tão séria que, em 1836, o Governo Correntino procurou restringir as exportações de equinos para fora da Província de Corrientes e controlar o comércio. Os fazendeiros da costa do rio Uruguai que não cumprissem o decreto pagariam multa.

¹¹⁷ Ofício informava que vários migrantes estavam se estabelecendo nas margens do rio Uruguai na Província de Entre Rios e de Corrientes. Ofício 18 abril de 1831. Sala X. AGN.

¹¹⁸ SHALLER, s.d., p. 7. Em 1834 forças paraguaias ocuparam as antigas reduções jesuíticas do Alto Parana e Alto Uruguai. Ofício. 27 jan. 1834. Sala X. AGN.

¹¹⁹ Ibid., p. 8.

¹²⁰ Também foi celebrada uma convenção secreta que previa incentivos ao comércio e formas de controlar o contrabando no rio Uruguai. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “O rio Grande de São Pedro na primeira metade do Século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata.” In: GRIJÓ, Luiz Alberto; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos. **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Pp. 91-118. p. 111-112.

Os únicos passos habilitados ao comércio foram o de La Cruz e Santa Ana. Quem comercializasse fora desses passos pagaria multa e poderia receber até cem açoites e um ano de trabalho em obras públicas como castigo¹²¹. Obviamente que uma coisa era criar uma lei coibindo o comércio ilegal e outra era torná-la efetiva. Dado isto o comércio na zona fronteira continuou acontecendo, mesmo sabendo do risco que corriam os atravessadores e contrabandistas.

A confederação Argentina expediu ordens a todos os comandantes dos departamentos fronteiros para em nenhuma hipótese proteger os revolucionários do Rio Grande do Sul, em contrapartida o governo do Brasil se comprometia a manter neutralidade nas questões internas da Argentina e a internar rebeldes de Corrientes e outras províncias¹²². Mas dizia também que era extremamente difícil vigiar toda a fronteira e que qualquer um era livre para sair e entrar sem armas e sem ofensas no Império¹²³. Apesar disto em diversos momentos rio-grandenses que possuíam propriedades nas províncias argentinas utilizaram estes espaços para se reorganizarem e manterem suas lutas no Rio Grande do Sul¹²⁴.

Muitos habitantes cruzaram novamente o Uruguai, antes, durante e depois do conflito, estabelecendo-se no lado Correntino, tanto na zona próxima ao rio Uruguai, quanto em locais bem mais distantes, como a fronteira com o Paraguai. As disputas políticas em Corrientes e de Corrientes com Buenos Aires também geraram migrações e imigrações. Em 1840, índios missioneiros abandonam La Cruz em direção ao Paraguai, fugindo das lutas políticas do Governador Berós Astrada. Essas correntes migratórias tiveram início com os conflitos internos na Província de Corrientes e na Província do Rio Grande do Sul deram origem ao repovoamento de Santo Tomé. Muitos habitantes procuraram fugir às convocações obrigatórias e requisições feitas pelas forças em disputa, utilizando o limite fronteiro como uma proteção e muitos acabavam não voltando a suas áreas de origem.

Durante as décadas de 1830 e 1840, várias famílias provenientes de São Borja se estabeleceram na outra margem do Uruguai, no local denominado San Juan del Hormiguero, localizado aproximadamente

¹²¹ ARGILAGA, 2003, p. 112-113.

¹²² Ofício 17 dez. 1835. Sala X. AGN.

¹²³ Relatório do MRE 1845 e Anexos. LISBOA, Bento da Silva. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Tipografia Imperial e Constitucional. 1846. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 17 out. 2011.

¹²⁴ Ofício. 12 setembro 1836. Sala X. AGN.

uma légua da antiga Redução de Santo Tomé¹²⁵. Esse novo povoado surgiu no contexto de forte disputa entre Buenos Aires e Corrientes. Buenos Aires, mudando sua política, defendeu com todos os meios sua própria autonomia, concentrando todos os recursos conseguidos por meio de sua aduana, no principal porto da região, na organização da província-Estado. Corrientes, por sua parte, passou a pressionar para a organização imediata no Estado-nacional e para a divisão entre todas as províncias dos recursos da aduana do porto de Buenos Aires. Essas diferenças são, também, a origem da disputa pessoal entre o Governador Pedro Ferré, de Corrientes, e o Governador Juan Manuel Rosas, de Buenos Aires, que geraram inúmeros fluxos e refluxos na zona fronteira. Além disso, o bloqueio dos portos do rio Paraná por Rosas levou a um aumento da importância dos portos do rio Uruguai e de maior povoamento da região¹²⁶.

No ano de 1834, o tenente Enrique Báes chega ao *Hormiguero* e instala uma guarda do governo provincial no povoado. A partir de 1836, o governo correntino passou a distribuir terras na costa do Uruguai dentro do modelo de enfiteusis¹²⁷. No ano de 1841 um novo tratado com o Paraguai permitiu que Corrientes expandisse sua fronteira política até as proximidades de *San Javier* e explorasse de forma mais segura os ervais desta região. Uma parte da rota de comércio Itapua - São Borja ficou dentro desse território e o povo de *San Juan del Hormiguero* se beneficiou disso¹²⁸.

Foi enviado o Capitão Bartolomé Grondona para essa região como autoridade. Este teve a preocupação de levantar uma capela no local para atrair mais moradores. Contou, para isso, com a ajuda dos

¹²⁵ Entre as primeiras famílias que se estabeleceram neste espaço Argilaga identificou Campbel Veja Fortunato Morton, Ojeda, Caldeira, José Maria Estrella, Miguilina C. de Gonçalves, Saturnino Miño, (que foi também o primeiro Receptor Nacional da Vila [1855-58]); em 1859 uniram-se a estas as famílias Cesar Centeno, Cesário, Paulino Miguel J e de Patrícia C. de Cidade, Francisca C. de Ferreyra e Rafaela C. de Albuquerque. P. Argilaga, 2003, p. 43. Navajas colocou que famílias brasileiras, uruguaias e argentinas povoaram a região (NAVAJAS, 1963).

¹²⁶ BUCHBINDER, Pablo. **Caudillos de pluma y hombres de acción: Estado y política en Corrientes en tiempos de la organización nacional**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento; Prometeo Libros, 2004. p. 34.

¹²⁷ A partir de 1830 proibiu-se a venda de terras fiscais e somente permitiu-se sua distribuição por enfiteuses, em 1831 regulamentou-se que este sistema teria vigência de 50 anos e que o recebedor pagaria 2% do valor da terra. Em 1832 toda a pessoa de fora da província poderia solicitar enfiteuses em terrenos baldios e ficaria livre do pagamento durante três anos. A partir de 1856 permitiu-se a venda de terras, em 1864 o regime de enfiteuses foi abolido. Na década de 1860 se outorgaram terrenos na costa do Uruguai em Santo Tomé. SHALLER, s.d., p. 13-14.

¹²⁸ SHALLER, s.d., p. 9.

vizinhos e do comércio mas foi acusado de permitir o contrabando na fronteira¹²⁹. Os chefes militares dos departamentos eram detentores de grande poder militar e político, criados a princípio como auxiliares do governador da província com o passar dos anos ganharam maior autonomia tornando-se os donos do poder em nível local. No ano seguinte, se criou o Departamento de Santo Tomé, sendo que *San Juan de hormiguero*, foi o único povoado do novo Departamento. Em 1842 Pedro Ferré criou o departamento de Santo Tome, desmembrando-o do de La Cruz. “Sua jurisdição territorial era muito grande. Abarcava até o norte todo o território que havia sido das extintas *misiones* ocidentais do Uruguai. Ia de Santo Tomé a São Xavier. Compreendia a bacia ocidental do rio Uruguai”¹³⁰. Nesse extenso departamento desenvolvia-se com intensidade a exploração de erva-mate e em segundo lugar vinha a exploração pecuária¹³¹. Igualmente, foi criada uma comandância militar e nomeado o Capitão Juan Batista Sandoval como seu primeiro comandante. Nesse mesmo período uma revolução em Corrientes derrubou o governo de Pedro Ferre que fugiu para o Paraguai e depois se exilou em São Borja¹³².

Em 1844, começou a funcionar a primeira escola elementar sobre direção de Waldo Benigno. Nesse mesmo ano ocorreram conflitos com o Paraguai por definição dos limites deste em relação a Corrientes¹³³. Também neste mesmo ano uma fiscalização mais rígida na navegação e comercio em Corrientes fez com que diminuísse a movimentação nos portos do Alto Uruguai¹³⁴. O primeiro médico não diplomado, desse Departamento, foi o rio-grandense e farroupilha Bernardo Abreu, exilado em 1845. No ano de 1847 o povoado já contava com um comandante, um receptor e uma guarda.

¹²⁹ Ofício de 11/07/1841. Arquivo Geral da Província de Corrientes. Correspondencia Oficial. (Legajo N° 74 apud. CENTENO, 1979, p. 08).

¹³⁰ “Su jurisdicción territorial era muy grande. Abarcaba hacia el norte todo el territorio que había sido de las extinguidas misiones occidentales del Uruguay. Iba de Santo Tomé a San Javier. Comprendía la cuenca occidental del río Uruguay.” CENTENO, Marco Tulio. **Santo Tome**: En los primeros años de vida municipal. Santo Tome: Editorial "El Disco", 1972. p. 33.

¹³¹ BUCHBINDER, 2004, p. 25.

¹³² Ofício comunica que houve uma revolução em Corrientes, e que Pedro Ferre escapou em uma lancha para o Paraguai, que o novo governo era favorável a Rosas. Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1843. 3, jan. 1843. AHMRE. Ofício comunica que Pedro Ferre havia passado para território brasileiro e que poderia unir-se aos Farrapos. Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1843. 20 jan. 1843. AHMRE.

¹³³ Documento 30 out. 1844. Fundo RI. (Relações Intenacionais). AN.

¹³⁴ Documento 7 out. 1844. RI. AN.; Documento 16 nov. 1844. RI. AN.

Em 1849-1850, a invasão da região do *Hormiguero* pelo Coronel Paraguaio Lequiza, causou grande destruição. Pelo menos desde o ano anterior o governo da Confederação Argentina vinha se preparando para um possível conflito com o Paraguai¹³⁵, com este objetivo já havia ordenado que fosse preparada cavalcada e mobilizado forças em Entre Rios e em Corrientes¹³⁶. O Império também acompanhava de perto a situação, o Cônsul Geral do Brasil em Buenos Aires recebera carta de um brasileiro informando que os Paraguaiois pretendiam invadir parte da Província de Corrientes com uma força considerável, de aproximadamente 5 mil homens, dos quais 3 mil iriam dirigir-se para a costa do Uruguai, e que os outros 2 mil acampariam em Tranqueira de Loreto. Que em virtude desta possibilidade um grupo de soldados argentinos havia partido de Restauração (*Passo de Los Libres*) para dar os primeiros combates, o que ocorreu próximo a Santo Tomé, e que um dos objetivos dos paraguaiois era receber grande quantidade de armamentos que estariam vindo do Brasil. Urquiza havia aumentado os contingentes na fronteira de Corrientes e Rosas havia enviado ordens ao Governador de Corrientes para repelir com todas suas forças a invasão¹³⁷.

Em outubro de 1849 o cônsul do Brasil em Buenos Aires informava que o governo argentino se preparava para uma guerra de grande escala contra o Paraguai, a mobilização de forças ficou em torno de dezesseis mil homens, e que havia recebido informações sobre o movimento em Corrientes, que uma força paraguaia calculada em dois mil homens encontrava-se acampada no Passo do *Hormiguero*, três mil na Tranquera de Loreto, e mil estavam acampados em Santa Maria, mais dois mil estavam em São Carlos, e que outros contingentes estavam em outros pontos, as forças correntinas eram em menor número, cerca de quinhentos na Costa do Uruguai¹³⁸.

Já o Ministro de Relações Exteriores em seu relatório escrevia que o governo do Paraguai havia ocupado as terras entre os rio Paraná e Uruguai. Alegava que as mesmas lhe pertenciam e que, em contra partida, o governo da Confederação Argentina argumentava que tal

¹³⁵ Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos 1826-1852. 11 set. 1848. AHMRE. Ofício. 26 ago. 1848. Sala X. AGN.

¹³⁶ Despacho. Missões Diplomática Brasileiras. Buenos Aires. Depachos 1826-1852. 27 set. 1848. AHMRE.

¹³⁷ Ofício. Consulado Geral em Buenos Aires 1848-1853. Secretaria de Estado. 17 agost. 1849. AHMRE.

¹³⁸ Ofício. Consulado Geral em Buenos Aires. 1848-1853. Secretaria de Estado. 13 out. 1849. AHMRE.

território integrava a província de Corrientes. O governo do Brasil prometeu manter a neutralidade baseada no direito das gentes, mas que era importante aumentar os contingentes militares na fronteira devido ao crescente número de refugiados¹³⁹. Em nota o governo argentino comunicou que o Comandante da Costa do Uruguai Virasoro havia comunicado que uma força de cerca de 3.000 homens haviam atravessado o Aguapehy e acampado em Santo Tomé¹⁴⁰, era colocado ainda que muitos descontentes de Corrientes estavam se unindo aos paraguaios¹⁴¹.

A presença paraguaia na região também foi acompanhada, com cuidado, pelas autoridades provinciais do Rio Grande de São Pedro do Sul. O comandante superior da guarda nacional de São Borja, Manoel dos Santos Loureiro¹⁴², informou que uma força de cerca de 1000 homens havia acampado em frente a São Borja, na margem oposta do rio Uruguai. Também, que as forças de Corrientes, compostas por cerca de 800 homens, haviam recuado até La Cruz onde aguardavam reforços de outras províncias. Informou, ainda, que muitos correntinos haviam passado a fronteira para o Brasil, a fim de fugir do confronto que se aproximava. Reclamou que uma força comandada pelos Coronéis José Antunes de Virasoro e Nicanor Casseros tinham feito “ameaças sobre esta Fronteira, ameaça que tem posto o povo em completa agitação” e que a Guarda Nacional possuía pouca força, poucos cavalos e estava mal equipada para guarnecer todos os passos¹⁴³.

Na sequência, relatou que grupos armados provenientes de Corrientes estavam praticando inúmeros latrocínios na região, “muitas famílias que habitaram as margens do Uruguai tem abandonado suas casas e se retirado para a outra com graves prejuízos” tornando-se “insuportável viver neste estado de inquietações”. E o pior é que não há esperança de haver melhoras”. Segundo o mesmo não haviam sido

¹³⁹ SOUZA, Paulino José Soares de. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional. 1850 A 1. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 18 out. 2011. p. 16-17.

¹⁴⁰ Nota 15. 15 set. 1849. SOUZA, Paulino José Soares de. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional. 1850 A 2. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 19 out. 2011.

¹⁴¹ Nota 16. 18 set 1849. Ibid.

¹⁴² Manoel dos Santos Loureiro, foi o primeiro comandante da Guarda Nacional na Fronteira das Missões, atuou a partir de 1834, lutou ao lado das forças Imperiais durante a Revolução Farroupilha, tornando-se uma das principais lideranças conservadoras da região neste período.

¹⁴³ LOUREIRO, Manoel dos Santos. **“Ofício do Comando Superior da Guarda da Fronteira das Missões”**. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 26 de julho de 1849. AHRs.

tomadas as providências necessárias para melhorar a segurança nessa fronteira e que, recentemente, “uma força de 400 correntinos marchou pela costa do Uruguai acima”¹⁴⁴.

Os comerciantes e contrabandistas fronteiriços não deixaram de lucrar com esse conflito. A legação argentina comunicou que havia chegado ao conhecimento de seu governo por parte do governo de Corrientes que a casa de comércio Pimenta Rego de São Borja nas missões havia negociado e entregue na Costa do Uruguai no Passo de São Lucas, 300 clavinhas a soldados do Paraguai que as encaminharam para o acampamento de São José. O que constituía uma aberta hostilidade a confederação e contrariava o direito das gentes¹⁴⁵. Segundo a denúncia o negociante Francisco Ferreira de Almeida veio a corte onde comprou 4.500 espingardas, 2.500 espadas, 2 mil pares de pistola, 200 arrobas de pólvora, que saíram na barca Salvador, foram baldeados em Rio Grande para dois lates e chegaram a Porto Alegre, onde foram recebidos na Alfândega, depois baldeados em canoas até Rio Pardo e dali seguiriam para São Borja por terra para serem entregues ao comerciante Pimenta Rego, participavam da operação um tal Borges cunhado de Pimenta de quem Francisco Ferreira de Almeida também era cunhado¹⁴⁶.

O governo provincial ordenou que o comando da GN averiguasse a denúncia de suposta venda de armas de fogo para as forças paraguaias. O comando da Guarda Nacional informou que haviam saído da casa de Pimenta e Rego 274 espadas, vendidas por Tomas Pessoa, que haviam atravessado a fronteira pelo passo de São Lucas, mas que não havia venda de armas de fogo¹⁴⁷. O governo provincial colocava que ninguém podia “desconhecer os meios que tem qualquer contrabandista de transitar com quanto queira por uma campanha quase deserta, uma vez que fuja dos povoados, nem a facilidade que tem de passar um rio que da vão em muitos lugares sem que para isto seja preciso consentimento das autoridades” e que os comerciantes vendem tudo que possa dar

¹⁴⁴ LOUREIRO, Manoel dos Santos. “**Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões**”. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 14 de dezembro de 1849. AHRs. Ver também: Nota 35. 20 de dez. 1849. SOUZA, Paulino José Soares de. “**Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**”. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional. 1850 A 2. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 19 out. 2011.

¹⁴⁵ Nota. 14. 14 set 49. Ibid.

¹⁴⁶ Nota. 22. 25 out. 1849. Ibid.

¹⁴⁷ LOUREIRO, Manoel da Silva. “Ofício do Comando da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.” Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 18 de janeiro de 1849. AHRs.

lucro, indiferentes a se isso desagradava aos governos¹⁴⁸. O governo provincial, no entanto negava a venda de armas de fogo¹⁴⁹. O governo imperial dizia confiar nas informações do presidente da província do Rio Grande do Sul e que diversas armas com baioneta tinham sido recolhidas ao depósito e que os proprietários haviam sido intimados a reexporta-las para fora da província, que haviam sido liberados venda de pistolas e espada para o comerciante Francisco Ferreira d'Almeida, desde que não fosse para o outro lado do rio Uruguai, mas ao mesmo tempo reiterava que era difícil controlar a fronteira, pois havia muitos passos no rio Uruguai¹⁵⁰. Obviamente isso era apenas a ponta do iceberg e o volume de contrabando de armas provavelmente era bem maior do que o que aparece na documentação¹⁵¹. Ainda em 1850 o governo argentino voltou a reclamar sobre o contrabando de uma grande quantidade de armas despachadas de Porto Alegre para São Borja e aí entregue a forças paraguaias¹⁵².

O Governo da Confederação tinha certeza da participação das autoridades brasileira nas hostilidades paraguaias.¹⁵³ Denunciava que o comandante da fronteira em São Borja havia facilitado o trânsito de embarcações menores aos paraguaios, e que o Coronel Comandante Loureiro havia contratado com o chefe paraguaio 500 novilhos para abastecer seus homens, que documentos paraguaios transitavam em canoas pelo lado brasileiro do rio Uruguai e que o comércio de São Borja vendia artigos aos Paraguaios, que autoridades brasileiras haviam permitido reunião em seu território de chefes e emigrados rebeldes correntinos, que de muito tempo o governo da Confederação alertara que o coronel Loureiro homiziava correntinos e seus chefes em suas fazendas na fronteira, e que os mesmos haviam passado a fronteira e se encontravam em Santo Tomé¹⁵⁴, sustentava ainda que a reunião de

¹⁴⁸ Nota. 25. 29 out. 1849. SOUZA, Paulino José Soares de. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional. 1850 A 2. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 19 out. 2011.

¹⁴⁹ Nota. 26. 19 de nov. 1849. Ibid.

¹⁵⁰ Nota. 29. 21 dez. 1849. Ibid.

¹⁵¹ Dizia que era impossível controlar todos os passos no rio Uruguai e a passagem de petrechos bélicos. Nota. 64. 7 dez. 1849. Ibid.

¹⁵² Nota. 15. 4 jun. 1850. SOUZA, Paulino José Soares de. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1851. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 20 out. 2011.

¹⁵³ Ofício 12 ago. 1849. Sala X. AGN. Ofício 30 ago. 1849. Sala X. AGN.

¹⁵⁴ Nota. 20. 4 de out. 1849. SOUZA, Paulino José Soares de. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional. 1850 A 2. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 19 out. 2011.

descontentes correntinos em território rio-grandense era recorrente¹⁵⁵. Ainda em 1850, uma segunda invasão ocorreu e novamente o governo argentino acusou as autoridades subalternas do Brasil de proteger as forças paraguaias e grupos de correntinos descontentes¹⁵⁶.

A situação da fronteira das missões preocupava, sobremaneira, ao Governo Provincial e Imperial. Em muitas ocasiões ocorriam conflitos entre os agentes locais e provinciais. No relatório de 1853 o Presidente de Província reclamava que muitas vezes os comandantes e responsáveis pela fronteira excediam suas funções e tomavam decisões que somente o Governo Imperial ou o Presidente de Província poderiam tomar¹⁵⁷. Isto demonstra que a autonomia de ação dos donos do poder nas zonas de fronteira ainda prevalecia e que muitas vezes ocorriam conflitos entre os interesses do governo e locais. Sobre a situação nas fronteiras em abril de 1856 sustentava que a mesma era calma. Sobre a fronteira das Missões o relatório esclarecia que:

A fronteira de Missões, que as relações pouco benévolas do Sr. Presidente do Paraguai obrigarão a ter em pé de maior segurança, achase comandada pelo distinto coronel Manoel Luiz Ozório desde 17 de maio do ano preterido, nomeado por esta comissão por aviso de janeiro do mesmo ano, regendo-se pelas instruções que V. Ex. encontrará na secretária, aprovadas por aviso de 8 de maio¹⁵⁸.

O relatório fazia referências a Invasão das forças paraguaias a Corrientes ocorridas no final da década de 1840, e aos constantes conflitos entre Corrientes e o Paraguai pela definição de seus respectivos limites. Tendo sido resolvido os problemas com a República do Paraguai, o governador ordenou que cessasse as atividades da Guarda Nacional de Cruz Alta, continuando em sobreaviso as demais. Já o relatório de 1858 aponta que as questões com o Paraguai estavam

¹⁵⁵ Nota. 61. 4 dez. 1849. Ibid.

¹⁵⁶ Ofício. 17 mar. 1850. Sala X. AGN. Ofício. 18 de jun. 1850. Sala X. AGN. Ofício. 29 set. 1850. Sala X. AGN.

¹⁵⁷ SINIMBU, João Lins Vieira Cansação de. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1853.

¹⁵⁸ MURITIBA, Barão de. **Relatório com que o Conselheiro Barão de Muritiba Entregou a Presidencia da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Presidente e Comandante das Armas, Conselheiro e General, Jeronio Francisco Coelho**. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1856. p. 4.

superadas e que a tranquilidade voltou a reinar na fronteira com as Missões.

Após a retirada dessas forças paraguaias para o norte de Corrientes¹⁵⁹, a região de *Hormiguero* foi novamente repovoada. Em 1854 foi nomeado Lino Martínez como comandante maior de cavalaria e, no ano seguinte, Pedro Herrera tornou-se Juiz de Paz, Comandante Militar e Receptor de Rendas. No ano de 1856 se anexou a Santo Tomé a área entre o Aguapey, o Uruguai e a Serra Central até a fronteira com o Brasil. Constituiu-se um funcionário especial com assento em *San Javier* para vigiar a região e permitiu-se a venda de terras na Província de Corrientes¹⁶⁰.

Os habitantes do *Hormiguero* almejavam mudar o local desse povoado. Eles se dividiram em dois grupos com interesses distintos, o primeiro destes tinha o objetivo de mudar o povoado para a região de *la tapera de Ponce*, mais próximo a São Borja e o outro defendia mudança para a antiga redução de Santo Tomé.

Em um pedido ao governador da província diziam que:

Conhecendo os que assinam os *vecinos* do departamento de São Tomé, que a prosperidade e engrandecimento dele dependem de dois pontos cardiais – possuir uma igreja com seu respectivo cura e ter o povo situado em uma localidade favorável ao aumento correspondente ao progresso de seu comércio e população¹⁶¹.

Além disso, os reclamantes solicitaram um Cura, uma vez que, consideravam um absurdo remeterem seus filhos a um país estrangeiro para receber os santos óleos e que muitos ficavam sem o sacramento por falta de recursos. Essa crítica dirigia-se expressamente ao Padre

¹⁵⁹ Em 20 de novembro de 1849 o Cônsul Geral do Brasil em Buenos Aires informava que havia notícias que os paraguaios haviam se retirado da região de Santo Tomé. Ofício. Consulado Geral em Buenos Aires. 1848-1853. Secretaria de Estado. 20 nov. 1849. AHMRE. No entanto a situação permanecia tensa e correram novos boatos sobre nova invasão de Corrientes pelos paraguaios relatado pelo Consul em 18 maio de 1850. Ofício. Consulado Geral em Buenos Aires. 1848-1853. Secretaria de Estado. 18 de maio de 1850. AHMRE.

¹⁶⁰ SHALLER s.d., p. 11.

¹⁶¹ “Conociendo los que firman, vecinos del departamento de Santo Tomé, que la prosperidad y engrandecimiento de él depende de dos puntos cardinales – poseer una iglesia con su respectivo cura y tener un pueblo situado en una localidad favorable al aumento correspondiente al progreso de su comercio y población”. Arquivo Geral da Província de Corrientes. Correspondência Oficial. Ano 1857 (Legajo nº 100, apud CENTENO 1979, p. 09).

João Pedro Gay, pároco de São Borja, que realizava essas atividades em São Borja e no *Hormiguero*, com autorização da Igreja de *Passo de Los Libres*¹⁶². Isto é um dos fatos que demonstra a preocupação desse agente do Estado com a questão nacional.

Em 1860 houve nova reunião onde foram recolhidos recursos para construção de um templo. Isso nos interessa, pois a lista das pessoas que contribuíram traz vários nomes de origem brasileira, o que demonstra mais uma vez a forte presença dos mesmos nesse local.¹⁶³ O receptor Nacional do *Hormiguero* Don Juan V. Montanada organizou uma excursão às ruínas de Santo Tomé. Aí, foi celebrada uma missa, foram batizadas crianças e realizaram-se casamentos pelo cura de La Cruz, Candido Barbieri. Foi justamente Dom Juam V. Montanada um dos primeiros a se transladar para Santo Tomé. Em 1863 Santo Tomé foi reconhecida como povoação por decreto do Governador Manuel Ignacio Lagraña¹⁶⁴. Na década de 1860 se outorgaram terrenos na costa do Uruguai ocorreu um aumento significativo da população na região de La Cruz e Santo Tomé que culmina com a mudança do povoado para a antiga redução de Santo Tomé:

Como esclareceu Shaller:

Também na década de 1860 teve lugar um forte incremento na população de Santo Tomé ligado ao avanço do gado e a distribuição de terras. A

¹⁶² Arquivo Geral da Província de Corrientes. Correspondencia Oficial. Ano 1857 (Legajo nº 100, apud CENTENO, 1979, p. 10).

¹⁶³ A lista foi publicada pelo periódico "La Unión Argentina": Pedro P. Alegre (102 patacones reales); Bernabé Ifran 106 4; Juan Machuca 34; Felisberto Caldeira da Fontoura 106 4; Patricio Perera Pinto 34; Hilario Cardoso 26 4; Mariano Veja 106 4; Manuel Rey Pérez 30 Juan Pereira 17; Joaquín Macena 8 4; Bernardo José Rodríguez 13 1; Antonio de O. Rechansa 13 1; Marcos Almirón 8 4; Manuel L. Rodríguez 4 2; Valentín Zalazar 17; Pedro Mora 4 1/2 Evaristo Rodríguez 8 1/2; Juan Ferrera de Amaral 17; Joaquín Machado da Silva 21; Francisco Acuña 5 1/2 José María Estrella 8 1/4; Ricardo Ignacio de Cruz 8 1/4; José Domingo Cabral 17; Justo Duarte 6 5; Agustín Iglesia de Almeida 10; Juan Ignacio Gómez 4 2; Manuel Modesto 8 4; Juan Silveira José 4 2; José dos Santos 2 1; Joaquín Manuel Germán 8 5; Ramón Saráchaga 106 4; Manuel Toledo 106 4; Antonio Ignacio da Cruz 6 2; José Antonio Calistro 34; Tomás Bayala 34; José Ignacio de Cruz 106 4; Policarpo Baencio de Asunción 34; Eleuterio Borjes 5; Valentín Panadero 1; Felipe Rocha 2 vacas; Eugênio Miño 3 novilhos; José Diego Almeida 4 novilhos, Joan Ponce 2 novilhos; José Luís Gatino; Manuel J. Núñez 4 cavalos; Felisberto A. Ferrera 1 novilho; Juan de la Cruz Areco 1 animal para carne; Mario Sosa 6 tirantes de lapacho; Manuel Mocines 4 dias de serviço; Tomáz Benítez 9 tirantes de lapacho; Juan José S. Reys 2 novilhos; José Ignacio de Cruz 6 docenas de tablas; César Augusto Centeno 10 reses gordas e 1.000 telhas de barro; Cesario José Centeno 1 carreta equipada por um mês; Antonio Bruenza 6000 telhas de barro cozido (CENTENO, 1979, p. 15-16).

¹⁶⁴ NAVAJAS, 1963.

pacificação da fronteira do Aguapey permitiu o restabelecimento formal do povo porém instalando-o na planta da antiga redução de Santo Tomé situada poucos quilômetros de onde se encontrava o assentamento espontâneo¹⁶⁵.

Por fim, em 1870, entre os argumentos do padre Tomás Montesano para forçar o governo de Corrientes a contribuir com o término da nova Igreja, havia a afirmação de que a mesma traria alegria “aqueles habitantes, quase todos estrangeiros”¹⁶⁶, o que mais uma vez, demonstra a persistente presença de rio-grandenses na região. A municipalidade de Santo Tomé foi criada por decreto governamental em 1870¹⁶⁷. Assim como em São Francisco de Borja, em Santo Tomé a principal atividade econômica foi a pecuária, seguida da plantação de milho, de mandioca e de árvores cítricas. Na arrecadação dos municípios figuravam como principais: produto de carneadas, frutos do País, consumo de erva-mate, piso de carretas (cobrados das carretas que chegavam ao município), direito sobre madeiras. Em 1871 além da praça principal de Santo Tomé existia a chamada praça nova, praça de piso ou praça das carretas, devido a ser o local onde as carretas ficavam estacionadas e onde se cobrava o imposto piso das carretas dela também partiam comboios de carretas com mercadorias¹⁶⁸.

Coincidência ou não também no ano de 1834, São Borja foi elevada à condição de Vila pelo Império do Brasil e foi instalada sua primeira Câmara de Vereadores. Os primeiros vereadores faziam parte do grupo social dos militares e estancieiros e muitos possuíam grandes extensões de terra. Segundo Flores, a Câmara constituiu-se em um “modo de afirmar o poderio social e econômico dos proprietários das estâncias de São Borja, que durante todo o século XIX alternaram-se no

¹⁶⁵ “También en la década de 1860 tuvo lugar un fuerte incremento en la población de Santo Tomé ligado AL avance ganadero y la distribución de tierras. La pacificación de la frontera del Aguapey permitió el restablecimiento de la localidad de El Hormiguero. El gobierno provincial decidió el establecimiento formal del pueblo pero instalándolo en la planta de la antigua reducción de Santo Tomé situada a pocos Kilómetros de donde se hallaba al asiento espontáneo” (SHALLER, s.d., p. 10).

¹⁶⁶ ...“aquellos habitantes, **casi todos extranjeros (grifo nosso)**, no pueden menos que desearlo ardientemente”. CENTENO, 1979, p. 33.

¹⁶⁷ A primeira comissão municipal composta pelos cidadãos Juan Savall, Victor Navajas, Aurelio López de Bertodano, Sebastián Aguerreberry, Abelardo Escalade e os suplentes Julián Barbosa e Juan José González. Entre os membros da 1 comissão figurava Juan José Gonzáles, brasileiros de 24 anos de idade (CENTENO, 1972).

¹⁶⁸ CENTENO, 1972, p. 47.

mando político"¹⁶⁹. Mas não era somente na Câmara que existia essa fusão entre poder militar e outras formas de mando, em outros cargos isso também é perceptível. Quase sempre os eleitos para os cargos de Juiz de Paz, Juiz de Órfãos e Promotores eram ligados a atividades militares e eram da classe dos pecuaristas, somente após esses, apareciam os homens envolvidos em negócios, ou seja, comércio¹⁷⁰.

O seu território era extremamente amplo, a ponto de a Câmara reclamar às autoridades provinciais da dificuldade que teria para controlar e organizar esse espaço¹⁷¹, mas a sede em si era pequena, composta por pouco mais de seis quadras de casas em volta da praça principal¹⁷². Ainda nesse ano, solicitando às autoridades provinciais a doação dos antigos prédios da Redução, ainda não ocupados, para a instalação da Câmara. Foram determinados os distritos e os limites da Vila, uma vez que, sem esses era impossível controlar a evasão fiscal. Era também necessário conhecer e cobrar os impostos sobre os escravos¹⁷³.

¹⁶⁹ Composição Câmara Municipal de São Borja na 1ª Legislatura 1834-1836: Presidente João Jose da Fontoura Palmeiro, Fabiano Pires d'Almeida, Francisco Borges do Canto, Luiz Antonio de Azevedo, Manoel dos Santos Loureiro, Manoel José da Silva Pereira, Tristão d'Araujo Nóbrega. ATA de 21-05-1834. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de São Borja e Ofício da Câmara de São Francisco de Borja 1834. AHRs. Inicialmente composta por 7 vereadores não remunerados, e com um quadro de servidores composto por 1 secretário administrativo e um porteiro. Além deles a Câmara pagava os policiais, escrivães, juizes, fiscais, médico de partido e delegados. FLÓRES, 1996, p. 105-106.

¹⁷⁰ Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 10 de jun. 1834. AHRs; Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 13 jan. 1835. AHRs.

¹⁷¹ Ofício informando divisão do município em distritos, e dizendo que existia em cada um destes um pequeno número de casas e que a distância dos distritos e entre as casas era muito grande, isto nos da uma idéia da dimensão e da dificuldade de administrar e controlar este espaço. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 10 de jun. 1834. AHRs. Em outro ofício da metade do século percebemos que esta situação não havia ainda se alterado significativamente, reclamava-se que juizes e delegados não tinham conhecimento jurídico suficiente, pois o município era composto de "estancieiros e comerciantes que nenhum conhecimento tem de jurisprudência". Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 10de fev. 1849. AHRs

¹⁷² Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 31 de maio de 1834. AHRs.

¹⁷³ Os limites foram definidos de forma precária, norte "casa da chacara do capitão Fabiano Pires de Almeida"; sul - Arroio Para-Bois"; leste - "casa de José de Souza Nunes"; oeste - "Primeira lagoa que esta na estrada que segue para Santa Luzia". Obviamente a oeste o limite era o Rio Uruguai e não a lagoa. Ata de 09-07-1834, Ata de 11-10-1834, Ata 18-10-1834. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores. Já os distritos foram divididos em número de cinco também de forma precária: 1º Distrito de São Borja divide-se pelo Uruguai, Botui, (I)Camaquã, da Estrada Geral das Tunas até a ponta do Botui; 2º Distrito da Cruz, divide-se pelo Uruguai, Ibicui, Botui, das pontas deste pela Estrada Geral das Tunas, até as ponta do Itú, enfrente a casa de Salvador Valente, até a barra do Itú; 3º Distrito de Camaquã, divide-se pelo (I)Camaquã até a latitude deste e pela Estrada Geral das Tunas, até o Inhacapedum, e por este até o Piratini, pela Capela de Santa Barbara, até o Ijuí, Uruguai; 4º Distrito de São Francisco, divide-se pelo Itú e das pontas deste até a Estrada Geral, e por esta até a vertente do campo que vai a Serra e até a barra do Ibicui; 5º Distrito de São Xavier, divide-se pelo Toropi e desse pela Coxilha que faz caída do Piratini, Jaquari, (I)Camaquã, pelo Piratini até o Inhacapedum, ate a cabeceira, ate a Serra Geral, até o Toropi. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 10 de jun. de 1834. AHRs.

Nesse mesmo período, Isabelle, viajante francês, deixou interessante relato sobre o estado do porto de São Borja, o “porto ou passo é simplesmente, uma clareira, escarpada no meio do mato”, já a vila era representada como, “um verdadeiro quartel, em torno do qual erguem-se, sem ordem regular, ranchos, chácaras, e algumas casinhas descentemente cuidadas”. Os principais comerciantes e autoridades viviam nas antigas casas dos indígenas, o comandante militar ocupava o antigo colégio dos jesuítas e o hospital, armazéns e oficinas estavam em ruínas. Como se percebe por este relato, apesar de passados 15 anos da visita de Auguste de Saint-Hilaire, a vila ainda possuía aspecto militarizado¹⁷⁴.

Obviamente a elevação à vila e a inserção da mesma na chamada Comarca das Missões, com sede em Alegrete, bem como a criação no ano seguinte de uma Alfândega, única nesse momento em funcionamento no rio Uruguai, não só aproximou, administrativamente, a vila do Império do Brasil como, consequentemente, contribuiu para criar uma maior identificação com o recente Estado Nacional.

Nesse sentido é interessante o ofício da Câmara de São Francisco de Borja de 1835 sobre os remanescentes do Regimento nº 25. Registra-se que grande parte desse retornou para suas famílias após a guerra de independência da República Oriental do Uruguai, mas que cerca de 80 homens foram levados contra a sua vontade a Porto Alegre onde serviram no regimento Nº 8 de Caçadores, mas que esperavam regressar “aos Lares Pátrios” e mereciam ser tratados com mais dignidade¹⁷⁵. Percebe-se a utilização da palavra pátria (Lares Pátrios) no sentido de lugar de nascimento e morada, a pátria enquanto lugar de moradia do cidadão. Em discussão sobre o mesmo assunto nos é apresentada outra noção de Pátria pelo vereador Francisco Borges do Canto que comentava que ele era testemunho:

[...] que os indígenas missioneiros têm sido companheiros marciais para sustentar a dignidade nacional do Brasil nesta província; firmeza de caráter não deixa dúvidas quanto ao brasileiroismo destes, pois desde a guerra de 1801 até o presente tem se conservado com patriotismo ao Brasil¹⁷⁶.

¹⁷⁴ ISABELLE, Arsène. **Viagem do Rio Grande do Sul, 1833-1834**. Tradução: Dante laytano. Porto Alegre: Martin Livreiro, 1983. p. 19.

¹⁷⁵ Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 13 de jan. de 1835. AHRs.

¹⁷⁶ Ata de 09-04-35 (ACMSB apud FLÔRES, 1996, p. 143).

Além de defender os indígenas que haviam participado da conquista de 1801 com seu irmão, e nas guerras e revoluções subsequentes, lança mão de termos como: dignidade nacional do Brasil e patriotismo ao Brasil, que nos ajudam a compreender melhor a utilização destes termos na época e a mudanças dos seus significados neste período. O discurso indica o início da mudança da noção de pátria¹⁷⁷, que aparece aqui mais próximo à noção contemporânea de pátria enquanto Estado-nação. Também não deixa de ser um discurso pensado, planejado e fruto do novo contexto. Lembramos que há poucos anos esse mesmo vereador havia presidido o congresso organizado por D. Fructuoso Rivera e que precisava nesse momento reafirmar sua identificação com o Império do Brasil. Apesar desse patriótico e retórico discurso, poucos anos mais tarde em 1838, quando foi instalado e juramentado governo republicano em São Borja, novamente esteve presente Francisco Borges do Canto, ao lado das forças farroupilhas¹⁷⁸. Isso mais uma vez mostra que as identificações nesse espaço eram mobilizadas conforme as relações do momento e que essa nova noção de Pátria (no sentido de Estado Nação) ainda convivía com noções antigas (Pátria enquanto local de nascimento ou moradia).

A política em São Borja, nesse período histórico, foi marcada pela divisão daqueles que defendiam a manutenção do Império do Brasil e aqueles que defendiam mudanças na estrutura política do Império ou mesmo a secessão do Rio Grande do Sul. Entre aqueles que se identificavam com os Farrapos estava o Capitão Manoel Coelho de Souza. Depois da Revolução ele imigrou para Corrientes estabelecendo-se em Santo Tomé, o que muitos farrapos dessa região fizeram, apesar

¹⁷⁷ A pátria tinha vários significados que coexistiam neste momento histórico. Poderia referir-se ao local de nascimento ou moradia, a cidade, a uma região, e com a difusão do romantismo a partir de 1830 passou cada vez mais a estar associada a ideia de nação (em seu sentido contemporânea de Estado-nação) (CHIARAMONTE, 2007).

¹⁷⁸ Entre aqueles que fizeram o juramento republicano estavam além de Francisco Borges do Canto, Marcelino Lopes Falcão, Manuel Pereira Escovar, Gaspar José Duarte e José Lopes Lencina. Retiraram-se da reunião sob protesto Soares da Silva, Soares de Oliveira e Alves de Oliveira. As forças farroupilhas contaram ainda com a adesão de Coronel José Ribeiro de Almeida, Tenentes Coronéis Boaventura Soares da Silva, Domingos José da Silva e Capitão Manuel Coelho de Souza. As forças legalistas contariam com apoio de Coronel Manuel dos Santos Loureiro, José e Joaquim dos Santos Loureiro, Joaquim Rodrigues Lima, Antônio Fernandes Lima, José Joaquim da Assunção, Vicente Pereira, José Fabrício da Silva, José Almeida Santos, José Antonio Guimarães, Vasco José Guimarães, Pedro Geiri Figueiredo, Antonio Cardoso, além de Correa da Silva Guimarães com um esquadrão de indígenas das missões. RODRIGUES, 1982, p. 93-94.

das resistências por parte dos governos¹⁷⁹. Já o grupo que permaneceu fiel ao Império após a Revolução continuou ocupando o alto comando da Guarda Nacional na região e muitos outros cargos públicos¹⁸⁰.

Diferentemente do que alguns autores locais relatam, a Câmara de Vereadores não teve uma posição neutra em nenhum momento da Revolução. Nos momentos iniciais do conflito, um grupo significativo de habitantes se reuniu e solicitou que a Câmara se manifestasse. A mesma enviou ofício ao Governo Provincial sustentando que faria tudo quanto fosse possível para manter a tranquilidade pública, o pacto social e “tornar homogenias as opiniões dos cidadãos. Com isso, tentava evitar a guerra civil e sustentar a união e a integridade do Império Brasileiro, a Constituição e o Trono do Imperador Constitucional o Senhor D. Pedro II”. Em anexo a este ofício havia outro documento lamentando a Revolução:

[...] os habitantes desta Vila de São Borja, penetrados de dor, por verem atear as chamas da Guerra Civil que vai incendiar esta bela Província, como consta pelas notícias e documentos, que tem aparecido nesta mesma vila e desejando consultar entre si se seria possível fazer alguma força para atalhar tão grande mal, que não só nos ameaça, já lavra em diferentes pontos da Província, e ponderando, que segundo demonstra o estado atual de cousas, o ponto em que se dirigem os fatos [...] ¹⁸¹.

Reuniram-se diversos cidadãos deste Departamento para ver se conseguiam a harmonia dos partidos, defendendo ainda a demissão do

¹⁷⁹ Em 1845 o Governo da Confederação enviou ordens aos comandantes de departamentos fronteiriços para que não permitissem a entrada de rebeldes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e seu estabelecimento em seu território, em reciprocidade o governo Imperial se comprometeu a não permitir a entrada no Brasil de dissidentes provenientes das Províncias da Confederação. Notas. 17 jul. 1845. IR. AN..

¹⁸⁰ LIMA, Antônio Fernandes. “**Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões**”. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRS. 24 de out. de 1864. AHRS.

¹⁸¹ O documento era assinado por Agostino de Souza Loureiro, Domingos Jose da Silveira, Venâncio Jose Pereira, João da Silva Ilha, Francisco de Otiz Chagas, Faustino de Carvalho Silva, Floriano José Machado dos Santos, Marcelino Lopez Falcão, Francisco da Silva Pereira, Jose Nunes de Oliveira, Mateos dos Santos Ramos, Miguel Ferreira de Sampaio, Manoel Jose da Silva Pereira, Boaventura Soares da Silva, Marcelino Lopez Falcão. O secretário Pedro Antonio Guimarães. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 07 de out. de 1835. AHRS.

comandante de armas da Província para evitar cobrir nossa Pátria de luto e sangue. Percebe-se que, nesse momento, a Câmara se posicionou contra a Revolução Farroupilha. Há duas expressões interessantes nesse documento, a utilização da palavra Pátria, associada aqui à Nação, e o empréstimo de termo usado nos países vizinhos de Departamento ao invés de Comarca ou Município. É importante também salientar que em nenhum desses documentos consta a assinatura de Francisco Borges do Canto, que em 1838, uniu-se aos Farrapos. No entanto, no ano seguinte, em ofício comemorando vitórias em Porto Alegre pelas forças Imperiais em julho de 1836 consta essa assinatura¹⁸². Após 1836, a Câmara só voltou a se comunicar em 1844, o que indica perda de contato e aumento da importância do grupo Farrapo na Vila e na região nesse período. Com o fim da revolução, os conservadores voltaram a ser maioria na política local. Manoel dos Santos Loureiro tornou-se, além de comandante da Guarda Nacional, presidente da Câmara de Vereadores¹⁸³. José Borges do Campo, em contrapartida, só conseguiu o segundo lugar para Juiz de Paz no tradicional distrito de sua família, (I)Camaquam¹⁸⁴.

No período de 1820 a 1850, contingentes populacionais oriundos de Corrientes também atravessavam para o lado brasileiro fugindo das guerras civis. Essas correntes migratórias aumentaram e diversificaram a população da chamada província das missões o que refletiu-se na formação de novos povoados na região.

São Francisco de Borja recebeu significativos contingentes

¹⁸² O ofício era assinado por: Jose de Araujo Ribeiro, Francisco Borges do Canto, Luiz Antonio de Azevedo, Jose da Trindade, Francisco Bernardo Vianna, Manoel José Pereira. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 11 de out. de 1836. AHRs.

¹⁸³ Ofício informando eleição de vereadores para quadriênio 1845-1848: Manoel dos Santos Loureiros, 139 votos; Tristão d'Araujo Nóbrega, 114 votos; João Lopes Siqueira, 112 votos; Marcelino Antonio da Silva, 84 votos; Domingos José da Silveira, 71 votos; Fabiano Pires de Almeida, 70 votos; Joaquim da Silva Lago, 58 votos. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 02 de out. de 1844. AHRs.

¹⁸⁴ Foram eleitos para Juiz de Paz: 1º Distrito de São Borja: José Dutra de Lima, 40 votos, Marcelino Antonio da Silva, 32 votos; Joaquim da Silva Pereira do Lago, 30 votos e Cesar Augusto Centeno (?), 24 votos. 2º Distrito da Cruz: Ignácio da Rocha e Souza, 39 votos; João Antonio Campos, 31 votos; José Floriano Machado, 28 votos; Pedro Antonio Pereira de Escovar, 23 votos. 3º Distrito de Camaquam: João da Cunha Silveira 47 votos; Francisco Borges do Canto, 43 votos; Felisberto José de Mello, 30 votos; Floriano Jose Machado dos Santos, 16 votos. 4º Distrito de São Francisco de Assis: Venâncio Pereira de Azambuja, 11 votos; Antonio da Souza Trindade, 11 votos; Antonio da Costa Pavão, 8 votos; João Manoel Nogueira, 6 votos. Para o 5º Distrito de San Xavier: Francisco dos Reis, 21 votos; José Joaquim Pereira Brum, 24 votos; Serafino Flores da Silva, 22 votos; João Garcia da Rosa, 14 votos. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 02 de out. de 1844. AHRs.

populacionais. A povoação do Passo, distante cerca de seis quilômetros da sede, cresceu significativamente a partir de 1845 devido a essas imigrações¹⁸⁵. A presença de estrangeiros na linha fronteira passou a preocupar, sobretudo, o Império, a ponto de, em 1848, ser ordenada a retirada da população estrangeira da fronteira. A ordem, porém, não foi cumprida. A câmara argumentou que isso “traria um mal para o município”¹⁸⁶. Isso demonstra que o número de estrangeiros que habitavam era realmente grande e que eles contribuíam com o município e eram aceitos pela comunidade. Mas para o governo nacional eles representavam uma ameaça à segurança e à soberania, o que, nos dá ideia do grau de desconfiança do Governo em relação a essas áreas fronteiriças.

Ao sul de São Francisco de Borja surgiu o povoado de São Patrício do Itaqui. No período jesuítico havia sido uma estância. Após a conquista dos Sete Povos foram doadas sesmarias naquela região e, na década de 1820, cerca de 50 famílias correntinas estabeleceram-se nesse local¹⁸⁷. Em 1821 já existiam em torno de 30 estâncias em atividade nessa região¹⁸⁸. Na década de 1830, Itaqui era composta por uns vinte ranchos, possuía uma guarda militar e um juiz de paz e foi elevada à freguesia em 1837. Na década, 1850 devido à posição privilegiada, houve um significativo aumento populacional, com a vinda de muitos comerciantes franceses e de outras nacionalidades para o povoado. Este recebeu uma mesa de rendas¹⁸⁹ e foi elevado à vila tornando-se um dos principais portos da região¹⁹⁰.

Mais ao sul surgiu o povoado de Santana Velha (Uruguaiana), que não fazia parte da Vila de São Borja, mas que era classificado,

¹⁸⁵ Entre uma das fontes para melhorar o rendimento da Câmara foi proposto taxar as casas situadas no Passo formado “quase de estrangeiros”. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 21 de jul. de 1845. AHRs. No ano seguinte a Povoação do Passo havia aumentado seu número de casas e moradores significativamente e foi então pedido e autorizado a construção de uma Capela com a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Uruguai. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 17 de out. de 1846. AHRs. Em outro ofício já do final do século pede-se a instalação de uma aula no Passo entre os alunos vários possuíam sobrenomes espanhóis. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 27 dez. 1880. AHRs.

¹⁸⁶ Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 08 de maio de 1848. AHRs.

¹⁸⁷ Entre as famílias estavam a de Dom Fernando Pires e Camilo Justiniano Ruas. MARENCO, Cláudio, e Neri Camargo. **Itaqui - 120 Anos**. Itaqui: Editoria Intermédio, 1979. p. 27.

¹⁸⁸ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 259.

¹⁸⁹ Mesa de Rendas era o local onde eram arrecadados os valores devidos por produtos entrados no município.

¹⁹⁰ ISABELLE, 1983, p. 15; MARENCO e CAMARGO, 1979; Sobre a população ver Quadro A em Anexo.

eventualmente, como parte da província das missões. Inicialmente apenas uma guarda, igualmente, aumentou sua população com as migrações de correntinos para a região. Segundo Isabelle, o povoado de Santana era formado em 1835 por uma dúzia de ranchos, as habitações eram precárias, mal fechadas e cobertas de junco¹⁹¹. Durante o período da Revolução Farroupilha, foi instalado, nessa localidade, uma Capela Curada e um posto fiscal do governo republicano. Além disso, os irmãos e generais Madariaga se exilaram na região e reorganizaram seu exército na luta contra Rosas¹⁹². Durante esse período, o passo de Santana Velha tornou-se um dos mais movimentados do rio Uruguai. Após uma grande enchente, o local do povoado foi transferido para onde hoje se situa a cidade de Uruguiana¹⁹³.

A Leste de São Francisco de Borja surgiu o povoado de Santiago do Boqueirão. Formou-se a partir de um local de pouso e paragem de viajantes, carreteiros e comerciantes que faziam a rota Missões-Porto Alegre. Isabelle viajante francês que pernitoou em uma “paragem de cima da Serra, chamada Boqueirão do Santiago”, a paragem era formada por algumas chácaras e poucas casas¹⁹⁴.

Ao norte, os povoados mais importantes eram o de Garruchos e o de São Luiz da Leal Bragança. Garruchos era um porto alternativo, muito utilizado por comerciantes da região, especialmente por contrabandistas. Já, São Luiz Gonzaga, foi o primeiro município criado na província das missões no ano de 1817, mas nunca chegou a ser instalado, tornando-se distrito da Vila de São Borja. Seu aumento populacional ocorreu durante a Revolução Farroupilha quando muitos são-borjenses migraram para esse povoado que tornou-se freguesia no ano de 1859¹⁹⁵.

Na década de 1850, um novo viajante, Avé-Lallemant cruzou a região e deixou outra impressão sobre a Vila de São Francisco de Borja. Para ele, a “pequena cidade tem ruas bem regulares, parece, todavia muito solitária e erma”¹⁹⁶ não fazendo nenhuma referência a aspectos militares, o que demonstra que a Vila de São Francisco de Borja havia

¹⁹¹ ISABELLE, 1983, p. 12-15.

¹⁹² Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1843. 5 maio 1843. AHMRE.

¹⁹³ GRIMSON, 2003, p. 65.

¹⁹⁴ ISABELLE, 1983, p. 24.

¹⁹⁵ Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 04 de jun. de 1859 (AHRS; RODRIGUES, 1982; SANTOS, 1987).

¹⁹⁶ AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 267.

mudado bastante desde a visita de Isabelle¹⁹⁷. Também percebemos por seu relato que a Vila havia se tornado um ponto de passagem e encontro de pessoas das mais diversas origens e nacionalidades, comentando sobre o almoço em que esteve na casa do Padre João Pedro Gay, sustentou que:

Quis o destino, que precisamente em casa do senhor Gay e à sua mesa eu convivesse com um mostuário de diferentes nacionalidades. Já mencionei que o Sr. Gay é uma das personalidades mais conhecidas em todo o Uruguai superior, e sua casa um ponto de reunião a toda a gente que chega e parte. Estava, pois, à mesa do almoço, além dele um senhor de Montevideu, um de Entre Rios, uma senhora índia de Corrientes, uma missioneira (isto é, índia das Missões) e afinal ainda uma senhora de pura origem espanhola, nascida no Paraguai, de onde fora obrigada a fugir, e ainda eu e meu '*spahi*', a quem três partes do mundo embranqueceram os cabelos. Assim por tão poucas pessoas eram falados o Frances, o espanhol, o português e o guarani, sendo a última língua falada, para eu ouvir, entre a jovem senhora e a índia Correntina¹⁹⁸.

Nesse mesmo período, São Borja foi elevada à condição de Comarca, estando dentro de sua jurisdição as vilas de Cruz Alta e Vacaria. Em 1860, faziam parte dessa Comarca, São Borja e São Patrício de Itaqui. Devido à distância da capital da província e as deficiências de comunicação sempre houve grande dificuldade de conseguir Juízes de Direito e Promotores para atuar nessa região, diga-se de passagem, esse era um problema que também afetava outras áreas

¹⁹⁷ A população de São Borja no período em análise sofreu várias oscilações até 1845 quanto se estabilizou. A população indígena que era a mais numerosa até 1814, 1424 indígenas em uma população total de 1536 habitantes, foi reduzida em 1827 a pouco mais de 180 pessoas. Já os escravos e libertos somavam em 1814, 112 pessoas, os brancos pouco mais de 289. Em 1847 a população livre de São Francisco de Borja era de 2419. Havendo novos dados confiáveis a partir de 1857, podemos perceber que neste ano a população livre era de 8059, havendo 64 libertos e 1240 escravos. Logo é obvio que até 1827 a população indígena era a principal força de trabalho na região e a partir de 1827 os escravos se tornam os principais trabalhadores. Voltaremos a tratar disto nos próximos capítulos. Para maiores detalhes sobre a população ver: Quadro A. E gráficos A ao F.

¹⁹⁸ AVÉ-LALLEMANT, 1980, 272.

da administração pública e judiciária¹⁹⁹.

Devido a estas migrações e ao aumento populacional diversos povoados se emanciparam na década de 1850 gerando constante mudanças nos limites municipais e nova organização dos distritos. Assim, no ano de 1854, o Governador da Província João Lins Vieira Cansansão de Sininbú determinou novos limites externos da Vila de São Francisco de Borja. Foi determinado como limites: a vertente do "Nhacapetum, contíguo à estância do Lopes, até sua foz no Piratini, e por este até sua barra no Uruguai, e pela referida vertente do Nhacapetum em direção a mais próxima vertente do Jaguari, e por este até a Serra Geral"²⁰⁰. No mesmo ano a Câmara informava sobre a nova organização dos distritos: 1º Distrito da Vila; 2º Distrito da Freguesia do Itaqui; 3º Distrito do Camaquã; 4º Distrito de São Francisco de Assis; 5º Distrito das Tunas; 6º Distrito de São Luiz²⁰¹. Em 1858 ocorreu nova organização do 1º Distrito da Vila, do 2º Distrito de Itacorubi e do 3º Distrito de São Patrício do Itaqui, infelizmente o documento não traz mais informações sobre os outros distritos²⁰². No ano seguinte devido à emancipação de São Patrício de Itaqui ocorreu a última divisão importante da década. O município ficou dividido em 5 distritos: 1º Distrito da Vila, 2º Distrito do Itacorubi, 3º Distrito do Cambaqua, 4º

¹⁹⁹ A este respeito ver: BELLO, Luis Alves Leite de Oliveira. **Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1852; COELHO, Jeronimo Francisco. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1856. p. 82; LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. **Relatório Apresentado a Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859; CUNHA, Antonio Augusto Pereira da. **Fala com que o Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a Assembleia Provincial**. Porto Alegre: Tipografia do Rio Grandense, 1866. p. 24; MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Continental, 1872. p. 4.

²⁰⁰ FLÓRES, 1996, p. 108.

²⁰¹ Em Anexo ao ofício informando sobre as mudanças havia a relação dos distritos com seus respectivos limites: 1º Distrito da Vila: divide pelo Uruguai até a foz do Botui, até a vertente, até o Ibiripuitam, deste até o Iburiaiaça e deste ao (I)Camaquã. 2º Distrito da Freguesia do Itaqui: pelo Botui, Itú, Ibicui e Uruguai. 3º Distrito de Camaquã: pelo Uruguai, foz do (I)Camaquã, pela estrada geral para Carovi, Inhacapetum, Piratini e Uruguai. 4º Distrito de São Francisco de Assis: da foz do Itú até sua vertente, do Jaquari-mirim, por este ao Ibicui e até a foz do Itú. 5º Distrito Das Tunas: foz do Iburiaçar até sua última vertente, vertente do Itú-mirim até a foz, do itú até sua última vertente na porteira de boqueirão do Santiago, encontrar primeira vertente de Jaguari-mirim, centro da Serra até o Jaguari-grande, até vertente que faz divisa com município de Cruz Alta, do Inhacapetum até Estrada Geral do Carovi, até passo do (I)Camaquã confluência com Iburiaçar. 6º Distrito de São Luiz: divide-se pelo Uruguai, arroio Santa Barba, Piratini e Ijuí. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 13 jun. de 1854. AHRs.

²⁰² Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 02 de abr. de 1858. AHRs.

Distrito do Carovi, 5ª Distrito de São Luiz²⁰³. No ano de 1859 a Câmara reclamava ao governo provincial sobre o projeto de lei que previa alterar as divisas entre São Borja e Cruz Alta, por este projeto São Borja perderia a maior parte de seu território que ficaria menor do que do recém criado município de São Patrício do Itaquí, o município seria “reduzido as condições de uma colônia nascente, ou de um aldeamento de Bugres”²⁰⁴, ao que tudo indica este projeto não seguiu adiante. Assim, apesar de todas estas mudanças o município continuava sendo um dos mais extensos da Província.

Da mesma forma que em Santo Tomé, em São Borja a questão religiosa sempre foi fundamental. Além disso, também exercia um papel de reforço a ideia de pertença à nação, uma vez que tanto em São Francisco de Borja como em *Hormiguero* e Santo Tomé, o clero tinha vínculos estreitos com as autoridades civis e militares, no caso do Brasil, também, estavam submetidos ao padroado. Uma das principais dificuldades dizia respeito à construção de uma nova Igreja, uma constante demanda da comunidade ao longo do século XIX. Inicialmente continuou sendo utilizado o antigo templo da Redução, depois se utilizou as capelas contíguas à praça central.

A demanda sobre a construção de um novo templo data da década

²⁰³ Ofício informando nova divisão dos distritos devido elevação de Itaquí a Vila. 3 junho 59. O município fica dividido em 5 distritos. 1º Distrito Da Vila: pela foz do rio Cambaqua no rio Uruguai, por este abaixo até a foz do rio Botui, por este acima até uma sanga, por esta até outra sanga, que nascendo da Estrada Geral que vai ao Itaquí deságua no Ibipuitam, por este acima até seu afluente, aquém da Serrinha do Ibohiraiaçá mais perto de um afluente do mesmo arroio Ibohiraiaçá por este abaixo até sua foz no rio Cambaqua, e por este até sua foz no rio Uruguai. 2º Distrito do Itacorubi, os limites destes distritos começam na foz do arroio Ibohiraiaçá no rio Cambaqua por este acima até a Estrada Geral que segue da vila para a de Cruz Alta e por aquela até o arroio Ibohiraiaçá e por este abaixo até sua foz no rio Cambaqua. 3º Distrito de Cambaqua, mudou era o sexto, na foz do rio Piratini no Uruguai por este abaixo até a foz do rio Cambaqua, por este acima até a foz do arroio Santo Antonio, por este acima até seu afluente mais perto do arroio do Pessegueiro, por este abaixo até sua foz no rio Piratini, e por este abaixo até sua foz no rio Uruguai. 4º Distrito Carovi, era o 4º, foz do arroio Pessegueiro no Piratini, por este acima até a foz do arroio Nhacapetum por este acima até a Estrada Geral que vai desta vila para Cruz Alta e por esta estrada até o Passo Cambaqua por este abaixo até a foz do arroio Aanto Antonio por este acima até o afluente mais perto do Arroio Pessegueiro e por este abaixo até sua foz no rio Piratini. 5º Distrito de São Luiz, era o nono, começa no arroio Santa Barbara até o rio Uruguai, pelo norte arroio Caissa deste a sua nascente na Palmas estrada para Cruz Alta até foz no Piratini e por esta abaixo até Santa Barbara, do dito arroio a sua nascente nas matas da Serra do Ijuí, divisa vertente de palmas, deságua no Jaguari, deste até serra de São Xavier. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 03 de jun. de 1859. AHRs.

²⁰⁴ Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 03 de jun. de 1859. AHRs.

de 1840 quando foram feitas requisições para o Governo da Província²⁰⁵.

Em 1845, foram remetidos os primeiros valores, mas a construção só acabou na década de 1880²⁰⁶. As principais festas religiosas eram a do Divino Espírito Santo, Corpus Christi, Santo Antônio, São João e São Pedro²⁰⁷.

De 1801 a 1803, os padres mercedários espanhóis continuaram ministrando os trabalhos nos Sete Povos. Em 1803, o padre Magalhães Rangel e Silva iniciou os primeiros assentos sob administração portuguesa em São Borja. Até 1846, São Borja esteve na condição de Capela. Nesse ano foi elevada à Freguesia. Entre todos os sacerdotes que trabalharam em São Borja o caso mais interessante é de João Pedro Gay. Este sacerdote havia sido nomeado como vigário na nova freguesia de São Francisco de Borja no ano de 1849. De origem francesa, o

²⁰⁵ Entre as obras urgentes apresentadas pela Câmara estavam: em primeiro lugar a construção de um novo Templo; segundo uma cadeia pública; terceiro uma casa para aula de primeiras letras, em completo abandono; quarto uma casa para Câmara. Para verba das obras a Câmara colocava que poderia contar com os recursos do arrendamento de 3 estâncias: São Vicente, São Gabriel e Itaroquem; no passo de S. Borja se levantava uma nova povoação “quase de estrangeiros” e que estes pagassem uma taxa anual; o rendimento de prédios urbanos; e por fim o rendimento dos dois passos, de São Borja no Uruguai e (D)Camaqua no município. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 21 de jun. de 1845. AHRs. Em documentos posteriores a obra a Igreja continuava a ser apresentada como uma das principais demandas da comunidade. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 15 de abr. de 1850. AHRs; Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 11 de ago. de 1858. AHRs.

²⁰⁶ Ver a este respeito os Relatórios dos Governadores da Província de Rio Grande de São Pedro: GALVÃO, Manoel Antonio. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Relatório de Governantes. AHRs. Porto Alegre: Tipografia do ARGOS, 1847. p. 17; ANDRÉA, Francisco José do Souza Soares de. **Relatório do Presidente de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Porto Alegrense, 1849. p. 2; FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858. p. 84; LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. **Relatório Apresentado a Assembléia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859. p. 65; LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1861. p. 34; MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. **Fala Dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1867. p. 17-18; BARCELLOS, Israel Rodrigues. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Rio Grandense, 1868. p. 15; SERTÓRIO, João. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1870. p. 14; CASTRO, José Antonio de Azevedo. **Fala dirigida a Assembléia Legislativa**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1876. p. 18; ARARIPE, Tristão do Alencar. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1877. p. 35; VASCONCELLOS, José Leandro de Godoy e. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1882. p. 33.

²⁰⁷ FLÓRES, 1996, p. 165-166.

mesmo havia chegado a Montevideu em 1842 para atender cidadãos franceses, em sua maioria comerciantes e militares, que residiam naquela cidade devido a guerra no Uruguai, foi a Santa Catarina onde trabalhou em Lages. Lecionou francês no Rio de Janeiro e, em 1848, mudou-se para Vila do Alegrete. Prestou concurso para Vigário na Corte e foi trabalhar em São Francisco de Borja, onde permaneceu em atividade por longos anos. Esse sacerdote se destacou por atuar nos dois lados do limite fronteiriço, ministrando os sacramentos em São Borja e no *Hormiguero*. Também era comum os habitantes da margem direita do Uruguai cruzarem o rio para casar e batizar seus filhos, o que, como vimos, causava grande desconforto nas autoridades correntinas e da confederação. Em 1865, trabalhou junto com os militares em todas as atividades frente à possível invasão paraguaia. Organizou e liderou a retirada da população da Vila. Além de suas atividades religiosas tradicionais, trabalhou com homeopatia com autorização do bispado do Rio de Janeiro²⁰⁸.

A escola é uma instituição fundamental na formação da ideia de pertencimento à nação. Reforçando e divulgando a língua formal, a escola igualmente acaba reforçando a ideia de nação e de alteridade, nós e os outros, nas zonas limite isso tem uma dimensão ainda maior. Conforme Hobsbawm:

A língua [...] sem dúvida não era diretamente um elemento central na formação do protonacionalismo, embora não lhe fosse necessariamente sem relevância. Contudo, indiretamente tornou-se central à definição moderna de nacionalidade, e, portanto também à sua percepção popular. Pois onde existe uma língua de elite, administrativa ou culta, por menos que seja o número daqueles que a usam, ela pode tornar-se um elemento importante da coesão protonacional [...]²⁰⁹.

A língua acaba sendo um elemento de coesão do chamado protonacionalismo por três razões principais: em primeiro lugar, ela acaba por criar uma comunidade de elite intercomunicante. Em segundo

²⁰⁸ FLÔRES, 1996, p. 168-170. Ver tabelas nos Apêndices.

²⁰⁹ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 75-76.

lugar, a partir do momento em que é expressa ela adquire uma nova fixidez. Em terceiro lugar, por meio da educação pública e da administração, ela acaba tornado-se a língua oficial e real dos Estados modernos²¹⁰.

Em São Borja a educação oficial e oficializada foi importante na construção de uma identificação com a nação, uma vez que, contribuía para difusão da língua formal e oficial que, neste caso, era diferente da língua formal e oficial ensinada do outro lado do rio Uruguai, em Santo Tomé. Outras disciplinas como História, Geografia, e Catecismo político também tinham essa função ideológica de reforço do sentimento de pertença. No entanto, é importante ressaltarmos que no caso que estamos analisando, a educação foi implementada pelo Estado em virtude da crescente demanda das populações locais e da pressão que os agentes locais exerceram nesse sentido. Nessa região fronteiriça, além de suas línguas nacionais muitos habitantes falavam uma mistura de português com espanhol e a utilização de palavras guaranis também era bastante comum nos dois lados da linha divisória.

A presença da guarda nacional foi um fator importante na fronteira. A partir de 1834, ela esteve presente na vida cotidiana de São Francisco de Borja. Antes de qualquer outra função ela era, sem nenhuma dúvida, uma das ferramentas de afirmação do poder da classe dos grandes proprietários de terra. Ao mesmo tempo era a principal força de coerção e coação sobre as classes empobrecidas da fronteira, responsável por vigiar esse amplo espaço, guarnecer seus passos dos rios, cuidar da segurança na campanha, da cadeia pública e da mesa de rendas e da coletoria.²¹¹ Foi a partir da participação na guarda nacional que emergiram diversas lideranças e que mais tarde teriam participação nas transformações sociais e políticas do final do século XIX. Foi, também, ao longo do século XIX, um importante mecanismo utilizado politicamente para criar uma clientela ou para fortalecê-la. Conforme colocou André Fertig a Guarda Nacional possuía um forte caráter clientelista que o autor define como uma “prática política fundamentada nas relações pessoais, que não distingue o interesse público do privado e na qual estão em jogo trocas de favores” entre os que detém o poder (patrão) e o que é subordinado a este poder (cliente), ainda segundo este autor:

²¹⁰ ANDERSON apud HOBBSAWM, 1990, p. 76-77.

²¹¹ ASUNPÇÃO, José Joaquim de. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões”**. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 14 de ago. de 1866. AHRs.

Os coronéis e demais comandantes da Guarda atuavam, usualmente, desde os Conselhos de Qualificação e Revista, responsáveis pela formação dos contingentes de guardas, privilegiando seus interesses particulares, concedendo favores a seus fiéis subordinados e perseguindo os seus inimigos pessoais e políticos, visto que tais esferas não se diferenciavam²¹².

Nesse sentido é especialmente interessante o ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da fronteira de Missões denunciando a nomeação de oficiais sem ouvir previamente o comando de S. Borja, segundo o comandante muitas vezes estas nomeações se davam por favores políticos, em troca de apoio nas eleições, mas existe também a preocupação de Manoel dos Santos Loureiro não perder o poder de nomeação que em última estância era uma garantia de seu próprio poder militar e político, assim o mesmo se insurge contra a ingerência do Presidente da Província, no espaço que considera seu. Esse tipo de conflito é recorrente em outros comandos²¹³.

No início de suas atividades sob comando de Manoel dos Santos Loureiro a Guarda Nacional contava com o trabalho de 50 praças do regimento número 25º, sob comando do ajudante Apolinário Pais de Oliveira. Tudo indica que os guaranis continuavam participando da atividade de defesa e vigilância da fronteira, pois o comandante sustentava que poderia suprir os guaranis com a autorização do Juiz de Órfãos de carnes das estâncias dos Povos, porém a respeito de seus soldos solicitava que o vice-governador da província desse o encaminhamento²¹⁴. Logo recebiam alimentação de seus respectivos povos, porém não recebiam seus soldos em dia, ou seja, o problema que havia gerado insatisfação em parte dos guaranis que serviam nos regimentos de fronteira em 1816 e 1828 persistiam. O contingente da Guarda Nacional ampliou-se com o fim da Revolução Farroupilha,

²¹² FERTIG, André. **A Guarda Nacional Rio-grandense: Defesa do Estado Imperial e da Nação**. Vol. 2, em Império, por Nelson Boeira, Tau Golin, Helga Iracema Landgraf Piccolo e Maria Medianeira Padoin, 71-94. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 73-74

²¹³ Ver para tudo: “Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional Fronteira de Missões.” 02 de nov de 1849. AHRs e Guarda Nacional. Alto Comando. Correspondência Recebidas. Lata 446, Maço 54. Lata 447, Maço, 55, 56. Lata 454, Maço 82-85. AHRs.

²¹⁴ LOUREIRO, Manoel dos Santos. “**Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional de São Francisco de Borja**”. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja. AHRs. 01 de nov. de 1835. AHRs.

variou de cerca de 500 homens, na década de 1850, para aproximadamente 3000, na década de 1860, durante a guerra com o Paraguai. A Guarda Nacional também foi outro instrumento de identificação com a nação. Um aspecto interessante a esse respeito é que, diferente do que aconteceu na fronteira sul da província onde a maior parte da guarda nacional aderiu a Revolução Farroupilha, em São Borja, a maior parte dos oficiais permaneceu fiel ao Governo Imperial, formando fileira com os caramurus. Assim, a “milícia fora utilizada para estimular nos cidadãos rio-grandenses um sentimento de identificação com o aparelho estatal”²¹⁵.

O governo provincial sustentava que era fundamental, para tranquilidade da província e garantia das suas fronteiras, a manutenção e a organização da guarda nacional. Buscando alcançar este objetivo decidiu dividir a mesma em comarcas, propondo para cada comarca um comandante superior. A Comarca das Missões era uma das mais extensas. Nos municípios optou-se pela criação de Legiões, sendo que a de São Borja foi reunida em 1847 à de Cruz Alta, onde já estava criado um corpo de cavalaria²¹⁶.

No período de maior mobilização, 1866, chegou a formar um

²¹⁵ FERTIG, 2006, p. 89.

²¹⁶ GALVÃO, 1847, p. 7.

batalhão com um total de 3.566 homens²¹⁷. Além da guarda nacional existia também uma guarnição de fronteira em São Borja, responsável pela vigilância da zona.

A população de São Francisco de Borja se alterou significativamente ao longo do século XIX. Em 1814, ela estava formada, majoritariamente, por indígenas sendo que estes representavam 78% (1424), ao passo que 16% (289) eram apresentados como brancos,

²¹⁷ Atuaram respectivamente como oficiais da Guarda Nacional (GN) em São Borja. No período de 1835 a 1858, Tenente-coronel comandante Manoel dos Santos Loureiro. Além deste, atuaram em 1850, Ajudante de Ordens: J. J. da V. Pain; Coronel de Legião José dos Santos Loureiro; Major de Legião José Joaquim de Assumpção; Tenente Coronel J. Correa de S. Guimarães; Major João Gualberto da Fontoura; Tenente Coronel Joaquim Rodrigues Lima; Major José da Luz Cunha Bueno. PIMENTE, José Antonio. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Acompanhado do Orçamento da Receita e Despesa para o ano de 1851**. Porto Alegre: Tipografia de F. Tomateli, 1850. No período de 1858 a 1860 Coronel Comandante Joaquim da Silva Lago. No período de 1861 a 1874 Coronel Comandante Antonio Fernandes Lima. No período de 1865 a 1870 o Coronel Comandante Antonio Fernandes Lima foi substituído em diversas ocasiões pelo Tenente Coronel Comandante interino José Joaquim de Assunção. Outros oficiais em atividade: Capitão Virgílio Alípio de Figueiredo, foi promovido a tenente coronel comandante do 3 Bat. Inf. da GN dos municípios de São Borja e Itaqui; Tenente Coronel Comandante Interino Bernardino Garcia da Rosa; Tenente Quartel Mestre Alferes da 2ª companhia Álvaro Mariense da Silva; o Alferes da 2ª companhia da GN Julio Garcia Trois. MELLO, Francisco I. Marcondes Homem de. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868. p. 6. JUNIOR, José Fernandes da Costa Pereira. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Continental, 1873. p. 8. No período de 1875 a 1876, Comandante Antonio Fernandes Lima; Major Comandante Interino Evaristo Teixeira do Amaral; Coronel Comandante Interino José Fernandes de Souza Doca. Faleceu o Coronel Antonio Fernandes Lima comandante superior da GN de São Borja e Itaqui, foi substituído interinamente pelo Major Evaristo Teixeira do Amaral. CASTRO, José Antonio de Azevedo. **Fala dirigida a Assembléia Legislativa**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1876. p. 5-14. No período de 1877, Major Comandante Interino Evaristo Teixeira do Amaral. Por ato foi destituído o Major Evaristo Teixeira da Amaral, comandante superior interino de S. Borja e Itaqui, substituído pelo Tenente Coronel Honorário do Exército Antonio José de Moura Campello. CHAVES, João. **Fala Dirigida a Assembléia Legislativa**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1878. p. 7. No período de 1878 a 1881, Pedro Antonio Pereira de Escobar. No período de 1882 a 1883 Tenente Coronel Comandante Bernardino Garcia da Rosa. Foi nomeado Coronel Comandante Superior da GN de São Borja, Pedro Antonio Pereira de Escobar, por haver sido demitido do comando o Coronel Tristão de Araujo Nóbrega Andrade, Américo de Moraes Marcondes de. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1879. p. 30-31. Foi nomeado comandante do batalhão de reserva número 9, do comando superior da GN, o Tenente-coronel José Pedro Pereira d' Escobar. SILVA, Felisberto Pereira da. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia da Livraria Americana, 1880. p. 17. Foram nomeados para GN em São Borja: Majores Ajudante de Ordens: Capitão Candido da Silva Barbosa; Tenente Manoel Augusto Rei; Capitão Secretário Geral: Felisberto Baptista da Costa; Capitão Quartel Mestre: Aparício Mariense da Silva. SOARES, Joaquim Pedro. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia Livraria Americana, 1881. p. 8. No período de 1888 a 1889, Brigadeiro Francisco Antonio Martins. TECLA, Barão de Santa. **“Relatório.”** Porto Alegre, 1888. p. 5-6.

5% (92) como escravos e 1% (20) como libertos. Já no levantamento de 1847 só aparece a população livre total (7131) e a partir daí os dados não contabilizam mais a população indígena, em parte isto ocorreu pela mudança dos indígenas de São Borja para Bela União no final da década de 20 do século XIX, por outro lado o censo não é neutro é uma maneira de construir e de pensar a nação assim a nação era pensada sem a população indígena, ou com a mesma integrada a outros conjuntos populacionais. No levantamento de 1857-1858, 86% (8059) da população é apresentada como branca (livre), 13% (1240) escravos e 1% (64) libertos. O levantamento populacional de 1860 mantém os mesmos números. Infelizmente, até o momento não encontramos mais dados do período de 1870 sobre São Francisco de Borja. O próximo dado que aparece é de 1890 que mostra uma população total de 15.958 habitantes²¹⁸.

Quanto à produção e o comércio os relatórios dos governadores da província nos dão uma ideia dos produtos com os quais São Borja mais contribuía com a Renda da Província, bem como, quais desses passavam por sua Aduana e Coletoria. Isso nos possibilita perceber as mudanças na produção e no comércio local até o início da segunda metade da centúria. Assim, até 1840, os principais produtos são o gado, seus derivados e a erva-mate. Já a partir do exercício de 1844-1845, contribuía com cabeça de gado *vacum* exportado por terra, meia siza dos escravos e carne verde. No exercício de 1845-1846 aparece o passaporte por embarcações que trafegavam no rio Uruguai. Até esse ano, a meia siza de escravos representava a maior parte da contribuição de São Borja para a arrecadação da Província, o que comprova mais uma vez a forte presença e importância do escravo na sociedade são-borjense do século XIX.

A partir de 1853 aparece a produção de cabelo, couro cavalар, farinha de mandioca e erva-mate, sendo que as maiores contribuições voltam a ser as de couro *vacum* e erva-mate, o que, também, vem reforçar a ideia apresentada anteriormente de que a maior produção

²¹⁸ É fundamental percebermos que o senso e as estatísticas são extremamente precários no século XIX, primeiro porque as informações eram relatadas pelas autoridades locais, câmaras, delegados e inspetores de quarteirão ou eclesiásticos, delegados de polícia etc, segundo porque estas autoridades não se sentiam obrigadas a prestar estas informações, assim existem muitos erros e lacunas. No caso específico de São Borja, são muito raros os momentos em que as autoridades locais prestaram informações as autoridades Províncias e Nacionais com presteza e rapidez. Ver tabela e Gráficos nos apêndices.

regional estava ligada à exploração desses produtos²¹⁹.

Durante boa parte do século XIX as identificações na região fronteiriças são muito mais locais e regionais do que nacionais. Apesar de, no Brasil, ter ocorrido uma precoce constitucionalização (1823), foi somente com a instalação da Vila em 1834, que os agentes do Estado-nação tornaram-se mais presentes em São Borja. Sua influência diminuiu durante a Revolução Farroupilha tornando a aumentar após a mesma. Já no caso de Santo Tomé, até 1853, a vida de seus habitantes girava em torno da Província-estado, o exército, as aduanas, a educação a organização político-administrativa e até mesmo a moeda eram provinciais e não nacionais.

O Estado-nacional em construção não havia conseguido, nem ao menos, sua constitucionalização. Isso foi realizado somente após essa data, notando-se, a partir de então, uma maior presença dos agentes nacionais da confederação argentina na região²²⁰. Apesar disso, é importante observarmos que nessa região coexistiam várias identificações que eram mobilizadas conforme a ordem de relações em que se apresentava.

A Guerra contra o Paraguai representou um momento culminante

²¹⁹ Ver a este respeito os relatórios dos governantes da província: GALVÃO, 1847; CASTRO, João Capistrano de Miranda. **Relatório do Vice Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Acompanhado do Orçamento para Ano Financeiro de 1848-1849.** Impresso, Porto Alegre: Tipografia do Porto Alegrense, 1848. AHRs. ANDRÉA, Francisco José do Souza Soares de. **Relatório do Presidente de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tipografia do Porto Alegrense, 1849. CAMARA, Patricio Correa da. **Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1857. LEÃO, Joaquim Antônio Fernandes. **Relatório Apresentado a Assembleia Provincial de São Pedro do rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1860. LEÃO, Joaquim Antônio Fernandes. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1861.

²²⁰ A constitucionalização da Argentina foi um processo longo e moroso e esta diretamente ligada a questão do federalismo. Em 1819 firmou-se uma Constituição que sancionou um sistema unitário, o texto foi rechaçado pela maioria das províncias do interior e litoral. Em 1820 as forças portenhas, foram derrotadas pelos exércitos dos caudillos, Francisco Ramirez e Estanislao López. O Pacto Federal (1831) por um lado, determinou o reconhecimento da liberdade, da independência e da soberania de cada província, por outro, a previsão de uma possível organização federal. Durante o período Rosista constituiu-se uma frouxa Confederação. Em 1852 Juan Manuel Rosas foi derrotado e Justo José de Urquiza assumiu o poder. O direito de representar internacionalmente a Confederação foi transferido interinamente a Justo José de Urquiza pelo acordo de San Nicolás (31 de maio de 1852), lhe caberia também fazer cumprir o Pacto Federal de 1831, convocar um congresso constituinte e sancionar o texto constitucional aprovado por este (o texto constitucional foi aprovado em 1853). A tentativa de federalização de Buenos Aires gerou novo conflito. Na Batalha de Pavón (1861), Justo José de Urquiza se dava por vencido e retirava-se para sua província (Entre Ríos), era o começo do fim da Confederação. Buenos Aires se transformará em condutora da política nacional, através do Partido Liberal dirigido por Bartolome Mitre. COSTA, 2006.

do processo de construção do Estado Nação na região fronteira. Para muitos rio-grandenses exilados desde a Revolução Farroupilha em Corrientes foi uma oportunidade de voltar a servir ao Império e ser aceito pelo mesmo. O Major reformado da Guarda Nacional, Manoel Coelho de Souza, farroupilha que morava no Departamento de Santo Tomé, se colocou à disposição do Império para lutar no conflito com o Paraguai. Oferecia o seu serviço e de mais 300 voluntários²²¹. Isto indica não só a presença de estancieiros brasileiros no departamento fronteiro vizinho, como também, que esses, assim como no Rio Grande do Sul, possuíam seus exércitos particulares em Corrientes.

Gay comenta que quase ao mesmo tempo em que chegou a São Borja a notícia da invasão da Província do Mato Grosso soube-se que uma parte das forças paraguaias estacionadas na Vila de *Encarnación*, atravessaram o rio Paraná invadindo Corrientes e passaram a construir canoas e carretas. Temia-se que o Rio Grande do Sul fosse invadido por São Borja. Soube-se em seguida que uma força paraguaia havia acampado nas pontas do rio Aguapeí, tido por limite do Paraguai e da Província de Corrientes. Foram formados 5 corpos provisórios, além de um batalhão infantaria da guarda nacional em São Borja para defender a Fronteira²²². Colocou ainda que em 8 de maio tiveram “a notícia de que as forças paraguaias tinham passado o rio Aguapeí (limites do Paraguai) e tinham penetrado no Departamento correntino de São Tomé, e que, a marchas forçadas, elas se dirigiam sobre o Povo do mesmo nome”²²³.

Em vista disso a população de Santo Tomé começou a se retirar e quando os paraguaios invadiram a vila dia 9 encontraram poucas pessoas. No dia seguinte a população de São Borja começou a migrar para campanha. Comenta que faltavam coisa básicas as forças brasileiras, poucos tinham fardamento vários “soldados se achavam quase nus, e outros cobriam-se com farrapos; ou porque fossem recrutados sem terem tempo de levar sua roupa, ou porque por pobres não a tivessem. Acontecia também que as poucas munições de guerra, que foram distribuídas aos soldados, não serviam para as armas que levavam”²²⁴.

²²¹ LIMA, Antonio Fernandes. “**Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira de Missões**”. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaqui. AHRs. 24 de outubro de 1864. AHRs.

²²² GAY, João Pedro. **Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai**. Porto Alegre: Caxias do Sul: Instituto Estadual do Livro; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1980. p. 23.

²²³ *Ibid.* p. 25.

²²⁴ GAY, 1980. p. 26.

O coronel Fernandes Lima permaneceu acampado no Passo das Pedras e poderia ter atacado junto com as forças correntinas os Paraguaiois em Santo Tome podendo ter conseguido grande vitória, mas isto não se deu.

Poucas forças permaneceram em São Borja.

Ficaram somente em São Borja, de reserva, 30 praças mais ou menos, capazes de pegar em armas; no Passo de São Borja, a seção de infantaria da Guarda Nacional, com 100 praças mais ou menos, afora os licenciados. O Corpo Provisório nº 28 ficara sempre em São Mateus, além do rio (I)Camaquã. Apenas os quatro Corpos acima citados tinham se afastado uma légua da Vila de São Borja, como se da hora fixa de sua retirada os paraguaiois tivessem tido aviso, estes, que desde alguns dias o Coronel supunha já no Paraguai, se apresentaram em grande número nas coxilhas aquém de São Tomé, tendo corrido com as forças correntinas do Coronel Paiva, que dessa vereda se retirou ao sul do rio Aguapeí, junto ao Povo da Cruz, e não compareceu mais²²⁵.

Na realidade, o Comando da Guarda Nacional de São Francisco de Borja demorou em perceber e reagir à invasão. Como podemos constatar pela documentação, o governo Provincial e Imperial vinha enviando materiais bélicos, fardamento e cavalos para a região, porém em número insuficiente²²⁶, mesmo sabendo do deslocamento das forças paraguaias pela fronteira de Corrientes e margem do rio Uruguai, o comando da guarda nacional argumentava que os mesmos, até então, não haviam praticado saques e que “as forças paraguaias não tocaram, por onde passaram, mais que em cavalos, respeitando todos os interesses, dos moradores e marchando sempre em ordem”²²⁷, uma imagem bem diferente da que passou para a história. Em outro ofício,

²²⁵ Ibid, p. 28.

²²⁶ LIMA, Antônio Fernandes. “**Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira de Missões**”. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 10 de abril de 1865. AHRs.

²²⁷ LIMA, Antonio Fernandes. “**Ofício do Comando da Guarda Nacional da Fronteira das Missões**”. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 24 de maio de 1865. AHRs.

novamente, há o relato da aproximação de forças paraguaias na fronteira com Corrientes, mas os comandantes acreditavam que era somente para observação²²⁸. Souza Docca comentou a este respeito que muitas autoridades na Província de São Pedro não acreditavam que os paraguaios iriam invadir e consequentemente demoraram a reagir²²⁹.

O coronel Antonio Fernandes Lima teria informado que:

[...] a força paraguaia acampada aquém do Paraná ‘poderá montar 10.000 homens mais ou menos, composta quase na sua totalidade de meninos e velhos que quase nem dentes têm’, e acrescentou: ‘As notícias acima são verídicas porque o oficial e praças que mandei ao outro lado do Uruguai são de toda confiança. As forças paraguaias, naquele ponto, me parecem para aparentar e nada mais’²³⁰.

E dizia também que tinha

[...] convicção de que esta força não veio até esta altura mais do que para levantar os gados e mais animais daquela fronteira” e acrescentou “Até esta data não tentaram invadir nossa fronteira, nem creio que tentem, mas se porventura o quiserem fazer, oporei toda resistência possível a repeli-los”²³¹.

Após ocupar a cidade de Corrientes²³², cinco mil homens das forças paraguaias seguiram pelo lado Argentino, sete mil entraram no território brasileiro por São Borja. Enquanto em Corrientes e em *Paso de Los Libres*, os Paraguaiois obtiveram apoio de setores dissidentes correntinos, em São Borja e Uruguiana a população civil abandonou a

²²⁸ Ibid.

²²⁹ DOCCA, E. F. Sousa. “Segunda Parte.” In: **Invasão paraguaia na fronteira brasileira do uruguai**, por João Pedro Gay, 158-381. Porto Alegre; Caxias do Sul: Instituto Estadual do Livro; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindez; Universidade de Caxias do Sul, 1980.

²³⁰ Ofício de 24-4-1865. In: DOCCA, 1980, p. 162.

²³¹ Ofício de 13-5-1865. In: Ibid.

²³² Os Paraguaiois ocuparam Corrientes e apreenderam dois vapores argentinos “Gualequay e Vinte e Cinco de Março” seguiram-se invasões em outros pontos da Província levando a Argentina a declaração de Guerra. SARAIVA, José Antonio. **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio Mercantil, 1866. pp. 5-12.

cidade. As forças paraguaias concentraram-se no passo do *Hormiguero*, somavam mais de sete mil homens. Após algumas investidas, os primeiros soldados paraguaios conseguiram desembarcar no lado brasileiro do rio Uruguai²³³. Enquanto a população são-borjense fugia, uma pequena guarnição de pouco mais de 100 homens combateu as forças paraguaias atrasando as mesmas²³⁴. O cônego Gay narrou o momento de fuga da população:

A população estremecia de susto. Só se ouviam gritos e lamentações pelas ruas que estavam apinhadas de gente. Homens, senhoras, mulheres e crianças, e maior parte descalços com lágrimas nos olhos, com os cabelos desgrenhados, carregando à cabeça e nos braços um filho e um atado de roupa, procuravam fugir, e tomavam indistintamente a direção que julgavam oposta à do inimigo²³⁵.

A maior parte da população evadiu-se da Vila a pé, a cavalo, em carretas, muitas vezes levando apenas a roupa do corpo, em direção a São Francisco de Assis e a outros pontos da província, houve casos de famílias que passaram os próximos meses viajando e só pararão em Taquari²³⁶. A Vila de São Borja foi ocupada e saqueada, o mesmo ocorrendo nas estâncias e chácaras do entorno e no caminho para Itaqui e Uruguiana²³⁷.

²³³ GAY, 1980.

²³⁴ “Seriam 10 horas da manhã, quando se avistou uma coluna, constituída de tropas e grande número de carretas, cobrindo quase toda a extensão que separa Santo Tomé do Formigueiro” (FREITAS, 1953, 89).

²³⁵ GAY, 1980, p. 52.

²³⁶ Ofício solicitando auxílio pecuniário para que Felisberto Baptista da Costa (secretário da câmara) volte a São Borja onde foi visitar a família que havia fugido da invasão paraguaia e que de julho a setembro viveu em carretas até chegar a cidade de Taquari. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 07 de maio de 1866. AHRs.

²³⁷ GAY, 1980, p. 61. Durante e após o conflito com o Paraguai súditos brasileiros de São Borja, Itaqui e Uruguiana pleitearam indenização pelos prejuízos sofridos com a invasão. As indenizações foram assumidas como dívida de guerra pelo Paraguai. Correspondências dos Presidentes de Província IJJ 9. AN.

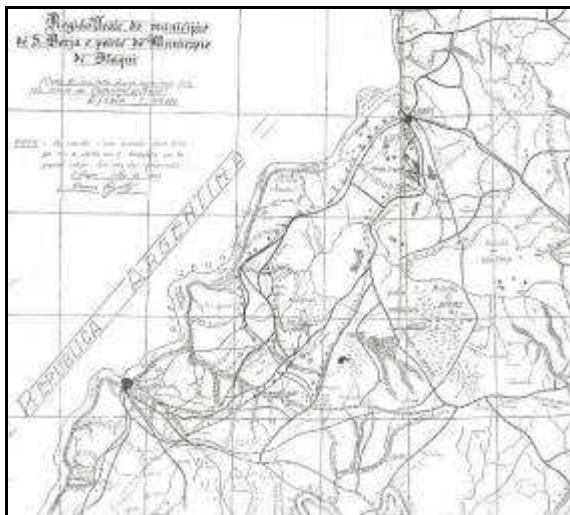


Figura 5: Mapa – Croqui com a movimentação das forças durante a invasão paraguaia a Província de Rio Grande de São Pedro.

Fonte: FREITAS, 1953, p. 120.

O subsequente cerco à Uruguaiana pelas forças aliadas marcou uma presença simbólica dos Estados nacionais na região. Havia a presença dos governantes, do Imperador do Brasil e do Presidente Argentino, além do alto comando das operações. Após a retomada de Uruguaiana D. Pedro II,

[...] desejando conhecer o teatro de operações onde invadiram as forças paraguaias, embarcou a 25 de setembro no vapor “Onze de Junho” e subiu o Uruguai, visitando Itaqui e São Borja, chegando a Vila a 27; na outra manhã desembarcou e visitou a sede, onde permaneceu todo o dia, voltando a tarde para Itaqui. Acompanhavam-no o Almirante Tamandaré e os vigários de Itaqui e São Borja, além de sua comitiva²³⁸.

Durante todo o conflito com o Paraguai, São Borja converteu-se em um dos principais portos de passagem das forças aliadas. Foi instalado, na Vila, um armazém de armas e um hospital militar, também

²³⁸ RODRIGUES, 1982, p. 109.

foi instalado, no passo, uma balsa para transporte de cavalos. Se no início do conflito foi mais fácil para o governo fazer requisições e convocações, com o passar do primeiro ano da Guerra isso se tornou cada vez mais difícil. A Guarda Nacional foi uma ferramenta para capturar homens aptos à guerra e para levá-los, quase sempre contra a vontade, para lutar no Paraguai. As deserções tornaram-se cada vez mais recorrentes e a captura dos desertores cada vez mais difícil, pois os mesmos se homiziavam nas matas e nas serras da região, tanto de Missões como de Corrientes e alguns conseguiam até empregos socialmente valorizados como de policiais²³⁹.

As forças dos exércitos nacionais recém reformadas e o

²³⁹ Ofício acusando que alguns comandantes superiores davam salvo condutos a desertores. ASUMPCÃO, José Joaquim de. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões”**. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 14 de ago. de 1866. AHRs. Ofício colocando que soldados dispensados recusavam-se a voltar a guerra e que iria se tomar providências para obrigá-los. ASUMPCÃO, José Joaquim. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões”**. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 24 de out. de 1866. AHRs. Ofício ordenando recrutamento de cidadãos dos 18 a 35 anos de idade para GN. E que estavam trabalhando dia e noite para capturar os desertores, mas que era muito difícil capturá-los, pois os mesmos se embrenhavam em matas e serras abandonando tudo que tinham. ASUMPCÃO, José Joaquim. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões”**. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 24 de out. de 1866. AHRs. Ofício comunicando que não havia mais homens para servir na comarca das missões, pois o Barão do Herval havia levado todos os possíveis para o Paraguai, assim esta fronteira encontrava-se desguarnecida, os que permaneceram na guarda nacional eram todos inválidos. ASUMPCÃO, José Joaquim. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões”**. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 13 de maio de 1867. AHRs. Ofício informando a organização de polícia volante para captura de desertores e perseguir criminosos na comarca, duas estavam em atividade. LIMA, Antônio Fernandes. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões”**. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 16 de jun. de 1867. AHRs. “A pequena guarnição desta fronteira é composta na maior parte de homens chefe de famílias por que havendo pelos municípios grande número deles, no caso de ocuparem as fileiras do Exército, estão concentradas nas matas e nas selvas do Uruguai e dificilmente se consegue a captura de um, ainda mais quando não há uma polícia, que os traga perseguidos”. LIMA, Antônio Fernandes. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões”**. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 4 de out. de 1868. AHRs. Ofício com anexos informa que o comando ordenou novamente a captura de desertores, e que recebeu informações de que encontravam-se desertores empregados na polícia de São Francisco de Assis e sobre isto pediu esclarecimentos ao sub delegado e que se confirmada a informação os mesmos seriam detidos. LIMA, Antônio Fernandes. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões”**. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 02 de dez. de 1871.

monopólio da violência contra os Paraguaiois foram fatores que contribuíram para um maior sentimento de nacionalidade no espaço fronteiriço. A Guerra do Paraguai acabou fortalecendo, ainda mais, o poder central e também sua principal arma de coerção física: o exército. Grande parte das elites provinciais teve dificuldades de perceber esse fortalecimento. O caminho para a consolidação do Estado-nação estava definido e, desse momento em diante, "as aventuras bélicas emergidas dos particularismos regionais estavam condenadas ao fracasso"²⁴⁰. A violência residual que, ainda persistiria por longos anos, não impediu que se delineassem as bases de uma comunidade política mais ampla na Argentina e no Brasil.

Nas palavras de Buchbinder:

A Guerra do Paraguai, iniciada em 1865, constituiu uma instância particularmente importante neste processo de consolidação do estado nacional em todo o âmbito da República já que fortaleceu os mecanismos de sujeição violenta dos grupos locais ao poder nacional²⁴¹.

A Guerra do Paraguai também deu maior visibilidade a essa fronteira e ocasionou uma maior diversificação da produção local que continuava se desenvolvendo. Ocorrem, cada vez, mais referências à produção ligada às pequenas propriedades e até então não tradicionais, como feijão e fumo; também aparece a produção de lã, fruto do aumento da produção de ovinos na região; produtos derivados da produção suína, como banha, lombinho; fabricação artesanal de bolacha, sabão e aguardente. A indústria madeireira aparece com produtos como toras de madeiras, pranchas de madeiras, pranchões, mourões e até mesmo a produção artesanal de tamancos. Isto indica não só uma maior exploração das áreas florestais da região, bem como coincide com a crescente privatização de terras públicas²⁴². Obviamente, no final do século XIX, a produção deve ter se diversificado ainda mais, porém, os

²⁴⁰ "las aventuras bélicas emergidas de los particularismo regionales estaban condenadas al fracaso". BONAUDO, Marta. "Federalismo: El caso argentino en los siglos XIX y XX." In: **Histórias Regionais do Cone Sul**, por Flávio Heinz e Ronaldo Herrlein Jr., 45-57. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 50.

²⁴¹ BUCHBINDER, 2004, p. 108.

²⁴² Ver a este respeito os relatórios dos governantes da província: CASTRO, João Capistrano de Miranda e. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1870. MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Continental, 1872.

relatórios dos governantes desse período não trazem mais tabelas pormenorizadas da produção nos municípios.

Como podemos perceber por nossa narrativa até este momento, uma série de ações políticas e comerciais foram tomadas com o objetivo de consolidar a fronteira, afirmar e construir o sentimento de pertencimento ao Estado Nacional tanto na margem esquerda quanto na direita do rio Uruguai. Ocorreram distribuições de terras, fixação de forças e destacamentos militares, estabelecimento de freguesias, fundação de povoados e vilas, construção igrejas e de capelas, criação de mesas de arrecadação fiscal (primeiro pelas províncias, depois de pelos Estados nacionais), instalação de aulas, participação em eleições. Além disso, o Estado se fez cada vez mais presente, através de seus agentes, comandantes, juízes e fiscais. O cidadão comum também passou a perceber a presença do Estado, muitas vezes ocorrendo por meio de cobrança de taxas e impostos, recrutamentos, ações judiciais e repressão às práticas costumeiras locais. Assim sendo, lentamente foi se construindo uma diferenciação identitária entre os habitantes da margem esquerda e direita do rio Uruguai. Isso não impediu que esses mesmos habitantes procurassem se auxiliar em futuros momentos de crise, como no período de centralização política na Argentina, após 1880, e no período de transição do Império para a República no Brasil após 1889, essas temáticas e o aprofundamento das questões relacionadas a este período serão tratada nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2: OS CAMINHOS PARA SÃO FRANCISCO DE BORJA

Ao longo do século XIX, muitos escravos que sobreviviam e trabalhavam na fronteira oeste do Rio Grande do Sul utilizando os inúmeros passos e as inúmeras ilhas do rio Uruguai fugiram para a Confederação Argentina em busca da liberdade. Muitos, de lá, nunca mais voltaram, mas conseguiram manter a liberdade alcançada. Outros foram extraditados e reescravizados no Rio Grande do Sul. De qualquer modo, as lutas pela liberdade dos escravos prófugos permitiram perceber o negro como um agente e protagonista nessa história.

Tanto São Borja como Santo Tomé estavam localizadas a grandes distâncias de suas metrópoles políticas, sejam regionais ou nacionais. Existiam inúmeros caminhos para se chegar a esses povoados, porém, em sua grande maioria, eram caminhos precários e difíceis que acabavam encarecendo os produtos e consequentemente o custo de vida. Em virtude disto, o rio Uruguai tornou-se o caminho por excelência para viajantes, moradores, comerciantes e contrabandistas. Foi espaço de articulação de criação de vínculos entre os habitantes de um ou de outro lado da fronteira. O isolamento das duas comunidades também fez com que as mesmas se aproximassem, respectivamente, a fim de que superassem suas dificuldades.

2.1 CAMINHOS DA LIBERDADE: FUGAS DE ESCRAVOS NA FRONTEIRA

Ao cair da tarde, chegou aqui o homem que, outro dia, me recebeu em sua casa; conversamos muito sobre a província das Missões. Disse-lhe que estava admirado dos estancieiros ricos desta província não possuírem negros, em vez de alugar peões a oito e a doze patacas por mês²⁴³.

Esta frase já foi motivo de muita controvérsia na historiografia, pois fez supor, erroneamente, que não havia trabalho escravo nas missões nesse período. Já outro viajante colocava que se viam em São Borja “numerosos negros”, mas que estes não tinham a mesma proporção que a população branca, estando em menor número.

Conforme Zarth a partir da década de 1830, devido a uma maior

²⁴³ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 357.

estabilidade política, as estâncias se multiplicaram na região Missioneira e passaram a utilizar com mais frequência o trabalho cativo. Um dos poucos documentos que demonstram a regularidade do trabalho escravo nas Missões é o relatório sobre as estâncias, proprietários, criação e trabalhadores existentes no termo de São Francisco de Borja em 1857. Neste relatório em um total de 663 trabalhadores, 153 eram escravos, 171 capatazes e 339 peões, ou seja 23,07% de escravos. Por outro lado, a relação entre os estabelecimentos e os números de cativos mostra um percentual reduzido, um cativo para cada 3,7 fazendas. A tabela 1 abaixo deixa mais evidente essas relações.

Tabela 1: Trabalhadores Livres e Escravos nas Estâncias de São Borja

Total de Estâncias: 568		
Animais marcados	Trabalhadores	%
84.820 vacuns	171 capatazes	25,79
43.205 cavaleiros	339 peões	51,14
	153 escravos	23,07
Total 128.025	663	100

Fonte: ZARTH, 2002, p. 119.

Ainda segundo Zarth, os escravos eram mais utilizados nas grandes propriedades onde o proprietário e seus familiares não davam conta de realizarem todos os trabalhos sozinhos. Além disso, o alto preço do escravo e a proximidade com a Argentina desestimulavam a aquisição de escravos pelos pequenos e médios proprietários. Nas estâncias os escravos estavam envolvidos em várias atividades como de campeiros, domadores, roceiros, canoeiros, alfaiates, cozinheiros, sapateiros, além de muitos outros se dedicarem a trabalhos domésticos²⁴⁴.

Os escravos também estavam envolvidos no trabalho nas pequenas indústrias artesanais da região missioneira. No “Mapa demonstrativo das oficinas estabelecimentos e fábrica do município de São Borja”, organizado no ano de 1858, 35% dos 297 trabalhadores eram escravos e nas fábricas de farinha de mandioca estes chegavam a representar 65% dos trabalhadores. A tabela 2 abaixo esclarece melhor os dados existentes.

²⁴⁴ ZARTH, Paulo Afonso. A Estrutura Agrária. Vol. 2. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. PADOIN, Maria Medianeira. **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. Pp. 187-213. p. 193.

Tabela 2: Trabalhadores Livres e Escravos nas Oficinas de São Borja

Estabelecimento	Nº	Valor da Produção	Trabalhadores	
			Livres	Escravos
Fabr. Farinha de mandioca	25	30:750\$000	30	56
Fabr. Cana-de-açúcar	3	6:750\$000	6	7
Fabr. De velas	9	10:300\$000	18	4
Engenhos de serrar	4	12:000\$000	14	2
Engenhos de erva-mate	1	9:000\$000	8	0
Olarias	11	46:000\$000	21	8
Padarias	12	29:200\$000	16	13
Ourives	5	37:500\$000	8	0
Funilarias	3	5:200\$000	7	0
Sapatarias	5	12:000\$000	7	3
Alfaaiatarias	7	52:500\$000	10	4
Marcenarias/carpintarias	9	30:140\$000	14	4
Ferrarias	8	19:896\$000	12	5
Chapelaria	1	2:800\$000	2	0
Estaleiros	4	24:000\$000	15	0
Tamanqueiros	1	2:800\$000	3	0
Totais	108	330:000\$000	191	106

Fonte: ZARTH, 2002, p. 121.

Os vários escravos que viviam nessa extensa zona fronteira buscavam a liberdade cruzando o rio Uruguai e escondendo-se nas províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios. Segundo Grinberg muitos desses escravos, conscientes ou não desse processo, fugiam do Brasil por suas fronteiras e muitos acabaram se beneficiando do conceito de solo livre, argumentando em ações pela liberdade de que haviam adquirido esta condição ao pisar em solo onde a escravidão não mais existia. Mas a autora também nos alerta para a dualidade da fronteira, que significava liberdade para alguns, mas também poderia ser considerada escravidão, uma vez que, esses escravos poderiam ser extraditados ou mesmo ser sequestrados nos países vizinhos e reescravizados no Brasil²⁴⁵.

Na Argentina existiu, a partir do processo de independência, uma tendência a abolir o tráfico de escravos e a acabar com a escravidão. Em 1812, a Argentina já havia estabelecido que “todos aqueles que

²⁴⁵ GRINBERG, Keila. “Escravidão e Relações Diplomáticas Brasil e Uruguai, século 19.” **4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 2009. Disponível em: <<http://www.historiaunirio.com.br>>. Acesso em: 15 set. 2012.

nascessem no novo país seriam livres”²⁴⁶ mesmo se fossem filhos de escravos. Porém, pouco tempo depois esta decisão foi revertida e a emancipação final dos escravos ocorreu somente em 1853 e foi confirmada constitucionalmente em 1860. De acordo com Grinberg:

Entre as diversas leis do ventre livre nos anos 1820 e a abolição final da escravidão nas décadas de 1840 e 1850, o número de escravos rapidamente diminuiu nos países da América Hispânica. Na mesma época, cerca de 35% da população do Rio Grande do Sul era composta por escravos. Ao longo do século XIX, a província era a terceira em número de população escrava (atrás apenas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais)²⁴⁷.

A fuga de escravos para os territórios do antigo Vice-Reinado do Prata preocupava as autoridades. Em 1813 o governo português reclamava contra o decreto que considerava “livre todo e qualquer escravo de país estrangeiro que passasse a esse território pelo simples fato de o haver pisado”²⁴⁸ e que muitos escravos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul estavam fugindo para o território das Províncias Unidas do Rio de Prata. Devido a pressão de Portugal e da Inglaterra, Buenos Aires acabou revogando o decreto, abrindo um precedente para que os senhores de escravos reivindicassem a devolução dos que fugissem²⁴⁹. As lutas de independências e mais tarde as revoluções e guerras na região platina foram momentos importantes da luta pela liberdade individual dos escravos, muitos destes participaram destes episódios na esperança de conquistar suas cartas de alforria.

No Brasil a lei de 07.11.1831 estabeleceu que seriam considerados livres todos os escravos que a partir daquela data vindos de fora entrassem no território do Império. Mesmo que a lei nunca tenha sido aplicada em todos os seus efeitos, vários escravos que cruzaram a fronteira de volta da Argentina ou Uruguai foram aos tribunais reivindicar a liberdade baseados nessa lei. Argumentavam que ao terem

²⁴⁶ GRINBERG, 2009, p. 2.

²⁴⁷ Era a terceira em números proporcionais. Ibid., p. 3.

²⁴⁸ Ibid., p. 4.

²⁴⁹ GRINBERG, Keila. “Escravidão e liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa.” **Cadernos do CHDD**. 2007. Disponível em: <<http://www.historiaunirio.com.br>>. Acesso em: 15 set. 2012.

pisado em solo livre e retornado ao Brasil haviam adquirido automaticamente a liberdade. Estes argumentos muitas vezes garantiram a liberdade aos escravos fugidos e contrariaram os senhores dos mesmos.

Para os advogados que impetraram ações nesse sentido:

Os casos ocorridos na fronteira sul do Império brasileiro, especificamente, relativos aos escravos que cruzaram a fronteira com o Uruguai (mas também com a Argentina, Paraguai e Peru), configuravam reescravização, já que estes escravos deveriam ter conquistado suas liberdades pelo simples fato de terem cruzado a fronteira e pisado no solo destes países²⁵⁰.

Tais argumentos já haviam sido utilizados em outras ocasiões, na França e na Inglaterra, para garantir a liberdade a escravos provenientes do Caribe, bem como nos Estados Unidos para garantir a liberdade a escravos que cruzassem dos estados escravistas para os estados livres de escravos.

Segundo Acruche a “rota Missões-Corrientes era conhecida pelos ministros do Império na década de 1830 como caminho por onde os cativos fugiam e acabavam chegando ao ‘solo livre’”, e o rio Uruguai era considerado o caminho natural em busca da liberdade almejada²⁵¹. Assim, as fugas através da fronteira Brasil-Argentina tornaram-se um problema para os senhores de Escravos do Rio Grande do Sul e para os representantes do Império na Confederação Argentina. No entanto é importante fazermos uma ressalva, uma vez que a Confederação Argentina somente aboliu a escravidão em 1853, somente após esta data é que poderia ser argumentado que o escravo havia pisado em solo livre, antes disso o argumento favorável à liberdade teria que ser ancorado na lei de 1831.

Em São Borja, em abril de 1848, o delegado de polícia informava que estava realizando o levantamento de todos os casos de fugas de escravos para as províncias vizinhas apurando o nome dos proprietários

²⁵⁰ GRINBERG, Keila. “A Fronteira da Escravidão: a noção de “solo livre” na margem sul do Império brasileiro.” **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Disponível em: <<http://www.historiaunirio.com.br>>. Acesso em: 15 set. 2012. p. 3.

²⁵¹ ACRUCHE, Hevelly Ferreira. “Para o Além - Fronteira: Nações e Relações Bilaterais entre Brasil e Confederação Argentina.” **Caminhos da História**, Varrouas, v. 7, Edição Especial. 2011. Disponível em: <<http://www.uss.br>>. Acesso em: 15 set. 2012. P. 103.

dos escravos e o nome dos escravos fugitivos²⁵². O governo de Corrientes, por sua vez, prometia devolver qualquer escravo que fugisse para seu território conforme estipulava a lei de 1838²⁵³. O caso mais conhecido de fuga de escravos ocorreu em outubro de 1849. O Coronel Manoel dos Santos Loureiro deu queixa ao governo de Corrientes sobre a fuga de 8 escravos de sua propriedade pedindo soluções. O número de escravos era bastante significativo já que as propriedades da região não tinham uma grande densidade de escravos. Segundo o Coronel o mesmo havia enviado carta ao governador de Corrientes com o objetivo de que o governo daquela província desse o devido atendimento. O Governador Benjamin Virasoro respondeu dizendo que se tratava de uma questão de direito internacional, não lhe cabendo resolver o assunto e que o mesmo deveria ser solucionado pelo responsável pelas relações internacionais da Confederação Argentina, Juan Manuel de Rosas. Então o Coronel Manoel dos Santos Loureiro enviou correspondência ao governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, “a fim de que pelos canais competentes sejam reclamados ao Ditador Rosas”, para obrigar o mesmo a tomar providências. Dizia que:

Por esta ocasião cumpre observar a Vossa Excelência que como Brasileiro, e amigo da paz e tranquilidade do meu país, que se o Governo Imperial não tomar medidas enérgicas e fortes para abater o mal que estão sofrendo os Rio-grandenses com as continuadas fugas de seus escravos para os Estados vizinhos, pela proteção escandalosa e decidida, que ali encontram, mui breve terá lugar um rompimento de hostilidades com a Província de Corrientes, cujas consequências não poderá depois o mesmo governo evitar²⁵⁴.

Juan Manuel de Rosas informou que havia ordenado que todos os casos de reclamação sobre fuga de escravos fossem remetidos a ele e que os governos da província de Entre-Rios e Corrientes, capturassem e devolvessem aos súditos brasileiros qualquer escravo fugitivo²⁵⁵. Foram

²⁵² Correspondências Delegados de Polícia São Francisco de Borja 3 de abril de 1848. AHRs.

²⁵³ Ofício. 23 maio 1848. Sala X. AGN. Ofício 8 jun. 1848 Sala X. AGN. Ofício. 20 ago. 1848. Sala X. AGN.

²⁵⁴ LOUREIRO, Manoel dos Santos. **Ofício. Correspondência Recebida.** Comando Superior São Francisco de Borja - Itaqui 5 jun. 1849. AHRs.

²⁵⁵ Nota. 43 e 44. 23 out. 1849. Souza, 1850 A 2.

remetidos para Entre-Rios e Corrientes a relação de escravos fugidos do Brasil e o governo da Confederação se comprometeu a devolver os que fossem encontrados²⁵⁶. Infelizmente, não conseguimos descobrir se Manoel dos Santos Loureiro conseguiu seu intento de reaver seus escravos.

Dessa maneira, o Coronel Loureiro tornava público um problema privado. O mesmo proferiu um ultimato ao Governo Imperial exigindo solução. Essa ameaça não era apenas uma bravata, uma vez que, o Coronel Manoel dos Santos Loureiro era comandante da Guarda Nacional da fronteira de Missões e, portanto tinha poder militar para impetrar uma ação armada em território da província de Corrientes. Além disso, tal atitude já tinha precedentes na história diplomática do Império, pois a Guarda Nacional já havia, em outras ocasiões, entrado em território estrangeiro buscando capturar escravos fugitivos.²⁵⁷ O trecho citado também revela que o número de escravos fugitivos era significativo e que o Coronel Loureiro não era o único senhor descontente com essa situação.

É importante que digamos também que no contexto dessa reclamação não existia nenhum acordo entre a Confederação Argentina e o Império do Brasil, o que só ocorreria mais tarde. No entanto, existia uma lei de Corrientes que garantia a devolução de escravos fugidos do Brasil a seus senhores, além disso, a escravidão ainda não tinha sido completamente abolida na Confederação Argentina. Diferentemente do que ocorria em casos análogos na fronteira Brasil-Bolívia, que considerava o direito à liberdade um princípio basilar para suas negociações internacionais²⁵⁸. Neste caso específico a questão em torno do solo livre e do “princípio de liberdade” não foi levantada pela Confederação Argentina que aceitou as reivindicações do Império do Brasil e se comprometeu a devolver os escravos fugitivos.

A fuga de escravos para a Confederação Argentina preocupava, sobremaneira, o Governo Imperial, pois tocava num ponto fundamental que era da legitimidade do sistema escravista e do direito de propriedade sobre

²⁵⁶ Nota. 45. 19 de Nov. de 1849 e Nota. 46. 13 de Jan. 1850. Souza, 1850 A 2.

²⁵⁷ A Guarda Nacional já havia invadido o território da Bolívia buscando capturar escravos fugitivos. CALDEIRA, Newman di Carlo. “Brasil e Bolívia: Fugas Internacionais de Escravos, Navegação Fluvial e Ajustes de Fronteira”. **Revista Flonteiras**, Dourados, MS, V 11, n. 19, p. 249-272. jan./jun. de 2009.

²⁵⁸ No caso de fuga de escravos para a Bolívia a interpretação do direito natural e das gentes foi favorável aos escravos considerados asilados e os pedidos de extradição e de criação de um acordo sobre o assunto geraram forte resistência por parte do governo boliviano, tampouco adiantou a defesa que os representantes do Brasil fizeram do direito de propriedade. CALDEIRA, 2009.

os escravos. No relatório do Ministério de Relações Exteriores do ano de 1856 em relação a fugas de escravos se ressaltava que o caso da República Oriental do Uruguai era considerado análogo ao da Confederação Argentina e logo se aplicavam os mesmos princípios que eram:

Que estando o Povoado separado apenas pelo rio e a pouca distância do outro país, os escravos que em ato contínuo ao de serviço doméstico transpusessem a fronteira não seriam considerados libertos e sim fugitivos. O escravo só seria considerado liberto se fosse obrigado pelo seu senhor a prestar serviço no outro Estado, não aproveitando nunca o fato de ali se achar, momentaneamente, contra a vontade de seu senhor.

Somente se o escravo permanecesse por período elevado como contratado de seu patrão prestando serviço em Estado estrangeiro seria considerado liberto, em todos os outros casos seria considerado fugitivo. No caso da República Oriental do Uruguai existia um tratado que regulava a matéria, já no caso da Argentina não, mas o Brasil se apoiava nos mesmos princípios, sempre exigindo a devolução de escravos fugitivos.

Após estabelecer um ministro na cidade do Paraná, na Confederação Argentina, e manter um Cônsul Geral na cidade de Buenos Aires, o Brasil voltou a tratar da questão da fuga dos escravos. Nesse sentido se manifestou o Ministro de Relações Exteriores do Brasil dizendo que a:

[...] facilidade de comunicação entre o território imperial e o do Estado de Corrientes, pela fronteira fluvial, torna muitas vezes inevitável a fuga de criminosos, e animais e suas sortidas sobre uma e outra margem do rio. Os escravos dos proprietários brasileiros tem seguido tão perniciosos exemplos.

Um tal estado de coisas é nocivo a ambos os países, e todos os dias as autoridades da vila de Uruguaiana e do território fronteiro sentem a necessidade de pôr cobro aos malfeitores, e de evitar o dano e perigo a que estão expostos os proprietários com a fuga de seus escravos²⁵⁹.

O Império colocava os escravos fugitivos no mesmo patamar dos criminosos e dos animais que transpunham a fronteira. É importante que

²⁵⁹ PARANHOS, José Maria da Silva. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1857. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 20 out. 2011. pp. 35-36.

digamos que o que regulava as relações entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina era o direito natural e das gentes e que o Império e seus representantes diplomáticos sustentavam em suas reivindicações sobre fuga de escravos que o “direito de propriedade” prevalecia sobre outros direitos inclusive o “direito de liberdade”²⁶⁰.

Na falta de um tratado de extradição, o comandante de ambas as fronteiras, muitas vezes, fazia a extradição por conta própria. Em virtude disto, havia sido admitido pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul um acordo de forma provisória, até um definitivo para devolução de escravos fugitivos²⁶¹. O projeto provisório para extradição de criminosos e escravos tinha o seguinte conteúdo:

Projeto de ajuste provisório para extradição dos criminosos e, devolução dos escravos fugidos. Sendo manifesta a necessidade da mútua extradição de criminosos, que se asilam no território da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pertencente ao Império do Brasil, e da província de Corrientes, pertencente a Confederação Argentina, pela contiguidade dos mesmos territórios, e pela facilidade com que os criminosos passam de uma a outra província, escapando assim a ação da justiça e à pronta e necessária punição de seus crimes; e sendo também conforme aos sentimentos de benevolência, e de harmonia e vizinhança não admitir o Governo da Província de Corrientes que o seu território sirva de asilo aos escravos que fugirem de seus senhores, súditos brasileiros, residentes no território da dita província do Rio Grande, os quais ficam assim privados e prejudicados em sua propriedade legal, e garantida pelas leis do país, concordam as autoridades de ambas as mencionadas províncias adotar o presente ajuste provisório pra extradição, entrega e devolução dos criminosos e escravos fugidos²⁶².

²⁶⁰ CALDEIRA, Newman di Carlo. “As relações diplomáticas na América do Sul: o caso brasileiro-boliviano (século XIX).” **XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. Memória e Patrimônio**. 19 a 23 de Jul. de 2010. Disponível em: <<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org>>. Acesso em 15 set. 2012.

²⁶¹ Nota 5. 31 jul. 1856. PARANHOS, 1857.

²⁶² PARANHOS, 1857.

O artigo segundo do tratado estipulava que ficava “ajustado provisoriamente à devolução dos escravos fugidos, que pertenciam a súditos brasileiros e que contra a vontade dos mesmos haviam ido para província de Corrientes. Já o artigo nono estabelecia que poderia ser exigida a devolução de escravos pelas autoridades do país e por reclamação do senhor do escravo perante autoridade competente do lugar em que ele estiver, ou ainda, por pessoa de confiança do senhor munida de documentos que comprovassem a propriedade do escravo. Em nota do presidente da província do Rio Grande do Sul era informado ao comandante de fronteiras sobre o projeto e esclarecido que os escravos estavam na mesma condição de criminosos.²⁶³ Tal projeto equalizava, momentaneamente, a questão em torno da fuga dos escravos. Criava, também, uma falsa ideia de legalidade na extradição dos mesmos para o Brasil.

No ano seguinte foi celebrado o tratado de extradição de criminosos, escravos e desertores entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina. Entre os antecedentes para dito acordo era destacado que a junta de governo de 1813 havia reconhecido o direito de Portugal de reivindicar seus escravos fugidos e que lei da província de Corrientes de 1838 havia consagrado a entrega dos escravos procedentes do Brasil que para ali fugissem. A devolução dos escravos foi regulada pelo artigo sexto do tratado que previa que seriam “devolvidos os escravos pertencentes a súditos brasileiros que, contra a vontade de seus senhores, foram por qualquer maneira para o território da Confederação Argentina e aí se acharem”. Para devolução foram estipuladas as seguintes regras:

Observar-se-ão nesta devolução as seguintes regras:

1ª Os referidos escravos serão reclamados pelo Governo Imperial, ou por intermédio de seu representante na Confederação.

2ª Admite-se que a reclamação possa ser feita pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao governador de Corrientes, ao caso em que o escravo ou escravos reclamados pertençam a súditos brasileiros residentes, ou estabelecidos na mesma Província.

3ª Admite-se também que a reclamação possa ser feita pelo Senhor do Escravo perante a autoridade

²⁶³ Nota 9. 31 out. 1856. PARANHOS, 1857.

competente do lugar em que ele estiver, quando o senhor do escravo forem seguimento dele para havê-lo do território argentino; mas a entrega não poderá efetuar-se sem ordem do governador da província.

4ª A reclamação de que se trata deverá ser acompanhada de título ou documento que, segundo as leis do Brasil, sirva para provar a propriedade que se reclama.

5ª O escravo devolvido não sofrerá menor castigo pelo simples fato da fuga.

6ª As despesas que se fizerem para prisão e apreensão do escravo ou escravos reclamados, correrão por conta do reclamante.

Fica expressamente entendido que, se algum escravo for ao território argentino em companhia de seu senhor, por ordem, ou consentimento deste, em qualquer qualidade que seja não será admitida a reclamação de que trata o presente artigo²⁶⁴.

Por este tratado construiu-se uma base jurídica mais clara para a extradição de escravos fugidos. Criava-se uma segurança jurídica para que os senhores pudessem agir no sentido de conseguir a devolução de seus escravos. Tais acordos e tratados não levavam em consideração o princípio de liberdade e a noção de solo livre, pelo contrário, visavam criar condições para garantir a extradição do escravo e, conseqüentemente, sua re-escravização. No entanto, apesar deste acordo, era muito difícil capturar os escravos que se escondiam nas matas das Províncias de Corrientes e Entre-Rios. Em 1857 ocorreram diversos conflitos, na fronteira, com fazendeiros brasileiros que assaltavam povoações correntinas em busca de escravos fugitivos²⁶⁵. Apesar desses acordos a re-escravização, geralmente, abria possibilidade de ações por liberdade na justiça e que, muitas vezes, geravam ganho de causa para os escravos. Logo, a fronteira mantinha a sua dualidade podendo significar tanto a liberdade como a reescravização.

²⁶⁴ O tratado era de 14 de dez. de 1857. Anexo A-E. p. 39. GAMA, Caetano Maria Lopes. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1858. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 03 nov. 2011.

²⁶⁵ BUCHBINDER, 2004, p. 98.

2.2 O ISOLAMENTO DA FRONTEIRA E OS CAMINHOS PARA ROMPÊ-LO

Sem nenhuma dúvida uma das principais dificuldades dessa região fronteira era seu isolamento e a distância dos seus respectivos centros políticos. No século XIX estas distâncias pareciam insuperáveis devido às dificuldades, péssimas estradas, precários transportes e rios nem sempre navegáveis. Tanto Santo Tomé como São Francisco de Borja estavam localizadas a grandes distâncias de seus centros políticos e econômicos.

Havia três caminhos principais para se chegar e sair de São Borja, todos eles eram caminhos mistos, parte feito por terra, parte por via fluvial. Um destes caminhos seguia o seguinte trajeto: saindo de São Borja em direção a São Tiago do Boqueirão, daí chegando a São Martinho da Serra, descendo as difíceis picadas em direção da Depressão Central e Chegando a Rio Pardo ou Cachoeira, daí seguindo por água até Porto Alegre. O segundo caminho seguia por terra, ou pelo Rio Uruguai quando isto permitia, até o Rio Ibicuí, aí seguia-se pela margem do Ibicuí ou pelo rio, quando isto era possível, até as proximidades de Rio Pardo ou Cachoeira e seguindo por água para Porto Alegre. Um terceiro caminho, via rio Uruguai, nos trechos navegáveis, e por terra onde a navegação não era possível, se chegava até o povo de Salto na República Oriental do Uruguai ou até Restauração (*Passo de Los Libres*) Confederação Argentina e daí para Montevideu e para Buenos Aires. Existia também o chamado Caminho das Tropas que saía de São Borja passava por Cruz Alta e então seguia para as províncias localizadas a Norte do Rio Grande do Sul. Claro, além desses caminhos principais existiam outros caminhos alternativos e menos utilizados.

É possível termos uma ideia das dificuldades e problemas enfrentados por viajantes, comerciantes e contrabandistas, realizando uma incursão pelos relatos dos viajantes no século XIX pela região, é fundamental termos claro que estes viajantes, traziam o olhar europeu sobre a região. O primeiro deles foi Saint-Hilaire, viajante e naturalista francês, que esteve na Região Platina e na zona fronteira do oeste do Rio Grande do Sul na década de vinte do século XIX, realizava levantamentos da flora da região. Chegou a São Borja proveniente de Montevideu. Em seu trajeto, cruzou por Maldonado, Rio Negro e seguiu pelo Rio Uruguai. Deixou interessante narrativa sobre seu trajeto até São Borja.

Ao penetrar na chamada região das Missões teve muitas dificuldades. Para cruzar o Ibicuí foi necessário abrir uma picada no

mato para fazer passar a carroça, as pirogas que eram fundamentais para o passo do rio chegaram somente no dia seguinte, primeiro foram transportadas todas as malas e bagagens, então:

Quando as pirogas voltaram á margem esquerda, fizeram-nas passar atravessadas debaixo da carroça; dois cavalos foram amarrados pelas caudas em uma das rodas, e alguns índios conduziram a carroça, colocados na parte das pirogas que ultrapassavam a carroça, ao mesmo tempo que outros a empurravam por trás, nadando, e outros, enfim, conduziam os cavalos, igualmente a nado. Foi muito penoso fazer estes animais passar o rio; um boi e um cavalo afogaram-se na travessia²⁶⁶.

Já na outra margem foi necessário fazer uma nova picada, o acompanhante do viajante dizia que este trabalho era quase impossível e procurava desencorajá-lo a seguir em frente. É necessário aqui abrir um pequeno parêntese, é importante que se diga que as autoridades dessa zona fronteira recém-conquistada guardavam enorme desconfiança desses forasteiros estrangeiros, muitas vezes tidos como espíões, e faziam o possível para desencorajá-los a seguir suas viagens, isso fica claro no relato deste viajante. Assim, além de enfrentar as dificuldades como todos os habitantes da região, os estrangeiros tinham mais esse empecilho a superar. Com muita dificuldade e com a ajuda de alguns guaranis conseguiu margear o Ibicuí e achar um ponto onde a mata era menos densa para seguir seu trajeto.

Saint-Hilaire comenta que o verde das matas e campos eram mais fortes na região das Missões do que na região do Rio Negro, mas que a grande quantidade de insetos era um terrível tormento, nas estâncias as baratas eram muito comuns, além delas os mosquitos tornavam o sono quase impossível.²⁶⁷ Pernoitou às margens do Rio Botuí e no dia seguinte seguiu seu caminho. A travessia desse rio afluente do Uruguai se fazia, da mesma maneira que em Montevideu, utilizando a pelota (barco improvisado de couro cru):²⁶⁸

²⁶⁶ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 254.

²⁶⁷ “Ontem à noite, pus-me no meio da fumaça, para escrever este diário; mesmo assim, eles me picaram e durante a noite, não nos deixaram quietos.” (Ibid., p. 269).

²⁶⁸ Nas palavras do autor “A pelota, nome dado a estas pirogas, é simplesmente um couro cru ligado nas quatro pontas e que, desse modo, forma um barco [...]. (Ibid. p. 269).

Enche-se a pelota de objetos, ata-se nela uma corda ou tira de couro; um homem, a nado, prende a corda entre os dentes e faz passar assim a piroga. Para facilitar o trabalho, meus homens estenderam uma corda de um lado a outro do rio, com a intenção de ajudá-los na travessia a nado. Eu mesmo atravessei o rio sentado numa pelota e cheguei felizmente à outra margem [...] ²⁶⁹.

Seguindo para São Borja cruzou o Pasovai (Passo ruim) que causou dificuldade para a carroça. Deixou a carroça em uma sombra de pessegueiros e a cavalo prosseguiu. Acabou atolando em um lodaçal de quase uma légua de comprimento, após mais esta dificuldade finalmente avistou a Igreja de São Borja.

Ao todo a viagem da Guarda do Quarain até São Borja levou mais de 20 dias. Em sua viagem de retorno o nosso autor seguiu um caminho alternativo, pois desejava conhecer as outras seis reduções jesuíticas. Depois de visitá-las seguiu para São Martinho e daí para a Capela de Santa Maria e para o Rio Jacuí. A estrada para o rio Jacuí era plana, mas intransitável em meses de chuva quando era preciso fazer um desvio pelo cume das colinas. Para atravessar o rio usaram as pirogas e o trabalho de vários homens. O serviço começou ao meio dia e terminou somente ao final da tarde quando seguiu por terra até Cachoeira. A viagem de nosso autor após a última redução visitada, São João Batista até Cachoeira, levou mais de um mês.

A utilização das vias fluviais só era possível em alguns trechos, e também era difícil, árvores, galhos, cachoeiras e corredeiras atrapalhavam a vida de comerciantes, contrabandistas, viajantes e população em geral. A própria Vila de Cachoeira, importante entreposto comercial em direção as Missões tinha este nome devido aos:

[...] recifes que, a pouca distância do lugar onde está construída, embaraçam o leito do rio e não deixam passar as canoas, senão ao tempo das enchentes. Até o momento, não se realizou obra alguma para facilitar o descarregamento de mercadorias; apenas abriram uma picada no meio das árvores que margeiam o Jacuí e parece que

²⁶⁹ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 269.

não cuidaram do caminho que liga este rio à cidade. De qualquer forma, como São João da Cachoeira é o primeiro povoado que se encontra na rota das Missões e do Paraguai, tornou-se uma espécie de entreposto, onde os mercadores e os estancieiros que não querem fazer longas viagens deixam os produtos de suas terras e adquirem de volta as mercadorias de que necessitam²⁷⁰.

Devido a essas dificuldades, muitos comerciantes e viajantes continuavam a viagem por terra até Rio Pardo de onde então seguiam por água. Saint-Hilaire fez o mesmo e no caminho encontrou muitas carroças e homens a cavalo e comentou que:

Acabo de realizar uma viagem de, aproximadamente, seiscentas léguas, em região cortada por numerosos rios, e é de se notar que não encontrei uma só ponte. Em toda parte pirogas e essas mesmas, o mais das vezes, em péssimo estado. A passagem de uma carroça e de uma carga demanda sempre muitas horas; é preciso necessariamente descarregá-la, e em nenhum rio se pensou em construir um galpão para abrigar pessoas e mercadorias em caso de mau tempo. Não há outro recurso senão cobrir a bagagem com couros, e sabe-se que tal precaução não produz bom efeito, salvo para certos objetos; o sal, por exemplo, sofre danos²⁷¹.

Consequentemente, a situação logística e de infraestrutura na viagem de São Borja a Porto Alegre era totalmente precária.

Como nos adverte o botânico francês o trajeto de Rio Pardo ou Cachoeira até Porto Alegre poderia ser feito por terra, mas o mais usual e utilizado era seguir por barco e as embarcações que:

[...] servem ao transporte de mercadoria entre Porto Alegre e Rio Pardo são chamadas propriamente de canoas que, no Brasil significa piroga; são pontudas, possuem um mastro, em torno de cinquenta e cinco a setenta palmos de

²⁷⁰ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 254.

²⁷¹ SAINT-HILAIRE, 1987, p. 360.

comprimento e até vinte de largura. Delas nunca há mais de dez ao mesmo tempo no porto de Rio Pardo, mas em geral gastam poucos dias para carregar e descarregar²⁷².

Os principais produtos exportados eram couro e trigo, a maioria dos produtos importados vinha do Rio de Janeiro. Foi justamente em uma destas embarcações carregadas de couro que o viajante pegou carona rumo a Porto Alegre. A viagem demorava em torno de 3 dias com uma parada no chamado porto Dona Rita para pernoite. Devido a todos esses problemas o transporte de mercadorias das praças comerciais de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre para as missões e das missões para essas praças tornava-se extremamente caro. O carregamento de uma carroça segundo o autor custava em torno de cem mil reis²⁷³.

Já na década de 1830 Isabelle nos deixou uma nova memória. Este viajante, também era de nacionalidade francesa, ligado a diplomacia daquele país, tinha forte interesse em conhecer melhor a região platina, chegou às missões partindo de Buenos Aires, seguiu parte do caminho por terra e depois pelo rio Uruguai. Segundo ele, o lado esquerdo do rio Uruguai possuía, nesse período, uma vida social mais ativa do que a margem direita. Havia mais vilas e povoados e as estâncias haviam se multiplicado mais rapidamente. Era uma paisagem muito diferente dos “desertos que terminamos de percorrer”²⁷⁴.

Diferentemente de Saint-Hilaire, este viajante esteve na região no período da estação chuvosa e cheia do rio Uruguai e, portanto, percorreu um longo trecho de barco, mas isto não significava uma viagem mais tranquila e menos perigosa, como ele salientou:

Não me estenderei sobre as privações e a miséria que tivemos de suportar durante esta navegação de cinco semanas sobre um grande rio transbordante, num país quase deserto, expostos a intempérie de uma estação chuvosa e tempestuosa; de 10 a 13, por exemplo, choveu constantemente; em seguida sobreveio um vento tão violento que nos arrastou para o meio do Rio, o leme ficou desmantelado sem os instrumentos

²⁷² Ibid., 363-364.

²⁷³ Ibid. p. 360.

²⁷⁴ ISABELLE, 1983, p. 11.

de que eu estava munido jamais teríamos podido concertá-lo de novo²⁷⁵.

Segundo o mesmo as estações chuvosas eram uma catástrofe para as regiões mais baixas. As cidades e vilas ficavam sem “comunicação tornando-se difíceis pelas cheias dos rios; os terrenos transformavam-se em pântanos; as carretas de transporte ficavam atoladas ou suas imensas rodas operavam dificilmente sobre o eixo de madeira”, as viagens duravam meses e toda essa situação gerava grande consternação nos habitantes. O comércio ficava praticamente paralisado durante esses períodos.

A alimentação dos viajantes do rio Uruguai e diga-se de grande parte da população empobrecida ribeirinha reduzia-se a charque com farinha e água²⁷⁶. No entanto, nas estâncias ricas da região a situação era bem diferente, os proprietários serviam-se e serviam os visitantes ilustres com grandes banquetes e até mesmo com o acompanhamento de vinho do porto. Os habitantes dessa região tinham como costume buscar essas provisões em Alegrete, onde compravam tabaco, erva-mate, açúcar, papel.

Em Itaquí, mudaram para um novo barco, uma chalana, “barco chato, coberto de um teto leve, feito de caniços e couros esticados por meios de correias”²⁷⁷. Ao chegar em São Borja narrou a situação do porto da recém criada Vila:

A primeiro de dezembro chegamos ao porto de S. Borja, onde havia, então, dois barcos com coberta e meia dúzia de barcos chatos ou chalanas; um navio de umas cinquenta toneladas estava no estaleiro, destinado a ser armados em palha bote para navegação no Uruguai, até o Salto. O porto ou passo é simplesmente, uma clareira escarpada, no meio do mato, bastante incômodo para os que tinham mercadorias para embarcar e desembarcar²⁷⁸.

Após visitar São Borja, uniu-se a uma caravana que se dirigia a Rio Pardo. Viajaram até Santiago do Boqueirão onde pernoveram.

²⁷⁵ Ibid., p. 12.

²⁷⁶ Ibid., pp. 12-15.

²⁷⁷ ISABELLE, 1983, p. 15.

²⁷⁸ Ibid., p. 19.

Seguindo viagem chegaram a São Francisco que “outrora era uma capela e uma povoaçãozinha de guaranis, dependente das missões”, composta por dez a doze choupanas algumas casas de madeira além de duas vendas. Cruzaram o Jaquari Guaçu e Mirin, passaram por São Vicente, povoado também composto por famílias guaranis e um “tenente brasileiro” dependente de São Borja e passaram o Toropi.

O sistema de travessia dos rios ainda continuava o mesmo do período em que Saint-Hilaire cruzou as missões:

Quando a passagem é difícil, seja por causa de uma enchente grande, seja por causa de uma correnteza muito violenta, e um homem não sabe nadar bastante para se arriscar ele se coloca num couro com as roupas e uma parte das bagagens; isso se chamava passar em Pelota, porque, com efeito, o couro tendo as bordas levantadas parece uma bola; a corda se prende na cauda de um cavalo e assim ele passa, não sem perigo, porque se o cavalo é mau nadador, pouco dócil, ou esta cansado, a pelota de couro corre grande risco de encher-se de água ou de ser arrastada com o animal²⁷⁹.

Continuando a viagem, seguiu pelas margens de Ibicuí e chegou a Santa Maria. Sobre as dificuldades do trajeto até o Passo do Jacuí narrou que, “tínhamos percorrido treze a quatorze léguas em seis dias, virado duas vezes, quebrado três eixos e atolado a caravana”.²⁸⁰ Ele passou por Rio Pardo e no dia 20 chegou a Porto Alegre. Ao todo a viagem de Santana Velha a São Borja durou cerca de 15 dias e de São Borja a Porto Alegre demorou em torno de 20 dias.

Avé-Lallemant, viajante de origem alemã, que visava entre outras coisas conhecer as regiões de colonização alemã e locais para possível instalação de novas colônias, relata que seu trajeto foi inverso aos viajantes anteriores. O mesmo saiu do Rio de Janeiro no dia dezesseis de fevereiro de 1858 e chegou a Desterro no dia dezoito deste mês, dia vinte um, chegou a Barra do Rio Grande, comentando as dificuldades e perigos na mesma sustentou que “sem dúvida, uma das mais desagradáveis e perigosas que existem, em poucos portos se encontrarão em que, em proporção com os navios entrados, tenha havido tantos

²⁷⁹ Ibid., p. 33.

²⁸⁰ ISABELLE, 1983, p. 40.

naufraágios como aqui”²⁸¹. No pontal do Farol todos os passageiros do paquete Imperatriz eram transferidos para outro vapor que os levava até a cidade. No dia 23 embarcou no Marques de Olinda rumo a Porto Alegre, em seguida embarcou para Rio Pardo utilizando o Jacuí. Os troncos de árvores obstaculizavam a viagem, tornando a mesma muito lenta. As margens eram pouco habitadas e os baixios e cachoeiras também eram um problema. Em muitas ocasiões, passageiros e mercadorias tinham que ser desembarcados antes de rio Pardo e seguir o restante do trajeto a pé. A viagem demorava em torno de 24 horas²⁸².

A navegação a vapor trouxe mudanças para a situação da região. Até então, o comércio em rio Pardo era mais ativo, após essa mudança de transporte, os moradores da região passaram a comprar diretamente em Porto Alegre e muitas casas comerciais acabaram fechando. No entanto, o comércio de Rio Pardo em direção ao Sul, Norte e Oeste da Província ainda era bastante significativo.

Iniciou sua viagem em direção ao oeste pela chamada Estrada Real, mas perdeu-se por não conhecer o caminho e por não ter nenhum guia. Sobre as povoações a oeste, sustentou que:

Surgem sem dúvida povoações a oeste da Província do Rio Grande, mas tão raras tão escondidas que, decerto, não constituem traço característico do campo do Rio Grande. Tão pouco se podem chamar os caminhos de verdadeiros caminhos. Perto das povoações, sim, mas, no campo distante, embora tudo seja caminho, não se pode reconhecer qual o verdadeiro, se de antemão não se apreendeu a reconhecê-lo²⁸³.

Após a indicação dada por umas poucas pessoas que encontrou, rumou para a colina de Cruz Alta e se hospedou em um quarto anexo a um bolicho. À noite vieram algumas pessoas à venda:

Uma noite maravilhosa com pleno brilho das estrelas e a claridade argentina da lua em quarto crescente. Apareceram então algumas pessoas. Primeiramente um negro forro, com sua mulher

²⁸¹ AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 106.

²⁸² Ibid., pp. 163-166.

²⁸³ AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 190.

preta, ambos a cavalo, como todos os outros que vieram depois. Em seguida, um velho brasileiro, de simplicidade e modéstia quase infantis; depois dois mestiços de índios, um par impressionante, ambos altos e vigorosos, de cabelos longos, espessos e negros, barba crespa perfeitamente fisionomias de índios, mas atrevidos, com pequenos ponchos e grandes esporas. Comportavam-se com desembaraço, mesmo atrevidamente e insultaram o brasileiro até que ele se esgueirou. Realmente horrorosos os dois homens, verdadeiros bandidos, e por isso mesmo me interessavam. Davam-me a impressão de fantásticos centauros, que tivessem amarrado seus corpos de cavalo à porta. Fizeram ruído até a 1 hora depois saíram trotando e ainda de longe lhes ouvia o riso relinchado²⁸⁴.

Apesar de toda a carga de preconceito, presente não só neste trecho, mas ao longo de todo o relato, este viajante nos legou um importante documento da diversidade social existente nos campos do Rio Grande na segunda metade do século XIX, a forte presença do elemento miscigenado tanto no campo como no meio urbano.

Da coxilha de Cruz Alta rumou para Cachoeira, visitou as colônias alemãs e daí rumou para Santa Maria da Boca do Monte, onde atravessou e relatou o intenso tráfego no Passo do Rio Jacuí:

Em ambas as margens do rio carretas e cavaleiro aguardado a passagem. A barca ia e vinha ininterruptamente, mantendo as duas margens em ligação; mas as grandes e pesadas carretas são difíceis de transportar. Chegou um rebanho de gado, que foi empurrado para a água aos gritos dos tangerinos que o acompanhavam. Lenta e cautelosamente entravam os animais até que lhes fugia a terra sob os pés e a correnteza os arrastava. Soberbamente lutavam e arfavam os touros contra o elemento que lhes era menos familiar. Debalde tentavam alguns voltar á margem recém-abandonada; eram sempre repelidos com grandes brados e agudas ferroadas, até que todos

²⁸⁴ Ibid., p. 192.

passaram, nadando um ao lado do outro. Verdadeiramente imponentes as ferozes e altivas cabeças dos touros aparecendo fora da água com seus grandes chifres e a gritaria dos peões a cavalo, atrás dos animais ofegantes, era apropriada à travessia no Passo do Jacuí. Bufando, sacudindo-se, subia o gado a outra margem os tangerinos passaram o rio, com os cavalos, numa balsa larga²⁸⁵.

Após passar pela Serra de São Martinho, perdeu-se novamente:

Adiante do Guassupi perdi o caminho em pouco estava num profundo ermo coberto de selva. Não via casa em parte alguma nenhum ser humano, a distância só se viam bois dispersos e tímidos cavalos e estes mesmos em menor número [...] que enorme distância entre o mundo civilizado e as várzeas rio-grandenses nas remotas Missões²⁸⁶.

Passando o Toropi, cruzou por todos os Sete Povos até chegar a São Borja. Saindo de São Luiz Gonzaga, cruzou o rio Piratini pelo Passo de Santa Maria, cuja a transposição era precária como todos os demais. Pessoas e cargas iam de canoa e cavalos amarrados puxavam as mesmas, no Passo de São Lourenço já existia uma travessia por barca²⁸⁷, o passo de Camaquã também oferecia dificuldades para os viajantes. Após permanecer em São Borja seguiu para Itaquí, por terra, neste período já existia uma estrada, utilizada por carroceiros com destino a esta recente Villa, e que já superava São Borja em termos de movimento comercial²⁸⁸, seguiu então de chalana até Uruguaiana.

Os primeiros administradores e depois os conselheiros municipais de São Borja fizeram ao longo do século XIX repetidos esforços para tentar minimizar os problemas de transporte e comércio na fronteira e reduzir o isolamento da mesma da Praça de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Sempre apelavam para a necessidade de melhorar as condições da região do município, as estradas, pontes etc. e isso em virtude de ser uma área de fronteira próxima a vizinhos belicosos. Logo

²⁸⁵ AVÉ-LALLEMANT, 1980, pp. 204-205.

²⁸⁶ Ibid., 1980, p. 224.

²⁸⁷ AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 260.

²⁸⁸ Ibid., p. 291.

a comunidade utilizava a sua condição de fronteira para pressionar o governo a atender suas demandas, dessa maneira acabava por nacionalizar as suas reivindicações. Em um informe sobre as necessidades da vila aparece a instrução primária, a casa da câmara, a Igreja Matriz, e as pontes, que segundo os conselheiros municipais “são hoje o meio mais pronto e fácil de entreter-se as relações comerciais e vias de comunicação entre os povos, em todas as nações civilizadas”. Para a vila cortada por vários rios era imprescindível novas pontes no rio Hipuitamm, no rio Itu, no passo denominado do Gularte, e no rio Jaquari Mirim, divisa deste município com o de São Gabriel. Igualmente era solicitado o conserto da estrada que segue deste município para Rio Pardo no lugar denominado Paredão, uma barca para a passagem no Ibicuí, no passo denominado Mariano Pinto, uma barca no Botui, no Passo de Santana. Com isso acreditavam que a “influência do comércio crescera indubitavelmente na razão direta da facilidade do trânsito”²⁸⁹.

Segundo Zarth:

As reclamações contra as estradas eram constantes nas correspondências das Câmaras Municipais. Não é difícil imaginar as dificuldades em abrir e conservá-las nas condições tecnológicas do século XIX. As más condições das estradas exigiam veículos resistentes e que, por isso, eram pesados e lentos²⁹⁰.

Um novo ofício da Câmara salientava que uma barca no rio Camaquã era fundamental, pois esse rio era de correnteza e era difícil atravessá-lo, ainda mais com uma carreta carregada de erva-mate. Outra preocupação constante era com o porto de embarque e desembarque no Uruguai que até o final da década de 1850 continuava sendo uma ladeira formada de um lodo espesso. Os conselheiros municipais argumentavam que era fundamental calçá-la para facilitar a vida de comerciantes e viajantes. Segundo a câmara os carreteiros que vão buscar cargas a bordo encontravam muitas dificuldades, muitos sofriam avarias e prejuízos, pois as carretas resvalavam no lodo. Pediam também a construção de um canal na Cachoeira do Botui que “nas secas impede o trânsito deste ponto para Itaquí”. Com isso se abriria um manancial de infindável riquezas e de “prosperidade as povoações que margeiam a

²⁸⁹ Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 11 agosto de 1858. AHRs.

²⁹⁰ ZARTH, 2006, p. 204.

esquerda do Uruguai e a esta vila”²⁹¹.

Anualmente a Câmara dispensava recursos para melhorias nas estradas do entorno da cidade e das poucas pontes e inúmeros passos que existiam e que eram vadeados por canoas ou barcas²⁹². Igualmente, pressionavam o governo da província a fim de que este fizesse sua parte e melhorasse as condições de transporte. Para se ter uma ideia, em 1878, metade do orçamento da câmara era destinado à melhoria de ruas, estradas e pontes, inclusive, porto de desembarque²⁹³.

O Governo Provincial sabia dos problemas, porém muito pouco era feito para equalizá-los. Entre as obras que indiretamente favoreciam o comércio de São Borja e que diminuía o isolamento da fronteira estavam àquelas ligadas à construção, conservação e manutenção dos caminhos em direção a Rio Pardo e Cachoeira e de Navegação via Jacuí até Porto Alegre. Mas por outro lado, a prioridade dada pelo Governo Provincial a essas estradas e rios atrelava São Borja aos interesses dos comerciantes e atravessadores de Rio Pardo, Cachoeira, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

Objetivando melhorar as atividades de Comércio, no ano de 1847, o Governo Provincial determinou obras nas rampas dos portos de Rio Pardo e de Cachoeira no Rio Jacuí, bem como, destinou verbas para construção da ponte em Rio Pardo e estudos para novas estradas de Rio Pardo em direção a Cruz Alta, salientando que as mesmas eram fundamentais para o comércio da província. No ano de 1848, buscaram-se construtores interessados na ponte do Jacuí. Estas obras eram consideradas necessárias e por tanta gente apresentadas como as

²⁹¹ Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 18 de outubro de 1858. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 12 de julho 1859. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 11 de abril 1862.

²⁹² Apesar de nossos esforços não conseguimos localizar todos os orçamentos de receita e despesa da Câmara de São Borja, eles se tornam mais comuns a partir de 1860. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 20 de junho de 1867. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 30 de junho de 1868. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 03 de agosto de 1868. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 30 de junho de 1870. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 11 de setembro de 1871. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 16 de maio de 1873. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 23 de fevereiro de 1874. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 08 de maio de 1874. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 08 de fevereiro de 1875. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 16 de fevereiro de 1876. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 23 de fevereiro de 1876. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 07 de janeiro de 1878. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 12 de janeiro de 1880. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 07 de janeiro de 1882. AHRs. Ver também: Livros de Balancetes e Receitas da Câmara de São Francisco de Borja. 1885-1895. AHSB.

²⁹³ Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 7 junho 1878. AHRs. Ver também: Ofícios e Correspondências. Camara Municipal de São Borja 1884 AHSB; Livro de Correspondências 1880-1887 AHSB.

primeiras e as de imediato interesse público. Seguiram-se obras na estrada de Rio Pardo a São Martinho e na rampa do Jacuí em Rio Pardo, Cachoeira e eram solicitadas melhoramentos em outras estradas.

Em Santa Maria da Boca do Monte, as dificuldades eram grandes as estradas existentes eram precárias, com muitos pedregulhos que quebravam as rodas e eixos dos carroções, bem como em muitos trechos as estradas eram estreitas, impossibilitando a passagem de dois veículos simultaneamente. Em 1848, continuavam as obras no porto de Rio Pardo, a construção de uma ponte de alvenaria sobre o Jacuí, outra sobre arroio Couto e mais uma sobre o Camaquam no Passo do Mendonça. Também continuavam a construção da ponte de pedra no Passo Real no Botucarai, abertura de nova entrada entre este município e Cruz Alta. Em Cachoeira ocorreram obras na rampa de acesso ao rio, construção de ponte de alvenaria sobre o Rio Jacuí²⁹⁴. Em 1849, segue a tentativa de construção de uma ponte no Jacuí que deveria ter 55 palmos no mínimo de largura para permitir a passagem de duas carretas simultaneamente. Isso visava facilitar o trânsito das carretas que era muito intenso no local e que ligava a região oeste ao litoral da província.

Segundo o Presidente de Província, Francisco José de Souza Soares de Andrea, a ponte do Jacuí era a mais importante da Província por ser a que servia a Estrada das Carretas, a única que nos tempos das águas dava trânsito seguro para toda a campanha e Missões. Assim, ela e a Estrada de São Martinho “merecem todos os cuidados e sacrifícios para que fiquem obras completas”²⁹⁵. Este governador demonstrou sempre grande interesse pela melhoria dos caminhos da Província, propôs ainda a construção de uma estrada que ligasse a margem do Uruguai a Vacaria, daí a Lages. Também propunha construção de estrada geral de Vacaria até Cruz Alta. Este governante era também militar e a sua preocupação com as questões geoestratégicas faziam com que procurasse melhorar os caminhos da província pensando também na possibilidade de conflitos com o Uruguai e com a Confederação Argentina. Havia, inclusive, proposta do comerciante José Martins de Freitas para que se abrisse uma estrada do Paraguai até Cruz Alta a fim de facilitar o comércio na região²⁹⁶. Estragos e consertos na ponte do

²⁹⁴ CASTRO, João Capistrano de Miranda. **Relatório do Vice Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Acompanhado do Orçamento para Ano Financeiro de 1848-1849**. Impresso, Porto Alegre: Tipografia do Porto Alegrense, 1848. AHRs.

²⁹⁵ ANDRÉA, Francisco José do Souza Soares de. **Relatório do Presidente de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Porto Alegrense, 1849. p. 15.

²⁹⁶ ANDRÉA, 1849, pp. 18-20.

Jacuí, nas picadas e estradas da região eram comuns e recorrentes²⁹⁷.

A construção da estrada de São Borja por baixo da Serra, estava terminada no ano de 1855, necessitando de uma ponte no passo quebra eixo. Segundo o relatório, a estrada de São Martinho de Cima da Serra estava “intransitável, e tão perigosa, que muitos animais, e consta também, que duas pessoas pereceram em seus formidáveis atoleiros, e precipícios”²⁹⁸.

Além das estradas a ponte do Jacuí também precisava de reparos constantes²⁹⁹. Três anos depois foi construída uma nova ponte no Jacuysinho, na estrada de Cruz Alta para São Borja pelo Cadeado e no Jacuí na estrada de Soledade para Cruz Alta, São Borja e Itaqui. As estradas de Cima da Serra passaram por novos reparos³⁰⁰. Ocorreram consertos nas estradas de Santa Maria da Boca do Monte³⁰¹. Em 1862, ordenaram-se melhorias na estrada de São Martinho devido a “grande concorrência de carretas e outros veículos”³⁰². No final da década de 1860, ordenou-se a construção de uma nova ponte no Jacuí ligando Rio Pardo a Santa Maria da Boca do Monte³⁰³.

²⁹⁷ BUENO, José Antonio Pimenta. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Acompanhado do Orçamento da Receita e Despesa para o ano de 1851**. Porto Alegre: Tipografia de F. Tomateli, 1850. Em 1851 e 1852 o governador respectivo anunciava que as obras da Ponte do Jacuy estavam paradas e que a do Rio Pardo exigia reparos constantes. CAMARA, Patricio Corrêa da. **Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1851; BELLO, Luis Alves Leite de Oliveira. **Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1852.

²⁹⁸ BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. **Relatório com que o Vice-Presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exlm. Sr.º Barão de Muritiba**. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1855. P. 44.

²⁹⁹ MURITIBA, Barão de. **Relatório com que o Conselheiro Barão de Muritiba Entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Presidente e Comandante das Armas, Conselheiro e General, Jeronio Francisco Coelho**. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1856. Relatório de 1859 aponta necessidade de consertos nas estradas de Santa Maria da Boca do Monte para São Martinho. LEÃO, Joaquim Antônio Fernandes. **Relatório Apresentado a Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859.

³⁰⁰ FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858. Pp. 105-109.

³⁰¹ FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. **Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ao Vice-Presidente Exm. Sr. Patricio Correa da Camara e esta ao Exm. Sr. Joaquim Antônio Fernandes Leão**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859. P. 12-17.

³⁰² ROCHA, Francisco de Assis Pereira. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Jornal A Ordem, 1862. p. 58.

³⁰³ MELLO, Francisco I. Marcondes Homem de. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868. p. 18.

Com o objetivo de melhorar os caminhos e diminuir as distâncias ordenou-se estudo para abertura de uma nova picada de Rio Pardo para cima da cerra. A distância total de Rio Pardo até São Borja pela picada velha do Botucarai era de 89 léguas e meia. Já pelos melhores caminhos era de 120 léguas, e pela nova picada projetada seria de 75 léguas³⁰⁴, logo uma grande diminuição no trajeto.

A invasão ao Brasil via São Borja, em 1865, obrigou o Governo Provincial a pensar novas soluções para melhorar as comunicações com a fronteira de missões, no relatório de 1868. Segundo o próprio Governo isso:

Constitui uma anomalia notável, na marcha dos negócios públicos desta província, a irregularidade e demora da comunicação entre esta capital e as fronteiras de Missões e Uruguaiana.

No inverno, como V. Ex. sabe, o trânsito fica quase interrompido pela enchente dos arroios, trazendo grave dano ao regular andamento do serviço público e às transações do comércio.

Os interesses de ordem militar, política e financeira que se ligam aquela fronteira do império, indicam a importância e categoria dessa estrada.

A marcha das forças destinadas em 1865 á proteger essa parte da província contra a invasão paraguaia veio revelá-lo a toda a luz.

Reputo de grande alcance para o futuro da província lançar entre esses dois pontos uma via de comunicação regular abreviando as distâncias garantindo o trânsito em todas as estações³⁰⁵.

Assim foram iniciados estudos para construção de uma estrada entre a Capital e Uruguaiana com um ramal até São Borja sob responsabilidade do engenheiro Francisco Nunes de Miranda.³⁰⁶ Como apresentada, em anexo ao relatório, a estrada normal, trazia essa denominação por ser a primeira construída por meio de um estudo detalhado, prévio, conduzido pelos engenheiros da província.

Segundo os motivos apresentados a:

³⁰⁴ Ibid.

³⁰⁵ MELLO, 1868, p. 13.

³⁰⁶ SILVA, Antônio da Costa Pinto e. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia Rio-Grandense, 1869. p. 28.

[...] estrada normal, prolongada com pequeno ângulo para o Norte, iria ao porto de Torres e teria então as seguintes vantagens:

1ª Partiria do litoral marítimo, passaria pela capital porto de embarque e, atravessando o centro da província, justamente de Leste a Oeste na sua maior largura, iria terminar na fronteira do Uruguai na sua parte navegável, tendo ligado mais de 12 navegações mais ou menos importantes.

2ª O traçado subsistiria o mesmo, quer como tronco direto do litoral para o interior, quer como irradiação da capital para centros importantes do território, quer como comunicação direta da capital para uma fronteira facilmente atacável como a do Uruguai³⁰⁷.

Em parte, esta preocupação estava ligada à Guerra com o Paraguai, mas também demonstrava a preocupação com o contrabando. A Estrada Normal objetivava ligar a produção e o comércio da capital com as cidades costeiras do Rio Uruguai, afastando-se do comércio com o litoral argentino e com a República Oriental do Uruguai.

Ainda segundo o relatório:

As mercadorias estrangeiras, são importadas pelas cidades do Rio Grande, Porto Alegre, Jaguarão, Bagé e pelas vilas de Sant'Ana do Livramento, Uruguaiana, Itaqui e São Borja.

As que provêm de Rio Grande se internam na Província principalmente por Pelotas e pelas povoações do Sul.

As que provêm de Porto Alegre vão para o Centro e Norte da Província as que entram pelas fronteiras limítrofes com os estados do Prata alimentam apenas as populações próximas a essas fronteiras³⁰⁸.

As obras na ponte do Rio Jacuí, devido a sua importância para o comércio proveniente das praças de Rio Grande e Porto Alegre,

³⁰⁷ Ibid., p. 3.

³⁰⁸ SILVA, 1869, p. 4.

ganharam novo ímpeto a partir de 1870. Também na década de 1870, a linha telegráfica da Capital ao Sul da Província teve seu ritmo acelerado³⁰⁹. Em 1872, foi recebida a ponte do Jacuí como pronta, apesar de vários problemas que o empreiteiro foi intimado a resolver. A obra havia demorado 21 anos em construção, tinha iniciado em 1847 e foi concluída com defeitos³¹⁰.

A partir da década de 1870, as demandas da Comunidade de São Borja ampliaram-se para o pedido de estradas de ferro, telégrafo e eletricidade. Isto se devia, em parte, pela plena consciência das autoridades locais de que estas formas modernas de comunicação já estavam chegando ao outro lado da linha divisória gerando um aumento do contrabando e da evasão fiscal³¹¹. Em 1874, a Câmara enviou ofício ao Governo da Província informando que os governos do Prata já investiam em estradas de ferro e que esperavam que o brasileiro fizesse o mesmo e que era, igualmente, importante a eletricidade e o telégrafo, e que isto era fundamental na qualidade de povo limítrofe, com vizinhos turbulentos, e que a câmara esperava a chegada da linha à vila. No ano seguinte, a Câmara reiterou este pedido³¹². Mais uma vez a Câmara fazia uso de sua condição de fronteira para conseguir obras de infraestrutura para a região, jogava com a questão da geopolítica e de local estratégico para sensibilizar as autoridades provinciais e Imperiais.

O clamor da população começou a ser atendido, a partir da década de 1870, quando começou a ser construída a Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, com previsão da construção de um Ramal para

³⁰⁹ Continuam as obras na Ponte do Jacuí. CASTRO, João Capistrano de Miranda. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1870; SERTÓRIO, João. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1870. Joaquim Almeida Guimarães foi contratado a reparar a picada que liga São Martinho a Santa Maria da Boca do Monte (Ibid., p. 23). Obras na Ponte do Jacuí. LIMA, Francisco Xavier Pinto. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia Rio-grandense, 1871. Continuam as obras da linha telegráfica (SILVA, 1869, p.29). A linha telegráfica da Capital a Uruguaiana, chega a Cachoeira (LIMA, 1871, p. 24-25). Continuam as obras na Ponte do Jacuí. LOPEZ, João Simões. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia Rio-grandense, 1871. Continuam a construção das linhas telegráficas pela empresa José Rerbert & Cia. que já havia recebido o material proveniente da Europa (Ibid. 1871, p. 11). Continuam as obras agora em ritmo acelerado da ponte do Jacuhy (SERTÓRIO, 1870). Continuam as obras na ponte do Jacuí e na linha telegráfica para Uruguaiana. LIMA, 1871.

³¹⁰ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. **Fala Dirigida a Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Rio Grandense, 1872. P. 45.

³¹¹ Em 1869 o governo argentino propôs a união de sua linha telegráfica com a brasileira em Uruguaiana. WANDERLEY, João Mauricio. **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1870.

³¹² Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 22 julho 1874. AHRs. Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 11 de janeiro de 1875. AHRs.

Itaqui e São Borja. A partir de 1878, a previsão da construção de Estrada de Ferro Rio Grande-Bagé-Itaqui e, a partir de 1879, do ramal Quarain-Itaqui. Todas estas obras criavam a esperança de que em breve a Estrada de Ferro chegaria a São Borja. No entanto, esse sonho só se concretizaria no início do próximo século³¹³.

Paralelamente aos caminhos principais existiam inúmeros atalhos e caminhos alternativos que eram utilizados pelas populações locais e também por comerciantes e contrabandistas. Estes caminhos atravessavam propriedades privadas e eram usados há muitas décadas quando não séculos. Sua utilização dificultava, sobremaneira, o trabalho de vigilância das autoridades policiais e o combate à prática do contrabando. A Câmara de São Borja havia estipulado a existência de postos fiscais nas principais estradas que chegavam à vila, mas não tinha como cobrir todos os caminhos.

Especialmente, a partir da década de 1850, aparecem relatos sobre o trancamento de passagens costumeiras nos campos, utilizadas pelos moradores, o que aumentava os trajetos e encarecia os produtos. Em uma representação de comerciantes, carreteiros e moradores, os mesmos reclamavam de um proprietário que havia trancado com porteira um caminho muito antigo que ligava a Região das Missões à Serra. A Câmara informava que o sub-delegado iria autuar o proprietário solicitando a abertura do caminho. Ou seja, neste momento, a Câmara tomou atitude favorável à demanda dos moradores. Obviamente, a Câmara sendo um órgão representativo tomava decisões políticas e, na opinião dos conselheiros, o caminho em questão era utilizado há muito tempo e, portanto, era um direito dos moradores e carreteiros continuarem a utilizá-lo³¹⁴.

Já na década de 1880, uma Representação de 146 moradores do 2º e 4º Distrito, com diversos documentos em anexo, chega à Câmara, pedindo a manutenção de um atalho na estrada de Taquarembó que havia sido fechado pelo arrendatário. Era solicita a manutenção de uma estrada do antigo e bem conhecido povo de São Miguel que “foi em

³¹³ JUNIOR, José Fernandes da Costa Pereira. **“Relatório do Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”**. Rio de Janeiro: Tipografia Americana. 1874. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 25 jul. 2011; SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. **“Relatório Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial. 1879. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 23 jul. 2011; MACEDO, Manoel Buarque de. **“Relatório Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1880. Disponível em <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 23 jul. 2011.

³¹⁴ Ofício da Câmara de São Borja. 30 de janeiro de 1855. AHRs.

épocas remotas estabelecida, uma estrada de carretas que partindo do mesmo povo vem rumo do Carovi e daí se encaminhando para o município de Itaquí, ramifica-se também para esta vila (São Borja)”. Os moradores alegavam que essa estrada havia sido formada ainda no tempo dos Antigos Povos de Missões:

[...] acreditando-se as informações de pessoas antigas que requerem-se também a informações de seus antepassados; é por esta estrada que transitam a maior parte dos carreteiros que se empregam no transporte de erva mate, um dos primeiros ramos do território de missões cuja estrada é mais aproveitada no verão por talhar uma porção de léguas, sendo menos frequentada no inverno por ser cortada por alguns arroios [...] pedia a retirada do tapume que interrompia a estrada³¹⁵.

Essa mesma representação do povo foi buscar medidas através de abaixo-assinados. A maior parte dos componentes dos abaixo-assinados eram carreteiros, lavradores e criadores, além de negociantes e um professor. A grande quantidade de carreteiros e de negociantes indica forte trânsito na estrada e sua importância para o comércio regional. A reivindicação apelava para a “antiguidade, a constância, a certeza e a razão”³¹⁶ a fim de conseguir a manutenção do caminho e impedir seu trancamento.

O responsável por fechar o caminho alegava que se tratava, na realidade, de fechar um atalho de uso comum e muito antigo usado pelos moradores da região. Acusa a Câmara de conservadora e de não respeitar a propriedade privada e de ser completamente “alheia ao direito natural” e de desrespeitar o “direito de propriedade em sua plenitude”, argumentava que em outras localidades como “Rio Pardo, Cachoeira, Santa Maria, [...] já ninguém mais cruza atalhos, nem atravessadores antigos, tudo está tapado e tapando-se”³¹⁷.

O Juiz do 2ª Distrito manteve o caminho fechado em decisão de 1875. O mesmo alegava que o tapume “em nada atrapalha o trânsito

³¹⁵ Ofício da Câmara de São Borja. 25 de novembro de 1880. AHRS.

³¹⁶ Parafraseamos aqui Thompson guardando a diferença de abrangência, análise e período de seu estudo. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 86.

³¹⁷ Ofício da Câmara de São Borja. 25 de novembro de 1880. AHRS.

público”, pois havia outras estradas próximas, mas reconhecia que aumentava a distância a ser percorrida. No entanto, a Câmara atendendo ao último pedido dos moradores ordenou a abertura do caminho em 1879 e 1881. Não havendo mais correspondência a este respeito a partir dessa data. O texto demonstra toda a tensão surgida entre proprietários, que se agarram às novas noções de direito de propriedade e no cercamento de campos e que, conseqüentemente, fechavam antigos caminhos de uso costumeiro, mas a população que utilizava estes caminhos para escoar a produção e adquirir bens lutava para mantê-los abertos.

No final do século XIX, as estradas para São Francisco de Borja eram ainda precárias mesmo com as melhorias ocorridas nas últimas décadas desse século. A travessia, na maior parte dos rios, ainda era feita por balsas, mas estas haviam melhorado de qualidade, podendo transportar com mais segurança e em maior quantidade. Os viajantes, comerciantes, contrabandistas e moradores ainda utilizavam muitos atalhos pelas propriedades particulares para chegarem a seus destinos³¹⁸.

A situação para se chegar por terra a Santo Tomé também não era diferente. Os caminhos terrestres eram de difícil acesso, havendo muitos rios e arroios a serem cruzados para se chegar ou sair do povoado e as pontes eram raras em Santo Tomé. O transporte feito em lombos de mula e em carretas gerava aumento dos custos. Logo, tanto em direção ao Norte para a cidade de Posadas e para o Paraguai como em direção ao Sul para Buenos Aires, ou para Corrientes os caminhos terrestres eram precários e se tornavam ainda mais difíceis na época das chuvas. Os viajantes do século XIX sustentavam que o rio Uruguai deveria ser melhor utilizado, pois os caminhos por terra eram difíceis e as carroças e juntas de bois levavam muito tempo para percorrer pequenos trajetos. A comunicação com Santo Tomé era muito difícil, além disso, as estradas não eram seguras havendo muitos perigos no caminho para comerciantes e viajantes.³¹⁹ No final do século XIX, a estrada de ferro chegou à cidade de Monte Caseros e a Concórdia e foi criado um serviço de transportes a Vapor de passageiros e de mercadorias pelas

³¹⁸ BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul**. Tradução: Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livr., 1989. Pp. 115-126.

³¹⁹ Diversos autores narram as dificuldades de se locomover na região Noroeste da Argentina ver a este respeito: ALCARÁZI, Jorge Rafael. “La expedición científica de Eduardo L. Holmberg al Territorio de Misiones.” **Xº Jornadas Interescuelas**. Departamentos de Historia. 20 a 23 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.monografias.com>>. Acesso em 10 abr. 2011; PEYRET, Alejo. **Cartas Sobre Misiones**. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881.

águas do rio Uruguai. Estas obras visavam “assegurar a hegemonia da província sobre a região das antigas missões e articular toda esta zona junto a oriental Correntina com os mercados de Buenos Aires e Montevideú”³²⁰.

2.2.1 Os Rios também são caminhos

Além dos caminhos terrestres o rio Jacuí e Uruguai também eram caminhos fundamentais para a fronteira Oeste e para conectar São Borja a centros políticos e comerciais. O rio Jacuí era o caminho natural para os produtos que vinham das praças de Porto Alegre, Rio Grande e também de Pelotas e internavam-se para o interior da Província e para a fronteira com a Argentina. Era, igualmente, um dos caminhos para a produção da região de São Borja ser escoada para a Capital da Província. Devido às péssimas estradas e as grandes distâncias entre São Borja e Porto Alegre, o rio Uruguai tornou-se um caminho fundamental que ligava todo o Alto Uruguai às praças de Montevideú e de Buenos Aires. Devido à inexistência de Alfândega em São Borja, grande parte do comércio entre estes dois pontos ocorria por contrabando, sendo o rio Uruguai seu caminho natural.

As dificuldades de navegação nos rios ocasionavam prejuízos aos comerciantes e encareciam os produtos, o que exigia uma resposta por parte das autoridades. Frequentemente, o leito do rio Jacuí tinha que ser limpo. Este trabalho era executado com mão de obra livre e escrava, ao todo dezenove pessoas estavam envolvidas nessa tarefa, um tenente, um prático, oito trabalhadores livres e nove escravos³²¹.

Em 1853, o presidente da província relatava que havia ordenado a limpeza no Rio Jacuí e proposto que o mesmo fosse dividido em seções e o trabalho de limpeza fosse feito, em cada sessão, por barqueiros que conheciam o Rio³²². O Governo Provincial trabalhava, constantemente, na limpeza do Jacuí, no passo do Vigia, bem como, nas proximidades de

³²⁰ “[...] asegurar la hegemonía de la provincia sobre la región de las antiguas misiones y articular toda esta zona junto a la oriental correntina con los mercados de Buenos Aires y Montevideo” (BUCHBINDER, 2004, p. 132).

³²¹ ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares de. **Aditamento feito ao Relatório que perante a Assembleia Provincial do Rio-Grande do São Pedro do Sul dirigiu o Exmo. Vice-Presidente da Província em sessão de 4 de março de 1848**. Porto Alegre: Tipografia do Comércio, 1848.

³²² SINIMBÚ, João Lins Vieira Cansasão de. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1853. P. 32-33.

Rio Pardo.³²³ Além dos trabalhos de limpeza ocorriam construção de desvios e canais nas cachoeiras para que as embarcações não tivessem que retirar todos os objetos de seu interior para cruzarem por esses lugares na época de verão. Nessa época também foram realizados levantamentos sobre o Rio Uruguai e o Rio Ijuí³²⁴.

No ano de 1860, era encarregado do serviço de limpeza do Rio Jacuí o Capitão de Fragata Ernesto Frederico de Verna Bilstein. Em seu relatório narrou que desde abril de 1857 até 1860 haviam sido retirados 251 troncos de árvores, cortado galhos que atrapalhavam a navegação, melhorado as cachoeiras, construído canais, desobstruído os baixios³²⁵. As próprias empresas de Vapores buscavam cobrar o governo para que realizasse devidamente a manutenção dos Rios³²⁶.

No relatório a respeito da situação de rios, lagoas e baías da província, anexo ao relatório do presidente de província, se descreve pormenorizadamente o trajeto no Rio Jacuí. Segundo consta, a navegação se dava de forma livre, sem empecilhos até a vila de Santo Amaro, 15 léguas de Porto Alegre, depois dela até a cidade de Rio Pardo a navegação tornava-se mais difícil, principalmente na estação seca. Interrompia-se em muitos pontos, muitas cachoeiras também obstaculizavam o caminho de viajantes e comerciantes. Em muitas ocasiões era necessário descarregar todo o material nos braços e embarcar novamente após transpor os obstáculos. Nessas épocas era fundamental empregar no transporte as canoas de tolda de menor calado. No período da cheia o rio era todo navegável até a Colônia Santo Ângelo, no pé da Serra de São Martinho³²⁷.

Em 1870, a Empresa Jacuhy voltou a reclamar das dificuldades. Dizia que quando o rio estava com boa quantidade de água o trânsito se fazia mais seguro e rápido, no entanto, nos meses de seca as viagens regulares chegavam a ser interrompidas, e que o “estado deste rio é realmente lamentável, erçado de paus em todos os pontos, oferecendo constantes e imensas dificuldades”, isto causava prejuízos para o comércio, por isso cobrava do governo melhora na navegação³²⁸. Diga-

³²³ CAMARA, Patricio Correa da. **Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1857. p. 42-43.

³²⁴ LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. **Relatório Apresentado a Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859. Correspondências dos Presidentes da Província 14 jan. 1859. IJJ 9. AN.

³²⁵ LEÃO, 1859, e o Relatório de 1860 sem capa. p. 45

³²⁶ Correspondências dos Presidentes de Província 29 jun. 1860. IJJ 9. AN.

³²⁷ CAMPOS, José Maria Pereira de. **“Exploração dos Rios, Lagos e Bahias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”**. Porto Alegre, 1862. P. 2-3.

³²⁸ Correspondências dos Presidentes de Província 10 fev. 1870. IJJ 9. AN.

se de passagem, esse estado de coisas encarecia o transporte e, conseqüentemente, os produtos. Como esta era uma das vias de abastecimento de São Borja, os produtos daí provenientes chegavam com altos preços às missões, o que sem dúvida alimentava o contrabando.

Diversos vapores faziam o transporte de passageiros e mercadorias das praças de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre para Rio Pardo e Cachoeira e daí para as Missões. O Vapor S. Pedro possuía 34 beliches, podia transportar ao todo 100 a 150 passageiros, com capacidade para 100 toneladas de carga, mas que geralmente viajava com 1/3 desta capacidade, a viagem durava poucas horas e não eram feitas escalas, o trajeto de Porto Alegre a Pelotas e vice versa, durava em torno de 6 horas. O Vapor Guarani tinha capacidade para 30 passageiros e 52 toneladas de mercadorias, desde Rio Grande fazia escalas em Santa Isabel e Pelotas, gastava 40 horas em viagem redonda. O Vapor Incansável empregava-se apenas no serviço de rebocador. O Vapor Tupy tinha acomodação para 160 passageiros, fazia escalas em Santa Cruz, Charqueada e São Jerônimo, Santo Amaro, Rio Pardo e Cachoeira. O Vapor Rio Pardense, acomodação para 160 passageiros, fazia a linha de Rio Pardo e Cachoeira aportando nos mesmos portos acima. Vapor Taquary, 120 passageiros, escalas em Santa Cruz, Charqueadas, São Jerônimo, Triunfo³²⁹.

A principal preocupação do Império, ao longo do século XIX, foi conseguir estabelecer, na região platina, o princípio de livre navegação dos rios, o que favorecia o comércio feito via rio Uruguai. Além disso, buscou-se também estabelecer acordos que definissem melhor os limites com a Argentina. A defesa que o governo imperial fez da livre navegação dos rios favoreceu os comerciantes desta região fronteiriça.

Em 1830, o governo do Brasil reorganizou seus consulados e legações e realizou negociações com o governo do Paraguai, que requisitavam soberania sobre a margem direita do rio Uruguai. Com as Províncias Unidas no Rio da Prata havia sido assinado um acordo preliminar de Paz e um de navegação do Rio da Prata e seus afluentes. Era preciso um acordo definitivo que estabelecesse a linha de fronteira na Província do Rio Grande do Sul, sendo considerado, igualmente, importante melhorar a vigilância e a proteção nas fronteiras do sul e que este era o local “aonde se encontram mais imediato com os povos

³²⁹ Correspondências dos Presidentes de Província 5 abril 1870. IJJ 9. AN.

conflitantes”³³⁰.

No ano de 1842, foi realizado um acordo de amizade e comércio com a Província de Corrientes.³³¹ O governo trabalhava para melhorar as garantias de navegação fluvial³³² e, em 1846, reafirmou o direito de livre navegação no rio Uruguai.³³³ No final da década de 1840, a Confederação Argentina reclamava da construção de uma estrada ligando o Brasil ao Paraguai que sairia de São Xavier em direção àquele estado. De longa data, existia uma ativa rota comercial que ligava as Missões ao Paraguai por onde vinham e iam produtos. Era natural que o governo provincial pensasse na construção dessa estrada, no entanto, a Confederação Argentina considerava o Paraguai uma província rebelde e recusava qualquer tratado que apontasse para o reconhecimento da soberania paraguaia³³⁴.

A partir, especialmente da década de 1850, o governo Imperial passou a defender, com maior ênfase, o princípio da livre navegação nos rios³³⁵ que dividiam o Império de estados vizinhos. O Uruguai era um desses rios e, mesmo não sendo o mais importante, era um meio vital de trânsito e tráfico comercial na região platina, durante o período em que Juan Manoel de Rosas governou a Confederação Argentina e proibiu a livre navegação nos rios interiores da Confederação, o comércio pelo rio Uruguai sofreu um significativo aumento e esta rota tornou-se mais importante. O tratado de 12 outubro de 1851, entre Brasil e República Oriental do Uruguai, consagrou a livre e comum navegação do rio Uruguai e seus afluentes. Este acordo foi celebrado com o novo governo

³³⁰ CAMPOS, Francisco Carneiro de. **“Relatório do Ministério das Relações Exteriores.” Rio de Janeiro: Tipografia.** 1831. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 21 out 2011. CAMPOS, Francisco Carneiro de. **“Relatório do Ministério de Relações Exteriores”.** Rio de Janeiro: Tipografia. 1832. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 22 out. 2011. p. 4.

³³¹ COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. **“Relatório Ministério de Relações Exteriores”.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1843. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 23 out. 2011. p. 7.

³³² FRANÇA, Ernesto Ferreira. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1845. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 27 out. 2011. p. 26.

³³³ LISBOA, Bento da Silva. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”.** Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional. 1847. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 28 out. 2011.

³³⁴ SOUZA, Paulino José Soares de. **“Relatório da Repartição dos Negócios Extrangeiros”.** Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional. 1850 A 1. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 18 out. 2011.

³³⁵ Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1826-1852. 12 jun. 1852. AHMRE. Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1826-1852. 22 jun. 1852. AHMRE.

Uruguai em um momento em que o país estava sob ocupação militar do Império.

Em 1853, foi elaborado um acordo de amizade, comércio e navegação entre Confederação Argentina, França, Inglaterra e EUA, que garantia a livre navegação dos rios deste país. O Brasil aguardava reciprocidade e defendia a neutralidade da ilha Martin Garcia como garantia da livre navegação³³⁶. O conhecimento, por parte do Brasil, destes acordos fez com que aumentasse a pressão brasileira no sentido de que a Argentina respeitasse tal princípio também em relação às embarcações brasileiras³³⁷. Mas havia uma grande dificuldade em conciliar os interesses das províncias em relação a este tema, o que gerava atrasos e dificuldades para a aprovação dos acordos³³⁸.

Pelo acordo elaborado entre a Confederação Argentina e outras nações esta se comprometeu a permitir a “livre navegação dos rios Paraná e Uruguai em toda a parte de seu curso que lhe pertença, aos buques mercantes de todas as nações” (art 1), podendo os mesmos carregar e descarregar nos portos habilitados (art. 2). A Confederação ainda se comprometia a organizar uma legislação unificada para cobranças de impostos e taxas; que a Ilha Martin Garcia não poderia ser ocupada por nenhum estado que não consentisse na livre navegação dos rios (art. 5), mesmo em momentos de conflito a livre navegação deveria ser consentida, com exceção nesse caso ao transporte de armas (art. 6). Entre os objetivos do tratado estavam o de “desenvolver as relações comerciais dos países ribeirinhos e de fomentar a imigração” (art. 8). O tratado foi assinado em 10 de julho de 1853 em *San Jose de Flores*. Em 27 de julho de 1853 houve adesão dos EUA, mais tarde outros países também aderiram ao mesmo tratado³³⁹.

Após esse tratado foi enviado pelo Brasil um ministro plenipotenciário, Sr Visconde de Abaeté, que conseguiu um acordo de amizade, comércio e navegação entre o Império e a Confederação. O princípio da livre navegação do Rio da Prata e de todos os seus afluentes já achava-se estipulado na convenção preliminar de paz, de 27 de agosto

³³⁶ Anexo K. ABREU, Antonio Paulino Limpo de. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1854. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 02 nov. 2011.

³³⁷ Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1826-1852. 19 jul. 1852. AHMRE. Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1826-1852. 24 jul. 1852. AHMRE.

³³⁸ Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1826-1852. 19 out. 1852. AHMRE.

³³⁹ Notas de Governo a Governo. Argentina e outros. 1823-1898. s.d.; Anexo N. ABREU, 1854.

de 1828, e nos convênios de aliança que, em 20 de maio e 21 de novembro de 1851, celebrara o presidente da Confederação (Justo José de Urquiza) com o Império e a República Oriental do Uruguai. O novo tratado consagrava o mesmo princípio com o desenvolvimento o mais conveniente aos interesses de ambos os países. Em 23 junho de 1856, foi aprovado na cidade do Paraná (capital da confederação) o Tratado Amizade, comércio e navegação entre a Confederação e o Império do Brasil, que garantiu ao Brasil a aplicação do princípio de livre navegação do Rio da Prata e seus afluentes.³⁴⁰ Pelo tratado de navegação ficou estipulado o princípio de liberdade de trânsito e de comércio. Tais acordos surgiram após o Império ter realizado alianças vantajosas com Urquiza e conseguido depor Rosas.

Flores salienta:

A medida que o Rio de Prata (e seus afluentes) foi liberado para navegação estrangeira paulatinamente portos do interior da Argentina, Estado Oriental e Rio Grande do Sul foram se estabelecendo, desenvolvendo e articulando entre si. A política adotada por Argentina e Estado Oriental de livre trânsito de mercadorias estrangeiras com destino aos países vizinhos, ou seja, mercadorias que enquanto estivessem em trânsito não sofriam taxaões alfandegárias, foi o grande impulso para a ativação da navegação comercial dos rios que compunham a bacia do prata, entre eles, o Uruguai. Essa medida atraía os comerciantes brasileiros para importar produtos estrangeiros vindos pelo Atlântico, dos quais os portos de Buenos Aires e Montevideú eram a porta de entrada, via rio Uruguai diretamente até a fronteira do Rio Grande do Sul sem pagar os direitos de importação no país vizinho e podendo, inclusive, burlar o pagamento dessas taxas no Brasil através do Contrabando³⁴¹.

Novas negociações resultaram no tratado de 20 de novembro e 14 de dezembro de 1857, estabelecendo um tratado de limites, tendo como

³⁴⁰ Notas de Governo a Governo. Argentina e outros. 1823-1898. 11 jul. 1856. AHMRE.

³⁴¹ FLORES, Mariana Flores da Cunha. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História. PPGH-UFRGS. , 2007. p. 17.

balizas o rio Uruguai e rio Paraná, segundo o Artº 1º do tratado:

O território do Império divide-se do da Confederação Argentina pelo rio Uruguai, pertencendo toda a margem direita ou ocidental a confederação, e a esquerda ou oriental ao Brasil, desde a foz do afluente do Quarain até a do Peperi-guassú, donde as possessões brasileiras ocupam as duas margens do Uruguai [...]³⁴².

Apesar de ter sido revisto no final do sec. XIX o presente tratado garantiu a posse do território de São Borja ao Brasil, dentro do direito internacional, já que até então não existia nenhum acordo formal entre as duas nações sobre este tema. Ficou para o futuro a discriminação do domínio sobre as ilhas do Rio Uruguai (art 4), por conseguinte, este tema ainda ficava sob discussão, e as Ilhas continuavam sendo o não lugar, não se tendo certeza se pertenciam ao Brasil ou Argentina e nem quem deveria exercer soberania sobre as mesmas³⁴³.

Pensou-se, igualmente, na criação de um canal que permitisse a navegação do rio Paraná para o rio Uruguai e vice-versa. Tal ideia teria, originalmente, surgido durante o período jesuítico e foi pensada, também, pelo barão de Caçapava, bem como por viajantes que passaram na região. A proposta previa o conhecimento e nivelamento desde o Aguepey (afluente do Uruguai) em frente a Itaqui até as Lagunas do Ibera, e da parte setentrional desta até o Rio Paraná e, por este, até o rio Paraguai. Porém, a Confederação Argentina negou o pedido de estudos sobre o caso dizendo que primeiro deveriam ser demarcados, definitivamente, a fronteira pelos respectivos comissários com a definição da soberania sobre as Ilhas do Uruguai³⁴⁴.

Novos projetos como o de João Carlos Pereira Pinto para navegação no Rio Uruguai foram surgindo ao longo desse período. No ano de 1858, foi apresentado um projeto de barcos a Vapor para o Alto Uruguai, visava fazer chegar o “progresso e melhoramento social das

³⁴² GAMA, Caetano Maria Lopes. “**Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**”. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1858. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

³⁴³ GAMA, 1858, p. 23; FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858. p. 8.

³⁴⁴ PARANHOS, José Maria da Silva. “**Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**”. Rio de Janeiro: Tipografia. 1859. Disponível em <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 06 nov. 2011.

remotas regiões brasileiras banhadas pelo Rio Uruguai e seus tributários” e que a navegação a vapor pelo rio Uruguai tinha por fim:

[...] dar toda importância àquela rica e mais fértil porção do território rio-grandense que é banhada pelo mesmo rio, tornar-nos o principal navegador de suas águas dando assim todo impulso ao comércio, agricultura e indústria daquelas remotas comarcas e abrindo uma grande porta de fácil acesso a colonização, a quem caberá a sorte e a missão de rotear prados tão férteis e derrubar os bosques seculares que ali existem para neles semear o trigo, o centeio e outros grãos que são o alimento de principal consumo de todo o mundo, e como elemento de permuta, um dos recursos mais poderosos da União Americana, [...] ³⁴⁵.

Tinha também a missão subsidiária de destruir ou pelo menos contrariar, proficuamente, o ativo contrabando que se fazia por aquela parte da fronteira da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

O projeto propunha, ainda, a colonização europeia na região e a criação de colônias militares, comentava que “a importância atual do comércio e navegação do Uruguai já não é de pequena monta. Pelo relatório do Ministério da Fazenda do corrente ano vê-se que durante o ano de 1854 e 1855 entrarão no porto de Uruguaiana 188 navios com 826 toneladas” e que muitos outros navios entravam em Buenos Aires, provenientes dos portos do Uruguai. A introdução de mercadorias pelos vapores tornaria as mesmas muito mais baratas do que aquelas transportadas por terra, das praças de Pelotas e Rio Grande para a fronteira. O projeto propunha melhorar estradas que davam acesso aos portos e obras hidráulicas no alto Uruguai, entre elas as da Cachoeira do Botuí.

A presença de forças paraguaias, junto à fronteira, no final da década de 1840, e o incremento do contrabando fez com que o governo Provincial aumentasse suas atividades de vigilância e procurasse conhecer melhor esse espaço. Procedeu-se o reconhecimento do rio Ijuí até o rio Uruguai, com o intuito de instalar, no futuro, uma Colônia Militar nessa fronteira. Igualmente, procedeu-se o reconhecimento do

³⁴⁵ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1858. 28 out 1858. AHMRE.

Uruguai, da foz do Ijuí até o porto de São Xavier. O comerciante Joaquim Antonio de Moraes Dutra desceu de Nonohay com 8 canoas tripuladas com 30 pessoas, com mulheres e crianças, além de 509 arrobas de erva-mate. A viagem até São Borja durou 35 dias, passou por cerca de 37 ilhas, 6 cachoeiras, muitos arroios, 28 rios navegáveis, sendo 15 na margem esquerda e 13 na margem direita. Devido a isto o governador defendeu melhorias a fim de possibilitar a navegação no alto Uruguai³⁴⁶.

Diferentemente do que acontecia como rio Jacuí, o rio Uruguai não recebia a mesma atenção. Segundo o viajante Avé-Lallemant o rio poderia ser melhor utilizado mas, conforme diziam os habitantes da região, era tratado pelas pessoas importantes de Porto Alegre como um enteado, pois acreditava-se que desenvolvendo-se o comércio no Oeste da província prejudicaria os comerciantes do Leste³⁴⁷. Eram raros os trabalhos de manutenção desse importante Rio. Somente com muita insistência, a Câmara de São Borja conseguiu a desobstrução da cachoeira do Botui, seu principal problema de navegação³⁴⁸. A cachoeira do Botui estava localizada na foz do afluente com o mesmo nome, entre São Borja e Itaqui, possuía cerca de uma milha de comprimento, cruzando praticamente todo o rio. Na vazante, tornava a navegação muito difícil. Pensou-se, inclusive, na construção de um canal para facilitar esta navegação³⁴⁹. Apesar dessa dificuldade, diversas embarcações singravam o rio Uruguai. Durante muito tempo o Vapor Uruguai navegou o rio Uruguai ligando São Borja ao porto de Constituição³⁵⁰ porém, devido aos problemas de navegação e as cachoeiras, o Vapor só conseguia cumprir todo seu trajeto com o rio cheio³⁵¹.

No relatório sobre navegação, o Rio Uruguai era destacado como divisa entre as Províncias do Rio Grande, Santa Catariana, Corrientes,

³⁴⁶ FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858. p. 6.

³⁴⁷ AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 297.

³⁴⁸ LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. **Relatório Apresentado a Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859.

³⁴⁹ PIMENTEL, Espiridião Eloy de Barros. **Relatório Apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1864. p. 76-77.

³⁵⁰ ROCHA, Francisco de Assis Pereira. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Jornal A Ordem, 1862. p. 72.

³⁵¹ PIMENTEL, Espiridião Eloy de Barros. **Relatório Apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1863. p. 48. Pimentel, 1864, p. 72. Para uma melhor visualização dos passos, ilhas e do rio Uruguai ver mapas no Anexo I e J.

Entre-Rios e Banda Oriental. Era apresentado em dois trechos, um entre o Salto (Uruguai) e a Vila de São Borja, outro entre esta até o passo do Pontão. No primeiro trecho, o rio apresentava uma largura de 300 a 400 braças, oferecendo boa profundidade para navegação. Nas secas, em alguns pontos, a navegação tornava-se impossível, sendo usada apenas navegação por balandras (balandras são espécies de navios entre iates e lanchões; levavam muita carga e demandavam menor fundo para navegarem) ou embarcações menores. Estes subiam “até São Borja no tempo das máximas águas”. Navios de grande calado não seguem além de São Borja, muitos nem além de Itaqui, uma vez que a cheia e vazante eram muito rápidas nesse rio, o que colocava em risco o regresso das embarcações.

O porto de São Borja possuía,

[...] depósito dos gêneros e mercadorias nacionais e estrangeiras, que são destinadas a subir ou descer o Uruguai: é por ele que as povoações brasileiras e estrangeiras, estabelecidas acima do Salto recebem os gêneros e mercadorias que são remetidas de Montevidéu e Buenos Aires para estes pontos comerciais³⁵².

O principal obstáculo ao comércio era o Salto, além dele os comerciantes estrangeiros, especialmente, orientais dominam a atividade. os navios que descem o Uruguai até o Salto transportam especialmente erva-mate desde a freguesia de Santo Ângelo e da Palmeira. Um dos importantes afluentes do Uruguai era o Ibicuí, com navegação em balandras, especialmente no transporte de madeiras extraída de suas margens³⁵³.

Em relação ao Alto Uruguai, da vila de São Borja até o Pontão, o rio apresenta “uma largura média de 200 braças”. Nas enchentes pode-se navegar em balandras até a foz do Ijuí Grande ou até Nonoay, este trecho do rio possui muitas ilhas e corredeiras, bem como outros obstáculos. A maior dificuldade da navegação era cruzar o Salto Grande. Apesar dessas dificuldades, era reconhecido pelo documento que “a navegação do alto Uruguai será um grande melhoramento para a riqueza, civilização e segurança desta parte da nossa fronteira. O

³⁵² CAMPOS, José Maria Pereira de. “**Exploração dos Rios, Lagos e Bahias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**”. Porto Alegre, 1862.

³⁵³ CAMPOS, 1862.

comércio estabelecido por esta linha mudaria talvez o movimento comercial, que atualmente se efetua sobre a nossa Fronteira”. As margens férteis e produtoras do Uruguai e de seus afluentes, só com o estabelecimento destas linhas de navegação, poderiam apresentar o aspecto animador do comércio, indústria e civilização a que tinham direito pelas suas condições naturais³⁵⁴.

No final do século XIX, pelo menos 10 vapores serviam a região levando e trazendo moradores, viajantes e comerciantes. Conforme a tabela abaixo dois vapores Federação e Expresso Itaqui pertenciam a João Barbará; quatro o Iberá, Mesageiro, Cunhatahy, Garruchos pertenciam a Companhia Ferro Carril Argentina Este e faziam a ligação entre o ponto final das estradas de ferro argentinas e os portos do Alto Uruguai; circulavam ainda o Netuno do Dr. Barrantes de Passo de Los Libres; o Ibicuí de propriedade de Guilherme Prates e Piratiny de propriedade de Pomphilio Cristiano Fioravante, ambos de São Borja; por fim, Artigas de propriedade de Artigas Hermanos de Santo Tomé.

Tabela 3: Principais vapores em trânsito no rio Uruguai 1896

	Denominação	Proprietário	Residência do Proprietário
1	Federação	João Barbará	Uruguaiana
2	Expresso Itaqui	Idem	Idem
3	Iberá	Comp. Ferro Carril Argentina Este	Lédeque Londres
4	Mesageiro	Idem	Idem
5	Cunhatahy	Id	Id
6	Garruchos	Id	Id
7	Netuno	Dr. Barrantes	Passo de Los Libres
8	Ibicui	Guilherme Prates	São Borja
9	Piratiny	Pomphilio Cristiano Fioravante	São Borja
10	Artigas	Artigas Hermanos	Santo Tomé

Segundo Argilaga, no século XIX, as embarcações se multiplicaram de forma assombrosa, sem trens e com caminhos intransitáveis, praticamente isolados ao sul, os barcos se converteram, rapidamente, no elemento principal de transporte, tornado-se uma das fontes de trabalho para os moradores da costa do rio Uruguai³⁵⁵. No final do século XIX, os vapores argentinos chegavam a praticamente todas as povoações da costa do Uruguai, inclusive, ao norte de Santo Tomé existia uma linha de vapores que ligava Santo Tomé ao povoado

³⁵⁴ Ibid.

³⁵⁵ ARGILAGA, 2003, p. 135.

de Garruchos. No Brasil, uma pequena lancha fazia a travessia de São Borja até o passo de Santo Isidro, último ponto atendido pelo serviço de transportes subvencionados pelo governo³⁵⁶.

A distância e péssimas condições das estradas encareciam, sobremaneira, a vida em São Borja e também em Santo Tomé. Os viajantes como Saint-Hilaire já haviam relatado a dificuldade de se encontrar determinados produtos na região e o preço exorbitante que os mesmos custavam. A Câmara Municipal também, em diversas ocasiões, argumentava no mesmo sentido. Em 1850, reclamava que o valor de 160 réis diários por preso era insuficiente, pois “atendendo que neste lugar tudo é encarecido e que a vista da Capital da Província tudo aqui se vende pelo duplo ou triplo” pede então que seja pago 240 réis de auxílio por preso³⁵⁷. Segundo Zarth havia um sentimento forte na região devido ao abandono da mesma pelas autoridades provinciais³⁵⁸. Tal sentimento gerava críticas ao governo provincial e imperial e gerava, na população, uma atitude prática, o fortalecimento do contrabando que contribuía na criação de vínculos transfronteiriços na região. Assim, a vida em São Francisco de Borja e Santo Tomé era cara, o contrabando de pequena escala feito entre elas e o contrabando de grande escala feito pelo rio Uruguai ou por dentro da Alfândega de Uruguaiana eram maneiras de romper o isolamento das duas comunidades e de diminuir o custo de vida das suas populações.

³⁵⁶ BESCHOREN, 1989, 123-124.

³⁵⁷ Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 14 de outubro de 1850. AHRs.

³⁵⁸ ZARTH, 1993; ZARTH, 2002.

CAPÍTULO 3: CONTRABANDO NA FRONTEIRA SÃO BORJA E SANTO TOMÉ

Em virtude do isolamento das duas comunidades e dos difíceis caminhos, o contrabando tornou-se uma alternativa de sobrevivência e uma maneira de superar estas dificuldades. O rio Uruguai foi o local, por excelência, tanto do contrabando de grande monta como de pequena monta. Novamente aqui, a fronteira tornou-se o centro das preocupações das autoridades provinciais e depois estaduais e imperiais e, mais tarde, nacionais. O contrabando também contribuiu para forjar laços transfronteiriços. Agentes envolvidos com o contrabando na fronteira contribuíram para o esforço revolucionário federalista no contexto de transição do Império para República.

3.1 COMÉRCIO E CONTRABANDO PARA SÃO BORJA E SANTO TOMÉ, OS CAMINHOS DO DESCAMINHO, ROMPENDO O ISOLAMENTO

Já na década de 1850, era criticado o fim das atividades na Alfândega de São Francisco de Borja. Entre as razões para a crítica era argumentado que pelo rio Uruguai entravam produtos variados provenientes de Montevideu e Buenos Aires. O fim da Alfândega faria com que os mesmos produtos continuassem a entrar na província, porém por via do contrabando. Dizia-se, ainda, que os produtos vindos de Montevideu e Buenos Aires eram mais variados e sortidos que os que se conseguia nas praças de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre³⁵⁹. Buenos Aires devia sua importância, em grande parte, pela sua localização “nas proximidades da desembocadura dos rios Paraná e Uruguai. Buenos Aires se encontrava em uma localização muito favorável para retirar proveito da expansão da produção *ganadera* em toda a área servida por estes dois grandes cursos de água [...]”³⁶⁰. Tornou-se a intermediária entre o comércio Atlântico e o proveniente do interior da Confederação e províncias litorâneas. Além disso, era o ponto de convergência do sistema de transportes terrestres dos estados da Confederação.

Como arma na luta contra o contrabando no rio Uruguai era

³⁵⁹ Correspondência da Alfândega de São Francisco de Borja 16 de mar. 1850. AHRs.

³⁶⁰ “Buenos Aires se encontraba en una locación muy favorable para sacar provecho de la expansión de la producción ganadera en toda el área servida por estos dos grandes cursos de agua” (HORA, 2010, p. 64).

fundamental a melhoria nas estradas da Província. Para o Presidente de Província João Luis Vieira Cansansão de Sinimbu:

[...] o comércio, que subindo pelas águas do Uruguai vai já abastecer as comarcas de Alegrete e de Missões, não toma aquela direção somente atraído pelo incentivo do contrabando, sem todavia querer negar que seja esta uma das razões, mas sim porque o nosso transporte de Pelotas até aqueles outros lugares é tão difícil e dispendioso, por falta de boas estradas, que os gêneros transportados vão ali chegar por custo exorbitante³⁶¹.

As autoridades brasileiras procuravam de todas as maneiras coibir o contrabando e outros crimes, mas esbarravam sempre nos mesmos obstáculos. As dificuldades apresentadas iam desde a extensão da fronteira ao pouco número das forças responsáveis por vigiá-la. O governo da província enumerava os problemas:

1º da falta de meios de ação das autoridades locais, que nem sempre tem a sua disposição a força precisa e disponível para seguirem prontamente no encalço dos criminosos; 2ª da facilidade com que estes criminosos se passam por qualquer ponto de nossa aberta e extensa fronteira para os Estados Vizinhos, com um dos quais somente temos tratados para extradição, porém está sujeito a tão morosas formalidades, que completamente inutilizam os fins do Tratado; 3ª do considerado número de vagabundo, proletários e analfabetos, que vagão pela campanha, e sem domicilio certo, e criminosos que dos Estados Vizinhos vem clandestinamente foragidos para o nosso território aumentar o número dos primeiros; e é sabido que o vagabundo sem ocupação, e de vida errante, é sempre matéria disposta para obra do mal; 4ª dos muitos desertores, que há derramados e acoitados, em muitos pontos do interior da campanha, e é

³⁶¹ SINIMBÚ, João Lins Vieira Cansansão de. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1853. p. 35.

consequência quase infalível, que a praça que deserta e desampara a bandeira do seu regimento, como que abre nova praça, e se alista nas bandeiras do crime; 5º finalmente, algumas vezes ou da nímia indulgência dos tribunais resulta a impunidade, ou da negligência dos agentes policiais da localidade, que dão lugar as evasões³⁶².

Por conseguinte, o trabalho de vigilância nas fronteiras era um trabalho extremamente difícil para não dizer impossível. Em 1857, o Presidente da Província do São Pedro do Rio Grande do Sul informava que a arrecadação da fazenda da Província era muito prejudicada pelo contrabando realizado nas fronteiras. Em muitas alfândegas e coletorias havia conveniência dos empregados com o contrabando, o que atingia também as mesas de rendas de Itaqui e São Borja devido à dependência para com a Alfândega de Uruguaiana³⁶³. Em Corrientes também procurava-se coibir o contrabando, para isto foi concedido aos administradores de aduanas e rendas nacionais faculdades especiais para julgar os contrabandistas em primeira instância e aumentou-se a vigilância sobre os funcionários das alfândegas para impedir qualquer atividade ilícita. Foi sancionada uma severa lei contra o contrabando, em outubro de 1857, e se reforçaram as medidas para controlar a circulação de pessoas e mercadorias nas costas dos rios com especial atenção o rio Uruguai³⁶⁴.

Existia o contrabando de grande escala feito por atravessadores que utilizavam as estradas ou o Rio Uruguai, mas também existia o contrabando de pequena escala o chamado contrabando formiga. Este contrabando, geralmente, era realizado pelos moradores da Vila de São Francisco de Borja e de Santo Tomé e, raramente, causava problemas para aqueles que o executavam. Em 1859, o guarda da alfândega de Uruguaiana, Oreste Ferreira Paes, foi até São Francisco de Borja e realizou apreensão de mercadorias trazidas em pequeno volume de Santo Tomé. Neste ato desacatou o administrador da mesa de rendas de São Francisco de Borja, bem como, os guardas nacionais que trabalhavam no local de desembarque. Além de apreender mercadorias o guarda da alfândega de Uruguaiana ainda apreendeu uma chalana de Santo Tomé e

³⁶² COELHO, Jeronimo Francisco. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1856. p. 7-8.

³⁶³ Correspondencias dos Presidentes de Província. 17 out. 1857. IJJ 9. AN.

³⁶⁴ BUCHBINDER, 2004, pp. 80-81.

obrigou o condutor a levá-lo até a Alfândega de Uruguiana. O condutor da chalana era menor de idade. No caminho parou em algumas ilhas do rio Uruguai e apreendeu víveres de moradores chamando os mesmos de criminosos e assassinos³⁶⁵. É importante dizermos que o contrabando de pequena escala era uma forma de sobrevivência e de barateamento do custo de vida para ambas as comunidades, fazendo parte da vida cultural das mesmas e sendo um hábito bastante arraigado e criava vínculos entre os moradores de ambos os lados do rio.

Eram muitos os segmentos sociais envolvidos no contrabando. Sousa, analisando o contrabando na região fronteira Brasil/Uruguai, no final do século XIX e início do século XX, elencou os principais tipos sociais envolvidos na prática:

Nas formas tradicionais do intercâmbio fronteiriço, percebemos que eram variadas as motivações que levavam ao desempenho dessa atividade bem como os tipos sociais que a praticavam. Assim, nas áreas rurais, eram contrabandistas alguns proprietários de gado e de charque, muitos deles com terras no lado oposto da fronteira, que julgavam os impostos demasiado elevados para a exportação de uma riqueza considerada natural da região. Eram contrabandistas também negociantes que obtinham manufaturas europeias mais baratas pela via do porto de Montevidéu e das ferrovias uruguaias. Nesses dois casos, estancieros ou comerciantes estavam sempre a salvo de todo o risco, pois sua qualidade de empresário estava aliada a sua influência política. Havia, ainda, os contrabandistas profissionais, simples passadores de mercadorias de outros, no caso negociantes, que se arriscavam para enriquecerem os que compravam ou vendiam por atacado. E havia, finalmente, a população urbana que sobrevivia a partir do contrabando-formiga: os passadores na fronteira argentina, os chibeiros na fronteira brasileiras, os quileros, na fronteira uruguiaia³⁶⁶.

³⁶⁵ Correspondências Delegados de Polícia São Francisco de Borja. 15 jul. 1859. AHRs.

³⁶⁶ SOUZA, Susana Bleil de. **Comércio e Contrabando na Articulação Econômica do Espaço Fronteiriço Platino**. Vol. 3, em República velha (1889-1930), por Tau Golin, Nelson Boeira, Ana Luiza Setti Reckziegel e Gunter Axt, 305-333. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 314.

Em São Francisco de Borja e Santo Tomé, também encontramos um grupo variado de tipos sociais envolvidos tanto no contrabando de grande escala como no de pequena escala, do qual participam pecuaristas, negociantes, comerciantes e mascates etc. Assim, o contrabando além de ser uma forma de sobrevivência e de barateamento do custo de vida, era também uma prática costumeira, um hábito das populações fronteiriças.

O contrabando de grande escala era realizado por terra e por via fluvial. Franco Melchior Carneiro de Mendonça³⁶⁷, cônsul encarregado do combate ao contrabando no Estado Oriental, apresentou interessante relatório sobre o assunto na década de 1860. Ele nos dá uma boa dimensão do problema e das soluções pensadas pelos representantes do Império. O autor sustentava que procurou fazer o melhor levantamento possível:

[...] atravessando desertos habitados por salteadores, desertores e contrabandistas, descendo pelo Alto Uruguai em uma ligeira pernoitando por ilhas e entre suspeitos com risco da própria vida afrontando privações consumadas que só podem ser avaliada por quem conhece estas paragens.

Assim ficava demonstrado que o contrabando tinha como uma de suas rotas preferidas o rio Uruguai e mais, que usavam uma ligeira, provavelmente uma chata, para cruzar rapidamente o rio, pernoitando nas ilhas e as utilizando como ponto preferido de apoio.

Ao longo de todo o rio Uruguai existiam inúmeras Ilhas. As mesmas tinham dimensões variadas, mas eram, em sua maioria, habitadas. As populações destas ilhas eram bastante heterogêneas, havendo moradores de várias origens, brasileiros, paraguaios e correntinos, muitos se ocupavam em atividades de pecuária e agricultura em pequena escala. Além dos moradores, as ilhas abrigavam todos os perseguidos e discriminados, criminosos, desertores, escravos fugitivos e contrabandistas faziam das ilhas seus locais de apoio e proteção.

Segundo o autor do relatório, a criação de vice consulados, em Salto, *Constituicion* e Santa Rosa já atendia ao imperativo de levantar

³⁶⁷ Para tudo ver: MENDONÇA, 18 de abril de 1863. IR² 1. AN.

melhores informações sobre o contrabando na Região, reconhecia que estes eram os pontos intermediários das rotas do contrabando para o Alto Uruguai. Destes pontos o Cônsul subiu:

[...] ao Alto Uruguai no intuito de atingir o fim que tinha em vista o de reconhecer o modo porque se faz o contrabando pelas fronteiras terrestres e fluviais como também estudar os meios de evitá-lo, se não no todo ao menos em sua maior parte, tendo ainda em vista o que me fora determinado em despacho reservado do Ministério da Fazenda de 2 de agosto de 1860³⁶⁸.

Mesmo que já existissem informações escritas a esse respeito, as novas informações haviam sido colhidas nos “próprios focos do contrabando” que eram “Constituição, Santa Rosa, Uruguiana, Restauração, Ilha Missioneira Primeira”.

Sobre o trânsito do contrabando argumentava que o Salto, florescente povoação oriental, situado a 5 léguas abaixo da cachoeira do rio Uruguai, da qual tomava o nome, era porto de depósito e trânsito e, incontestavelmente, o empório do comércio de contrabando para a Província do Rio Grande do Sul. Nos armazéns da respectiva alfândega eram recebidas as mercadorias estrangeiras procedentes das praças do Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires. Destes armazéns eram levados com despachos mais ou menos regulares para os portos. Também de Depósito e Trânsito da Constituição, de Santa Rosa e de Santo Eugênio, dos quais os dois primeiros estão localizados à margem do Uruguai e o terceiro ao do Quarain. Dali eram despachadas essa mercadorias a um dos portos da Província de Entre Rios e Corrientes (*Caseros, Federacion, Restauracion, La Cruz e Santo Tomé*). Eram recebidos, igualmente, em depósitos, ora oficialmente na alfândega da terceira localidade (restauração) acima indicada, ora em ranchos ou casas escusas preparadas à margem do Rio e em suas ilhas. O maior deles é na *Restauracion* e isto se devia à facilidade que possuíam os contrabandistas para passar faturas inteiras de mercadorias desse porto para os demais, tudo com mais rapidez e menos dispêndio e risco.

Recolhidas as mercadorias aos depósitos das já mencionadas localidades que eram, senão de direito, de fato portos francos pela tolerância e conivência das autoridades fiscais da Confederação em

³⁶⁸ MENDONÇA, 18 de abril de 1863. IR² 1. AN.

proteger o contrabando que se destina ao Rio Grande. Daí eram retiradas para uma companhia de navegação fluvial que dispunha de meios necessários para isso e transportados para Uruguaiana, Itaquí e São Borja.

Segundo Medrano, o porto de *Restauración* era o grande irradiador do contrabando de produtos para o Rio Grande do Sul. Em seus depósitos eram armazenados os produtos que depois eram distribuídos pelos portos do rio Uruguai em chalanas, pailebotes, botes, goletas, lanchões, queches, canoas e balandras³⁶⁹. As companhias de navegação, instaladas no Uruguai, possuíam vários depachos para seus navios, utilizados para despachar suas mercadorias para o porto de La Cruz ou Santo Tomé, porém muitas vezes desembarcavam as mercadorias em outros pontos fazendo as mesmas entrar no Rio Grande do Sul por contrabando³⁷⁰. Das embarcações saídas do porto de *Restauración*, no ano de 1855, duas eram destinadas a Santo Tomé e duas a São Borja, apesar de pequena em número, eram grandes em tonelagem. A tabela abaixo permite visualizar melhor isto:

Tabela 4: Embarcações saídas do porto de *Restauración* (1855)

Nome da embarcação	Tonelagem	Destino
Canoa San José	1 ton.	Santo Tomé
Bote Vences	2 ton.	São Borja
Lanchão Flor del Uruguay	8 ton.	São Borja
Goleta Libertad	14 ton.	Santo Tomé

Fonte: Adaptado de: COLVERO, 2004, p. 179.

Em Uruguaiana funcionava uma companhia de transporte terrestre, que se encarregava de receber o contrabando no lugar denominado vulgarmente ‘barranca pelada’ ou ‘alfândega grande’. Dali era conduzido em carretas ou cargueiros aos diferentes depósitos e casas comerciais a que de antemão eram destinados. Antes da chegada do Cônsul àquela vila havia duas companhias, uma capitaneada pelo brasileiro Procópio, jovem de cerca de 25 anos de idade e alferes da guarda nacional, e outra sob oculta direção de João Cabeça, Guarda da Alfândega, encarregado do detalhe do serviço de seus colegas:

³⁶⁹ MEDRANO, Lília Inês Zanotti. **A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay:** uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1852-1889). Tese de Doutorado, São Paulo: Departamento de História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1989. p. 171.

³⁷⁰ Ibid., p. 187.

Dias antes, porém, havia se dissolvido a companhia de Procópio em consequência de acordo entre ele e seu oficial o Guarda Cabeça, por haver se comprometido este a ceder-lhe uma parte dos lucros da sua duplamente criminosa empresa, se, por acaso, deixa-se de hostilizá-lo abandonado-lhe o campo³⁷¹.

Ao fazer a revelação do que fica exposto, Procópio acrescentou que tinha acedido ao convênio e deixado o campo à Cabeça por não poder lutar com ele que, além da posição oficial, merecia inteira confiança do então Inspetor da Alfândega, Antonio de Campos Júnior. No entanto, o autor do relatório ponderava que, em sua avaliação, o Sr. Campos Júnior era pessoa honesta, apenas sendo infeliz na escolha dos funcionários da alfândega.

Muitas eram as maneiras de burlar os regulamentos e lesar o fisco. Entre outras irregularidades o autor destacou o de mandar qualificar como finas, fazendas ordinárias, como superiores certos líquidos de ínfima qualidade e por álcool puro todas as substâncias com mais ou menos álcool. Tudo isso por não haver, naquela repartição, instrumentos que os graduassem procedimento este que, concorrendo muito diretamente para o abatimento do comércio lícito fomentava com força o contrabando.

A corrupção na Alfândega de Uruguaiana foi também constatada por Mariana Flores em sua dissertação de mestrado. Analisando Processos Crimes e Autos de Responsabilidade a autora conseguiu demonstrar as formas como os produtos passavam por dentro da Alfândega sem pagar os valores fiscais ou pagando valores inferiores aos devidos e a conveniência das autoridades alfandegárias com estas ações. Segundo esta autora:

O contrabando podia se dar pela passagem de mercadorias por passos de fronteira desguarnecidos, mas também era passível de ser passado por dentro da própria Alfândega, valendo-se de estratégias consolidadas que aparecem permanentemente ao longo das diferentes gestões de inspetores³⁷².

³⁷¹ MENDONÇA, 18 de abril de 1863. IR² 1. AN.

³⁷² FLORES, 2007, p. 93.

A companhia de navegação fluvial cuja direção era presidida por um Italiano de nome Antonio Corso, encarregava-se, também, de transportar mercadorias por contrabando da *Restauración* para Itaqui e São Borja. Munindo-se com os necessários despachos com destino aos portos da Cruz e São Tomé (Província de Corrientes) as embarcações subiam o Uruguai e, ao chegarem, davam fundo (fundear) na foz do Rio Aguapey durante a noite (e muitas de dia em horas próprias e convencionadas) e desembarcavam o contrabando nas praias brasileiras³⁷³.

Para Itaqui e São Borja fazia-se também o contrabando da seguinte maneira:

Despacham-se em Uruguiaiana gêneros já despachados para consumo, e os respectivos volumes (fardos, caixões, barricas) vazios ou cheios de palha, pedra, e tijolos, já numerados com marcas e contramarcas são conferidos por um certo e determinado Guarda mediante uma cota convencionada como contendo as mercadorias declaradas nos despachos. Assim embarcados tais vasilhames, são conduzidos para ilha grande, povoada por correntinos, malfeitores, e por desertores do nosso exército, e aí abandonados em troca de outros, que são na mesma ocasião (trazidos) da Restauracion, iguais em dimensões, marcas, numerações e contramarcas, de que faz menção o manifesto³⁷⁴.

Este não era o mais usual meio por ser um tanto incômodo aos contrabandistas. O mais comum era os barcos que partiam da Uruguiaiana para Itaqui e S. Borja receberem grandes volumes por contrabando e, ao chegarem àqueles portos, desembarcavam os volumes à sombra da noite e de dia em conveniência com os guardas das respectivas mesas de rendas e, da praia, seguiam sem maior preocupação para a casa dos negociantes contrabandistas.

Pelos diferentes passos do Quarain e Fronteira terrestre fazia-se o contrabando de vários modos, ainda que em pequena escala em relação

³⁷³ Mariana Flores apontou o caso de apreensão de uma embarcação de Antonio Corso no rio Uruguai por suspeita de contrabando, o processo não teve seguimento devido a não ter sido apreendido mercadorias (FLORES, 2007, p. 81-82).

³⁷⁴ MENDONÇA, 18 de abril de 1863. IR² 1. AN.

ao que entrava pelo Uruguai. Carretas com mercadorias de diversas qualidades, valores e origens, em grandes fardos, caixões e outros envoltórios transitavam, constantemente, pelo passo real daquele rio (Chamado Pay-passo) com direções a Uruguaiana e outros pontos, e ao transporem o Quarain apresentavam-se a um Guarda d'Alfândega que contava os volumes e, em cada um deles, grudava uma tira de papel numerada. Esta conferência era feita com o maior desleixo e descuido. Depois de se acharem os veículos em território do Brasil e, terem por ele percorrido um longo trajeto, o primeiro cuidado do condutor era retirar o letreiro ou marca dos volumes enquanto estavam úmidos, levando-os na algibeira. Após a distância de algumas léguas, grudava-os, de novo, em outros invólucros, contendo tamancos, soldadinhos de chumbo e bonecos ordinários. Deixavam, assim, os que traziam com mercadoria de valor que são de pronto acauteladas, ao passo que os falsos volumes eram conduzidos à Alfândega para o despacho de consumo.

Sobre esse procedimento, o autor recolheu testemunho de um negociante de Uruguaiana que dizia que “a sombra de um só caixão com tamancos (de senhora) que entrava e saía três vezes pela Alfândega, conseguira um seu colega introduzir no mercado, por contrabando, objetos finos no valor de cerca de 10:000\$000 réis no curto espaço de seis meses!!!”³⁷⁵. As mercadorias assim acauteladas entravam em Uruguaiana, seguiam para outros destinos em carretas, para as quais serviam as guias de mercadorias da mesma espécie solicitadas com antecedências das Mesas de Rendas de Pelotas, Bagé, e Alegrete por intermédio de comerciantes ali estabelecidos. Em outras ocasiões, eram conduzidas nas Carretas ou cargueiros de mascates em substituição das que haviam tirado guia d'Alfândega para acompanharem os que nunca saíam da vila.

Pessoa de confiança do cônsul também contou que o negociante português chamado Leonardo Macedônio, estabelecido em Alegrete, havia despachado, no Rio de Janeiro com baldeação em Montevidéu, uma fatura de 120 contos de gêneros estrangeiros já despachados para consumo, e que os volumes, que deveriam conter as mercadorias do despacho e guia, estavam cheios de palha e de objetos de nenhum valor. No trânsito por aquela República foram substituídos por outros das mesmas dimensões, e formas, cheio de mercadorias compradas ali, em Buenos Aires, as quais só pagaram, por conseguinte, em vez dos direitos a que estavam sujeitos, ½% de expediente. Dizia, ainda, que foi na

³⁷⁵ MENDONÇA, 18 de abril de 1863. IR² 1. AN.

Alfândega do Salto que o contrabandista foi numerar, marcar e contramarcas os volumes de conformidade com o manifesto e guia extraídos na Alfândega da Corte e, assim, entrou essa grande fatura na Província do Rio Grande.

Além dos meios narrados, o cônsul admitia que os contrabandistas possuíam muitos outros para introduzir produtos no Rio Grande do Sul que eram empregados segundo as circunstâncias de ocasião, lugares e desleixo das autoridades. E que os contrabandistas contavam em vários lugares com a proteção das autoridades e também da população sendo que “nos municípios de São Gabriel, Santana do Livramento, Itaqui, São Borja e Uruguaiana raro é o estancieiro que não proteja, na fazenda, a pessoa do contrabandista”. Esta proteção derivava de uma cultura existente na fronteira onde o contrabandista não era visto como um contraventor, mas simplesmente como uma pessoa que trazia produtos mais baratos para abastecer o mercado local e regional e que desta forma conseguia sua própria sobrevivência.

Entre as medidas preventivas, o autor chamava a atenção para a chamada tarifa especial que era defendida por grande número de pensadores. Segundo os mesmos, a diminuição do direito de importação na razão dos lucros que recebiam os contrabandistas, acabaria com o contrabando. No parecer do cônsul, esta seria uma medida eficaz no Rio Grande do Sul, devido a sua excepcionalidade em relação às demais províncias do Império. Assim, propunha que se estipulasse, durante dois anos, uma tarifa especial a fim de ver quais resultados teria. Mas, argumentava, que caso a tarifa especial fosse adotada o governo imperial deveria tomar o devido cuidado e precauções para impedir que as mercadorias que fossem introduzidas na Província do Rio Grande, não fossem reexportadas para outras do Império. Para evitar isso, deveriam se fiscalizar os navios que partissem dos portos do Rio Grande.

Além da tarifa especial era fundamental adotar outros meios de repressão ao contrabando entre os quais, a criação de duas novas mesas de rendas uma em *pay-passo* e outra no passo do Baptista, em frente à povoação oriental de Santo Eugênio. Locais, sabidamente, utilizados pelos contrabandistas. Estas mesas estariam subordinadas à Alfândega de Uruguaiana. Esta, por sua vez, deveria ser administrada por um funcionário especialmente qualificado e que de preferência não fosse natural da Província. Deveria se estabelecer uma empresa subvencionada de diligências ou carretas entre *pay-passo* e Uruguaiana e Passo do Baptista e esta vila, para transporte exclusivo das mercadorias procedentes do Estado Oriental do Uruguai. Também, o

estabelecimento, no Rio Uruguai, de uma esquadrilha composta de quatro pequenos vapores e que calem quando muito de 2,5 a 3 pés de água (escala inglesa) com máquinas de força que dessem uma velocidade de 8 milhas por hora a fim de fiscalizar o rio. Que essas embarcações fossem armadas, assim como seus tripulantes, além disso, manutenção dos dois escaleres e mais uma baleeira de 5 remos.

Dizia que:

A esquadrilha assim montada me parece necessária e suficiente para atender o duplo fim de defender a nossa fronteira, fazer a policia do rio dentro de nossas águas e ilhas e zelar ai os interesses da fazenda, convindo que, como auxiliares, tenha a alfândega três embarcações ou barças, que se deverão estacionar, uma em frente do nosso marco na ilha do Quarain, outra na Ilha Quadrada e outra finalmente entre Itaqui e São Borja³⁷⁶.

Além dessas medidas, propunha, ainda, que se estabelecesse um vice-consulado no porto de *Restauracion* e se procurasse fazer com que o governo do Estado Oriental do Uruguai e da Confederação Argentina policiassem o rio Uruguai. Obrigar todos os veículos e cargueiros que saíssem para a Campanha (região) apresentarem à estação fiscal do lugar da procedência, dentro de um prazo razoável que esta lhes marcaria, certificado ou tomar guia de descarga dos gêneros que conduzissem, para que os carregadores pudessem levantar a fiança que houvessem prestado, obrigando-se a não fazer uso ilegal, em benefício do contrabando, das mercadorias que tivessem carregado. A fiança nunca seria menor que a importância dos direitos a que estivessem sujeitas as mercadorias, devendo todo veículo ou cargueiro ser acompanhado de uma matrícula igual a da equipagem das embarcações mercantes, regulando, enfim, a respeito deles as mesmas disposições regulamentares que subsistem das embarcações mercantes. Ainda assim, sendo imprescindível exercer a mais rigorosa fiscalização e conferência dos volumes e das mercadorias despachadas. Entre as medidas repressivas, argumentava, que em caso de apreensão em flagrante ou fora dele, era fundamental a imediata punição dos contrabandistas sem proteção e que o presidente da Província fosse investido de poder de

³⁷⁶ MENDONÇA, 18 de abril de 1863. IR² 1. AN.

tribunal em última instância. Terminava dizendo que todos os funcionários da Alfândega de Uruguaiiana deveriam ser substituídos.

Ainda no ano de 1864, foi instalado o vice-consulado em Restauração (*Paso de Los Libres*), cidade em frente a Uruguaiiana. Esta instalação era vista com um passo para tentar coibir o contrabando que se realizava por aquela fronteira para o Rio Grande do Sul, devido a serem muito frequentes as passagens de uma para outra margem do rio Uruguai. Defendia-se, ainda, instalações de vice-consulados no Alto Uruguai, em La Cruz e Santo Tomé e que isto também tinha objetivo de contrariar o contrabando praticado nesta fronteira. Havia “esperança de que o comércio e navegação no Alto Uruguai, dominado hoje pela anarquia e imoralidade, marcharam pelas vias legais, sob a paternal proteção dos dois governos” e que para acabar com o contrabando era importante mais severa fiscalização na fronteira fluvial³⁷⁷. Também nesse ano, ocorreu nova invasão do Império do Uruguai com um violento bombardeio a Paissandu.

No mesmo ano o Vice-Cônsul reclamava das autoridades argentinas que dificultavam seu trabalho. Este conflito surgiu do empenho dos contrabandistas daquela localidade, intimamente ligados às autoridades locais, que agiram e pressionaram para impedir que o Vice-Cônsul brasileiro conseguisse colocar em prática suas medidas repressivas contra o contrabando. O vice-cônsul sustentava que as embarcações não cumpriam os regulamentos existentes, e que para não os cumprirem mudavam a bandeira das embarcações da brasileira para a Argentina. Criticava a falta de exigência de passaporte pelas autoridades para os que cruzavam a fronteira, e que “no tocante ao contrabando, a imoralidade se torna inacreditável, no entanto o que se pratica a tal respeito é de pública notoriedade naquelas comarcas”³⁷⁸. Em outro informe dizia que a navegação realizada entre São Borja e o porto de Federação na Argentina era ainda pouco conhecida pelas autoridades, mas que circulavam embarcações de 4 a 30 toneladas o que indicava um ativo comércio entre os dois pontos.³⁷⁹ O problema na região era antigo, ainda no ano de 1859, o vice-consulado da argentina em Uruguaiiana reclamava do excesso de exigências que as embarcações tinham que cumprir para poder navegar, o que segundo o vice-cônsul dificultava as trocas comerciais com os portos do Alto Uruguai³⁸⁰.

³⁷⁷ Notas de Governo a Governo. Argentina e outros. 1823-1898. 25 agosto 1864. AHMRE.

³⁷⁸ Notas de Governo a Governo. Argentina e outros. 1823-1898. 25 agosto 1864. AHMRE.

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ Ofício Vice Consulado Argentino em Uruguaiiana 22 Jul. 1859. AMREARC.

Em 17 de maio de 1865, o representante da Argentina, no Rio de Janeiro, enviou ofício ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil solicitando conversações sobre as questões mercantis entre os dois países. Sustentava que o espírito liberal que regia a conduta da República nos últimos dez anos não podia deixar de incentivar o comércio entre os dois países e que a:

[...] importância crescente do movimento mercantil sobre o Alto Uruguai, entre as possessões argentinas e brasileiras, tem feito compreender ao governo da república a conveniência que havia para os dois Estados que alimentam este comércio, em diante maiores e mais eficazes facilidades. Daí também experiência tem demonstrado aquele Governo que a mesma necessidade daquelas possessões tão vantajosa para suas recíprocas trocas, será sempre um abrigo a impunidade do contrabando que prejudica a Renda de ambos os Estados³⁸¹.

Dizia, ainda, que os dois governos tinham que usar todos os meios para evitarem a prática do contrabando tanto quanto fosse possível. Para isso, propôs um convênio aduaneiro que facilitasse o comércio lícito pelo Alto Uruguai, com maior vigilância entre os dois países, para facilitar a fiscalização. Propunha que:

[...] os governos contratantes nomearam um empregado interventor em cada uma das Aduanas do outro, que existam no Alto Uruguai para que procedam de acordo com os administradores em todas as operações de aduana, do comércio de ambos os países, sujeitando-se as leis dos países onde exerçam suas funções, para a verificação e reconhecimentos necessários e para a certificações e demais documentos que devem expedir a aduana correspondente³⁸².

³⁸¹ Notas de Governo a Governo. Argentina. 1865. 17 de maio de 1865. AHMRE

³⁸² Notas de Governo a Governo. Argentina. 1865. 17 de maio de 1865. AHMRE

Os empregados interventores estariam sob regime disciplinar da aduana em que trabalhassem. O governo do Império respondeu que o acordo sobre as aduanas não teria bom efeito se não fosse articulada a participação do Uruguai, sem a qual o contrabando continuaria ocorrendo e a medida se tornaria ineficaz³⁸³.

Já no ano de 1866, o vice-cônsul em Corrientes teve que se explicar sobre acusações de não ter informado corretamente ao Consulado Geral em Buenos Aires sobre o movimento comercial da província de Corrientes. Ele argumentava que os navios, que chegavam, traziam materiais de guerra e que estes não eram considerados comércio, pois estavam transportando materiais para os aliados e, portanto, tinham tratamento diferenciado e que inexistia possibilidade de elaborar mapas de comércio por “faltarem elementos” necessários.³⁸⁴ Isto indica que tal movimento era bastante significativo e que o Estado Imperial estava preocupado em tentar mapear o mesmo, a fim de descobrir o quanto perdia com o contrabando que existia nas fronteiras dessa província com o Império.

Em relatório sobre a situação nas fronteiras, a comissão encarregada chegou a conclusão que o controle sobre esses espaços eram totalmente precários. Mesmo nos locais onde existia uma barreira natural como o Rio Uruguai, o contrabando de todo o tipo fluía livremente devido a enorme quantidade de passos existentes e a impossibilidade de controlar os mesmos. Alguns desses passos eram melhores que os oficiais, sendo também preferido pela população fronteiriça por este motivo. Além disso, o fato de que quem fazia a guarda serem moradores da localidade, o que facilitava o trânsito de mercadorias e pessoas conhecidas dos guardas.

Já vi vossa Ex. que aquele que quiser passar contrabando ou passar criminosamente de um estado para outro, não fica embaraçado, nem pelas guardas, nem por mau passo; ao contrário, a existência das guardas, dá aos contrabandistas a segurança de sua livre passagem pelos outros pontos visto que não ignoram onde elas estão³⁸⁵.

Além disso, propunham-se como solução, guardas volantes e incertos e nunca moradores do local.

³⁸³ Notas de Governo a Governo. Argentina. 1865. 7 junho 1865. AHMRE.

³⁸⁴ Buenos Aires. Diversos Consulados. 1866.

³⁸⁵ MELLO, Francisco I. Marcondes Homem de. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868. Pp. 34-35.

Os inúmeros passos existentes no rio Uruguai eram um problema para qualquer tentativa de coibir o contrabando. Mesmo nos passos mais vigiados, o contrabando era prática comum, conforme disse um viajante à alfândega de São Francisco de Borja, vigiava de dia e dormia de noite. Já nos passos mais afastados da vila como o de Garruchos, a movimentação comercial era grande, lanchões chegavam com certa frequência de Uruguaiana com produtos para as casas comerciais da povoação. Mesmo com a existência de guardas nacionais permanentes, mesmo que os moradores só pudessem usar canoas e barcos licenciados e os postos de passagens fossem fechados a noite, havia uma leva e traz por contrabando e muitos contraventores conseguiam “chegar de uma margem a outra sem serem notados”³⁸⁶.

Entre os exemplos que ilustram bem a questão do contrabando fluvial na região platina está o caso de contrabando na Ilha do Antajo, também chamada Cerrito. Em 1872, o governo argentino reclamou sobre a facilidade com que ocorria o contrabando nessa região e usou esse caso³⁸⁷:

Sr. Ministro. Pela cópias juntas e denúncias de igual natureza recebidas em diversas ocasiões, chegou ao conhecimento do governo argentino a impunidade e facilidade que presta ao contrabando a ilha Argentina chamada de Cerrito, ocupada desde o princípio da guerra com o Paraguai por um hospital e Arsenal Brasileiro³⁸⁸.

O governo argentino pedia providências e a retirada de pessoas e material desse local. A 2 de agosto de 1871, o administrador de mesa de rendas nacionais de Corrientes fez queixa do assunto junto ao Ministério de Fazenda. Essa repassou o problema ao Ministério de Relações Exteriores da Argentina. O desembarque irregular de mercadorias na Ilha do Cerrito gerou um processo de mais de 20 páginas. O carregamento era procedente de Montevideu e foi transportado pela Patocha Novo Triunfante.

Na declaração do mestre do Nuevo Triunfante que foi interrogado pelo administrador de rendas é possível percebermos as formas como o

³⁸⁶ BESCHOREN, 1989, p. 125.

³⁸⁷ CORREA, Manoel Francisco. “**Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**”. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1871 4 A. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 11 nov. 2011. Pp. 20-21.

³⁸⁸ Notas de Govenro a Governo. Argentina. 1872. 31 jan. 1872. AHMRE.

contrabando ocorria.

Perguntado: Qual seu nome, idade, nacionalidade e profissão?

Respondeu que se chamava Nicolaó Sertone, de 26 anos de idade, italiano e de profissão marítima, atualmente mestre do Patacho Nacional 'Nuevo Triunfante' que está ancorado neste porto (Corrientes).

Perguntado: se o navio de seu comando está carregado ou vazio; no 1º caso qual o seu carregamento, e sua procedência e destino?

Respondeu que estava carregado de madeiras embarcada no Chaco (Riacho de Ouro) com destino a Buenos Aires, e que veio aqui para despachar seus papeis nesta alfândega.

Perguntado: de que porto haveis despachado para o Chaco e se o navio foi carregado ou vazio?

Respondeu que havia saído do Cerrito.

Perguntado: de onde vinha para Cerrito, e se também trouxe o navio vazio ou com carga?

Respondeu que procedera de Montevidéu com carregamento de artigos para armazém.

Perguntado: por conta de quem trazia o referido carregamento; se no Cerrito desembarcou todo ou parte desse, e por ordem de quem?

Respondeu que conduziu o carregamento por conta de um alemão de nome Luiz Guilherme Webert, descarregando tudo no porto por ordem do mesmo e do inspetor do Arsenal Brasileiro que ali existe.

Perguntado: de que qualidade e quantidade de artigos se compunha o carregamento e se pode exhibir o respectivo conhecimento e livro de bordo e todos os mais documentos quer de alfândega quer de outra classe que tenha relação com a carga de que se trata.

Respondeu que não pode especificar o carregamento que conduziu, por que não se recorda, que o conhecimento foi entregue a casa dos Srs. Resoagli e Irmãos desta praça para receber o frete, e por isso não o tem o declarante, que não tem livro de bordo porque nunca o levou e que o único documento que existe em seu

poder é a Patente de Navegação expedida pelo Consulado Argentino em Montevidéu datado de 17 de dezembro último...

Perguntado: por que desembarcou seu carregamento em um ponto não habilitado pela autoridade competente para as operações do comércio estrangeiro, como é a ilha do Cerrito, território Argentino?

Respondeu que efetuou o desembarque por que assim lhe ordenou o dono dela, Sr Webert, e logo depois o Inspetor Brasileiro³⁸⁹.

Sobre a carga do Patacho, foi averiguado que a mesma transportava, caixas de fósforos, de cera, licores, caixas de queijo, champanhe, caixas de guitarras, de cerveja, vinho seco, vinagre, cerveja alemã, velas, azeite, rolos de papel, sardinhas, água ardente, manteiga, cristais, açúcar branco do Brasil, arroz e água florida.

Já o Sr. Luis Guilherme Weber, proprietário da carga descarregada em Cerrito, por carta respondeu que não poderia ir a Corrientes prestar depoimento, pois estava com viagem marcada para Corumbá, mas prestaria qualquer esclarecimento por escrito se fosse necessário. Em 12 de abril 1871, o administrador de rendas anuais de Corrientes solicitou ao comandante militar brasileiro na ilha do Cerrito, capitão de fragata Jose Marques Guimarães que perguntasse ao Sr. Weber se lhe pertencia a carga vinda no “Triunfante” proveniente de Montevidéu, quais artigos continha, porque o desembarque foi feito em Cerrito e não em Corumbá ou em outro porto habilitado. O comandante respondeu que não era possível inquirir Weber porque o mesmo havia subido o rio e ainda não havia retornado.

Já o Império do Brasil respondeu que o descarregamento em Cerrito não caracterizava contrabando e indo, além, sustentava que “o contrabando não carece da pequena e bem policiada ilha do Antajo para tentar suas operações, pode fazer-se fácil e impunemente sem tocar nessa ilha, se não for impedido por outros meios e em outros lugares”. E dizia mais, “com efeito da costa paraguaia fronteira a Corrientes, das ilhas do Paraná e durante o trânsito das embarcações os indivíduos que se empregarem nessas especulações ilícitas podem conseguir o seu intento, se não encontrarem no próprio território Argentino vigilância e repressão”³⁹⁰.

³⁸⁹ Notas de Govenro a Governo. Argentina. 1872. 31 jan. 1872. AHMRE.

³⁹⁰ Notas de Governo a Governo. Argentina. 1872. 21 mar. 1872. AHMRE.

Afirmava que a ilha do Antajo havia sido ocupada devido às necessidades de guerra e que os generais brasileiros acreditavam que ela pertencia ao território inimigo e não ao da República Argentina. A mesma “esteve sempre em poder dos paraguaios que aí conservavam um posto militar denominado a guarda do Cerrito”. O governo imperial não tinha interesse algum em permanecer na ilha, mas que demoraria a desocupá-la, pois estava aguardando o final dos acordos de limites com o Paraguai. Também havia o problema logístico de transporte dos materiais para o Mato Grosso ou Rio de Janeiro, mas que apesar do tratado de Assunção não tratar das ilhas do Paraná ou Paraguai o governo brasileiro era da opinião que a ilha do Antajo pertencia ao Paraguai e não a Argentina devido a sua posição no Rio e a ocupação paraguaia anterior a guerra. Não havia contrabando, pois o Patacho Triunfante descarregou pequena carga, por força maior, na ilha, e não levou carga da ilha para a Argentina. No entanto, para impedir novos problemas na ilha “proibiu-se a descarga nesta dos navios que não forem devidamente despachados pelas autoridades do Império no Paraguai, ou de alguns dos estados do Prata com destino a ela”³⁹¹. A Ilha do Antajo só foi desocupada, definitivamente, pelo Brasil em 1876³⁹².

Esse exemplo demonstra a forma como o contrabando ocorria nos rios da bacia do prata e, no rio Uruguai, não era diferente. Muitas vezes, as embarcações pediam permissão para transportes de mercadorias para portos habilitados, mas antes de chegar aos mesmos descarregavam mercadorias contrabandeadas em outros pontos. As ilhas eram pontos privilegiados para essas atividades. Além disso, o caso demonstra, claramente, o quanto o contrabando era algo comum na bacia do prata, alimentando muitos pequenos estabelecimentos ribeirinhos e trazendo produtos mais variados para as populações mais isoladas, bem como fica evidente que o Governo Imperial tinha plena consciência do problema.

Desde o início da década de 1870, aumentou a preocupação do Governo Imperial com o contrabando na região fronteiriça do Rio Grande do Sul. Estudava-se a possível adoção da tarifa especial incorporando novos produtos com tarifa reduzida, mas esperava-se um acordo com o Uruguai e com a Argentina para possibilitar essa mudança. Também houve proposta da criação de um corpo de cavalaria específico, dividido em esquadrões, para fiscalizar a fronteira e

³⁹¹ Nota 6. 21 jun. 1872. In: (Correa, Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros 1871 I A)

³⁹² WANDERLEY, João Mauricio. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1876 I A. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 14 nov. 2011.

combater o contrabando. Salientava-se que era importante a criação de novos postos fiscais na zona de fronteira e de um sistema uniforme de talões para despacho de mercadorias, a fim de evitar as fraudes feitas com o uso dos mesmos. Além disso, os funcionários das alfândegas e mesas coletoras deveriam ser de localidades diferentes para impedir favorecimentos, o mesmo procedimento deveria ser adotado para os policiais. Tais propostas, se colocadas em prática, dificultariam a ação dos contrabandistas³⁹³.

Em 1873, um novo incidente nos traz nova luz para o comércio e contrabando na região. O Bote Rio-grandense e o Iate São João Batista, “procedentes de um porto brasileiro do Alto Uruguai”, entraram no Porto Federação para se abastecer de víveres. Ao saírem, foram apresados pelo “Vapor de Guerra Concórdia” por terem entrado em porto fechado ao comércio. A legação brasileira protestou e as embarcações foram devolvidas a seus donos.

O porto estava fechado em virtude de revolução de Entre-Rios, porém o governo brasileiro argumentou que ninguém havia proibido os barcos de entrarem e que só ao saírem foram intimados, e que, portanto os dois barcos eram inocentes, pois não tinham sido avisados previamente do bloqueio. Terminava dizendo que os atos da marinha argentina tinham que ser bem pensados e que tinham repercussão no comércio entre os dois países.

Estes atos dos oficiais da marinha argentina tem mais importância do que eles sem dúvida pensaram. Os movimentos revolucionários são frequentes no território da República, obrigam o governo a uma vigilância penosa para o comércio e a navegação dos ribeirinhos, e, si não houver muita moderação e critério e não forem respeitados os usos e regras geralmente estabelecidos, dar-se-ão graves prejuízos, e talvez conflitos lamentáveis³⁹⁴.

E diziam mais, que “dos confins da onde provinham (as

³⁹³ PARANHOS, José Maria da Silva. “**Ministério da Fazenda Proposta e Relatório**”. Imprensa Nacional. 1874. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 21 jan. 2011. Pp. 76-78.

³⁹⁴ CAMPOS, Carlos Carneiro de. “**Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**”. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1874. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 15 dez. 2011.

embarcações) não chegam facilmente tais notícias (bloqueio de portos)”, que o comércio de que se ocupavam era lícito e que a atitude da armada argentina contrariava os acordos internacionais entre Brasil e Argentina³⁹⁵.

Esse episódio nos leva a conclusões importantes. Primeiro, que existia um significativo comércio entre os portos do Alto Uruguai e os portos do Baixo Uruguai e que o mesmo era realizado em diversos tipos de embarcações. Segundo, que este comércio era muitas vezes obstaculizado por atitudes das autoridades das nações ribeirinhas. Terceiro, que o Alto Uruguai era tido como um ponto isolado e de difícil comunicação.

Os governos dos outros países limítrofes também procuravam criar mecanismos para coibir o contrabando. No ano de 1874, o governo do Uruguai havia exigido torna-guias para mercadorias despachadas de Salto para o Brasil. Isso causou grande celeuma na localidade e pressões que fizeram o governo voltar atrás. O Salto era caracterizado como um local preferido por muitos contrabandistas. Os comerciantes de Salto chegaram a ameaçar mudar-se para Concórdia caso as exigências não fossem retiradas. O contrabando era uma realidade generalizada na região e os comerciantes faziam uso do mesmo como uma maneira de sobreviverem a concorrência dos demais, sendo muito poucos os que não usavam os serviços dos contrabandistas. A torna-guia não era uma garantia segura, pois os contrabandistas tinham meios de conseguir esses documentos para legalizar suas mercadorias.

Em 1879, a Argentina propôs novo acordo aduaneiro entre as quatro nações banhadas pelos rios Uruguai e Paraná com o estrito objetivo de “impedir, quando possível, o contrabando e as fraudes que se praticavam pelas respectivas fronteiras” e que eram causadoras de grandes prejuízos ao comércio honesto. Também aumentar a segurança e organizar a polícia fluvial. O Brasil se colocava à disposição para discutir o acordo³⁹⁶.

A partir do final da década de 1870, cresceu a pressão para adoção de uma tarifa especial como única maneira de desestimular o contrabando na Província. O ministro da Fazenda sustentava que o comércio nas praças de Rio Grande e Porto Alegre “continua a ressentir-se seriamente dos efeitos do contrabando” que diziam ser feito pela fronteira. Para averiguar as condições foram realizadas duas

³⁹⁵ Nota 41. 9 set. 1873. CAMPOS, 1874.

³⁹⁶ Notas de Governo a Governo. Argentina. 1879. 25 jul. 1879. AHMRE.

comissões³⁹⁷.

Em 1883, em uma “Memória histórico-administrativa sobre o contrabando praticado nas fronteiras do sul do Império e dos meios que se podem empregar para reduzi-lo até sua extinção”. Mello³⁹⁸, sustentava que o contrabando tinha uma origem muito remota na história dos países da bacia platina. Segundo o mesmo este fenômeno se originava: “não só na repugnância, para assim dizer, natural e quase instintiva que inspira o imposto, mas também na facilidade, que encontram os que se dão a semelhante tráfico, nas condições topográficas das fronteiras, que são o teatro de seus tão notados feitos”.

A província do Rio Grande do Sul “além de confinar quer fluvial, quer terrestremente, em uma muito considerável extensão com os referidos estados platinos, oferece aos contrabandistas a extraordinária vantagem de ser, em alguns pontos, quase nula a distância que a separa do estado vizinho”. Em muitas casas do comércio ao longo da fronteira sobreviviam e se enriqueciam praticamente somente com o contrabando. Comentando relatórios anteriores (1872) sobre o assunto, afirmava que os mesmos sustentavam que o contrabando, no Alto Uruguai, era prática comum, sendo o mesmo mais volumoso em momentos de perturbação da ordem nos estados vizinhos, e que tal escândalo era motivo de reclamação pela praça comercial de Rio Grande e Porto Alegre.

O autor acreditava que se cessasse o contrabando, a renda nas aduanas, no mínimo, dobraria, o que permite uma ideia da dimensão do mesmo. Ainda recordando o relatório de 1872, informava que entre as propostas estava uma mais eficaz fiscalização na fronteira e uma significativa melhora nos transportes do litoral rio-grandense para o oeste e que tinha esperança que as estradas de ferro colaborassem para diminuição do contrabando. Isso demonstra que o governo estava ciente que uma das coisas que alimentavam o contrabando era o isolamento do oeste da região litorânea e a facilidade de contato com os estados vizinhos e com as praças de Montevidéu e de Buenos Aires.

Souza esclarece sobre a preferência dada ao porto de Montevidéu pelos comerciantes da fronteira que:

Os negociantes das praças fronteiriças, em geral, efetuavam suas compras em Montevidéu. Lá, eles

³⁹⁷ PARANHOS, José Maria da Silva. “**Ministério da Fazenda Proposta e Relatório**”. Imprensa Nacional. 1874. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 21 jan. 2011. Pp. 73.

³⁹⁸ Anexo D. PARANAGUA, 1883.

tinham suas relações e seu crédito aberto. As mercadorias compradas lá ofereciam vantagens de preços e acondicionamentos muito maiores do que aquelas adquiridas nas praças do Rio Grande e Porto Alegre. Os fretes e seguros marítimos de qualquer parte do mundo para Montevideu custavam menos da metade dos fretes e seguros dos mesmos portos de procedência para o Rio Grande e Porto Alegre. Deve-se agregar, ainda, os prejuízos que no Litoral rio-grandense resultavam das baldeações, mutilações de volantes, extravios e avarias, que representavam capitais imobilizados. Ou ainda faturas de compras, cujo vencimento do prazo estava correndo e cujas mercadorias não tinham ainda entrado na casa do comerciante³⁹⁹.

Mello comentava, ainda, que nos relatórios de 1872, 1873, 1874 e 1877, havia sido proposto a criação de um acordo entre os três estados fronteiriços para reprimir o contrabando, criação de uma cavalaria especial para este fim, que os cargos fiscais nas localidades da fronteira fossem ocupados por pessoas de outras localidades para impedir possíveis favorecimentos, que estes funcionários fossem bem retribuídos e que se criasse um sistema de selos e talões uniforme para dificultar as fraudes. Entre os produtos contrabandeados estavam os tecidos de algodão, lã, brins e algodão trançado, que deveriam ter suas tarifas rebaixadas para desestimular o contrabando. Ainda, que o Salto era um ponto intermediário importante para os contrabandistas, mas que vinha perdendo espaço devido à estrada de ferro construída entre Concórdia e Monte Caseros estar sendo preferida para despachar mercadorias.

Segundo o relatório, as causas principais do contrabando eram a falta de “educação política” das pessoas da fronteira, as circunstâncias topográficas da mesma, a ausência de uma política autêntica e severa de repressão. Para vencer essas causas propunha dois meios, tornar o contrabando menos atraente e criar formas de combatê-lo e dificultá-lo. Para que estas medidas fossem eficazes era necessário acelerar as comunicações, criar uma polícia terrestre e fluvial e adotar rebaixamentos de tarifas aduaneiras.

Já havia uma tarifa especial vigorando desde 1879. Ela havia gerado aumento da receita das aduanas e diminuição do contrabando. A

³⁹⁹ SOUZA, 2007, p. 306.

proposta havia sido posta em prática por Gaspar Silveira Martins. Porém o autor do relatório alertava que eram necessárias outras medidas propostas para diminuir, consideravelmente, o contrabando. Entre elas: lanchões armados no Uruguai e mais guardas terrestres, uma legislação mais rígida com extradição de nacionais homiziados em países vizinhos, penas mais severas para contrabando na fronteira, estabelecimento de tratado com Uruguai e Argentina para uniformização de tarifas.

Que fosse estabelecido no acordo a ser firmado com os outros dois países a seguinte cláusula:

As Altas Partes contratantes no acordo em que se acham de prover as medidas necessárias para reduzir ate extinguir o contrabando, que, com desobediência das leis e escândalo da população honesta, se pratica nas respectivas fronteiras, se obrigam a manter, cada uma de sua parte, uma força fluvial encarregada de policiar constantemente os rios Uruguai e Quarahin; e bem assim qualquer outro que possa servir para trânsito dos gêneros e mercadorias contrabandeadas; podendo as embarcações das altas partes contratantes chamar a fala, visitar e aprisionar, havendo para isso razão e motivo, a qualquer, navios, barcos, chatas, lanchas, ou outro qualquer, seja qual for a sua natureza e denominação – que se tornar suspeito ainda quando arvorada traga a bandeira de uma das outras: devendo unicamente no caso de realizar-se a suspeita de ser o navio, barco, chata etc., efetivamente contrabandista, e de pertencer a nação cuja for a bandeira que tiver arvorada, mandar a embarcação apreensora entrega-lo no porto mais próximos pertencente a respectiva nação; e neste caso pertencerá e será entregue, conforme as leis fiscais, metade do produto da apreensão ao apreensor⁴⁰⁰.

Ainda constava a proposta exótica de que a polícia terrestre, em perseguição a criminosos, poderia entrar em território de países vizinhos. Que a mesa de rendas de São Borja ficasse submetida ao poder da Alfândega de Uruguaiana. Alterar os talões de despacho de

⁴⁰⁰ Anexo D. p. 22. PARANAGUA, 1883.

mercadorias impedindo as fraudes.

Já no final do Império, João Alfredo Correa de Oliveira comunicava que o contrabando era um flagelo que há muito tempo assolava a fronteira sul do império. Argumentava que muitas medidas já haviam sido propostas e adotadas para combatê-lo, mas que, no entanto, devido ao número de reclamações, parecia que o mesmo não havia recuado. Entre as medidas destacava a tarifa especial adotada em 1879 e que se buscava um acordo com os demais países fronteiriços para criar formas novas de combate.⁴⁰¹ Ressaltava a importância de convênios com as Repúblicas vizinhas para regular melhor o trânsito de mercadorias e aumentar a renda destinada às unidades fiscais⁴⁰².

No Relatório do Conferente da Alfândega do Rio de Janeiro, José Baptista de Castro e Silva, eram apresentadas novas ponderações sobre o tema. Em relação à fronteira com a Argentina sublinhava que:

[...] por ser constituída em toda sua extensão pelo curso de um dos maiores rios internacionais, é todavia, pela facilidade que oferece a navegação, de barcos e de vapores que ininterruptamente o percorrem, assim como pela franqueza de suas barrancas e proximidade de povoações fronteiras, quase tão difícil quanto a primeira (com a Republica Oriental do Uruguai) de ser fiscalizada de um a outro extremo⁴⁰³.

Também, que a fronteira fluvial do rio Uruguai, divisa com a Argentina, achava-se sob jurisdição da Alfândega de Uruguaiana e da Mesa de Rendas de Itaquí e São Borja.

Acrescentava que:

[...] conquanto, pois, as Estações fiscais da fronteira não possam ter colocação mais adequada e conveniente, é claro que, separadas, como se acham, por tão larga distância, tendo cada uma delas a guardar e vigiar uma zona de dezenas de léguas com tamanhas facilidades naturais para o

⁴⁰¹ OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. “**Ministério da Fazenda Proposta e Relatório**”. Imprensa Nacional. 1888. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 16 jan. 2011. p. 13-14.

⁴⁰² Ibid., p. 31.

⁴⁰³ Anexo B. p. 3-4. OLIVEIRA, 1889.

contrabando, como apresenta quase toda linha divisória, difícil, se não impossível, será sempre garantir uma fiscalização absolutamente satisfatória⁴⁰⁴.

Assim, a extensão da fronteira e a distância que separava as estações de fiscalização eram apontadas como grandes obstáculos para coibir o contrabando. O autor dizia, ainda, que não era somente de “uma fonte que se alimenta o contrabando na fronteira, mas de todas àquelas de que tira ele a sua existência”⁴⁰⁵ e que somente a tarifa especial não garantia o fim do contrabando, pois havia facilidade para conseguir as guias “*permisos*” de transporte e depósito de mercadorias que ficavam na fronteira sob guarda dos próprios comerciantes que as retalhavam e acomodavam como queriam e que:

Com todas essas franquezas concedidas ao comércio de trânsito, é fácil de ver que não é prejudicado somente o Império, onde as mercadorias encontram fácil ingresso por todos os pontos da fronteira, já em partidas consideráveis, ao favor de uma população vagabunda, aventureira, e arrojada, entre a qual recruta o contrabando os seus agentes por qualquer insignificante salário, buscando de preferência os pontos menos guardados, e não raro opondo força a força, já é sorrelfa, fracionada em pequenas parcelas, e de mil modos disfarçadas, conduzidas por toda qualidade de gente, que ao primeiro sinal de perseguição as abandona [...] ⁴⁰⁶.

Ainda que,

[...] por Santa Rosa ou pelo Ceibo, seguem (as mercadorias) a via fluvial do Uruguai em todo percurso de sua navegação rio acima, em chatas e em vapores apropriados a acostarem-se segundo as necessidades, a uma ou outra margem e aí baldear a carga, que lhes convenha, longe de toda fiscalização que, por falta de meios de rápida

⁴⁰⁴ Anexo B. p. 4. Ibid.

⁴⁰⁵ Anexo B. p. 6. OLIVEIRA, 1889.

⁴⁰⁶ Anexo B. p. 5. Ibid.

locomoção, dificilmente podem exercer fora de suas próprias sedes as repartições aí estabelecidas nas margens brasileiras⁴⁰⁷.

Por conseguinte, o contrabando estava disseminado pelo rio Uruguai, utilizando diversas embarcações e o trabalho de diversas pessoas. Os contrabandistas faziam o seu negócio à noite, escondidos pela escuridão ou durante o dia em locais e horários determinados. Mais uma vez, era visualizada a dificuldade de locomoção dos responsáveis pela fiscalização, como uma das causas de falta de combate ao contrabando e enumeradas as dificuldades das estações fiscalizadoras. O autor reconhecia que o contrabando não era no volume que as reclamações do litoral faziam crer e que ocorria, ainda, o contrabando feito por funcionários corruptos das repartições públicas fiscalizadoras.

Entre as formas de irregularidades oficiais apresentava:

[...] averbação de descarga ou entrada no armazém e de conferência do manifesto sem data e sem assinatura; assinatura e agência de despacho por pessoa incompetente; mercadorias não classificadas no termo da tarifa; volumes cuja entrada para o armazém não consta dos despachos; falta de base para verificação da legalidade das taras; abatimento indevidamente concedido para taras e para quebras; quebras e taras englobadamente deduzidas da totalidade dos direitos; cobrança dos direitos pelo peso líquido quando devidos pelo peso bruto; recolhimento e despacho de inflamáveis no armazém interno da alfândega; falta de cobrança da percentagem de 40% sobre o fumo fabricado; distribuição ou calculo antes da conferência com o manifesto; distribuição processo de despacho antes de devidamente selados; falta da primeira conferência por empregado para ela designado; falta das declarações precisas para abatimentos dados aos tecidos mistos; falta da distribuição justificativa da saída realizada; saída efetuada antes do pagamento ou distribuição; falta de conferência de saída; falta de recibo dos donos ou consignatários, e tudo isto, não isolada ou

⁴⁰⁷ Anexo B. p. 6. Ibid.

singularmente, não por este ou aquele empregado ou despachante, mas em profusão, e por todos sem exceção⁴⁰⁸.

Tudo isso propiciava as fraudes nos despachos pela alfândega, que eram todos repletos de irregularidades. Dessa maneira, os contrabandistas conseguiam introduzir mercadorias de alto valor, como se fossem mercadorias de baixo valor, com tarifa reduzida ou outra facilidade e seguiam para seus respectivos destinos. Muitas vezes, os contrabandistas conseguiam das autoridades todos os documentos e despachavam mercadorias como se fossem de baixo valor. Nessas caixas existiam mercadorias de alto valor, após sair da alfândega, na estrada para seus destinos mudavam os selos e documentos das respectivas mercadorias para novos, de valor real, como se tivessem pago todos os impostos devidos. As fraudes nos talões de despachos e selos eram muito comuns em todas as zonas de fiscalização.

Sobre a Mesa de Rendas de São Borja comentava que a vila tinha uma população de 2500 habitantes e que a sede fiscal localizava-se no Passo. O município possuía uma fronteira fluvial de 240 km desde a foz do Botui ate proximidades da Colônia Militar do Alto Uruguai. Era, predominantemente, pastoril, mas cultivava, também, cereais, cana-de-açúcar, fumo e outros gêneros. Salientava que a mesa de rendas possuía um trabalho bastante regular, mas que a extensão da fronteira e os inúmeros passos existentes na mesma dificultavam qualquer trabalho de fiscalização.

Em suas palavras:

A extensão da fronteira que tem a fiscalizar, com os seguintes pontos a guardar: o Passo de Santo Isidro em uma linha de 40 km, desde a barra do Piratiny até ao porto do Oliveira no rio Ipahy; o passo de Garruchos em igual extensão, desde a barra do Piratiny até o porto do Mestrinho; o ponto do Manoá até Mercedes, com uma extensão de 30 km; o Passo de São Marcos em frente a povoação argentina de Santo Tomé, em linha de 36 km, desde a barra do (I)Camaquan até Mercedes; o passo de Santa Luzia com extensão de 30 km, desde o porto de Proença até o Passo de Sant'Anna; e a Ilha Botuhy; - não permite uma

⁴⁰⁸ Anexo B. p. 9. OLIVEIRA, 1889.

fiscalização regular com os simples recursos de que dispõe a mesa, a saber: quatro guardas e um escaler tripulado por dois marinheiros, precisando pelo menos o aumento de 6 guardas, seis marinheiros e um escaler, e convindo para maior celeridade de comunicação entre aqueles pontos e a sede da administração, assim como para inspeção do serviço por parte desta última que seja ela dotada com uma lancha a vapor de pequeno calado e boa marcha⁴⁰⁹.

Recomendava a construção de uma casa na beira do rio, pois com mais recursos, a Mesa poderia cumprir melhor suas funções. A ação fiscal deveria ser auxiliada pela guarda de linha que estava composta de 40 homens e que o chamado 3º Regimento de Cavalaria, composto por estes 40 praças e um oficial, teria que cobrir passos de Sant'Anna, do Proença, de São Borja, São Marcos, Sarandi, Mercêdes, Carneadeira, Mestrinho, Garruchos, Santo Isidro e Santa Maria. Dizia, ainda, que quando passou por São Borja havia “visível e ostensiva má vontade do comandante militar de fronteira para com o administrador [...]”⁴¹⁰ e que o novo comandante deveria prestar melhor auxílio ao serviço de fiscalização. Efetivamente, a infinidade de passos e de ilhas tornavam o trabalho de fiscalização e guarda praticamente impossível.

As ilhas do rio Uruguai eram locais de trabalho e de sobrevivência para inúmeras famílias, mas também eram utilizadas como esconderijos por todos aqueles que desejavam escapar das autoridades de um ou outro lado da fronteira, eram também utilizadas como depósito de mercadorias pelos contrabandistas. Por este motivo também eram visadas por essas mesmas autoridades que, frequentemente, cometiam abusos em suas investidas sobre esses territórios. A fiscalização desses espaços era muito difícil de ser realizada e geralmente ocorriam com violência por parte das autoridades. Os exemplos abaixo nos ajudam a perceber, com mais clareza, toda a complexidade que envolvia esses espaços.

Em 12 outubro de 1882, um cabo de esquadra, um anseçada e três guardas atravessaram o rio Uruguai fardados e armados invadiram território argentino, a Ilha de São Lucas, cometendo violências. Em 31 de dezembro do mesmo ano, o Capitão Antônio Machado dos Santos

⁴⁰⁹ Anexo B. p. 15. OLIVEIRA, 1889. Para uma melhor visualização de passos e ilhas no rio Uruguai ver mapas no Anexo I e J.

⁴¹⁰ Anexo B. p. 16. Ibid.

transpôs o passo de Garruchos com oito praças, também cometendo violências que resultaram na morte de um indivíduo. Esses incidentes ocorreram no território do departamento de Santo Tomé. No primeiro caso, um cabo e três soldados cruzaram o rio em busca de uma mulher. Invadiram a Ilha San Lucas, revistando diversas casas e ameaçaram seus moradores com armas brancas e de fogo. Procuravam Emiliana Benites que foi presa, mas agrediram a golpes de sabre um morador da Ilha. No segundo caso, a guarda, liderada pelo Capitão Machado, armada de pistola, carabinas e espadas, atravessou o rio e dirigiu-se ao estabelecimento açucareiro existente no local, castigou com golpes de espada três peões deixando um morto pelos ferimentos⁴¹¹. Os testemunhos sobre os casos de violência foram tomados pelo Juiz Padáneo (Santo Tome)⁴¹². Para evitar que tais fatos voltassem a se repetir, Brasil e Argentina firmaram um protocolo pelo qual se comprometiam a impedir que qualquer indivíduo pertencente as forças de terra na fronteira, atravessassem a mesma armados⁴¹³.

Outro acontecimento marcante foi o assalto e saque à Ilha de Vargas e prisão de um cidadão argentino, atribuído a membros da guarnição de São Borja. O fato teria sido movimentado por um oficial e mais 23 guardas. Segundo as informações oficiais do presidente da província do RS havia apenas uma escolta de 16 soldados. Estes tinham ido à ilha a fim de prender desertores e criminosos e que apenas o argentino condenado por crime de morte, Matheos Mendonça, foi detido na margem brasileira do Rio Uruguai⁴¹⁴.

Sobre assalto à ilha Vargas, as testemunhas ouvidas afirmavam que existia um acordo para perseguir criminosos, desertores e escravos entre os comandantes de fronteira, os do Brasil no rio e os da província de Corrientes por terra, inclusive com atear fogo às margem para forçá-los a saírem. Afirmaram, também, que a chefatura de polícia de Santo Tomé mantinha estreitas relações com São Borja.

Em presença do receptor de rendas nacionais, do comerciante D.

⁴¹¹ BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1884. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 16 dez. 2011.

⁴¹² O primeiro a ser ouvido foi o dono do complexo açucareiro Juan D. Lyon, inglês 32 anos solteiro. Ouviu então Samuel Page, inglês, 29 anos, casado maquinista da fabrica de açúcar que deu seu testemunho dos fatos. Ouviu Guilherme W. Soulsbry, inglês, 32 anos, solteiro, engenheiro civil, que informou o ocorrido. Ouviu Jose Parola, italiano, 40 anos, casado, comerciante, que declarou o que sabia. Ouviu Robert C. Marrs, inglês, 28 anos, solteiro agricultor, informou o que sabia.

⁴¹³ BRANDÃO, 1884.

⁴¹⁴ BRANDÃO, 1884.

Manuel Alvarez e do fazendeiro D. Juan A. Lopez, argentinos, foram tomadas declarações dos moradores da ilha Vargas sobre a ação das autoridades brasileiras.

Úrsula Rivas, Correntina, (interessante que se identificava como Correntina e não argentina que seria mais adequado, o que indica forte identificação com a Província), narrou que os soldados do Brasil foram a sua casa durante o dia e quiseram amarrar e fazer seu marido andar, mas que o mesmo estava enfermo do pé. Salientou que o tenente Paraguaçu, indagado por ordem de quem o prendia, disse que era por ordem de Godoy, e que o embarcaram em uma das barcas e o levaram. Eram cerca de vinte soldados, que haviam levado um facão e que depois devolveram, a pedido de Benito Mendez. Ficaram até o meio-dia na ilha e tinham baionetas, fuzis e revólveres e que ao meio dia tocaram fogo à ilha. A declarante tinha 52 anos de idade.

Estanislao Rodriguez, paraguaio, de 17 anos, solteiro e agricultor, narrou que de madrugada um grupo de soldados brasileiros levou dele um galo fino, um facão e linhas de *mani* e que depois prenderam Matheo.

Benito Mendez 38 anos, argentino, casado, jornalista, de São Borja, havia visto prenderem Matheo na ilha Vargas. Afirmar que lhe tomaram o facão, mas depois o devolveram, e que depois se retirou para sua casa no Brasil ficando a força na ilha.

Novos depoimentos em 21 de março.

Cecílio Sosa, solteiro, 22 anos, paraguaio, agricultor disse que soldados brasileiros foram a sua casa, revistaram a mesma e lhe deram voz de prisão. Ainda, lhe deram várias pranchadas, tomaram seu poncho e uma camisa, e que foi levado à presença do tenente. Informou ao mesmo que não existiam desertores brasileiros na ilha, que na mesma existiam quatro casas, que as pessoas se ocupavam da agricultura e alguma criação e que prenderam Matheo e o levaram.

Petrona Barbosa, 50 anos, paraguaia, solteira, agricultora, domiciliada na ilha Vargas, informou que forças brasileiras revistaram sua casa estragando a roupa de cama, destruindo alguns fardos de tabaco e levando outros, que quiseram levar até a comida que estava fazendo e lhe ameaçaram afirmando que se encontrassem algum desertor em sua casa iriam castigá-la. Seguiram para casa de dona Maria Ventura. Comprovavam desta feita, os fatos afirmados por todos os moradores

ouvidos⁴¹⁵.

Por parte das autoridades brasileiras, muitas vezes, também, ocorriam abusos relacionados às fiscalizações na zona de fronteira e nas áreas utilizadas pelos contrabandistas. Em 1874, a Flotilha Brasileira do Alto Uruguai bombardeou o povo de Alvear. O episódio foi motivado pela agressão sofrida pelo primeiro cirurgião da armada Dr. Pamphilo Manoel Freire de Carvalho. Ao regressar de um passeio em Alvear, ele foi atacado pelos italianos Guido Benati e Vicente Logato, a golpes de facão e arma de fogo, tendo como defesa apenas o chicote do cavalo, ao passo que os agressores estavam armados. Saiu muito ferido da briga, tendo escapado com vida pela intervenção de um indivíduo que desviou a espingarda de Logato que ia descarregar e que, a pouca distância do conflito, havia uma guarda argentina que a tudo presenciou sem fazer nada⁴¹⁶.

No dia seguinte, o comandante da flotilha pediu providências ao cônsul brasileiro. Como a autoridade local não respondeu ao cônsul, o comandante intimou o juiz local a entregar os italianos, senão haveria consequências. Não sendo atendido ao pedido, mandou o comandante que se desse dois tiros em intervalo longo sobre o povoado e atirasse em qualquer grupo armado que se apresentasse. Uma comissão de comerciantes do local foi a bordo e pediu que cessasse fogo, no que foram atendidos. O fato foi condenado pelo presidente da província e pelo Império, o comandante da flotilha, capitão tenente Estanislao Przewodowsky, foi submetido ao conselho de guerra por seus atos⁴¹⁷.

Nesse mesmo ano, o marinheiro Manoel Antônio de Paiva foi com alguns outros ao arroio Aguapehy, local muito utilizado por contrabandistas, para caçar. Ao pedir licença à guarda existente no local, foi atacado e ferido. Auto de interrogatório de testemunhas, disseram que oficiais e guardas estavam embriagados, que o marinheiro depois de esfaqueado foi estaqueado e ali ficou até ser solto por ordem do chefe político do local, do chefe do departamento da La Cruz, Alvear. Outro episódio, ocorrido alguns dias antes, foi o fato de alguns homens de cavalaria terem feito fogo contra duas lanchas da Flotilha do Alto Uruguai e um cidadão brasileiro foi espancado por soldados argentinos

⁴¹⁵ PARANAGUA, João Lustosa da Cunha. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1885. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 17 dez 2011.

⁴¹⁶ CAMPOS, Francisco Carneiro de. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1875. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 20 ago. 2011. Pp. 6-10.

⁴¹⁷ Ibid.

no interior de Alvear⁴¹⁸.

Esses episódios e os depoimentos dos moradores nos permitem algumas conclusões interessantes. As ilhas eram habitadas por uma população bastante heterogênea e de diversas nacionalidades. Esta população ocupava-se da criação e da agricultura de pequeno porte e que tinha contatos e relações com ambos os lados da fronteira, como não poderia deixar de ser. As ilhas eram tidas pelas autoridades como local de esconderijo de criminosos, contrabandistas, desertores e escravos fugitivos e que as autoridades de ambas as nações agiam de comum acordo para capturar os marginalizados. Nessas ações, as principais vítimas eram os moradores fixos das ilhas. Nas atividades de guarda e fiscalização, muitas vezes, ocorriam abusos pelas autoridades de ambos os países, sendo a violência, a lógica predominante nessas ações.

A mesa de rendas de Itaquí, por sua vez, estava localizada no chamado Rincão da Cruz. Possuía excelente porto, onde estacionava a flotilha brasileira responsável por fiscalizar o rio Uruguai. Essa mesa tinha uma fronteira de 100 km para fiscalizar da foz do Botui até a do Ibicuí. Comercialmente, era mais importante que São Borja, uma vez que era porto final para os vapores de maior calado que não conseguiam chegar a São Borja devido à Cachoeira do Botui que impedia a navegação na vazante do rio. Entre os pontos de fiscalização mais importantes estava o Porto da Cruz, a Ilha Quadrada, que possuía duas casas comerciais e abastecia de lenha os vapores, passo de Santa Maria, São Martinho, Passo do Mariano Pinto⁴¹⁹.

Após a Proclamação da República, o Governo suprimiu a tarifa especial, o que desagradou os comerciantes da fronteira. Além disso, foi editado o Decreto 196 de 1º de fevereiro de 1890. O mesmo equiparava o crime de contrabando ao de moeda falsa e previa uma punição mais rigorosa para os infratores. Tornou o processo sumaríssimo, o que garantia maior velocidade na punição. Deu maior poder às mesas fiscalizadoras e ao judiciário para agir contra os contrabandistas, podendo os mesmos ser presos em flagrante ou não. Todas essas medidas fizeram crescer o descontentamento com o governo republicano junto a comerciantes e a população da fronteira⁴²⁰.

Foi nomeado um delegado fiscal para o Rio Grande do Sul, Dr. João Cruvello Cavalcanti, que criou um novo sistema de fiscalização. O

⁴¹⁸ CAMPOS, 1875.

⁴¹⁹ Anexo B. p. 17. OLIVEIRA, 1889.

⁴²⁰ BARBOSA, Rui. **“Relatório do Ministério da Fazenda”**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1891. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 18 jan. 2011. Pp. 347 a 349.

mesmo sustentava que: “O contrabando nas fronteiras do Rio Grande do Sul com o Estado Oriental e a República Argentina se constituirá uma indústria explorada por pessoas, podemos afirmar, filiadas a todas as classes, e conseguir florescer [...]”⁴²¹. Reconhecia que o decreto atendia a reclamações das praças comerciais de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, ou seja, do litoral, esquecia de dizer que contrariava os interesses dos comerciantes da fronteira e da campanha.

Os contrabandistas possuíam uma grande importância no âmbito local e regional, o que dificultava o trabalho do novo delegado fiscal. Como medida para combater o contrabando foi simplesmente demarcada uma linha interior, desde o Piratini acima de São Borja até a lagoa Ponche Verde próxima a Dom Pedrito, considerando contrabando todo produto estrangeiro que ultrapassasse essa linha em direção ao litoral.

Ironicamente, o delegado era acusado de Gasparista, sendo que sempre havia sido conservador. A pressão política dos comerciantes e contrabandistas da fronteira era grande e até Júlio de Castilhos viu com maus olhos as medidas adotadas. Os telegramas anexos de comerciantes e comissões de comércio da fronteira demonstravam o quanto as medidas tornaram-se impopulares, pois sufocavam de forma radical o comércio na fronteira. Em telegrama o intendente de São Borja, Júlio Garcia Trois, solicitava autorização para despachar mercadorias para São Luiz Gonzaga, com quem o município possuía “importantes relações comerciais” que vinham de longa data e que estavam impossibilitadas pelas novas medidas adotadas⁴²².

No ano seguinte, o governo republicano voltou atrás e afrouxou as medidas do decreto de 1 de fevereiro. Também foi suspensa a zona fiscal devido às reclamações dos comerciantes. Pelo decreto de 17 out 1891, levantou-se a zona fiscal e dividiu-se a fiscalização sobre contrabando em 5 localidades sendo uma delas São Borja⁴²³. No entanto, tais medidas chegavam tarde, o estrago já estava feito e o novo estado de coisas criado com a República acabou sendo visto com maus olhos pelos contrabandistas e comerciantes da fronteira.

Durante a Revolução Federalista, diversos comerciantes e contrabandistas contribuíram com o esforço revolucionário, seja porque estavam descontentes com as medidas tomadas nos primeiros anos da

⁴²¹ Anexo E. p. 3. BARBOSA, 1891.

⁴²² Telegrama. 5 de abril 1890. BARBOSA, 1891.

⁴²³ ALVES, Francisco de Paula Rodrigues. “**Ministério da Fazenda Relatório**”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1892. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 20 jan. 2011. Pp. 111-112.

República, seja por verem na Revolução um bom negócio. Mas é fato que uma grande parte das armas utilizadas durante a Revolução vieram ou de fornecedores de Buenos Aires ou passaram e penetraram em território argentino pelas mãos de inúmeros contrabandistas até chegar às mãos dos federalistas.

Havia suspeitas de desvios de armas do próprio governo argentino. No final de 1892, foi descoberto, por inquérito que desapareceram do Parque Nacional e do Arsenal de Guerra vinte mil armas. A imprensa da capital argentina comentava essa notícia, apesar do governo ter negado posteriormente esse desaparecimento, ficou a suspeita em aberto⁴²⁴. As notícias de compra de armamentos e de seu recebimento chegavam a todo momento. Assim, a legação em Montevidéu comunicou que tinha notícia fidedigna de que os emigrados rio-grandenses haviam comprado na cidade de Buenos Aires grande número de armas e munições que haviam sido levadas à cidade de Paraná, depois para *Concepcion* e daí para Concórdia, e, provavelmente, esse armamento penetraria no território brasileiro via Santo Tomé ou por outro ponto⁴²⁵.

Apesar do contrabando de artigos bélicos ter se tornado o mais importante e rentável nesse período, os demais produtos continuavam a circular. Em 1893, houve um incidente com o navio Hurfano ocorrido na Ilha Quadrada no rio Uruguai. O barco vendia mercadorias contrabandeadas na ilha, quando foi surpreendido por um oficial brasileiro da guarda destacada na mesma ilha. O resultado foi a apreensão da embarcação e dos responsáveis. O oficial responsável escreveu ao jornal de circulação dando sua versão do ocorrido. Disse, entre outras coisas, que se não tomasse as providências que tomou “ficaria impune um crime frequentemente praticado em ilhas brasileiras”, e que esses fatos ocorriam “nas ilhas brasileiras, onde esse comércio ilícito se exerce com toda facilidade”⁴²⁶. Tal episódio mostra, mais uma vez, a importância estratégica para os contrabandistas das ilhas do rio Uruguai.

Para transportar seus artigos bélicos os comerciantes e contrabandistas, que abasteciam os federalistas, utilizaram diversos transportes. Como não poderia deixar de ser, em um ambiente onde os rios eram estradas, os principais eram as embarcações. Destas, algumas

⁴²⁴ Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas 1874-1893. 7 dez. 1892. AHMRE.

⁴²⁵ Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas 1874-1893. 12 dez. 1892. AHMRE.

Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas 1874-1893. 23 dez 1892. AHMRE.

⁴²⁶ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 20 fev. 1893. AHMRE.

chegaram ao conhecimento das autoridades e nos deram uma ideia deste comércio. Uma destas embarcações foi a Balandra Carmelita que a princípio foi apreendida pelo governo Argentino por transportar artigos bélicos provenientes de Montevidéu e sem destino certo, após muitas controvérsias e discussões decidiu-se devolver a Baladra para seus respectivos donos e permitir sua viagem de retorno a Montevidéu⁴²⁷. A notícia oficial era que a mesma havia sido custodiada até Montevidéu e não havia desembarcado nenhum material⁴²⁸, no entanto o governo do Brasil tinha notícias de que a Balandra Carmelita havia conseguido entregar materiais bélicos em Entre-Rios ou em Corrientes⁴²⁹. Tavares, por sua vez, disse em seu diário de campanha que havia conseguido liberar o barco Carmelita e que o mesmo havia conseguido distribuir armamentos ao 2^a Corpo do Exército Libertador em Quaraí⁴³⁰.

Quando não era possível seguir por rio os produtos seguiam por terra, e em rotas já conhecidas como de Monte Caseros e Concordia na Argentina, Salto e Santa Rosa no Uruguai, onde eram entregues diretamente aos revolucionários ou despachados para *Passo de Los Libres* e outros pontos e que em muitos destes lugares como Monte Caseros as autoridades eram favoráveis aos federalistas e os ajudavam⁴³¹. Além disso, Gaspar Silveira Martins articulava a revolução de Buenos Aires com um grupo reduzido de adeptos se não contava com os recursos do governo argentino, era credor de “sua boa vontade”, as autoridades subalternas não cumpriam as ordens de apreensão e vigilância emitidas pelas autoridades superiores, o que facilitava o transporte de artigos para os revolucionários, a única preocupação do governo argentino era que os armamentos não caíssem em mãos dos

⁴²⁷ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 1 mar. 1893. AHMRE. Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 10 mar. 1893. AHMRE. Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894. 5 abril 1893. AHMRE.

⁴²⁸ Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894. 29 mar. 1893. AHMRE.

⁴²⁹ Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos 1892-1894. 7 abril 1893. AHMRE. Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 18 abril 1893. AHMRE.

⁴³⁰ TAVARES, Francisco da Silva. **Diário da Revolução de 1893**. Organização: Corálio Bragança Pardo Cabeda; Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig. Porto Alegre: Procuradoria – Geral da Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo I. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3). p. 93 et. seq.

⁴³¹ Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900. 23 mar. 1893. AHMRE. Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 11 abril 1893. AHMRE.

membros do Partido Radical⁴³².

Muitos destes armamentos provenientes do baixo Uruguai subiam até o Alto Uruguai por terra e rio e chegavam aos revolucionários na região de Santo Tomé⁴³³. Além do Carmelita outros barcos foram identificados como possíveis fornecedores de materiais, o “Vapor Porto Alegre”, foi acusado de transportar armamentos provenientes de Hamburgo havia também fortes suspeitas do governo de transporte de armamentos em cargueiros provenientes da Europa em caixotes com fundos falsos e outros estratagemas para distribuição.

O Vapor “Bordéos” era acusado de transportar armamentos provenientes de Paris, o “Boston City” era outro vapor considerado suspeito⁴³⁴.

Em novembro de 1893 um navio português foi apreendido acusado de transportar armas para os revolucionários⁴³⁵.

Através de suas redes de contato e contando com a cumplicidade de muitos contrabandistas da fronteira oeste os revolucionários federalistas foram abastecidos por armas e munições ao longo de todo o período revolucionário e pela ação das armas contestaram a forma como a república estava organizada no Rio Grande do Sul e no Brasil.

⁴³² Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 15 abril 1893. AHMRE.

⁴³³ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 24 abril 1893. AHMRE.

⁴³⁴ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 3 de agosto 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 29 de agosto 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 1 set. 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 2 out. 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 11 out. 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 28 de out. 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 3 de maio 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 4 de maio 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 17 de maio 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 23 de maio 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 22 jun. 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 4 jul. 1893. AHMRE; Nota. Legações Extranheiras Argentina. Notas. 1892-1900. 23 out. 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896. 5 mar. 1895. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896. 20 mar. 1895. AHMRE; Nota. Legações Extranheiras Argentina. Notas. 1892-1900. 29 jul. 1895. AHMRE; Nota. Legações Extranheiras Argentina. Notas. 1892-1900. 21 nov. 1895. AHMRE.

⁴³⁵ Ofício. Arquivo de la legacion en Brasil. Correspondencia recebida. Ano 1893-1894. 7 nov. 1893. AMREARC.

CAPÍTULO 4: A TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA EM SÃO BORJA ARTICULAÇÕES POLÍTICAS TRANSFRONTEIRIÇAS

No contexto do final do século XIX grupos políticos disputavam a hegemonia sobre o Estado do Rio Grande do Sul. Tais grupos possuíam redes intersociais que os uniam a pessoas e grupos transfronteiriços, assim sendo, eles utilizaram estas relações para se fortalecerem em momentos de instabilidades e de profunda incerteza sobre o futuro que os aguardava, quando se sentiram perseguidos ou na necessidade de lutar por seu espaço dentro da sociedade. Assim grupos políticos de São Francisco de Borja procuraram se reorganizar e rearticular politicamente a partir de Santo Tomé durante o período conturbado de transição do Império para a República.

Ao chegar ao final do século XIX São Borja era uma cidade muito diferente das décadas anteriores. A população da Vila era de aproximadamente 2.500 pessoas e 22.000 pessoas viviam em todo o território do município. A sociedade de São Borja se divertia ou se socializava em diversas entidades, algumas com caráter mais educativo e político como a Loja Maçônica “Vigilância e Fé”, o Clube Republicano, a Sociedade de Imigração, outras com caráter mais literário como a Biblioteca Particular, outras enfim com caráter artístico-cultural como a Sociedade Dramática O Recreio, Sociedade Musical Lyra São-borjense, a Dramática União e a de Dança Constância Juvenil, a população mais empobrecida divertia-se nos bolichos ou na pulperias em Santo Tomé, nas carreiras e outros etreterimentos. Três jornais circulavam no município o *Eco das Missões*, *O município* e *O Movimento*. A força pública em atividade era composta 2.593 praças, atuava em todo o território do município, destes, a secção policial tinha 17 praças e um capitão⁴³⁶.

A produção agropecuária crescia, na agricultura além de cereais para consumo destacava-se a cana-de-açúcar e o fumo. A indústria apresentava como principais produtos: aguardente, melado, rapadura, açúcar, fumo em corda e charutos, farinha de mandioca e polvilho, couros, crus e curtidos, crinas, lã, algodão, tecidos grosseiros de lã e de algodão, chergas e chergões, manteiga, vinho, vinhos de laranjas. Produtos agrícolas: trigo, fumo, cana-de-açúcar, algodão, anil, mandioca, arroz, milho, feijão, ervilhas, trigo centeio, cevada, cânhamo, alfafe, linho, amendoim, batatas, aboboras. Uma produção bastante

⁴³⁶ CASTRO, Evaristo Afonso de. **Notícia Descritiva da Região Missioneira**. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1887.

diversificada se comparada às décadas anteriores.

Apesar dos desmembramentos o município continuava a ser bastante extenso, possuindo 198 Km no maior comprimento e 171 Km de maior largura, sua área era calculada em 33.858 Km². Sua jurisdição ainda recaía sobre as 11 ilhas do Rio Uruguai: “de São Lucas, de 2.000 braças⁴³⁷, (habitada) a Grande de Garruchos, de 800 braças (habitada) a de São Matheus, (habitada) a das Mercedes, (habitada) a de Sant-Anna, com 600 braças (habitada) a do Butuhy com 600 braças (habitada) a do Butuhy com 200 braças, (habitada)”. Como nota-se todas as ilhas eram habitadas por uma população bastante heterogênea e de diversas nacionalidades continuavam sendo um local privilegiado por todos aqueles que desejavam se manter afastados das autoridades de um ou de outro lado da fronteira, a maior parte de seus moradores estavam envolvidos em atividades agropecuárias de pequeno porte⁴³⁸.

A Vila de São Borja possuía um comércio relativamente ativo, mais de vinte casas comerciais existiam nela, e todo o município possuía mais de 80 estabelecimentos, existiam ainda trinta e cinco oficinas de diversos artigos, dois bilhares e uma botica. O município exportava em grande quantidade Cabelos, Couros Vacuns, Fumo, Erva Mate, Lã, Ossos, Unhas de Boi e Madeira. Houve no exercício de 1884-85 a entrada de 293 navios em seu porto, mais ou menos igual número de saídas, destes apenas quatro eram vapores⁴³⁹. A principal necessidade do município continuava sendo “a desobstrução da cachoeira do Butuhy, e dos baixios que intercepção a navegação no Uruguai entre São Borja e Itaquí”⁴⁴⁰. Existiam no município lojas de fazenda, boticas, olarias, padarias, açougues, casa de bilhar, sapateiro, funileiro, barbeiro, alfaiate, ourives, carpinteiro, ferraria, fabrica de farinha, hotel, entre as exportações destacava-se gado para consumo mas também gado cavalar e muar. Mascates atuavam dentro da vila vendendo inúmeros produtos e também na campanha. As casas comerciais estavam divididas em 3 ordens conforme a renda e também espalhavam-se pela vila e campanha⁴⁴¹.

Os republicanos fundaram seu primeiro Clube em 7 de abril de

⁴³⁷ Uma braça correspondia a 2,2 m.

⁴³⁸ CASTRO, 1887, p. 254.

⁴³⁹ Idem.

⁴⁴⁰ Idem., 259.

⁴⁴¹ Livro Balancete de Receita e Despesa. 1º e 2º Semestre de 1885. AHMSB; Livro Balancete de Receita e Despesa. 1º e 2º Semestre de 1886. AHMSB; Livro Balancete de Receita e Despesa 1º Semestre de 1889. AHMSB; Livro Balancete de Receita e Despesa 1º e 2º Semestre de 1890. AHMSB; Livro Balancete de Receita e Despesa. 1892. AHMSB.

1881, o Clube Republicano do Passo, em setembro e outubro deste ano era criado o Clube Republicano de São Borja. Também a partir da década de 1880 surgiu no município, incentivado pelos republicanos, um forte movimento emancipador da escravatura que conseguiu a liberdade para muitos escravos. Em 1882 o republicano Francisco Miranda publicava seu drama “O filho de uma escrava”, com um prólogo e três atos, onde realizava um veemente combate ao sistema escravocrata. Devido as ações emancipadoras e abolicionistas promovidas pelos republicanos e outros grupos políticos São Borja foi declarada livre de escravos no ano de 1887⁴⁴². Também neste ano a vila era elevada a condição de cidade e foi abolido o uso do tronco existente na cadeia civil utilizado para punir escravos e demais marginalizados⁴⁴³.

Apesar de pequeno o PRR era bem organizado e combativo no município. Em 1882 Aparício Mariense foi eleito vereador pelo partido e começou sua campanha contra a monarquia dentro da Câmara de Vereadores. No final do século XIX uma misteriosa moção começa a ser discutida entre o seletto grupo de maçons da cidade, o ano é 1887, em 21 de fevereiro ela é apreciada na loja maçônica “Vigilância e Fé” por proposição de Aparício Mariense.

A moção fazia um chamamento a luta aos maçons:

Para aqueles que encaram as mais graves questões sociais com criminoso desinteresse, ocupados só e exclusivamente do – eu -, tesouro inestimável do egoísta; para aqueles que vivem distanciados da humanidade, porque com ela pouco se preocupam, e que fazendo parte de uma instituição que tem por divisa – a luta incessante para felicidade comum, - faltam aos mais rigorosos de seus deveres, sem a menor perturbação de consciência; - para aqueles, finalmente, que deixam os destinos da Pátria correrem à mercê de todas as eventualidades, o momento atual é plácido, é de profunda quietação, porque não veem nem sentem coisa alguma que lhes venha perturbar a paz indolente, a indiferença imperdoável dessas almas insensíveis; mas, para aqueles, cuja maioria constitui o povo Maç..., que possuem sentimentos

⁴⁴² O'DONNELL, Fernando O. M. *Francisco Miranda vivendo a República*. Porto Alegre: Metrópole, 1987.

⁴⁴³ SILVA, Rosa Maria Spirandeli. “A Escravidão em São Borja.” *Pensar* 1 (2003): 81-95. p. 93.

altruístas, alguma coisa de grande, de elevado e de grave lhes terá despertado atenção!⁴⁴⁴.

Criticava o fanatismo religioso da herdeira do Trono Princesa Isabel, e alertava para o risco de que com este fanatismo o jesuitismo se instalasse no poder no Brasil, criticavam também a Conde D'Eu devido a seu autoritarismo. Para evitar o avanço do fanatismo religioso chamavam as outras lojas maçônicas e o Grande Oriente do Brasil a se unirem para impedir um terceiro reinado.

A comissão responsável por avaliar a Moção colocava sobre o país que:

Vemos em pé ainda sem solução satisfatória, a magna questão de elemento servil? Vemos algumas Províncias arvorando o estandarte da separação; vemos uma política sistematicamente centralizadora que nos arrasta irremediavelmente para o desmembramento total do Império; vemos que todo o nosso sistema político se acha completamente falseado, não representando os eleitos do povo as ideias do próprio povo, e sim as dos governos que a despeito de todas as resistências legais, é sempre vitorioso, é sempre o que tem razão; vemos o Brasil apesar de nação jovem apresentando o triste espetáculo de uma nacionalidade decrépita – que se desmorona, porque se acha falseado a lei, a justiça, tudo carcomido, tudo imprestável; as instituições caducas e sem prestígio; o povo descrente de tudo; os governos sem patriotismo, sem moralidade; vemos enfim que a saúde do atual Imperante se acha alquebrada pelo terrível mal que amanhã talvez o levará à sepultura; e então o Povo Brasileiro sem essa garantia de paz e fraternidade que possui na atualidade não tendo mais por chefe o Sr. Dom Pedro II, cairá sem remédio debaixo da dupla tirania da sotaina e da espada⁴⁴⁵.

⁴⁴⁴ Parecer da Comissão da Loja Maçônica “Vigilância e Fé”. Apud. O'DONNELL, Fernando O. M. **Apparicio Mariense**: Contextuação histórica e dados biográficos. Santa Maria: Paloti, 1982. Pp. 44-46.

⁴⁴⁵ Parecer da Comissão da Loja Maçônica “Vigilância e Fé”. Apud. O'DONNELL, 1982, pp. 44-46.

Sobre a princesa Isabel criticava arduamente seu fanatismo religioso:

Dona Isabel já não inspira confiança alguma: o pouco de sua Regência foi suficiente para demonstrar-nos o seu fanatismo, a sua cega submissão aos decretos de Roma e o seu consorte, com o orgulho próprio da sua raça, antipático ao povo, e acostumado ao mando absoluto dos acampamentos, mostra-nos bem patente a tirania dupla que nos aguarda com o terceiro reinado: a Inquisição associada ao Sabre, eis o futuro da nossa Pátria!⁴⁴⁶.

Devido a isto sustentavam que era um dever resistir a um terceiro reinado, era fundamental trabalhar para instalação de um governo democrático, e que por todos estes motivos a comissão era favorável a Moção contrária a um terceiro reinado e que a mesma deveria ser divulgada as outras lojas e oficinas, bem como ao Grande Oriente do Brasil e Brasileiro.

Em seguida foi publicada no *Jornal O Movimento* e apresentada com algumas modificações a Câmara Municipal para discussão⁴⁴⁷. As discussões iniciaram em 31 de outubro de 1887, a proposta original de Aparício Mariense da Silva era a seguinte:

Proponho que esta camará represente a Assembleia Legislativa Provincial sobre a indispensável necessidade de se dirigir a Assembleia Geral para que dado fato lamentável de falecimento de S. M. O Imperador se consulte a Nação por meio de um plebiscito se convém a sucessão no trono brasileiro de uma senhora obsecada por uma educação jesuítica e casada com um príncipe estrangeiro; e, bem assim que a Assembleia Rio-grandense convide as outras Assembleias provinciais, à, no mesmo sentido, representarem ao Parlamento; e que esta câmara peça as outras municipalidades da Província, que façam seu este apelo a Assembleia Provincial⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ Parecer da Comissão da Loja Maçônica “Vigilância e Fé”. Apud. O’DONNELL, 1982, pp. 44-46.

⁴⁴⁷ O’ DONNELL, 1987.

⁴⁴⁸ Telegrama. Correspondências Camara de São Francisco de Borja 12 jan. 1888. AHRS.

Discutida a proposta foi encaminhada a uma comissão que a avaliou sugerindo que fosse rejeitada, o parecer foi o seguinte “na proposta foram empregadas expressões que sustentam ideais odiosas”, e por não ser de competência da Câmara Municipal discutir questões políticas de “ordem superior” e sim resolver os problemas administrativos do município, o parecer era pela rejeição da proposta. O parecer da comissão foi derrubado em plenário por quatro votos (Capitão Fidencio, Aparício Mariense da Silva, Miranda, J. Ferreira) e a proposta passou, com alteração da palavra jesuíta por religiosa, por proposta de Fidêncio. O único vereador presente que votou contra foi Júlio G. Trois.

Finalmente em 13 de janeiro do ano de 1888 a Câmara de São Borja aprovou a moção que propunha um Plebiscito sobre a conveniência ou não de um 3ª Reinado tal ato repercutiu na Corte e a Câmara foi suspensa de suas atividades pelo ato do governo provincial número 200⁴⁴⁹. O Juiz da Comarca de São Borja tomou as providências cabíveis contra os autores da proposta, e sustentava que a Câmara havia se tornado um instrumento do chefe republicano Aparício Mariense da Silva. No entanto, dizia que a população de São Borja era favorável a monarquia e não podia ser prejudicada por um ato isolado⁴⁵⁰. Os conselheiros da Câmara de São Borja sofreram processo por responsabilidade, que foi instaurado ainda no dia 10 de fevereiro, foi convocada a câmara do quadriênio anterior para assumir a administração da vila segundo o disposto no art. 231 do decreto n. 8213 de 13 de agosto de 1881⁴⁵¹. Além dos conselheiros de São Borja foram também suspensas as Câmaras de São Francisco de Assis, Dorcas do Camaquã, por terem sido solidárias a primeira⁴⁵². O terceiro Juiz a decidir sobre o caso proferiu sentença favorável aos réus e sustentou que a acusação não procedia, o tribunal de relação em acórdão confirmou a sentença em 15 de fevereiro e reintegrou os quatro conselheiros suspensos⁴⁵³. Em todos os sentidos a Moção Plebiscitária colocou mais uma vez São Borja no

⁴⁴⁹ Correspondências dos Presidentes de Província 30 jan. 1888. IJJ 9 AN. e MENDONÇA, Joaquim Jacintho de, “**Relatório.**” Porto Alegre: Oficinas Tipografias do Conservador. 1888. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 11 nov. 2011. Pp. 23-24.

⁴⁵⁰ Correspondências dos Presidentes de Província 11 fev. 1888. IJJ 9. AN.

⁴⁵¹ MENDONÇA, 1888, p. 24.

⁴⁵² Correspondências dos Presidentes de Província 16 de mar. 1888. IJJ 9. AN; Correspondência dos Presidentes de Província 21 de mar. 1888. IJJ 9. AN; Correspondência dos Presidentes de Província 27 de mar. 1888. IJJ 9. AN.

⁴⁵³ O' DONNELL, 1982, p. 56.

centro das discussões políticas da Província e demonstrou a força que o PRR havia adquirido no município.

A partir do início do período republicano duas famílias se destacaram na atuação política no município de São Borja. Por um lado a família Trois por outro a família Dornelles. Com a proclamação da república Julio Garcia Trois que já era conselheiro e presidente da Câmara assumiu a intendência, tornou-se o homem de confiança de Julio de Castilhos. Durante o chamado Governicho seu irmão Emilio Garcia Trois assumiu a junta governativa no município. A família Trois estava envolvida em diversas atividades comerciais e seus negócios foram favorecidos pela ascensão política de Julio Garcia Trois a partir de então tornaram-se os principais fornecedores de produtos para o município. Suas casas de negócio tinham atuação em São Borja e em Corrientes.

Dinarte Francisco Dornelles e seu irmão Modesto Francisco Dornelles ligados aos liberais-federalitas se mantiveram na oposição. Dinarte Francisco Dornelles pertencia a família tradicional do município. Envolvidos a muito tempo na produção pecuária e em outros negócios, sua família estava entre os principais criadores de gado da região. Em 1883 aparecia como 4ª juiz de paz do 1º distrito⁴⁵⁴. Em 1887 foi eleito novamente para juiz de paz do 1ª distrito sendo o segundo mais votado, 58 votos, o primeiro colocado conseguiu 59 votos, o vereador mais votado teve 57 votos, além dele também receberam votos seus parentes como Maciel Pereira Dornelles que obteve 11 votos sendo o segundo juiz de paz do 2ª distrito. Isto mostra que Dinarte Dornelles tinha importante peso político no município e optava em ser juiz de paz⁴⁵⁵. Seu irmão Modesto Francisco Dornelles havia nascido em 1851 e ele havia nascido em 1850 ambos eram filhos de Serafim Francisco Dorneles.

É importante percebermos que durante o império a figura do juiz de paz era muito importante. Foi criado pela constituição de 1824 e regulado por lei de 15 de outubro de 1827, de caráter eletivo, caminhava no sentido da descentralização do poder. A princípio tal cargo foi criado com o intuito de democratizar o poder e aproxima-lo do povo, porem na pratica o juiz de paz tornou-se o representante da oligarquia a nível local. Não conseguiu se desatrelar das práticas políticas tradicionais e fraudulentas. O Juiz de Paz tinham competência para promover a conciliação das partes e para julgar certas demandas, tendo inicialmente

⁴⁵⁴ Correspondências da Camara de São Francisco de Borja 21 jul. 1883. AHRs.

⁴⁵⁵ Correspondências da Camara de São Francisco de Borja mar. 1887. AHRs.

ainda atribuições policiais que foi perdendo no decorrer do século XIX, ficando com a função de processar e julgar as infrações de posturas municipais participando assim dos mecanismos de controle social do Império.

Os juízes de paz geralmente eram ou de setores intermediários da população ou então membros da elite econômica do município, sendo esta característica mais comum nas zonas onde as atividades ligadas a agropecuária eram mais relevantes. As eleições para juiz de paz eram muito concorridas e aguçavam as disputas intra-elite, após as eleições sempre ficavam resíduos das disputas e o juiz de paz eleito poderia utilizar seu poder para incomodar seus adversários políticos.

A legitimidade política de Dinarte Francisco Dornelles foi construída ao longo de sua trajetória em São Francisco de Borja no século XIX nos vários cargos que disputou e ocupou na administração da vila ou na justiça, sua atividade junto a guarda nacional também contribuiu para construção de seu capital político. No contexto de transição do Império para a República Dinarte Francisco Dornelles ocupou o lugar de mediador entre uma fração da elite política da comunidade e os poderes regional e nacional, representou a nível local o grupo liberal-federalista e incorporou em suas forças outros grupos descontentes. No início da República sobreviviam na região das Missões traços do mandonismo local. Dinarte Francisco Dornelles emergiu nesta conjuntura como um caudilho-coronel⁴⁵⁶ de oposição, excluído de ocupar os cargos que tradicionalmente havia ocupado e que eram sua trajetória política, juiz de paz, conselheiro municipal, oficial da guarda oficial, devido ao exclusivismo político dos republicanos castilhistas, fez uso de sua rede de apoio e de sua clientela política para se opor a esta situação e tentar sobreviver no mundo instável e incerto da República⁴⁵⁷.

⁴⁵⁶ Utilizamos o conceito de caudilho-coronel para sublinhar o aspecto militar que assumiu este personagem político no momento em tela.

⁴⁵⁷ José Murilo de Carvalho em seu artigo procurou diferenciar mandonismo de coronelismo e clientelismo, mostrando as principais diferenças dos três conceitos, o mandonismo seria uma característica da política tradicional e estaria em decadência com o avanço das conquistas sociais e políticas e com o avanço do poder do Estado, o coronelismo seria um parte de um sistema político mais amplo que existiu durante a República Velha (1889-1930) teria sua fase de início, apogeu e decréscimo durante este período, já o clientelismo seria parte da política e ainda persistiria nos dias atuais. Porém o próprio autor apesar de sublinhar as diferenças entre os três conceitos reconhece que os mesmos estão relacionados. O coronelismo, por exemplo, tem traços de mandonismo e do clientelismo. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Revista Dados**. Vol. 40. Nº 2. Rio de Janeiro 1997. Disponível em: <<http://scielo.br>>. Acesso em: 03 dez. 2012.

Dia 15 de novembro de 1889 a tarde chegou a notícia da proclamação da República a São Borja, o Clube Republicano se organizou. No dia 16 de madrugada a cidade ouviu o tropel de numerosa cavalaria do Capitão Carlos de Alencar que apresentava-se a Apparácio Mariense colocando-se sobre suas ordens. O comandante do 3º Regimento de Cavalaria, Coronel José Diogo dos Reis, vacilava em aderir a República, mas a situação não evoluiu para o conflito e ao longo do mês foi se estabilizando. A estrutura de poder local foi completamente alterada e os cargos foram passados a republicanos de confiança os antigos liberais e conservadores perderam espaço político⁴⁵⁸. Julio Garcia Trois assumiu o controle do município.

Após a tentativa de golpe de Deodoro da Fonseca, em “São Borja, uma junta revolucionária organizou-se, tomou por alvo a figura de Julio Garcia Trois, Apparácio Mariense e outros republicanos castilhistas que foram sumariamente destituídos de seus postos. A Câmara foi dissolvida. Elementos reunidos por Aparício Marience foram dispersos pelas forças da Junta de Governo. Suspenderam-se as garantias individuais, o brigadeiro Francisco Antônio Martins assumiu a presidência da junta governativa junto com outros cidadãos como Emilio Garcia Trois. No período do chamado “governicho” os republicanos castilhistas se exilaram em Corrientes, tendo a fronteira do rio Uruguai como proteção, na Província argentina se reorganizavam e prometiam revolução contra o governo constituído⁴⁵⁹”.

Ao longo deste período violências e perseguições ocorreram por parte dos agentes do governicho contra os republicanos castilhistas. Através do *Jornal A Federação* os republicanos castilhistas denunciavam que ocorriam violências em Santiago do Boqueirão, que imperava na região missioneira o maior banditismo, que em virtude destas violências muitos tinham migrado para Corrientes⁴⁶⁰. Ainda em Fevereiro de 1892 o Coronel João Pereira de Escobar e Marciano Loureiro foram assassinados por agentes do governicho⁴⁶¹.

Os republicanos criticavam a aproximação dos membros do governicho dos antigos chefes liberais e diziam que as violências ocorriam em varias partes do estado. Em São Borja “as correrias, as prisões, as perseguições, o assassinato, o saque, as depredações estão sendo praticados pelos agentes da autoridade em nome da ordem”, na

⁴⁵⁸ O' DONNELL, 1987.

⁴⁵⁹ Ibid.

⁴⁶⁰ Jornal A Federação 23 jan. 1892. AHPAMV; Jornal A Federação 3 fev. 1892. AHPAMV

⁴⁶¹ Jornal A Federação 23 fev. 1892. AHPAMV; Jornal A Federação 25 fev. 1892. AHPAMV

campanha havia muitas violências sendo praticadas, o tenente-coronel João Pereira Escobar havia sido assassinado, e seus assassinos andavam impunemente pelas ruas da cidade, também haviam assassinado Marciano Loureiro, reclamavam ainda da prisão de vários republicanos entre eles Álvaro Baptista⁴⁶².

Em virtude das violências muitos republicanos haviam abandonado a cidade de São Borja rumo a São Luiz, Itaqui, São Francisco e Santoomé, muitos comerciantes foram coagidos a entregar mercadorias a agentes do governo. Entre os representantes do governicho em São Borja estavam: José Aquino dos Santos, Emílio Garcia Trois, José Gonçalves de Freitas, e Vicente Gaudioso⁴⁶³. Aparício Mariense escrevia de Santoomé que aguardava o final do Governicho para retornar a São Borja. Dinarte Dornelles e outros chefes liberais do município faziam requisições aos comerciantes a fim de abastecerem suas forças⁴⁶⁴.

Entre os responsáveis por violências estavam Propicio Carneiro, Luiz Pacheco, Valeriano Torto, Caetano Gago, Salvador Namby, todos veteranos no crime “sobre os crimes cometidos no Rincão de Santana os republicanos castilhistas comentavam que o local sossegado margeado pelos rios Santa Luzia, Uruguai e Botui, havia sido atacada no dia 12 de fevereiro por um bando liderado pelos irmãos Pamphilio, Plínio, e Edmundo Fioravanti, que haviam percorrido a costa do Uruguai “levando a perseguição brutal e criminosa a todos os lugares”⁴⁶⁵.

Com o retorno de Júlio de Castilhos ao poder no Estado a situação se inverte, os castilhistas cruzam o Uruguai em direção a São Borja, e os membros do governicho e os liberais-federalistas, já organizados em partido, migram para Corrientes e outras fronteiras⁴⁶⁶. Nesse momento de profunda instabilidade os federalistas buscaram alcançar alguma segurança migrando para os países vizinhos e lá se preparando, se reorganizando, construindo alianças novas que lhes dessem a possibilidade de sobreviverem ao momento de incertezas que passavam.

Durante todo o período de conturbação política na transição do Império para a República no Brasil grupos descontentes usaram o território Argentino em especial a Província de Corrientes como ponto estratégico de articulação e rearticulação política. Grupos políticos

⁴⁶² Jornal A Federação 27 fev. 1892. AHPAMV.

⁴⁶³ Jornal A Federação 2 mar. 1892. AHPAMV; Jornal A Federação 3 mar. 1892. AHPAMV; Jornal A Federação 5 mar. 1892. AHPAMV; Jornal A Federação 9 mar. 1892. AHPAMV;

⁴⁶⁴ Jornal A Federação 24 mar. 1892. AHPAMV.

⁴⁶⁵ Jornal A Federação 30 abril 1892. AHPAMV.

⁴⁶⁶ O' DONNELL, 1987, p. 79-80.

descontentes da Província de Corrientes também utilizaram a fronteira com este mesmo objetivo. Muitos indivíduos possuíam laços antigos com os moradores do outro lado da fronteira, laços comerciais, de parentesco, de solidariedade política, de identificação, que foram mobilizados em momentos específicos e de profunda instabilidade.

Já em 1889, o Visconde de Pelotas solicitava as autoridades argentinas a dispersão e internamento de grupos de descontentes que estavam se aglutinando na cidade de *Paso de Los Libres* em frente a cidade de Uruguaiana⁴⁶⁷. Indicando uma preocupação crescente com a região fronteira e com a tensão na mesma foi solicitado o reconhecimento provisório com urgência do vice-cônsul brasileiro em Santo Tomé⁴⁶⁸. Com a maior presença de brasileiros na fronteira de Corrientes também aumentaram os conflitos com as autoridades locais, em São Xavier foi espancado o preso Jacinto Figueredo, o mesmo havia sido preso por autoridades argentinas dentro do território brasileiro⁴⁶⁹, em Alvear o delegado de polícia era acusado de dar trato selvagem aos brasileiros que ali estavam residindo⁴⁷⁰, haviam reclamações contra autoridades correntinas por prisões ilegais, colocação a ferros, estaqueamentos, espancamentos e até homicídios⁴⁷¹.

O Ministro Zeballos dizia que não tinha como atender a todas as reclamações de violências cometidas por autoridades argentinas e que se fizesse isso a Chancelaria argentina não faria outra coisa, isto nos dá uma ideia do quanto estava disseminada a violência⁴⁷². No interior do município de São Borja e no chamado Povinho (Santiago do Boqueirão) grupos federalistas eram dissolvidos por forças do governo, as forças enviadas como reforço pela brigada militar se encontravam nas proximidades do rio Botuhy⁴⁷³.

Em 1892 era pedido a internação de Jose Fernandez Tico, João

⁴⁶⁷ Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893. 25 nov. 1893. AHMRE.

⁴⁶⁸ Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893. 19 fev. 1891. AHMRE.

⁴⁶⁹ Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893. 23 abril 1891. AHMRE.

⁴⁷⁰ Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893. 7 jan. 1892. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892. 16 jan. 1892. AHMRE; Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894. 30 jan. 1892. AHMRE; Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894. 2 fev. 1892. AHMRE.

⁴⁷¹ Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894. 26 mar. 1892. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892. 14 mar. 1892. AHMRE; Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras, Buenos Aires, Despachos 1892-1894. 9 maio 1892. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892. 16 maio 1892. AHMRE.

⁴⁷² Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892. 12 abril 1892. AHMRE

⁴⁷³ Telegrama. Borja, Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São 25 jun. 1892; Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja 11 nov. 1892.

Capistrano Luiz de Souza, que estavam em *Passo de Los Libres* e do Dr. Eduardo Fernandes Lima e João Barcelos Oliveira que se encontravam em Alvear⁴⁷⁴, já no interior do município de São Borja, no 3ª distrito, grupos armados andavam dispersos pela região e grupos revolucionários estavam se reorganizando na Argentina e planejavam ações contra o governo do estado⁴⁷⁵.

Por parte dos descontentes seja qual for a bandeira sempre existia a esperança de que o Governo Argentino reconhecesse o Estado do Rio Grande do Sul como beligerante o que lhes garantiria em contrapartida um acesso mais fácil aos artigos bélicos⁴⁷⁶. Porém o governo argentino em nenhum momento deste período reconheceu a beligerância.

Ainda no ano de 1892 segundo telegrama do Rio Grande do Sul, chefe Federal (federalista) Dinarte (Dornelles) estava reunindo gente com consentimento Chefe Político Argentino de quem era íntimo. Perto de S. Tomé, em Itacoá, Dinarte tinha reunido quatrocentos homens bem armados e esperava a chegada de João Cailar de S. Xavier para atacar S. Borja, o rebelde Molina participaria desse plano de ataque. Assim Dinarte Dornelles contava com o apoio do chefe político de Santo Tomé para organizar suas forças naquele município, ele articulou suas redes de sociabilidades para se reorganizar no momento de incerteza e de instabilidade.

O governo do Rio Grande do Sul reclamava da proteção que as autoridades subalternas da Argentina davam a emigrados federalistas⁴⁷⁷. Queixava-se que as “autoridades de Corrientes coadjuvam sediciosos que ai vivem reunindo gente e preparando armas para perturbar a ordem na fronteira”. Indagado ao Ministro Zeballos sobre o caso o mesmo disse que o governo argentino fazia o possível para coibir as atividades revolucionárias e impedir o transporte de materiais bélicos na fronteira e que as autoridades de Corrientes também se queixavam que, a todo momento, entravam suprimentos para os opositores correntinos ligados a Angel Blanco que residia em São Borja⁴⁷⁸.

Logo, não eram somente os federalistas que se articulavam no lado Argentino da fronteira, descontentes argentinos também utilizavam

⁴⁷⁴ Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893. 26 ago. 1892. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892. 20 set. 1892.

⁴⁷⁵ Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja ago. 1892.

⁴⁷⁶ Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893. 20 nov. 1891. AHMRE

⁴⁷⁷ Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893. 20 dez. 1892. AHMRE.

⁴⁷⁸ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892. 31 maio 1892. AHMRE.

a fronteira buscando asilo no Brasil onde procuravam se reorganizar. Neste mesmo ano inúmeras vezes o governo argentino solicitou do governo brasileiro o desarme e internação de indivíduos que estavam na zona de fronteira, o Ministro Zeballos em nota confidencial transmitiu telegrama do governador de Corrientes sobre a presença de Angel Blanco em São Borja, território brasileiro, e denunciava que o mesmo reunia gente com o fim de perturbar a ordem pública desta província e que vinha se deslocando impunemente em varias cidades da fronteira como Uruguaiana, Itaqui e São Borja onde conferenciava com seus amigos⁴⁷⁹. A Argentina vivia um período conturbado de sua história política em diversos lugares líderes políticos ligados ao grupo radical estavam sendo detidos, temia-se uma revolta⁴⁸⁰. Apesar dos reiterados pedidos do governo argentino, foi somente em outubro de 1892, que Angel Blanco foi internado, foi também solicitado que não se concedessem passaportes para o mesmo seguir para Buenos Aires⁴⁸¹.

Respondendo as reclamações brasileiras o Ministro de Relações Exterior argentino comunicou que o governador de Corrientes havia lhe informado que internaria em Mercedes e outros pontos os refugiados brasileiros⁴⁸². Em dezembro o Alferes Molina com os cadetes Pavão e Melo revoltou o 3ª Regimento em São Borja, prendeu cidadãos, recolheu dinheiro e armamentos, saqueou casas comerciais da cidade, após isto retirou-se para Corrientes onde foi detido⁴⁸³. O governo brasileiro procurava sondar o governo argentino sobre a possibilidade de extradição de revolucionários, como o rebelde Molina,⁴⁸⁴ mas claro o governo argentino não aceitava estes pedidos por entender que se tratavam de crimes políticos, que não atendiam aos critérios de extradição e sim de exílio⁴⁸⁵.

A Revolução Federalista permitiu a emergência de novos tipos de lideranças políticas, novas formas de mobilização e uma grande mobilização de pessoas, de origens sociais bastante heterogêneas e com

⁴⁷⁹ Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1875-1892 5 jan. 1892. AHMRE; Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892. 18 jan. 1892. AHMRE; Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900. 22 set. 1892. AHMRE.

⁴⁸⁰ Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1875-1892 9 abril 1892. AHMRE.

⁴⁸¹ Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900. 13 out. 1892. AHMRE; Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900. 17 out. 1892. AHMRE; Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900. 28 out. 1892. AHMRE.

⁴⁸² Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1875-1892 8 set. 1892. AHMRE.

⁴⁸³ Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1875-1892 8 dez. 1892. AHMRE.

⁴⁸⁴ Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja 4 dez. 1892.

⁴⁸⁵ Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893. 7 dez. 1892. AHMRE; Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1875-1892 20 dez. 1892. AHMRE.

ideias políticas também diferenciadas. Este processo revolucionário permitiu o entrelaçamento de diversos setores sociais. Os grupos revolucionários eram mobilizados por diversos motivos. A Revolução permitiu também que as classes populares dessem vazão a seu descontentamento político. As autoridades por sua vez procuravam circunscrever as ações dos grupos revolucionários como simples ações criminosas. Os grupos revolucionários da região fronteira tinham seus alvos nas autoridades locais as quais procuravam prender e substituir por pessoas de confiança preparando o caminho para o retorno ao poder do grupo liberal-federalista. Nessa região fronteira se gerou uma cultura política de fronteira, lugar onde a atuação política ultrapassava os limites político administrativos dos estados nacionais, a fronteira foi local de intensa troca política entre indivíduos e grupos em atuação, contar com apoio de pessoas e grupos em ambos os lados da linha divisória fazia parte desta cultura.

É importante levarmos em conta também que os liberais-federalistas viram suas aspiração de ascensão social, política e militar interrompida pela tomada do poder pelo grupo castilhistas. A forma de reação de lideranças como Dinarte Francisco Dornelles foi de mobilizar sua gente, captando sentimentos e anseios e dando forma a um discurso e a uma mobilização política. Na ação revolucionária atitudes políticas e criminosas poderiam combinar-se na prática dos grupos em movimento, assim os saques e outras violências eram sempre uma possibilidade nesse contexto. Dinarte Francisco Donelles procurou através de sua ação revolucionária impor sua autoridade sobre sua gente bem como sobre toda a zona fronteira de São Francisco de Borja. O recrutamento de pessoas para os grupos revolucionários podia combinar o apelo as relações pessoais entre liderança e liderados ou a promessa de alguma recompensa material, o sistema de recrutamento combinava compulsão, persuasão e enquadramento político e estratégias que permitiam ratificar a liderança.

A primeira invasão ao município de São Borja ocorreu em fevereiro de 1893⁴⁸⁶. Não chegou a ser uma surpresa, pois já havia sido denunciada por um delator. Mesmo assim, o capitão Jacques Henrique Simoni, chefe federalista de Itacurubi, desembarcou com cerca de 40 homens duas léguas acima da cidade, no passo de São Marcos em frente a Santo Tome. Recebeu o reforço de outros 80 companheiros e passou a dominar as imediações do rio Icamaguã, após derrotar o tenente-coronel

⁴⁸⁶ Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja 28 fev. 1893.

Cláudio Andrade. O Coronel Dinarte Dornelles acampou próximo a Garruchos, Simoni buscou unir-se a ele, mas foi impedido pela 5ª Brigada, no combate do Itaroquém, morreu Simoni junto a mais três companheiros⁴⁸⁷. Dinarte Francisco Dornelles voltou para a Argentina após combates nas proximidades do rio Piratini. Seus 200 homens recrutados na Argentina e nas Missões dispersaram-se até segunda ordem⁴⁸⁸.

Escobar dá outra versão para o destino de Dinarte Francisco Dornelles após esta derrota, segundo este memorialista Dinarte juntou-se a outras forças revolucionárias no Alegrete e daí realizou uma incrível jornada até retornar a fronteira de Corrientes.

De Inhanduí até a fronteira da República Oriental, onde emigrou o exército revolucionário, Dinarte o acompanhou sempre. Em julho tomou parte na expedição do Júpiter, sob comando ao almirante Wanderkolk, sendo um dos três únicos tripulantes que, antes do aprisionamento desse vapor por um vaso de guerra da esquadra nacional, escapou-se para terra. Perseguido em Santa Catarina por ordem do coronel Serra Martins fugiu para Santos, donde voltou para Montevidéu e seguiu para o Alto Uruguai. Em S. Tomé, cidade argentina situada à margem direita do Uruguai, onde já se achava o coronel Prestes Guimarães, combinou com ele nova invasão ao território rio-grandense⁴⁸⁹.

Indiferente de qual seja a versão mais realista o fato é que Dinarte Francisco Dornelles retornou a seu ponto de apoio, Santo Tomé, e ali se reorganizou para novas invasões ao Rio Grande do Sul.

Gaspar Silveira Martins e outros líderes articulavam de Buenos Aires a continuação da revolução federalista, chegavam mesmo a ir até a fronteira para reorganizar suas forças⁴⁹⁰. O governo brasileiro reiterava

⁴⁸⁷ Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja 1 mar. 1893.

⁴⁸⁸ Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja 3 mar. 1893.

⁴⁸⁹ ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a história da revolução rio-grandense de 1893**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 220.

⁴⁹⁰ Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899 29 abril 1893. AHMRE; Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas 1874-1893 12 maio 1893. AHMRE.

seus protestos e pedidos de desarmamento e internamento sem muito sucesso,⁴⁹¹ contratou espiões para acompanhar os passos dos líderes e revolucionários na Argentina⁴⁹², a situação em São Borja também não era das mais tranquilas, o intendente do município Julio Garcia Trois solicitou do governo do estado “farinha sal erva e fumo” para suprir as tropas no município que estavam desabastecidas⁴⁹³. O governo do Brasil acreditava que governo Argentino tinha interesses na continuação da luta entre governo legal e federalistas, mas não tinha provas do auxílio a eles prestados, Gaspar Silveira Martins permanecia em constante movimento entre Montevideú e Buenos Aires, e o mesmo poderia se comunicar com seus comandados pelo território Argentino, pelo Rio Uruguai, o governo brasileiro acreditava que os federalistas teriam recebido de alguma parte, “dinheiro, armamento e munições”⁴⁹⁴.

O subintendente do 2ª distrito de São Borja comunicou que os invasores haviam destruído os talões receptores de impostos e que, portanto aguardava novos da Intendência e que forças extraviadas de federalistas estariam regressando para Corrientes utilizando o passo de Garruchos que era imprescindível que para lá fosse deslocadas forças legalistas⁴⁹⁵, forças federalistas estavam se reorganizando em Corrientes para nova invasão e se agrupavam em diversos passos incluindo o de São Mateus, Garruchos e outros⁴⁹⁶. Em seguida uma força de aproximadamente 40 homens invadiu a cidade de São Luis Gonzaga saqueando-a levando armamento e munições⁴⁹⁷. Como percebemos a revolução tinha outros desdobramentos, como por exemplo a destruição proposital dos talões de recepção de impostos uma atitude que vinha ao encontro dos interesses de amplos setores sociais, e visava contrariar a administração da intendência retirando da mesmo uma de suas formas de arrecadar recursos que seriam usados contra os revolucionários.

Bastou, porém, aos federalistas são-borjenses, saberem que

⁴⁹¹ Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899 15 jan. 1893. AHMRE; Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas 1874-1893 16 jun. 1893. AHMRE.

⁴⁹² Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899 11 jun. 1893. AHMRE.

⁴⁹³ Ofício da Intendência de São Francisco de Borja. 18 abril 1893. AHRs.

⁴⁹⁴ Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894. 6 abril 1893.

⁴⁹⁵ Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja 28 maio 1893.

⁴⁹⁶ Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja 26 jul. 1893.

⁴⁹⁷ Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja 6 jul. 1893; Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja 9 jul. 1893.

Tavares retomara a luta e que São Borja estava desgarnecida por ter enviado reforços a divisão do Oeste, para tentarem a segunda invasão. Em 10 de novembro de 1893, Prestes Guimarães entrou na cidade e saqueou-a, obrigando comerciantes a entregarem roupas e outros utensílios necessários a guerra e lhes dando o devido recibo que garantia a requisição, pressionado, marchou para São Luís, após alguns combates desviou em retirada, emigrando novamente para a Argentina⁴⁹⁸. Em 16 de novembro nova invasão, o ataque foi comandado por Dinarte Francisco Dornelles, invadiram a cidade e depois se retiraram para Corrientes⁴⁹⁹.

Santo Tomé tornou-se um centro de articulação federalista na região de fronteira, entre as lideranças que lá se exilaram estava Prestes Guimarães, Dinarte Francisco Dornelles, Modesto Dornelles, João Cailar, entre outros. Estes emigrados passavam para o território brasileiro e arrebataavam gado para o lado correntino a fim de alimentar suas forças, também cruzavam livremente a fronteira trazendo outros petrechos necessários e isto ocorreu durante todo o período revolucionário⁵⁰⁰, para estas atividades utilizavam os diversos passos do Rio Uruguai, como o São Mateus, Garruchos e outros, além das ilhas como a Ilha Quadrada⁵⁰¹. Em 11 de dezembro de 1893 era solicitada a internação de Prestes Guimarães, em 30 de dezembro de 1893 era informado que “Prestes Guimarães, Dinarte Francisco Dornelles e outros federalistas, batidos em São Borja haviam emigrado novamente para Corrientes, onde receberam escandalosa proteção das autoridades de Santo Tomé”⁵⁰².

A terceira invasão comandou-a Dinarte Francisco Dornelles. Com 160 homens cruzou o Uruguai no passo de Santana, cuja guarda surpreendeu, Dinarte caiu de surpresa sobre a cidade. Os republicanos castilhistas entrincheiraram-se no quartel do Passo, um prédio construído nos últimos dias do Império. Após três surtidas infrutíferas

⁴⁹⁸ ESCOBAR, 1983, p. 220-221.

⁴⁹⁹ “Federales tomaram San Borja o estan Municipio? Cuál número guarnición esta ciudad? Apparicio há hecho muy mal em salir de esa contrariando lãs expresas determinaciones Palegre...” p. 94 (nota de fim 9. AHB Telegrama (truncado) de Victorino Monteiro. Montevideu, 19/12/1893. Fls. 241 a 245.) O'DONNELL, 1987, p. 98.

⁵⁰⁰ Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899 6 dez. 1893. AHMRE; Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas 1874-1893 16 jun. 1893. AHMRE.

⁵⁰¹ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892. 4 abril 1894. AHMRE.

⁵⁰² Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 11 dez. 1893. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893. 30 dez. 1893. AHMRE.

sobre as forças oficiais, os invasores retiraram-se para a Argentina⁵⁰³.

Os republicanos diziam que em:

Santo Tome, Corrientes, continua a mais vergonhosa proteção aos invasores. Ali passeiam os federalistas armados e de divisas, passam e repassam o Uruguai, levando tudo que encontram em nossa campanha. As autoridades argentinas favorecem-lhes com armamento, munição e penso que até com gente⁵⁰⁴.

Os federalistas se utilizavam da fronteira como ponto estratégico, sobre a conveniência das autoridades departamentais os castilhistas afirmavam que as mesmas:

[...] continuam a protegê-los escandalosamente a esses inimigos da pátria. Consentido publicamente conservarem-se armados e agrupados, no roubo de gado e animais para aquela província (Corrientes), no insulto e prisões aos cidadãos republicanos que ali façam seus negócios, como sucedeu ao Sr. Emilio Roca, negociante em São Nicolau que fugindo as garras desses bandidos aqui veio procurar segurança⁵⁰⁵.

Machado⁵⁰⁶ em recente dissertação de mestrado também procurou demonstrar a ligação entre grupos políticos do Rio Grande do Sul e da Argentina. Analisando as “Memórias de Relaciones Exteriores” de 1894, o autor demonstrou que muitos federalistas encontraram guarida e apoio durante a Revolução Federalista, levanta também a hipótese de que o Governador Virasoro teria apoiado os federalistas. No entanto em nosso trabalho de dissertação de mestrado⁵⁰⁷ e nesta pesquisa não conseguimos afirmar que tal apoio tenha existido. É importante notarmos que Virasoro antes de tudo era um ágil político e como tal se movimentou neste terreno movediço que foi a revolução de 1893 ora

⁵⁰³ (nota de fim 10. AAM. Carta de Victorino Monteiro. Montevideu, 28/12/1893. Pasta 7) In: O' DONNELL, 1987, p. 98. Ver também: Escobar, 1983, p. 221-222.

⁵⁰⁴ Jornal A Federação 8 março 1894. AHPAMV

⁵⁰⁵ Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja 3 jan. 1894.

⁵⁰⁶ MACHADO, 2010.

⁵⁰⁷ COSTA, 2006.

apoiando um, ora outro grupo. Além disso, é importante notarmos que os documentos assim como memorialistas e pessoas que deixaram diários ou relatos sobre a revolução defenderam a ideia de que a mesma tinha forte apoio na zona de fronteira, ou seja, nas autoridades locais, é de se esperar então que Virasoro não quisesse se incompatibilizar com estas autoridades e com esta população e, portanto, fizesse vista grossa as atividades dos federalistas junto a fronteira. Por fim, devemos notar que era realmente difícil controlar um contingente tão significativo como aquele que entrou em Corrientes após a derrota dos federalistas em Santa Catarina.

Na quarta invasão a São Borja os federalistas conseguiram mais resultados. Quase todas as forças do Oeste haviam seguido para cercar Bagé. Em 3 de janeiro de 1894, grupos legais dos municípios vizinhos destacados na cidade iniciaram saques na falta de soldo ou com o pretexto de combater os federais que se organizavam em Corrientes. Isso tudo resultou na nova expedição de Dinarte Francisco Dornelles, que tomou Garruchos, a 10 de janeiro, dirigindo 300 homens. Dali expandiu-se por todo o 3º Distrito de São Borja e, tendo batido alguns inimigos em pequenas escaramuças, consolidou-se até sentir-se em condições de tomar a cidade.

Escobar nos deixou um importante telegrama escrito por Dinarte Francisco Dornelles sobre estes acontecimentos que transcrevemos:

Pela madrugada do dia 18 bati forças do Povinho, extraviando-as completamente, deixando elas no campo 25 mortos e nós um; as persegui até a serra de S. Xavier, onde tomei o resto da cavallhada, duas carretas com 30 armas 'minié', 16.000 tiros para as mesmas e 4.000 tiros 'conblains'. Dia 19 bati-me com as forças de S. Borja, tendo nessa ocasião mais de 100 homens, dos mais bem armados, em diligência, mas mesmo assim atropelamos o inimigo, ficando deles mortos no campo 11 e dos nossos 9.

Tomamos dois cargueiros com 3.500 tiros 'conblains'. Deixei de persegui-los por falta de pessoal em diligência. Dia 27 corremos Cláudio de Andrade e Ermelindo, tomando-lhes 50 cavalos, sendo 19 encilhados. Temos tido muitas incorporações de companheiros. Espero forças de Pimentel, Lobo, Berthier e outros para seguir ao rumo de S. Borja. Estou em Carovi. Mande

notícia do movimento geral. Saúdo companheiros.
– Dinarte⁵⁰⁸.

Após estes sucessos Dinarte Francisco Dornelles resolveu tomar São Borja, a pequena defesa adversária foi obrigada a retirar-se para o quartel do Passo e apoiada pela flotilha do Uruguai conseguiram embarcar abandonando a cidade e indo para Uruguaiana.

Em fevereiro de 1894 um grupo revolucionário apoderou-se do povo de São Borja e tiroteou com a flotilha do Alto Uruguai, em frente a *Hormiguero*, algumas balas chegaram ao território argentino causando reação das autoridades daquele país, o líder dos rebeldes, Dinarte Francisco Dorneles respondeu solicitando que as autoridades argentinas não permitissem que as embarcações da flotilha do Alto Uruguai se posicionassem em águas territoriais argentinas para evitar violação do território desta nação⁵⁰⁹. Gaspar Silveira Martins junto com outras lideranças como Rafael Cabeda trabalhavam incessantemente para reorganizar os federalistas, recebia o apoio de alguns cidadãos argentinos, e outros federalistas recebiam apoio de suas redes de sociabilidade na fronteira⁵¹⁰. Em abril de 1894 as forças federalistas atacaram durante 3 horas a cidade de Itaquí⁵¹¹. São Borja foi novamente ocupada pelos revolucionários que saquearam o comércio e particulares⁵¹².

Ainda em abril São Borja foi novamente invadida por força comandada por Eduardo Lima se reuniram a eles as forças de Dinarte Francisco Dornelles, houve diversas tentativas de tomar o quartel, saquearam a cidade, entre os salteadores estavam: Emilio Garcia Trois, Dinarte Francisco Dornelles, Flaubiano de Barros Leite, Belisario Guimaraes, Juliao Garcia, Ubaldo Berthier, José Freitas, Modesto Dorneles. Foram saqueadas diversas casas e foram destruídos os instrumentos da estação telegráfica e empastalada a tipografia de O

⁵⁰⁸ ESCOBAR, 1983, p. 223-224.

⁵⁰⁹ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 21 fev. 1894. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 24 fev. 1894. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 28 fev. 1894. AHMRE.

⁵¹⁰ Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899 8 março 1894. AHMRE; Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899 16 maio 1894. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 10 mar. 1894. AHMRE.

⁵¹¹ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 14 abril 1894. AHMRE.

⁵¹² Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 18 abril 1894. AHMRE

Movimento. Foi no departamento de Santo Tome que os “federais formaram acampamentos ostensivos, armaram-se, municiam-se, e arrebanharam muitos cavalos, sem o menor constrangimento e com a criminosa proteção da referidas autoridades”⁵¹³. Durante o primeiro semestre de 1894 Dinarte Francisco Dornelles manteve constante movimentação sobre a região missioneira suas forças chegaram a somar 2.500 homens⁵¹⁴.

É importante salientarmos que não há como afirmar que todos os grupos em atividade neste momento nesta fronteira fossem federalistas, muitos eram apenas grupos de saqueadores que se utilizavam da Revolução para praticar seus crimes. Por outro lado é inegável que o saque era algo comum e disseminado entre os grupos revolucionários de ambos os lados da fronteira, digamos que fazia parte da cultura destes grupos. O saque feito contra adversários (inimigos) e as requisições feitas a comerciantes eram também previstas no Direito Natural e das Gentes que obviamente era lido pelos grupos revolucionários da maneira mais conveniente a estes. Obviamente entre os grupos federalistas existiam pessoas somente preocupadas e ocupadas com o saque.

Os jornais afirmavam que muitos revolucionários estavam concentrados em Corrientes e tinham sido bem recebidos em diversas cidades onde a revolução no Rio Grande do Sul e os federalistas eram vistos com bons olhos⁵¹⁵. As forças revolucionarias cruzaram o rio Uruguai em Alvear, outros grupos estavam se concentrando nas proximidades de São Borja, estes pretendiam cruzar o rio Uruguai e atacar, os revolucionários exilados negavam qualquer intenção restauradora no movimento federalista⁵¹⁶.

As forças legais também procuravam fazer uso da fronteira para deslocar suas tropas. Júlio Garcia Trois, intendente de São Borja e homem de confiança de Júlio de Castilhos, tentou fazer uma travessia de cavalos utilizando uma balsa da Flotilha do Alto Uruguai para realizar um deslocamento de Santo Tomé até Uruguiaiana, o resultado foi a apreensão da barca e dos cavalos criando um incidente internacional⁵¹⁷.

O governo do Brasil em virtude do movimento revolucionário no

⁵¹³ Jornal A Federação 5 maio 1894. AHPAMV

⁵¹⁴ ESCOBAR, 1983, p. 229-230

⁵¹⁵ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 12 maio 1894. AHMRE.

⁵¹⁶ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 30 maio 1894. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 28 jun. 1894. AHMRE.

⁵¹⁷ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892. 4 abril 1894. AHMRE.

Rio Grande do Sul e do comércio e navegação que aumentaram o número de brasileiros na fronteira decidiu criar novos vice-consulados em cidades limítrofes com Brasil e transferir o vice-consulado de Alvear para La Cruz. Além de questões de imigração os novos vice-consulados garantiam para o governo uma fonte mais fidedigna de informações sobre a movimentação dos grupos revolucionários⁵¹⁸.

Os chefes revolucionários, como Juca Tigre, que se encontravam em Possadas, Misiones, buscavam conseguir autorização do governador de Corrientes para passar homens e munições para esta província, o governo do Brasil se esforçava para cobrar o governo argentino a manter os revolucionários afastados do rio Uruguai e de seus passos, mas tais solicitações eram em vão. O número de revolucionários crescia e os mesmos estavam em condição de pobreza, mas estavam recebendo auxílio via fronteira, muitos revolucionários se encontravam em Santo Tomé e Libres apoio de autoridades locais, e cruzavam e recruzavam o rio Uruguai sem serem importunados por ninguém, em Itaqui, em São Borja e outros pontos, passavam mercadorias e outros gêneros por diversos passos em especial pelo passo de Garruchos onde teriam passado 80 carretas carregadas e 12 mil reses, tudo isto acontecendo a luz do dia. O gado servia para alimentar as forças revolucionárias, muitas vezes deslocava-se junto com estas e poderia ser também utilizado como moeda de troca por víveres, armas e munições. As autoridades correntinas alegavam não ter pessoal suficiente para cuidar todos os passos e para controlar o movimento de um contingente tão extenso de pessoas⁵¹⁹. Dinarte Dornelles contava com 2.000 homens sobre seu comando e ameaçava cidades da fronteira esta força estavam sendo combatidas por Pinheiro Machado⁵²⁰.

Em julho de 1894 a Flotilha do Alto Uruguai foi acusada de abrir fogo contra revolucionários que a hostilizavam da margem argentina, alguns disparos haviam alcançado o povo do *Hormiguero*⁵²¹. Nesse momento eram muitos os emigrados que estavam concentrados em

⁵¹⁸ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 28 jun. 1894; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 30 jun. 1894. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 5 jul. 1894. AHMRE.

⁵¹⁹ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 14 jul. 1894. AHMRE.

⁵²⁰ Correspondências Fundo Floriano Peixoto 29 de jun. 1894. AN; Correspondências Fundo Floriano Peixoto 14 jun. 1894. AN.

⁵²¹ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 23 jul. 1894. AHMRE; Correspondências Fundo Floriano Peixoto 22 jul. 1894. AN; Correspondências Fundo Floriano Peixoto 25 jul. 1894. AN.

Corrientes e o governo Correntino sustentava que não tinha condições de coibir o deslocamento de milhares de pessoas que espalhavam-se por toda a fronteira que era impossível vigiar tão vasto território, muitos destes revolucionários passavam em grupos pequenos, estavam em grande miséria, apesar disto havia notícia de que em Alvear se fabricavam lanças e que em Garruchos haviam passado 30.000 cabeças de gado para Corrientes provenientes de São Borja e São Luiz Gonzaga⁵²². Os revolucionários chegaram a montar um comitê em Santo Tomé formado por Patrício Bertrand, Gabriel Albuquerque, Modesto Francisco Dornelles e Emílio Garcia Trois⁵²³. O governo de Corrientes sustentava que sempre receberia bem qualquer refugiado que buscasse proteção em seu território indiferente de qual bandeira seguisse⁵²⁴.

Escobar falando do comitê revolucionário de São Tomé enfatizou que:

O 'comitê' revolucionário de S. Tomé, do qual faziam parte Modesto Dorneles, Emílio Trois, Dr. Patrício Bertran e Gabriel Albuquerque, secundava-o (Dinarte Dorneles) com admirável tenacidade. Estes homens não mediram sacrifício para servir à revolução, contraindo, por último, não pequena dívida na sucursal do Banco Argentino daquela cidade. Obtinham por compra, às ocultas, armas e munições em Libres, Alvear e até de Corrientes mandaram vir de uma só vez cem 'remingtons' e dez mil tiros⁵²⁵.

Assim este comitê não serviu apenas para amparar revolucionários em estado de miséria, ajudar os doentes e feridos, mas também para armar as forças sob comando de Dinarte Francisco Dornelles com a compra de armas em diversas cidades de Corrientes.

Em agosto desse ano era solicitado que a flotilha vigiasse os passos do rio Uruguai especialmente o de Garruchos e São Borja para evitar fuga de forças rebeldes⁵²⁶, porém a flotilha permaneceu em Itaquí⁵²⁷. Ainda nesse mês nas proximidade de Carovy ocorreu choque entre forças de Gumerindo Saraiva, Prestes Guimarães e Dinarte Dornelles com forças legalistas, comentava-se que Gumerindo Saraiva

⁵²² Correspondências Fundo Floriano Peixoto 26 jun. 1894. AN.

⁵²³ Correspondências Fundo Floriano Peixoto 18 jul. 1894. AN.

⁵²⁴ Correspondências Fundo Floriano Peixoto 14 ago. 1894. AN.

⁵²⁵ ESCOBAR, 1983, p. 222.

⁵²⁶ Correspondências Fundo Floriano Peixoto 5 ago. 1894. AN.

⁵²⁷ Correspondências Fundo Floriano Peixoto 17 ago. 1894. AN.

estaria morto⁵²⁸. No final de agosto Piragibe reunia homens e pretendia atacar Itaquí, 200 rebeldes encontravam-se na cidade de Concórdia prontos para entrar em ação⁵²⁹. A maior parte dos revolucionários batidos no Rio Grande do Sul conseguiu fugir para Corrientes pelo passo de Garruchos e outros e de lá se reorganizaram para novas investidas⁵³⁰, muitos haviam passado para o Uruguai onde aguardavam armas que haviam sido buscadas por ordem de Saldanha da Gama em *La Plata* e em outro portos⁵³¹.

Em outubro os revolucionários se movimentavam na fronteira em frente as cidades de Uruguaiana, Itaquí e São Borja⁵³². Também em outubro ocorreu novo incidente com a lancha da flotilha do Alto Uruguai que havia penetrado em um arroio do rio Uruguai em território argentino foi hostilizada por forças da margem do mesmo, o governo argentino pedia reparação, o comandante brasileiro dizia que havia penetrado no arroio por curiosidade e que havia sido hostilizado por forças armadas da barranca do rio e que as autoridades deste departamento protegiam os revolucionários, o comandante acabou sendo exonerado de seu cargo⁵³³.

Já no final de 1894 era informado que os revolucionários contavam com mais de 4 mil homens armados e que os mesmos haviam recebidos apetrechos bélicos provenientes de Monte Caseros e outros pontos e estavam prontos para a ação⁵³⁴. Muitas pessoas exiladas em Paris enviavam recursos para os rebeldes⁵³⁵ e agentes do governo vigiavam passos dos revolucionários na Europa os mesmos estavam embarcando com documentos falsos para Buenos Aires a fim se unirem a seus companheiros de armas⁵³⁶. Em janeiro de 1895 era informado que os revolucionários contavam com muitos homens no Alto Uruguai⁵³⁷.

Fernando Abott argumenta que o governo Argentino por suas

⁵²⁸ Correspondências Fundo Floriano Peixoto 16 ago. 1894. AN.

⁵²⁹ Correspondências Fundo Floriano Peixoto 26 ago. 1894. AN.

⁵³⁰ Correspondências Fundo Floriano Peixoto 6 set. 1894. AN; Correspondências Fundo Floriano Peixoto 10 set. 1894. AN.

⁵³¹ Correspondências Fundo Floriano Peixoto 24 set. 1894. AN.

⁵³² Correspondências Fundo Floriano Peixoto 01 out. 1894. AN.

⁵³³ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 9 out. 1894. AHMRE; Correspondências Fundo Floriano Peixoto 07 out. 1894. AN; Correspondências Fundo Floriano Peixoto 08 out. 1894. AN; Correspondências Fundo Floriano Peixoto 09. out. 1894. AN; Correspondências Fundo Floriano Peixoto 10 out. 1894. AN.

⁵³⁴ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 14 dez. 1894. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894. 31 dez. 1894. AHMRE.

⁵³⁵ Correspondências Fundo Prudente de Moraes 5 dez. 1894. Fundo Prudente de Moraes. AN.

⁵³⁶ Correspondências Fundo Prudente de Moraes 9 dez. 1894. Fundo Prudente de Moraes. AN.

⁵³⁷ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896. 1 jan. 1895. AHMRE.

disputas internas não tinha força suficiente para dissolver os “grupos revolucionários” e que estava buscando apoio nas forças locais para conseguir isto, que Saldanha da Gama e Gaspar Silveira Martins possuíam apoio do meio comercial e de políticos, que muitos governos provinciais não obedeciam as ordens do governo nacional e que persistia o problema com os radicais da União Cívica Radical (UCR)⁵³⁸.

Em 1895 Manoel Vitorino comentou em carta dirigida a Prudente de Moraes. Que o problema mais grave a ser resolvido pelo governo era a questão das fronteiras do sul onde os revolucionários continuavam mobilizados, que havia uma campanha pela anistia que vinha ganhando força, e que em sua opinião o ideal seria o indulto presidencial após condenação. Que era fundamental um tratado novo com a Argentina e Uruguai sobre a fronteira, a falta de tratado era um alimento para a invasão e contrabando nestas zonas, e que as republicas vizinhas não tem mantido a neutralidade que deveriam sobre as disputas internas do Brasil, ora auxiliando um ora outro grupo político, tudo isto pela falta de um tratado eficiente. O primeiro passo era mudança dos representantes da república no Uruguai e Argentina que não representavam a nação e sim sua facção política, que o governo federal havia dado do estado tudo que precisava, mas que a invasão e reunião de rebeldes na fronteira não cessava, que era preciso um acordo de fronteiras e exigir deposição de armas pelos rebeldes⁵³⁹.

Castilhos comentando a situação a Prudente de Moraes colocava que a revolução federalista pretendia restaurar a monarquia, acusação recorrente, e que após a derrota sofrida em Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul muitos revoltosos conseguiram migrar para Corrientes onde “não foram ali dissolvidos nem internados, devido proteção autoridades locais, que desde principio auxiliaram revolução” isso garantiu reorganização das forças e novas invasões pelas fronteiras da Argentina e Uruguai⁵⁴⁰. Segundo Tavares os revoltosos queriam a nomeação de um general interventor neutro, o mesmo para os chefes das guarnições, a garantia de suas vidas e de suas propriedades e indenização pelos prejuízos sofridos⁵⁴¹.

Em março de 1895, era narrada nova invasão ao Rio Grande do Sul por uma orda de revoltosos, em torno de 600 combatentes e que era fundamental reforçar a segurança na fronteira com Corrientes⁵⁴². Em toda a

⁵³⁸ Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899 11 jan. 1895. AHMRE.

⁵³⁹ Correspondências Fundo Prudente de Moraes 24 fev. 1895. Fundo Prudente de Moraes. AN.

⁵⁴⁰ Correspondências Fundo Prudente de Moraes 13 mar. 1895. Fundo Prudente de Moraes. AN.

⁵⁴¹ Correspondências Fundo Prudente de Moraes 21 mar. 1895. Fundo Prudente de Moraes. AN.

⁵⁴² Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899 9 mar. 1895. AHMRE.

zona de fronteira nas cidades em frente a Uruguiana, Itaquí e São Borja grupos armados de federalistas se concentravam, Saldanha da Gama havia recebido recursos provenientes da Europa e trazia armamentos escondidos em barcos para ser distribuído aos revoltosos⁵⁴³. Já o coronel Flores (Tompson) enfatizava que a revolta no Rio Grande do Sul não terminaria enquanto não houvesse garantias para os revoltosos, entre as dificuldades estava o capricho de Julio de Castilhos⁵⁴⁴.

Em junho de 1895 um grupo armado passou de Uruguiana para *Passo de Los Libres* a fim de ajudar na revolução em Corrientes contra o governador Virasoro. Estas forças teriam sido armadas e ajudadas por autoridades brasileiras. Devido a esta ação não haveria mais como o governo do Brasil cobrar do governo da Argentina que o Governador de Corrientes combatesse os Federalistas⁵⁴⁵. As autoridades argentinas reclamaram da proteção de autoridades brasileiras davam a rebeldes correntinos na fronteira⁵⁴⁶.

A partir de setembro de 1895, começa a deposição efetiva de armas por parte dos revolucionários. Apesar das dificuldades de conseguir o desarmamento de todos os grupos espalhados por todo o Estado a deposição andava a passos largos no final do ano, no entanto os revolucionários temiam por suas vidas e cobravam a mudança da Constituição do Estado que não havia ocorrido⁵⁴⁷. Dinarte Francisco Dornelles ficou exilado em Corrientes até a situação se estabilizar e a

⁵⁴³ Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899 25 mar. 1895; Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899 27 ago. 1895. AHMRE.

⁵⁴⁴ Correspondências do Fundo Prudente de Morais ?1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

⁵⁴⁵ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896. 11 jun. 1895. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896. 18 jun. 1895. AHMRE.

⁵⁴⁶ Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896. 24 jul. 1895. AHMRE; Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896. 20 jun. 1895.

⁵⁴⁷ Correspondências Fundo Prudente de Morais 1 set. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 4 de set. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 12 set. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 13 set. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 20 set. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 1 out. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 3 out. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 7 out. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 3 nov. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 1 dez. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 2 dez. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 4 dez. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 20 dez. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN; Correspondências Fundo Prudente de Morais 22 dez 1895. Fundo Prudente de Morais.

anistia ser uma realidade e então retomou sua vida em São Francisco de Borja.

A Revolução Federalista foi marcada nesta fronteira por marchas e contra marchas, avanços e recuos. Os grupos revolucionários tiveram como alvo as cidades consideradas estratégicas na região, em especial São Francisco de Borja, que em diversos momentos eles procuraram ocupar e controlar. Porém em nenhum momento estes grupos conseguiram uma fixidez em um determinado ponto do território, essencialmente se tratava de uma guerra de movimento. Após o fim da Revolução as forças militares federais se fizeram cada vez mais presentes na região de São Francisco de Borja e possibilitaram maior estabilidade para a região. A maior presença de forças militares Argentinas na região de Santo Tomé também contribuiu para a diminuição das hostilidades militares entre liberais-federalistas e castilhistas na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas comunidades em foco neste trabalho São Francisco de Borja, Rio Grande do Sul, Brasil e Santo Tomé, Corrientes, Argentina possuem histórias complementares que se encontram em diversas conjunturas ao longo do século XIX. Em vários momentos estas comunidades entraram no centro das discussões e dilemas vividos pelos estados nacionais nesta centúria. Ambas têm sua origem urbanística no projeto jesuítico-guarani, implantado na Bacia Platina nos séculos XVII e XVIII. Desta experiência, permaneceram sendo importantes no início do século XIX, o espaço urbanístico e riquezas básicas da região, o gado e a erva-mate e a força de trabalho indígena. A partir de 1801, São Francisco de Borja caiu no domínio do Império Português, ao passo que Santo Tomé permaneceu sobre domínio Espanhol. O rio Uruguai tornou-se a fronteira entre o Império Português e o Império Espanhol, isto não significou o desaparecimento do rio como elo de união entre as populações ribeirinhas, entre os povos que o margeavam, pelo contrário, ao longo de todo o século o rio Uruguai foi espaço de fluxo de diversos grupos sociais que o cruzavam e recruzavam em diversas conjunturas. Ele foi espaço privilegiado de trocas, materiais, sociais, culturais, políticas, mais do que um dado da natureza foi um conjunto de engrenagens de articulação das populações de suas margens.

Ao longo das três primeiras décadas do século XIX, as duas comunidades estiveram mergulhadas nos períodos conturbados de construção dos Estados Nacionais. Santo Tomé tornou-se centro do projeto de José Gervásio Artigas para a região de *Misiones*, através de sua retórica Artigas conseguiu arregimentar várias milícias de guaranis das decadentes reduções jesuíticas da região e também conseguiu a adesão a seu projeto de guaranis que viviam em São Francisco de Borja. Esta povoação por sua vez apresentava um aspecto militar no início do século e se tornou, igualmente, centro da organização militar comandada pelo Coronel Francisco das Chagas Santos que realizou duas incursões punitivas à margem direita do rio Uruguai, uma em 1811 e outra em 1816. Essas, acabaram contribuindo de forma definitiva para a decadência das antigas reduções existentes neste espaço, a redução de Santo Tomé foi saqueada, parcialmente destruída e abandonada por sua população. Nas décadas de 1830 e 1840, as diversas revoltas e revoluções, que ocorreram na província de Corrientes que passou a dominar o espaço de Santo Tomé e na província do Rio Grande do Sul geraram fluxos na fronteira responsáveis por dinamizar esta região.

Também ocasionaram o aumento das trocas via contrabando neste espaço. Em frente ao passo de São Francisco de Borja surgiu uma nova povoação denominada de *San José del Hormiguero* formada em grande parte por habitantes que fugiam dos efeitos da Revolução Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul. Neste período aumentaram também as trocas culturais entre ambos os lados da fronteira. Igualmente surgiram e cresceram outras povoações no entorno de São Francisco de Borja, ao Norte as povoações de Garruchos e São Luiz Gonzaga, ao Sul as povoações de São Patricio do Itaqui e Santana Velha (mais tarde Uruguaiana), ao Leste a povoação de Santiago do Boqueirão todas estas povoações cresceram e foram se tornando municípios.

Em 1834, chegaram à região de Santo Tomé os primeiros representantes administrativos da província de Corrientes. Também, neste ano, a povoação de São Francisco de Borja foi elevada à categoria de Vila e teve a instalação de sua Câmara. Além destas, outras ações foram lentamente contribuindo para a afirmação das identidades nacionais na região fronteira e criando diferenciações entre as populações de Santo Tomé e São Francisco de Borja. Foram enviados representantes judiciais, autoridades civis e militares, administradores de mesas de rendas, foram criadas aulas e depois escolas que contribuíram para difundir a língua oficial. As comunidades passaram a sentir a presença do Estado em seu dia a dia através de ações judiciais, cobrança de taxas e impostos, recrutamentos militares, participação em eleições etc. Em um primeiro momento, essas ações criaram uma identificação com os estados provinciais, isto foi mais persistente em Santo Tomé, onde até pelo menos a metade do século as autoridades, aulas, moeda e exército eram todos provinciais. Foi a partir de 1853, com a constitucionalização da Confederação Argentina, que o Estado Nacional esteve mais presente. No caso de São Francisco de Borja, a afirmação do Estado Nacional se deu a partir de 1823, mas teve interregnos importantes. Em 1828, quando Fructuoso Rivera ocupou São Francisco de Borja e região, diversos habitantes aderiram a seu projeto de constituição de uma província-Estado na região e depois durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) quando a elite de São Francisco de Borja dividiu-se em dois grupos, um defendendo a Revolução e outro o Império. Com o final desta revolução a presença do Estado Nacional se fez mais e mais consistente. O divisor de águas neste processo foi a Guerra da Tríplice Aliança que trouxe para região a presença carregada de simbolismo das autoridades nacionais, o presidente da República Oriental do Uruguai, o presidente da República Argentina e o Imperador do Brasil, que fez questão de visitar São Francisco de Borja, palco da

invasão paraguaia.

A região fronteira tornou-se o centro do maior dilema da sociedade brasileira do século XIX com a problemática da escravidão. A fronteira foi palco da luta pela liberdade e da resistência ao cativo, levada à frente por inúmeros escravos que cruzavam a fronteira com Corrientes, a fim de conquistarem sua liberdade do cativo. Apesar dessas fugas, sempre existia a possibilidade de reescravidão por meio do sequestro de cativos no lado Correntino da fronteira e através da extradição dos mesmos para o Brasil a partir dos acordos de extradição de 1857. Os escravos que passavam para o lado correntino da fronteira poderiam, ainda, conquistar a liberdade por meio de ações na justiça imperial baseadas no princípio do solo livre ou na lei de 1831. Assim, a fronteira guardava sua dualidade podendo significar tanto escravidão como liberdade. As duas comunidades estavam localizadas a grandes distâncias dos seus centros políticos e comerciais. As estradas eram precárias, havendo enormes dificuldades para vencer os obstáculos de logística. Assim, as comunidades trabalhavam e lutavam para conseguir dos governos obras de infraestrutura que minimizassem os problemas de transporte. Nestas lutas as comunidades nacionalizavam suas reivindicações pressionando os governos provinciais e centrais com a sua condição de fronteira a fim de ter suas demandas atendidas. No caso de São Francisco de Borja, dois rios eram importantes para romper o isolamento da região, o rio Jacuí e o rio Uruguai. O rio Jacuí fazia parte da rota que ligava a região das Missões às praças comerciais de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, e passava por rotineiros trabalhos de manutenção para permitir a navegação. Já o rio Uruguai era o principal veículo de comunicação que ligava São Francisco de Borja e Santo Tomé aos portos de Montevideu e Buenos Aires. Devido a isso, esse rio não recebia a mesma atenção que o Jacuí sendo raras as obras de manutenção. Isto se dava em virtude de haver uma forte pressão para que a economia da região das missões ficasse dependente das praças comerciais de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas e fossem afastadas das praças de Buenos Aires e Montevideu. Apesar disso e das dificuldades, o Uruguai continuou sendo o principal meio de transporte de produtos de e para Santo Tomé e São Francisco de Borja, seja produtos legalizados, seja produtos por meio do contrabando.

O contrabando foi outra realidade presente nas duas comunidades sendo uma forma de romper o isolamento das mesmas e uma maneira de diminuir o custo de vida das populações. O contrabando na região se dava em duas escalas, o contrabando de pequena escala, que podemos chamar de contrabando formiga, se dava entre as duas comunidades, era

feito pelos próprios moradores das duas cidades e servia para consumo próprio ou de vizinhos. O contrabando de grande escala era feito pelo rio Uruguai em sua maior parte ou ainda por dentro da própria alfândega de Uruguaiana. O contrabando pelo rio Uruguai ocorria com o intermédio de Companhias de Navegação que transportavam produtos de Salto no Uruguai, Concordia ou *Restauracion* na Argentina para São Francisco de Borja e Santo Tomé, usando fundos falsos, ou manipulando os talões de despacho e desembarcando mercadorias em passos escondidos das autoridades ou na calada da noite em passos e horas combinadas com autoridades corruptas. O contrabando por dentro da Alfândega de Uruguaiana se dava pela manipulação dos talões de despacho e sempre com a conveniência ou incompetência das autoridades alfandegárias, dali seguiam por terra para São Francisco de Borja. No final do século XIX, medidas repressivas mais duras em relação ao contrabando acabaram sufocando o comércio e gerando descontentamento com o novo regime entre a população fronteiriça, isso fez com que muitos contrabandistas simpatizassem e contribuíssem com o esforço revolucionário durante a Revolução Federalista (1893-1895) transportando artigos bélicos. O contrabandista era um representante importante do cruzador da fronteira, aquele indivíduo que com sua ação de cruzar a linha divisória acabava contestando a sua existência a sua fixidez.

Ao chegar ao final do século XIX, a comunidade de São Francisco de Borja estava muito diferente de épocas anteriores. A população do município havia alcançado 22.000 habitantes e se socializava em diversas entidades e estabelecimentos. O porto movimentava anualmente cerca de 200 embarcações. Politicamente o Partido Republicano Rio-grandense havia surgido e se fortalecido no município, havia liderado a luta pela abolição da escravidão e proposto um plebiscito para decidir se deveria haver um terceiro reinado ou não. Apesar deste fortalecimento os partidos tradicionais do Império continuavam tendo sua importância. No período conturbando e de instabilidade de transição do Império para a República os diversos grupos políticos do município se sucederam no uso que fizeram da condição de comunidade fronteiriça e das redes de relações transfronteiriças para se reorganizarem politicamente. Durante a Revolução federalista de 1893-1895, o líder liberal-federalista Dinarte Francisco Dornelles usou de sua rede de sociabilidades transfronteiriça e das relações que tinha com moradores e políticos de Santo Tomé para, neste Departamento, organizar suas forças e resistir ao poder do grupo ligado a Júlio de Castilhos em São Borja. Acima de tudo essas redes

serviram para criar uma relativa estabilidade em meio ao caos, dar uma relativa segurança em meio à profunda violência e incerteza em que esse grupo político estava mergulhado. Foi através destas redes que esses grupos conseguiram realizar ações militares na região de São Francisco de Borja. Após a derrota, foi também na região fronteira e contando com sua rede de relações, que diversos líderes liberais-federalistas aguardaram a anistia e a paz para retornar a São Borja e região.

Ao longo do trabalho nós procuramos compreender a fronteira como um centro, um objeto de investigação e uma problemática teórica, buscamos também entender a fronteira como uma região onde em diversos contextos e conjunturas, fenômenos importantes aconteceram e não simplesmente como um espaço periférico e distante, ou como um lugar onde nada importante acontece. O nosso esforço em compreender melhor a história desta fronteira foi enfrentado em uma perspectiva aberta, procurando compreender a multiplicidade, a mistura de identidades, as distinções e os conflitos existentes. Visamos também perceber as trocas, os contatos transfronteiriços, as disputas locais interfronteiriças analisando a contingência e a historicidade do limite. O estudo sobre a fronteira nos permitiu problematizar as dialéticas dos de cima e abaixo, do centro e periferia, do micro e do macro, bem como o impacto que a história da fronteira teve na formação dos Estados Nacionais. Mostramos que em diversas conjunturas os agentes sociais nacionalizaram as sua reivindicação e problemáticas jogando com sua condição de fronteiriços e utilizando a mesma para ver atendidas as suas demandas.

Demonstramos ao longo da pesquisa que este espaço recebeu influências internacionais importantes que muitas vezes acabaram ocasionando conflitos entre as comunidades e seus centros políticos e econômicos. A fronteira mostrou-se um local de cruzamento, de diálogo, um circuito de intercâmbio, de troca, de códigos e histórias compartilhadas. O foco nas comunidades nos permitiu lançar um olhar mais apurado, permitindo construir outra leitura do social nesta região, tivemos especial atenção para o indício, para a pista, para o rastro e através da análise de inúmeras e variadas fontes procuramos compreender os aspectos locais da grande história. Procuramos mostrar como em diversas conjunturas os agentes sociais se adaptaram a realidades muitas vezes hostis e em constantes momentos de adaptação, procuraram sobreviver, construindo articulações com outros agentes e outros grupos sociais.

A fronteira foi então espaço de trocas constantes que desenvolveram uma cultura política específica. Dentro dessa cultura, a

criação de laços, de vínculos entre indivíduos e grupos de ambos os lados da linha divisória foi algo fundamental. Diversos momentos mostraram a permeabilidade da fronteira, como a fuga de escravos e o contrabando, que também forjaram laços entre indivíduos e grupos que habitavam esse espaço. Mesmo com a consolidação dos estados nacionais, nas últimas décadas do século XIX, a fronteira mostrou novamente toda sua permeabilidade. Durante a Revolução Federalista esta porosidade da fronteira é bastante perceptível. Os liberais-federalistas cruzaram e recruzaram a linha fronteira em diversos momentos e, foi em Santo Tomé, que este grupo se reorganizou e arregimentou forças para continuar na luta, isto demonstrou que as redes sociopolíticas que ultrapassavam os limites dos estados nacionais foram fortalecidas neste momento e permitiram a sobrevivência deste grupo político.

REFERÊNCIAS

ABADIE, Waschingon Reyes. **Artigas y el Federalismo en el Rio de La Plata**. Buenos Aires: Hyspamerica, 1986.

ACRUCHE, Hevelly Ferreira. “Para o Além - Fronteira: Nações e Relações Bilaterais entre Brasil e Confederação Argentina.” **Caminhos da História**, Varrouas, v. 7, Edição Especial. 2011. Disponível em: <<http://www.uss.br>>. Acesso em 15 set. 2012.

ALCARÁZ, Jorge Rafael. “La expedición científica de Eduardo L. Holmberg al Territorio de Misiones.” **Xº Jornadas Interescuelas. Departamentos de Historia**. 20 a 23 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.monografias.com>>. Acesso em 10 abr. 2011.

AMABLE, María Angélica. **História Misionera: Una Perspectiva integradora**. Posadas: Montoya, 1996.

ARGILAGA, Marta Virginia, e Delia Alvez. “Las Estancias Santotoméas Historias e Tradiciones para Descubrir.” In: ARGILAGA, Pablo. **Santo tomé: mi pueblo**. Santo Tomé: Ed. Marta Vírgilia Argilada de Soto Dassori, 2003. pp. 207-242.

ARGILAGA, Pablo. **Santo Tomé: mi pueblo**. Santo Tomé, 2003.

BONAUDO, Marta. “Federalismo: El caso argentino en los siglos XIX y XX.” In: HEINZ, Flávio; HERRLEIN, Ronaldo. **Histórias Regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. pp. 45-57.

BUCHBINDER, Pablo. **Caudillos de pluma y hombres de acción: Estado y política en Corrientes en tiempos de la organización nacional**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento; Prometeo Libros, 2004.

CALDEIRA, Newman di Carlo. “As relações diplomáticas na América do Sul: o caso brasileiro-boliviano (século XIX).” **XIV Encontro Regional da ANPUH - Rio. Memória e Patrimônio**. 19 a 23 de Jul. de 2010. Disponível em: <<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org>>. Acesso em 15 set. 2012.

CALDEIRA, Newman di Carlo. “Brasil e Bolívia: Fugas Internacionais de Escravos, Navegação Fluvial e Ajustes de Fronteira.” **Revista Flonteiras, Dourados**, MS, V 11, n. 19, p. 249-272. jan./jun. de 2009.

CAMARGO, Fernando da Silva. **O Málon de 1801: A Guerra das laranjas e suas implicações na América Maridional**. Tese de Doutorado - Área de Cocentração História Ibero-Americana, Porto Alegre: Pontíficia Universidade Católica - Pós-graduação em História, 2000.

_____. **O malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Revista Dados**. Vol. 40. Nº 2. Rio de Janeiro 1997. HYPERLINK Disponível em: <<http://scielo.br>>. Acesso em: 03 dez. 2012.

CANTERO, Daniel; MACHÓN, Jorge. **Misiones, provincia federal**. Posadas: EDUMAM, 2008.

CENTENO, Marco Tulio. **Santo Tomé. Origen de sua iglesia**. Santo Tomé, 1979.

_____. **Santo Tome: En los primeros años de vida municipal**. Santo Tome: Editorial "El Disco", 1972.

CHAMI, Pablo A. **Nación, identidad e independencia en Mitre, Levene y Chiaramento**. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2008.

CHASTEEN, John Charles. **Fronteira rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos**. Tradução: Rafael Augustos Sêga, Thelma Belmonte e Élvio Funck. Porto Alegre: Movimento, 2003.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

_____. “Legalidade Constitucional o Caudillismo: el Problema del Orden Social en el Surgimiento de los Estados Autonomos del Litoral

Argentino en la Primera Mitad del Siglo XIX”. **Desarrollo Economico**. nº 102 de Vol XXVI de 1986. Disponível em: <<http://www.educ.ar>>. Acesso em 15 dez. 2005.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. **"...bajo su Real Protección: o Império Português rumo á Banda oriental (1812-1812)".** Tese de Doutorado - Área de Concentração História das Sociedades Ibeérica e Americanas. Porto Alegre: Pós-Graduação em História - Pontifícia Universidade Católica, 2009.

COLVERO, Ronaldo. **Negócio na madrugada:** o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2004.

COSTA, Marcus Vinicius da. **A Revolução Federalista (1893-1895):** O contexto platino, as redes os discursos e os projetos políticos liberais-federalistas. Dissertação de Mestrado (História Latino-Americana), Santa Maria: Mestrado em Integração Latino-Americana. Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

DOCCA, E. f. Sousa. “Segunda Parte.” In: GAY, João Pedro. **Invasão paraguaia na fronteira brasileira do uruguaí.** Porto Alegre; Caxias do Sul: Instituto Estadual do Livro; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindez; Universidade de Caxias do Sul, 1980. pp. 158-381.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a história da revolução rio-grandense de 1893.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

Estatística, Fundação de Economia e. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950.** Porto Alegre: FEE, 1981.

FEBVRE, Lucien. **O Reno:** história, mitos e realidades. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERTIG, André. A Guarda Nacional Rio-grandense: Defesa do Estado Imperial e da Nação. Vol. 2. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. PADOIN, Maria Medianeira. **Império.** Passo Fundo: Méritos, 2006. pp. 71-94.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Interações Espaciais e Cidades-Gêmeas na Fronteira Brasil-Argentina: São Borja/Santo Tomé - Itaqui/Alvear**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **A Vila de São Borja (1834-1887) numa conjuntura de transição: História socio-econômica e geopolítica**. Dissertação de Mestrado em História, Centro de Ciências Humanas - CCH, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 1996.

FLORES, Mariana Flores da Cunha. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História. PPGH-UFRGS, 2007.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: economia e conflitos políticos na república velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FREGA, Ana. “Introdução.” In: FREGA, Ana (coord.). **História Regional e Independencia del Uruguay**. Montevideo: Banda Oriental, 2009. pp. 13-17.

_____. “La Integración de los 'Pueblos Libres'. A propósito del federalismo artiguista”. In: HENS, Flávio; GERRLEIN, Ronaldo. **História Regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. pp. 19-43.

_____. “Temas y problemas para uma história regional rio platense”. **Conferencia en el 13º Congreso de la A.P.H.U.** 12 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.internet.com.uy>>. Acesso em 28 dez. 2005.

FREITAS, Osório Tuyuty. **A Invasão de São Borja**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1953.

GAY, João Pedro. **Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai**. Porto Alegre; Caxias do Sul: Instituto Estadual do Livro; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1980.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Vol. 2. 2 vols. Porto Alegre: P&PM, 2004.

GOLIN, Tau. “Construindo a integração no Espaço colonial e no Estado nacional”. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. pp. 67-76.

GRENDI, Edoardo. “Microanálise e história social”. In: OLIVEIRA Mônica Ribeiro de. ALMEIDA Carla Maria Carvalho de. (orgs). **Exercícios de micro-história**. Tradução: Enrique Espada Lima. Rio de Janeiro: FGV, 2009. pp. 19-38.

GRENDI, Edoardo. “Paradoxos da história contemporânea”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (orgs). **Exercícios de micro-história**. Tradução: Henrique Espada Lima. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Pp. 39-49.

GRIMSON, Alejandro. “**Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur**”. 2004. Disponível em: <<http://www.gobalcult.org>>. Acesso em 12 jun. 2010.

_____. **La Nación en sus límites: Contrabrandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

GRINBERG, Keila. “A Fronteira da Escravidão: a noção de "solo livre" na margem sul do Império brasileiro”. **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br>>. Acesso em 15 set. 2012.

_____. “Escravidão e liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa”. **Cadernos do CHDD**. 2007. Disponível em: <<http://www.historiaunirio.com.br>>. Acesso em 15 set. 2012.

_____. “Escravidão e Relações Diplomáticas Brasil e Uruguai, século 19”. **4ª Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 2009. Disponível em: <<http://www.historiaunirio.com.br>>. Acesso em 15 set. 2012.

GRINSON, Alejandro. “Fronteras, naciones y región”. **Agenda pós-neoliberal. Fazendo possível um outro mundo**. Disponível em: <<http://www.ibase.ber>>. Acesso em 25 mai. 2005.

_____. “Fronteras, naciones y región”. **Agenda pós-neoliberal. Fórum Social das Américas**. Quito, Equador: Ibase, 2004. pp. 01-28. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso em 25 mai. 2010.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “O rio Grande de São Pedro na primeira metade do Século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata”. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos. **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp. 91-118.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HORA, Roy. **Historia económica de la Argentina en el siglo XIX**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

JUNG, Roberto Rossi. **A Odisséia de José Borges do Canto**. Porto Alegre: Martinho Livreiro, 2003.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução: Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. “Prefácio”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. pp. 11-16.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACEDO, João Heitor Silva. “São Martinho: da Guarda ao Povoado”. In: QUEVEDO, Júlio. **Historiadores do novo século**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. pp. 23-40.

MACHADO, Tiago. “Revolução Federalista: implicações internacionais”. **Revista Semina**, V 7 - n 1 - 2009, publ. no 1ª sem.

2010. 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br>>. Acesso em 11 nov. 2011.

MACHÓN, Jorge Francisco. “El Viaje de Amado Bonpland a Misiones em 1821”. In: MACHÓN, Jorge Francisco. **El Viaje de Amado Bonpland a Misiones em 1821 y otros trabajos**. Posadas: Creativa, 2004. pp. 7-38

MARENCO, Cláudio, e CAMARGO, Neri. **Itaqui - 120 Anos**. Itaqui: Editoria Intermédio, 1979.

MARTIN, Eloísa, e Alejandro (comp). GRIMSON, Alejandro (Comp.). “Resenha: Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro. Buenos Aires: Ediciones Ciccus/La Crujía, 2000. 348p.” **Horizontes Antropológicos**, julho Ano 7, 2001:293-296. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso 25 mai. 2010.

MAURER, Rodrigo Ferreira, e COLVERO, Ronaldo. “As possibilidades na análise das fontes: a redução de São Francisco de Borja a partir do inventário de Bruno Zavala.” In: NASCIMENTO, Anna Olívia do; OLIVEIRA, Maria Ivone de Avila. **Bens e Riquezas das Missões**. Porto Alegre: URCAMP/Martins Livreiro, 2008. pp. 46-60.

MEDRANO, Lilia Inês Zanotti. **A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1852-1889)**. Tese de Doutorado, São Paulo: Departamento de História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1989.

NAVAJAS, Felipe. **Hechos historicos de la Ciudad de Santo Tome**. Santo Tome, 1963.

NEUMANN, Eduardo. **O Trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

O' DONNELL, Fernando O. M. **Francisco Miranda vivendo a República**. Porto Alegre: Metrópole, 1987.

_____. **Apparicio Mariense: Contextuação histórica e dados biográficos**. Santa Maria: Paloti, 1982.

OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. “Indivíduos, famílias e comunidade: trajetórias percorridas no tempo e no espaço em Minas Gerais - Séculos XVII e XIX”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. pp. 209-238.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. “Apresentação”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. pp. 7-10.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadora portuguesa na América**. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.

_____. “Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial.” In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo Afonso. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2008. pp. 43-62.

OVIDO, Norna. **Relaciones Comerciales y Conflictos Fronterizos Siglo XIX: Misiones en la Red Platina**. Dissertação de Mestrado - História Ibero-Americana, Porto Alegre: Pontificia Universidade Católica - Pós-Graduação em História, 1997.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PICCOLO, Helga I. L. “O “Nacional” e o “Regional” na Revolução Federalista.” In: **Anais do XIII Reunião da SBPH**, por Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 255-258. Curitiba: SBPH, 1994.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. São Paulo: Edusc, 2000.

RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. **A diplomacia marginal: vinculações**

políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. (1893-1904). Passo Fundo: UPF, 1999.

REICHEL, Heloisa Jochims, e GUTFREIND, Ieda. **As Raízes Históricas do Mercosul**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (org). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998. pp. 15-38.

REVEL, Jacques. **Prefácio: A história ao rés-do-chão**. Tradução: Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, Ana. **El Caudillo e el Dictador**. Montevideo: Planeta, 2008.

RISSOTTO, Rodolfo González, e GONZÁLEZ, Susana Rodriguez Varese de. “La Campaña de Las Misiones de 1828 y la desintegración de los Siete Pueblos de las Misiones Orientales”. In: **A experiência missioneira: um marco histórico para a integração latino-americana**, por Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 208-230. Santa Rosa: Ed. Unijuí, 1993.

RODRIGUES, Cláudio Oraindi. **São Borja e Sua História**. São Borja, 1982.

SANTOS, Pedro Amerques. **São Luiz: sua história e sua gente 1687-1987**. Porto Alegre: Palotti, 1987.

SCHIAVONI, Ángela Perié de; OVIEDO, Norma; JAQUET, Héctor. “Tras Los Pasos de Los Guarníes Perdidos. De La Desintegración de las Misiones A La Movilidad Étnica en una Etapa de Transición (1768-1765 aprox)”. In: JAQUET, Eduardo. **En Otra História**. Posadas: Editorial Universitaria, 2001. pp. 61-98.

SEMPÉ, Moarcí Matheus. “A Ocupação Portuguesa dos Sete Povos.” In: **A População Missioneira: Fatores Adversos e Favoráveis às Reduções**, por Ciência e Letras Dom Bosco Faculdade de Filosofia, 197-203. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras Dom Bosco, 1981.

SILVA, Rosa Maria Spirandeli. “A Escravidão em São Borja.” **Pensar** 1 (2003): 81-95.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: ERUS, 1979.

SIMON, Mário. **Os Sete Povos das Missões: Trágica Esperiência**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

SHALLER, Enrique César. “**La Provinica de Corrientes y la ocupación de la Banda Occidental del Río Uruguay (1830-1895)**”. Disponível em: <<http://www.fee.the.br>>. Acesso em 10 jan. 2011.

SOUZA, Susana Bleil de. “A fronteira na Revolução de 1893.” In: POSSAMAI, Zita. **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Cadernos Porto & Vírgula, 1993. pp. 25-33.

_____. Comércio e Contrabando na Articulação Econômica do Espaço Fronteiriço Platino. Vol. 3. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. **República velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. pp. 305-333.

TAVARES, Francisco da Silva. **Diário da Revolução de 1893**. Organização: Corálio Bragança Pardo Cabeda; Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig. Porto Alegre: Procuradoria – Geral da Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo I. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

TERUEL, Ana A. **Misiones, economía y sociedad**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Redes de Compadrio em Vila Rica: um estudo de caso.” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. pp. 239-260.

WEGNER, Anderson; FOLETTO, Arlene Guimarães. “A Oeste do Rio Grande: História agrária em São borja (1850-1885)”. **Revista**

Disciplinarun Scientia. Série: Ciências Sociais e Humanas. v3; nº1; 2002. Disponível em: <<http://www.sites.unifra.br>>. Acesso em 10 mar. 2010.

WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. **A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de Sao Lourenço de Briendes/Instituto Cultural Português, 1979.

ZARTH, Paulo Afonso. A Estrutura Agrária. Vol. 2. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau, PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira. **Império.** Passo Fundo: Méritos, 2006. pp. 187-213.

_____. “A Região Missioneira após as Missões.” In: **X Simpósio Nacional de Estudos Missionários. A experiência missioneira:** um marco histórico para a integração latino-americana., por Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul UNIJUÍ, 458-471. Santa Rosa: Ed. Unijuí, 1993.

_____. **Do Arcaico ao Moderno.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

FONTES DOCUMENTAIS

Fontes impressas e da internet

ABREU, Antonio Paulino Limpo de. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1854. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 02 nov. 2011.

ALVES, Francisco de Paula Rodrigues. **“Ministério da Fazenda Relatório”**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1892. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 20 jan. 2011.

ANDRADE, Américo de Moraes Marcondes de. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1879.

ANDRÉA, Francisco José do Souza Soares de. **Relatório do Presidente de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Porto Alegrense, 1849.

_____. **Aditamento feito ao Relatório que perante a Assembléia Provincial do Rio-Grande do São Pedro do Sul dirigio o Exmo. Vice-Presidente da Província em sessão de 4 de março de 1848**. Porto Alegre: Tipografia do Comércio, 1848.

ARARIPE, Tristão do Alencar. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1877.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Universidade de São Paulo, 1980.

BARBOSA, Rui. **“Relatório do Ministério da Fazenda”**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1891. <http://www.crl.edu/brazil/ministerial> (acesso em 18 de jan de 2011).

BARCELLOS, Israel Rodrigues. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Rio Grandense, 1868.

_____. **Relatório.** Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1869.

BARCELLOS, Miguel Rodrigues. **Fala Dirigida a Assembléia Legislativa.** Porto Alegre: Tipografia do Conservador, 1887.

BELLO, Luis Alves Leite de Oliveira. **Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1852.

_____. **Relatório com que o Vice-Presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello centregou a Presidencia da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exlm. Srº Barão de Muritiba.** Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1855.

BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul.** Tradução: Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livr., 1989.

BRACKENRIDGE, Henry M. **Viaje a America del Sur II .** Buenos Aires: Hyspamerica, 1988.

BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. **“Relatório”.** Porto Alegre, 1882.

_____. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1884. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 16 dez. 2011.

BUENO, José Antonio Pimenta. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Acompanhado do Orçamento da Receita e Despesa para o ano de 1851.** Porto Alegre: Tipografia de F. Tomateli, 1850.

CAMARA, Patricio Correa da. **Relatório do Vice-Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1857.

_____. **Relatório do Vice-Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1851.

CAMPELLO, João Chaves. **Fala Dirigida a Assembléia Legislativa**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1878.

CAMPOS, Carlos Carneiro de. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1874. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 15 dez. 2011.

_____. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1875. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 20 ago. 2011.

_____. **“Relatório do Ministério das Relações Exteriores”**. Rio de Janeiro: Tipografia. 1831. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 21 out. 2011.

_____. **“Relatório do Ministério de Relações Exteriores”**. Rio de Janeiro: Tipografia. 1832. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 22 out. 2011.

CAMPOS, José Maria Pereira de. **“Exploração dos Rios, Lagos e Bahias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”**. Porto Alegre, 1862.

CASTRO, Evaristo Afonso de. **Notícia Descritiva da Região Missioneira**. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1887.

CASTRO, João Capistrano de Miranda e. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1870.

_____. **Relatório do Vice Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul. Acompanhado do Orçamento para Ano Financeiro de 1848-1849**. Impreso, Porto Alegre: Tipografia do Porto Alegrense, 1848. AHRs.

CASTRO, João Dias de. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1871.

_____. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1877.

CASTRO, José Antonio de Azevedo. **Fala dirigida a Assembléia Legislativa**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1876.

_____. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1876.

COELHO, Jeronimo Francisco. **Relatório do Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1856.

CORREA, Manoel Francisco. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1871 4 A. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 11 nov. 2011.

_____. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1871 1 A. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 13 nov. 2011.

COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. **“Relatório Ministério de Relações Exteriores”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1843. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 23 out. 2011.

CUNHA, Antonio Augusto Pereira da. **Fala com que o Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a Assembleia Provincial**. Porto Alegre: Tipografia do Rio Grandense, 1866.

_____. **Relatório Apresentando ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1867.

DOBLAS, Gonzalo de. **“Memoria historica, geografica, politica y economica sobre la provincia de misiones de Indios Guaranis”**. Edição: Imprensa del Estado. 1836. Disponível em: <<http://gallica2bnf.fr>>. Acesso em 11 jan. 2011.

FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. **Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ao Vice-Presidente Exm. Sr. Patricio Correa da Camara e esta ao Exm. Sr. Joaquim Antão Fernandes Leão.** Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859.

_____. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858.

FONTES, Menandro Rodrigues. **Relatório.** Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1884.

FRANÇA, Ernensto Ferreira. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1845. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 27 out. 2011.

GALVÃO, Manoel Antonio. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. **Relatório de Governantes. AHRS.** Porto Alegre: Tipografia do ARGOS, 1847.

GAMA, Caetano Maria Lopes. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1858. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 03 nov. 2011.

GILLESPIE, Alexander. **Buenos Aires y el Interior.** Buenos Aires: Hyspamarica, 1986.

GUIMARÃES, José Correa da S^a. “Ofício da Alfândega de São Francisco de Borja”. **Correspondência Alfândega de São Francisco de Borja. AHRS.** 29 de abril de 1848.

ISABELLE, Arsène. **Viagem do Rio Grande do Sul, 1833-1834.** Tradução: Dante laytano. Porto Alegre: Martin Livreiro, 1983.

“Jornal A Federação.” 23 jan. 1892. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 3 fev. 1892. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 23 fev. 1892. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 25 fev. 1892. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 27 fev. 1892. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 9 mar. 1892. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 5 mar. 1892. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 3 mar. 1892. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 2 mar. 1892. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 24 mar. 1892. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 30 abril 1892. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 8 março 1894. AHPAMV.

“Jornal A Federação.” 5 maio 1894. AHPAMV.

JUNIOR, José Fernandes da Costa Pereira. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Continental, 1873.

_____. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Constitucional, 1873.

_____. “**Relatório do Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Publicas**”. Rio de Janeiro: Tipografia Americana. 1874. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 25 jul. 2011.

LEÃO, Joaquim Antão Fenandes. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1861.

_____. **Relatório Apresentado a Assembléia Provincial de São Pedro do Riio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1860.

_____. **Relatório Apresentado a Assembléia Provincial de São**

Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859.

LEMOS, Francisco de Faria. **Relatório.** Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1878.

LIMA, Francisco Xavier Pinto. **Relatório.** Porto Alegre: Tipografia Rio-grandense, 1871.

_____. **Relatório 2.** Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1871.

LIMA, José Antonio de Souza. **Relatório.** Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1883.

LISBOA, Bento da Silva. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”.** Tipografia Imperial e Constitucional. 1846. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 17 out. 2011.

_____. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”.** Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional. 1847. Disponível em <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 28 out. 2011.

LOPEZ, João Simões. **Relatório.** Porto Alegre: Tipografia Rio-grandense, 1871.

MACEDO, Manoel Buarque de. **“Relatório Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1880. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 23 jul. 2011.

MELLO, Francisco I. Marcondes Homem de. **Relatório.** Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868.

_____. **Fala Dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1867.

MELLO, Jeronimo Martiniano Figueira de. **Fala Dirigida a Assembléia Legislativa da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tipografia do Rio Grandense, 1872.

_____. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Continental, 1872.

MENDONÇA, Franco Melchior Carneiro de. **“Relatório apresentado a Secretaria dos Negócios Estrangeiros pelo Cônsul Geral do Império na Republica Oriental do Uruguai em comissão ao Alto Uruguai com o fim de estudar o contrabando e os meios de o extinguir”**. 18 de abril de 1863. IR² 1. AN.

MENDONÇA, Joaquim Jacintho de. **“Relatório”**. Porto Alegre: Oficinas Tipografiads do Conservador. 1888. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 11 nov. 2011.

MORAES, João Pedro Carvalho de. **Fala do Presidente da Província**. Porto Alegre: Tipografia do Constitucional, 1873.

_____. **Fala Dirigida a Assembléia Legislativa**. Porto Alegre: Tipografia do Rio Grandense, 1874.

_____. **Fala Dirigida a Assembléia Legislativa**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1875.

_____. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1875.

MURITIBA, Barão de. **Relatório com que o Conselheiro Barão de Muritiba Entregou a Presidencia da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Presidente e Comandante das Armas, Conselheiro e General, Jeronio Francisco Coelho**. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1856.

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. **“Ministério da Fazenda Proposta e Relatório”**. Imprensa Nacional. 1888. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 16 jan. 2011.

_____. **“Ministério da Fazenda Relatório e Proposta”**. Imprensa Nacional. 1889. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 17 jan. 2011.

PARANAGUA, João Lustosa da Cunha. **“Ministério da Fazenda Proposta e Relatório”**. Tipografia Nacional. 1883. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 15 jan. 2011.

_____. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1885. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 17 dez. 2011.

PARANHOS, José Maria da Silva. **“Ministério da Fazenda Proposta e Relatório”**. Imprensa Nacional. 1874. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 21 jan. 2011.

_____. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1857. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 20 out. 2011.

_____. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia. 1859. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 06 nov. 2011.

PEYRET, Alejo. **Cartas Sobre Misiones**. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881.

PIMENTEL, Espiridião Eloy de Barros. **Relatório Apresentado Pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1863.

_____. **Relatório Apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1864.

PINHEIRO, José Filiciano Fernandes Visconde de São Leopoldo. **Anais da Província de São Pedro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

ROCHA, Francisco de Assis Pereira. **Relatório com que o desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha Entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Comendador Patricio Correa da Camara**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1863.

_____. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Jornal A Ordem, 1862.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução:

Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

SARAIVA, José Antonio. **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio Mercantil, 1866.

SERTÓRIO, João. **Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Rio Grandense, 1869.

_____. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1870 .

_____. **Fala Dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1869.

SILVA, Antônio da Costa Pinto e. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia Rio-Grandense, 1869.

SILVA, Felisberto Pereira da. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia da Livraria Americana, 1880.

SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. **“Relatório Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial. 1879. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 23 jul. 2011.

SINIMBÚ, João Lins Vieira Cansasão de. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1853.

SSINIMBÚ, João Luis Vieira Cansansão de. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1854.

SOARES, Joaquim Pedro. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia Livraria Americana, 1881.

SOUZA, Paulino José Soares de. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1851. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 20 out . 2011.

_____. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional. 1850 A 2. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 19 out. 2011.

_____. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional. 1850 A 1. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 18 out. 2011.

TECLA, Barão de Santa. **“Relatório”**. Porto Alegre, 1888.

VASCONSELLOS, José Leandro de Godoy e. **Relatório**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1882.

VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. **“Relatório”**. Porto Alegre, 1887.

WANDERLEY, João Mauricio. **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1870.

_____. **“Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros”**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1876 1 A. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em 14 nov. 2011.

FONTES MANUSCRITAS:

ASUMPÇÃO, José Joaquim de. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Macional da Fronteira das Missões”**. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja-Itaqui. AHRs. 24 de out. de 1866. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Macional da Fronteira das Missões”**. Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaqui. AHRs. 24 de out. de 1866. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Macional das Missões.”** 24 de outubro de 1866. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaqui. AHRs. 24 de out. de 1866. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaqui. AHRs. 14 de ago. de 1866. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaqui. AHRs. 14 de ago. de 1866. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaqui. AHRs. 14 de ago. de 1866. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaqui. AHRs. 24 de outubro de 1866. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira de Missões.”** 24 de outubro de 1866. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira de Missões.”** 14 de agosto de 1866. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira Missões.”** 14 de agosto de 1866. AHRs.

“Ata de 09-07-1834, Ata de 11-10-1834, Ata 18-10-1834. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores. AHCSB”

“Buenos Aires. Diversos Consulados.” 1866. AHMRE.

Correspondência da Alfândega de São Francisco de Borja. 16 de mar. 1850. AHRs.

“Correspondência dos Presidentes de Província.” 1826? IJJ 9. AN.

“Correspondência dos Presidentes de Província.” 16 nov. 1829. IJJ 9. AN.

“Correspondência dos Presidentes de Província.” 21 de mar. 1888. IJJ 9. AN.

“Correspondência dos Presidentes de Província.” 27 de mar. 1888. IJJ 9. AN.

“Correspondência dos Presidentes de Província.” 31 out. 1829. IJJ 9. AN.

“Correspondências Delegados de Polícia São Francisco de Borja.” 3 de abril de 1848. AHRS.

“Correspondências Delegados de Polícia São Francisco de Borja.” 15 jul. 1859. AHRS.

“Correspondências do Fundo Prudente de Moraes.” ?1895. Fundo Prudente de Moraes. AN.

“Correspondências dos Presidentes da Província.” 14 jan. 1859. IJJ 9. AN.

“Correspondências dos Presidentes de Província.” IJJ 9. AN.

“Correspondências dos Presidentes de Província.” 29 jun. 1860. IJJ 9. AN.

“Correspondências dos Presidentes de Província.” 10 fev. 1870. IJJ 9. AN.

“Correspondências dos Presidentes de Província.” 5 abril 1870. IJJ 9. AN.

“Correspondências dos Presidentes de Província.” 30 jan. 1888. IJJ 9 AN.

“Correspondências dos Presidentes de Província.” 16 de mar. 1888. IJJ 9. AN.

“Correspondências dos Presidentes de Província.” 11 fev. 1888. IJJ 9. AN.

“Correspondências dos Presidentes de Província.” 17 out. 1857. IJJ 9. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 09. out. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 26 ago. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 29 de jun. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 14 jun. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 5 ago. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 17 ago. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 16 ago. 1894.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 6 set. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 10 set. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 24 set. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 26 jun. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 14 ago. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 01 out. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 07 out. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 08 out. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 10 out. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 18 jul. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 22 jul. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Floriano Peixoto.” 25 jul. 1894. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 9 dez. 1894. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 24 fev. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 13 mar. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 21 mar. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 1 set. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 4 de set. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 12 set. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 13 set. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 20 set. 1895. Fundo Prudente de Morais.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 1 out. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 3 out. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 7 out. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 3 nov. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 1 dez. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 2 dez. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 4 dez. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 20 dez. 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Correspondências Fundo Prudente de Morais.” 22 dez 1895. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Corresponências Fundo Prudente de Morais.” 5 dez. 1894. Fundo Prudente de Morais. AN.

“Despacho. Missões Diplomática Brasileiras. Buenos Aires. Depachos 1826-1852.” 27 de set. de 1848. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras, Buenos Aires, Despachos 1892-1894.” 9 maio 1892. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos 1826-1852.” 11 de set de 1848. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos 1892-1894.” 7 de abril de 1893. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1826-1852.” 12 de junho de 1852. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1826-1852.” 22 de jun. de 1852. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1826-1852.” 19 de julho de 1852. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1826-1852.” 24 de julho de 1852. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1826-1852.” 12 de out de 1852. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894.” 29 de mar. de 1893. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894.” 5 de abril de 1893. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894.” 30 jan. 1892. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894.” 2 fev. 1892. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894.” 26 mar. 1892. AHMRE.

“Despacho. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Despachos. 1892-1894.” 6 abril 1893.

“Documento.” 30 out. 1844. Fundo RI. (Relações Intenacionais). AN.

“Documento.” 7 out. 1844. RI. AN.

“Documento.” 16 nov. 1844. RI. AN.

“Guarda Nacional. Alto Comando. Correspondência Recebidas. Lata 446, Maço 54. Lata 447, Maço, 55, 56. Lata 454, Maço 82-85. AHRs.”

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas 1874-1893.” 12 maio 1893. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas 1874-1893.” 16 jun. 1893. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893.” 25 nov. 1893. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893.” 19 fev. 1891. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893.” 23 abril 1891. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893.” 7 jan. 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893.” 26 ago. 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893.” 20 nov. 1891. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893.” 20 dez. 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas. 1874-1893.” 7 dez. 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1875-1892.” 5 jan. 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1875-1892.” 9 abril 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1875-1892.” 8 set. 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1875-1892.” 8 dez. 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1875-1892.” 20 dez. 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899.” 29 abril 1893. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899.” 15 jan. 1893. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899.” 11 jun.

1893. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899.” 6 dez. 1893. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899.” 8 março 1894. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899.” 16 maio 1894. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899.” 11 jan. 1895. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899.” 9 mar. 1895. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899.” 25 mar. 1895.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899.” 27 ago. 1895. AHMRE.

LIMA, Antonio Fernandes. **“Ofício do Comando da Guarda Nacional da Fronteira das Missões”**. 24 de maio de 1865. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões”**. 1864. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 24 de out. de 1864. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 10 de abril de 1865. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida.

Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRS. 25 de maio de 1865. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRS. 24 de maio de 1865. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRS. 13 de maio de 1867. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRS. 4 de out. de 1868. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRS. 16 de jun. de 1867. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRS. 1864. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRS. 16 de jun. de 1867. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** 13 de maio de 1867. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** 16 de junho de 1867. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** 4 de outubro de 1868. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da**

Frenteira das Missões.” Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRS. 02 de dez. de 1871. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Frenteira de Missões.”** 24 de outubro de 1864. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Frenteira de Missões.”** 10 de abril de 1865. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Frenteira de Missões.”** 25 de maio de 1865. AHRS.

“Livro Balancete de Receita e Despesa.” 1º Semestre de 1889. AHMSB.

“Livro Balancete de Receita e Despesa.” 1º e 2º Semestre de 1890. AHMSB.

“Livro Balancete de Receita e Despesa.” 1892. AHMSB.

“Livro Balancete de Receita e Despesa.” 1º e 2ª Semestre de 1886. AHMSB.

“Livro Balancete de Receita e Despesa.” 1º e 2º Semestre de 1885. AHMSB.

“Livro de Correspondências 1880-1887 AHMSB.”

LOUREIRO, Manoel dos Santos. **“Ofício do Comando da Guarda Nacional da Frenteira das Missões.”** 18 de janeiro de 1849. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Frenteira de Missões.”** 14 de dezembro de 1849. AHRS.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda da Frenteira das Missões.”** 26 de julho de 1849. AHRS. .

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Frenteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRS. 01 de nov. de 1835. AHRS.

LOUREIRO, Manoel dos Santos. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 18 de jan. de 1849. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 26 de jul. de 1849. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional de São Francisco de Borja.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja. AHRs. 01 de novembro de 1835. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional Fronteira de Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 02 de nov de 1849. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional Fronteira de Missões.”** 02 de nov de 1849. AHRs.

_____. **“Ofício do Comando Superior da Guarda Nacional da Fronteira das Missões.”** Guarda Nacional. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí. AHRs. 14 de dez. de 1849. AHRs.

_____. **“Ofício. Correspondência Recebida. Comando Superior São Francisco de Borja - Itaquí.”** 5 jun. 1849. AHRs.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas 1874-1893.” 7 de dez de 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas 1874-1893.” 12 de dez de 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Minutas de Telegramas 1874-1893.” 23 de dez de 1892. AHMRE.

“Legação em Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1893-1899.” 16 jan.

1894. AHMRE.

“Mapa das Escolas de Primeiras Letras da Provinica de São Pedro do Rio Grande do Sul.” 1846.

“Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Offícios 1892.” 18 jan. 1892. AHMRE.

“Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900.” 23 de mar. de 1893. AHMRE.

“Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900.” 23 de out. de 1893. AHMRE.

“Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900.” 21 de nov. de 1895. AHMRE.

“Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900.” 29 de jul. de 1895. AHMRE.

“Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900.” 22 set. 1892. AHMRE.

“Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900.” 13 out. 1892. AHMRE.

“Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900.” 17 out. 1892. AHMRE.

“Nota. Legações Extranjeiras Argentina. Notas. 1892-1900.” 28 out. 1892. AHMRE.

“Notas de Govenro a Governo. Argentina. 1872.” 31 de jan. de 1872. AHMRE.

“Notas de Governo a Governo. Argentina e outros. 1823-1898.” 11 de jul. de 1856. AHMRE.

“Notas de Governo a Governo. Argentina e outros. 1823-1898.” 25 de agost. de 1864. AHMRE.

“Notas de Governo a Governo. Argentina e outros. 1823-1898.” 11 de

set. de 1864. AHMRE.

“Notas de Governo a Governo. Argentina e outros. 1823-1898.”

“Notas de Governo a Governo. Argentina. 1865.” 7 de junho de 1865. AHMRE.

“Notas de Governo a Governo. Argentina. 1865.” 17 de maio de 1865. AHMRE.

“Notas de Governo a Governo. Argentina. 1872.” 21 de mar. de 1872. AHMRE.

“Notas de Governo a Governo. Argentina. 1879.” 25 de jul. de 1879. AHMRE.

“Notas. .” 17 jul. 1845. IR. AN.

“Ofício.” 18 abril de 1831. Sala X. AGN.

“Ofício.” 17 dez. 1835. Sala X. AGN.

“Ofício.” 8 jun. 1848 Sala X. AGN.

“Ofício.” 12 ago. 1849. Sala X. AGN.

“Ofício.” 30 ago. 1849. Sala X. AGN.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja .” 7 de junho de 1878.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 21 de julho de 1845. AHRS.

“Ofício da Camara de São Francisco de Borja.” 07 de outubro de 1835. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 31 de maio de 1834. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 07 de maio de 1866. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 14 de abril de 1835.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 8 de maio de 1848.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 21 de maio de 1834.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 10 de jun de 1834.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 10 de fev. de 1849.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 07 de out. de 1835.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 2 de out. de 1844.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 13 de jun. de 1854.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 03 de jul. de 1859.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 03 de jun. de 1859.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 11 de ago. de 1858.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 13 de jan. de 1835.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 9 de out. de 1844.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 04 de jun. de 1859.
AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 17 de out. de 1846.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 21 de jul. de 1845.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 07 de out. de 1835.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 9 de outubro de 1844.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 10 de fevereiro de 1849.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 13 de junho de 1854.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 03 de julho de 1859.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 11 de agosto de 1858.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 10 de junho de 1834.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 13 de jan de 1835.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 07 de outubro de 1835.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 03 de junho de 1859.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 2 de outubro de 1844.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 04 de jun de 1859.
AHRs.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 9 ago. 1858. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 28 set. 1858. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 17 de out de 1846. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. .” 27 de dez. de 1880. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 02 de Abril de 1858. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 15 de abr. de 1850. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 02 de abr. de 1858. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 15 de abril de 1850. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja. 11 agosto 1858.” 11 de agosto de 1858. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 11 de out. de 1836. AHRS.

“Ofício da Câmara de São Francisco de Borja.” 11 de outubro de 1836. AHRS.

“Ofício da Intendência de São Francisco de Borja.” 18 abril 1893. AHRS.

“Ofício Vice Consulado Argentino em Uruguiana.” 22 Jul. 1859. AMREARC.

“Ofício. .” 12 setembro 1836. Sala X. AGN. .

“Ofício. .” 23 maio 1848. Sala X. AGN.

“Ofício.” 27 jan. 1834. Sala X. AGN.

“Ofício.” 20 ago. 1848. Sala X. AGN.

“Ofício.” 26 ago. 1848. Sala X. AGN.

“Ofício.” 17 mar. 1850. Sala X. AGN.

“Ofício.” 18 de jun. 1850. Sala X. AGN.

“Ofício.” 29 set. 1850. Sala X. AGN.

“Ofício. Archivo de la legacion en Brasil. Correspondencia recibida. Ano 1893-1894”. 7 nov. 1893. AMREARC.

“Ofício. Consulado Geral em Buenos Aires 1848-1853. Secretaria de Estado.” 17 de agosto de 1849. AHMRE.

“Ofício. Consulado Geral em Buenos Aires. 1848-1853. Secretaria de Estado.” 13 de out. de 1849. AHMRE.

“Ofício. Consulado Geral em Buenos Aires. 1848-1853. Secretaria de Estado.” 18 de maio de 1850. AHMRE.

“Ofício. Consulado Geral em Buenos Aires. 1848-1853. Secretaria de Estado.” 20 de nov. de 1849. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1843.” 3 de jan de 1843. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1843.” 8 de jan de 1843. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1843.” 20 de jan de 1843. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1843.” 5 de maio de 1843. AHMRE.

Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1858.

28 out 1858. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892.” 16 jan. 1892. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892.” 14 mar. 1892. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892.” 12 abril 1892. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892.” 16 maio 1892. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892.” 31 maio 1892. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892.” 20 set. 1892.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1892.” 4 abril 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 20 de fev. de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 1 de mar. de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 10 de mar. de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 11 de abril de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 15 de abril de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 18 de abril de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios

1893.” 24 de abril de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 3 de agosto de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 29 de agosto de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 11 de out. de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 28 de out. de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 3 de maio de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 4 de maio de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 17 de maio de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 23 de maio de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 4 de jul. de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 22 de jun. de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 2 de out. de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 1 de set. de 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 30 dez. 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1893.” 11 dez. 1893. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 24 fev. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 21 fev. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 28 fev. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 14 abril 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 10 mar. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 18 abril 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” maio 1894.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 12 maio 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 30 maio 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 28 jun. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 28 jun. 1894.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 30 jun. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 5 jul. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 14 jul. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 23 jul. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 9 out. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 14 dez. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1894.” 31 dez. 1894. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896.” 5 de mar. de 1895. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896.” 20 de março de 1895. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896.” 1 jan. 1895. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896.” 11 jun. 1895. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896.” 18 jun. 1895. AHMRE.

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896.” 20 jun. 1895. .

“Ofício. Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires. Ofícios 1895-1896.” 24 jul. 1895. AHMRE.

“Ofícios e Correspondências. Camara Municipal de São Borja.” São Borja, 1884 AHSB.

“Telegrama. Borja, Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São.”

25 jun. 1892.

“Telegrama. Correspondências Camaras de São Francisco de Borja.” 12 jan. 1888. AHRS.

“Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja.” 11 nov. 1892.

“Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja.” ago. 1892.

“Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja.” 4 dez. 1892.

“Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja.” 28 fev. 1893.

“Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja.” 1 mar. 1893.

“Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja.” 3 mar. 1893.

“Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja.” 28 maio 1893.

“Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja.” 26 jul. 1893.

“Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja.” 6 jul. 1893.

“Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja.” 9 jul. 1893.

“Telegrama. Livro Arquivo de Correspondência 1891-1895. Arquivo Histórico Municipal de São Borja. Biblioteca Publica de São Borja.” 3 jan. 1894.

APÊNDICES

APENDICE A: ESTATÍSTICA POPULACIONAL

Quadro A: Estatística Populacional															
ANO	Lugar	Quantidade	Fogos	Líbero		Líbero		Escravidão		Indígenas	Racismo nas cidades	Soma		Total	Fonte
				Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres			Homens	Mulheres		
1801	São Francisco de Borja													1300	1 População do Povo de São Francisco de Borja
1814	Missões			814 (Brancos)		77		252		6395	403			7901	2 População de toda a "paróquia" das missões
1814	São Francisco de Borja			289 (Brancos)		20		92		1424				1534	3 População do povo de São Borja
1822	Missões													400	3 População do Povo de São Borja, ao que tudo indica os números incluem os escravos e indígenas
1827	São Borja													180	4 População do Povo de São Borja, ao que tudo indica os números incluem os escravos e indígenas
1827	Missões													1874	4 População das Missões, ao que tudo indica os números incluem os escravos e indígenas
1846	Distrito São Francisco de Borja											1094	1321	2419	5 População livre das missões e distritos
1846	Distrito da Cruz do Itaquí											1047	692	1739	5 População livre das missões e distritos
1846	Distrito (DC) Itaquí											673	1009	1682	5 População livre das missões e distritos
1846	Distrito São Francisco de Assis											283	379	664	5 População livre das missões e distritos
1846	Distrito São Xavier											423	284	707	5 População livre das missões e distritos
1846	Missões											3522	3409	7131	5 População livre das missões e distritos
1846	Distrito São Francisco de Borja											1142	1258	2400	6 População livre das missões e distritos
1847	Distrito da Cruz do Itaquí											948	771	1719	6 População livre das missões e distritos
1847	Distrito (DC) Itaquí											731	919	1650	6 População livre das missões e distritos
1847	Distrito São Francisco de Assis											298	345	643	6 População livre das missões e distritos
1847	Distrito São Xavier											340	251	591	6 População livre das missões e distritos
1854	São Francisco de Borja			1174	7194			449						7843	7 População do município
1857-58	São Francisco de Borja	35	1138	4114	3943	39	25	409	431			4744	4599	9343	8 População do município
1857-58	São Patrício de Itaquí	25	799	2941	2593	31	32	524	490			3514	3115	6629	8 População do município
1858	São Francisco de Borja		2769											22995	9 População de toda a comarca
1859	São Francisco de Borja			8019		64		1.240						9243	10 População do município
1860	São Francisco de Borja	1444		8493		61		1277						9881	11 População do município
1872	São Francisco de Borja														12 População dos municípios
1872	São Luís Gonzaga													3047	12 População dos municípios
1872	São Patrício de Itaquí													4422	12 População dos municípios
1880	São Francisco de Borja											8143	7724	15867	13 População dos municípios
1900	São Francisco de Borja											8402	8442	17444	14 População dos municípios

(1) Confirma Quadro do Censo de 1814 In: Estatística, Fundação da Economia. Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos de 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 50. (2) Avel-Likmann, Robert. Viagem pela Província de Rio Grande do Sul (1838). São Paulo: Batavia; Universidade de São Paulo, 1980. p. 281. (3) Confirma Quadro do Censo de 1814 In: Estatística, Fundação da Economia. Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos de 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 50. (4) Lago, Manoel da Silva Remota do. Mapa geral dos bases e propriedades dos São Borja das missões Brasileiras, apud, Porto, Araceli. História das Missões Católicas do Uruguai. Porto Alegre: Livraria do Brasil, 1994. p. 401-402. (5) Confirma Quadro da população nacional livre segundo as listas paróquiais e de delegados das mesmas províncias. In: Estatística, Fundação da Economia. Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos de 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 49. (6) Confirma Quadro da população nacional livre segundo as listas paróquiais e de delegados das mesmas províncias. In: Estatística, Fundação da Economia. Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos de 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 49. (7) Coelho, João Nuno Francisco. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Relatório do Governo. A.H.R.S., Porto Alegre: Tipo gráfica do ARGOX, 1847. (7) Coelho, João Nuno Francisco. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Relatório do Governo. A.H.R.S., Porto Alegre: Tipo gráfica do ARGOX, 1847. (9) Farias, Angelo. História do Município de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipo gráfica do Corno do Sul, 1859. (10) Farias, Angelo. História do Município de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipo gráfica do Corno do Sul, 1859. (11) Lago, Manoel da Silva Remota do. História do Município de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipo gráfica do Corno do Sul, 1859. (12) Confirma Quadro da população. In: Estatística, Fundação da Economia. Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos de 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 82-83. (13) Quadro Censo 1880. In: Estatística, Fundação da Economia. Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos de 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 94. (14) Quadro Censo 1900. In: Estatística, Fundação da Economia. Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos de 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 94.

APENDICE B: ESTATÍSTICA DE CASAMENTOS E ÓBITOS DA PROVÍNCIA

ANO E POVOADO	Casamentos			Batismos				Óbitos				Observações	Fonte
				Livres e Libertos		Escravos		Livres e Libertos		Escravos			
	Livres	Libertos	Escravos	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino		
1848													
São Francisco de Borja	55		2	159	171	9	12	14	13	4			1
São Patrício do Itaquí	8		2	41	51	2	1	9	6	2			
1853													
São Francisco de Borja	69			154	210	6	7	13	12		1		2
São Patrício do Itaquí	16			68	37	9	13	13	7	5	4	?	
1854													3
São Francisco de Borja	36	1	3	154	130	13	13	4	1			2º Semestre de 1853	
São Patrício do Itaquí	7		1	20	30	2	4	9	4	1	2	idem	
1855													4
São Francisco de Borja	18			87	101	9	8	5	1			2º Semestre de 1854	
São Patrício do Itaquí												Não consta	
1855-56													5
São Francisco de Borja	79		3	198	195	14	13	9	8	1	2		
São Patrício do Itaquí	17		4	31	51	10	9	12	10	4	7		
1856-57													6
São Francisco de Borja	55	1		131	146	7	8	3	2				
São Patrício do Itaquí	11		1	30	20	6	7	9	6	2	1		
1862													7
São Francisco de Borja				249	230	31	21	12	16	1	1		
São Luiz Gonzaga				55	54	2	4						
São Patrício do Itaquí				37	33	1	2	8	4	1			

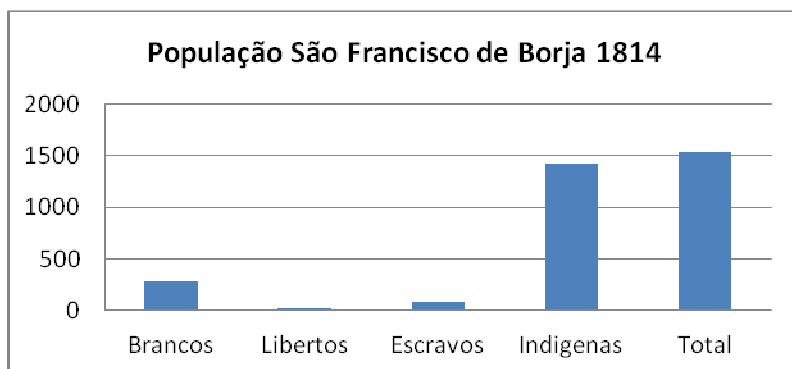
(1) Conforme Quadro da população pelas listas eclesiásticas In: Estatística, Fundação de Economia e. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 62. (2) Sinimbú, João Lins Vieira Cansasão de, Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1853. (3) Sinimbú, João Luis Vieira Cansasão de, Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1854. (4) Bello, Luis Alois Leite de Oliveira. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1855. (5) Coelho, Jeronimo Francisco. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1856. (6) Camara, Patricio Correa da. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1857. (7) Conforme Quadro estatístico In: Fundação de Economia e. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 70.

APÊNDICE C: RELAÇÃO DAS FREGUESIAS, CAPELAS, E CURATOS. PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL.COM DECLARAÇÃO DE SEUS PÁROCOS, CÔNGRUAS E GUISAMENTOS

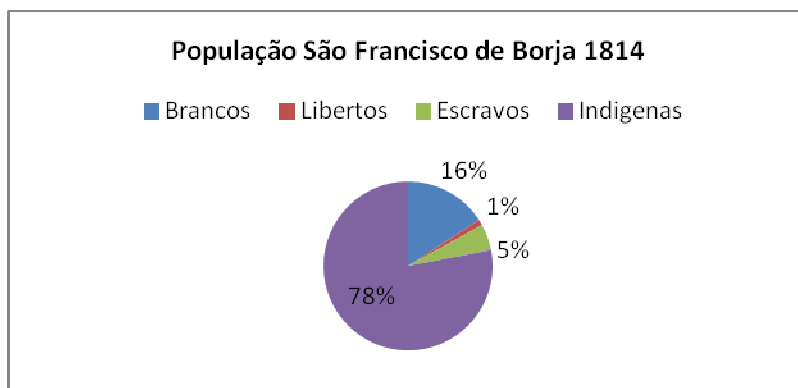
ANO	Categoria	Lugares	Municípios	Observações	Côngrua	Guisamentos	Fonte
1847	Freguesia	São Francisco de Borja, nas Missões		Encomendado sacerdote			1
1847	Freguesia	São Francisco de Borja, nas Missões		José Coriolano de Souza Passos	600\$000	23\$920	2
1849	Freguesia	São Francisco de Borja, nas Missões			150\$000	23U920	3
1850	Freguesia	São Francisco de Borja, nas Missões					4
1859	Comarca	São Borja		João Pedro Gay			5
1860		São Borja		João Pedro Gay			6
1862		São Borja		João Pedro Gay			7
1863	Comarca	São Borja	São Borja	João Pedro Gay			8
			São Luis	Vago			8
1869		São Borja		João Pedro Gay			9

(1)Galvão, Manoel Antonio. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Relatório de Governantes. AHRs. , Porto Alegre: Tipografia do ARGOS, 1847. (2) Galvão, Manoel Antonio. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Relatório de Governantes. AHRs. Porto Alegre: Tipografia do ARGOS, 1847. (3) Andréa, Francisco José do Souza Soares de. Relatório do Presidente de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Porto Alegrense, 1849. (4) Bueno, José Antonio Pimenta. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Acompanhado do Orçamento da Receita e Despesa para o ano de 1851. Porto Alegre: Tipografia de F. Tomateli, 1850. (5) Ferraz, Angelo Moniz da Silva. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ao Vice-Presidente Exmo. Sr. Patricio Correa da Camara e esta ao Exmo. Sr. Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859; Leão, Joaquim Antão Fernandes. Relatório Apresentado a Assembléia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859. (6) Leão, Joaquim Antão Fernandes. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1861. (7) Rocha, Francisco de Assis Pereira. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Jornal A Ordem, 1862. (8) Rocha, Francisco de Assis Pereira. Relatório com que o desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha Entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Comendador Patricio Correa da Camara. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1863. (9) Silva, Antônio da Costa Pinto e. Relatório. Porto Alegre: Tipografia Rio-Grandense, 1869.

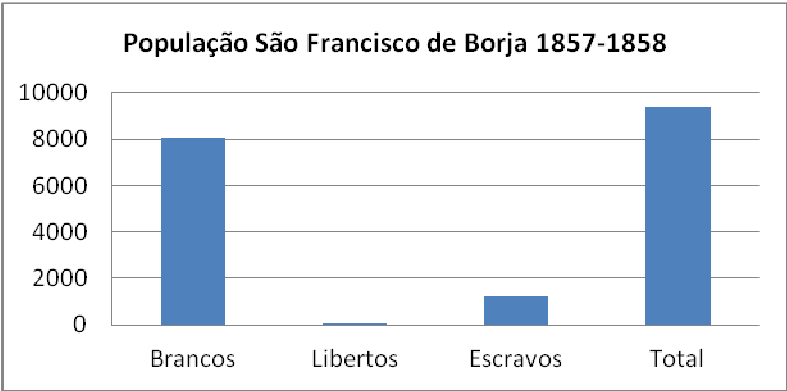
APÊNDICE D: POPULAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA 1814



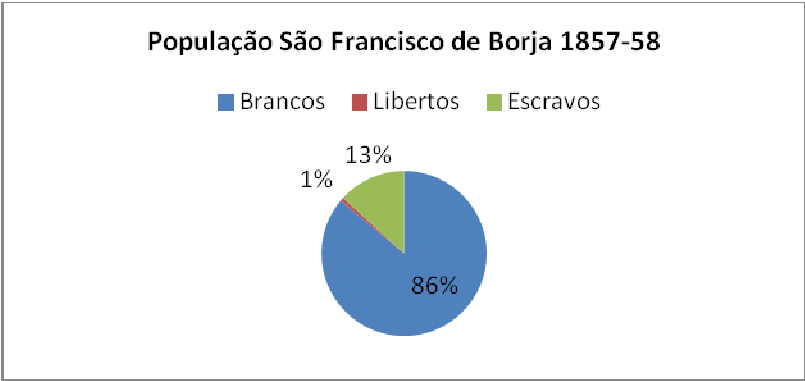
APÊNDICE E: POPULAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA 1814



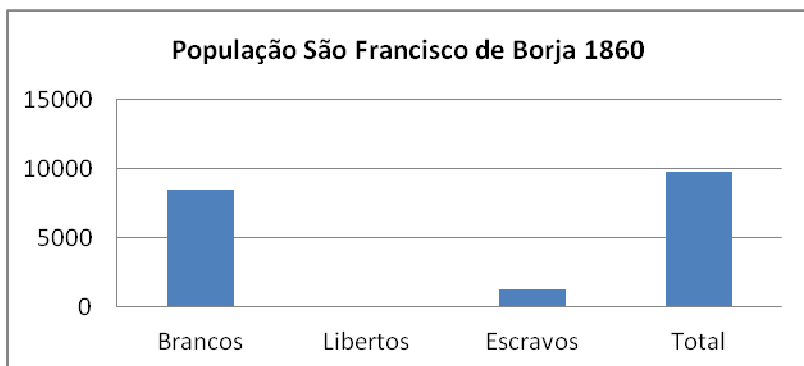
APÊNDICE F: POPULAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA
1857-1858



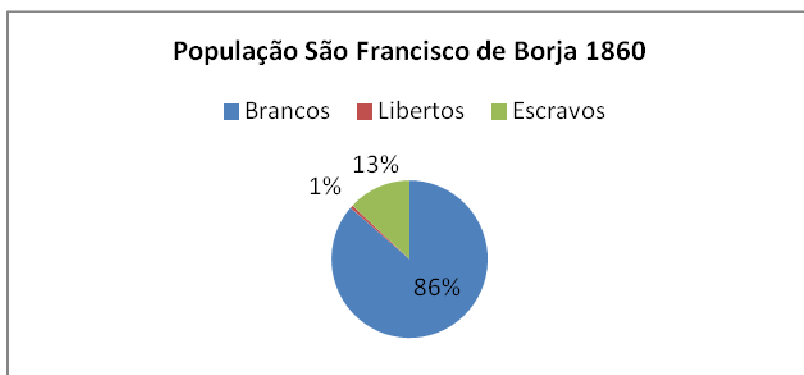
APÊNDICE G: POPULAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA
1857-1858



APÊNDICE H: POPULAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA 1860

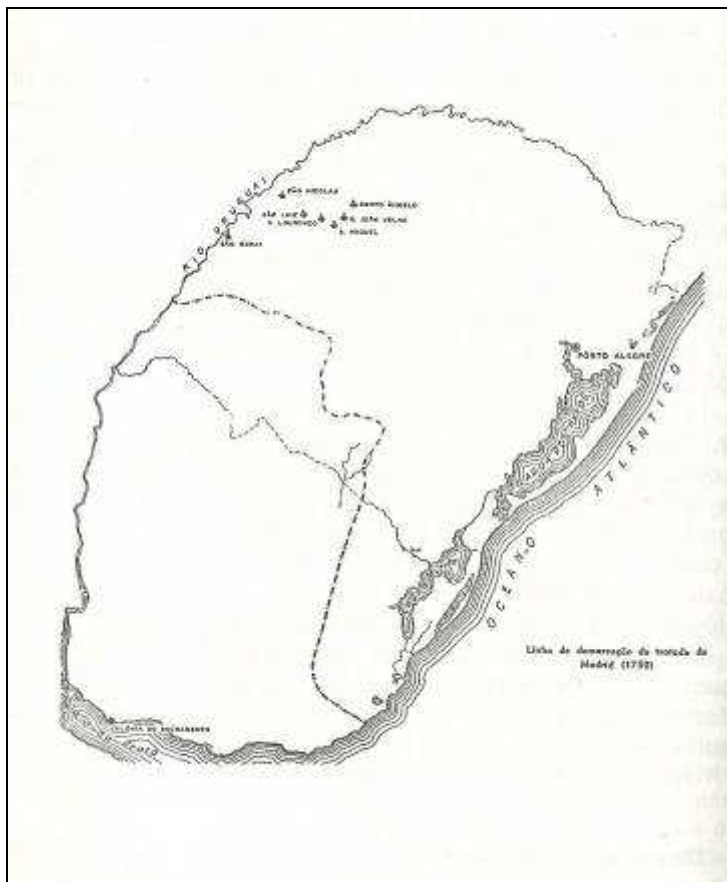


APÊNDICE I: POPULAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA 1860



Fonte: Todos os gráficos foram construídos com base no Quadro A e as fontes estão referenciadas no mesmo.

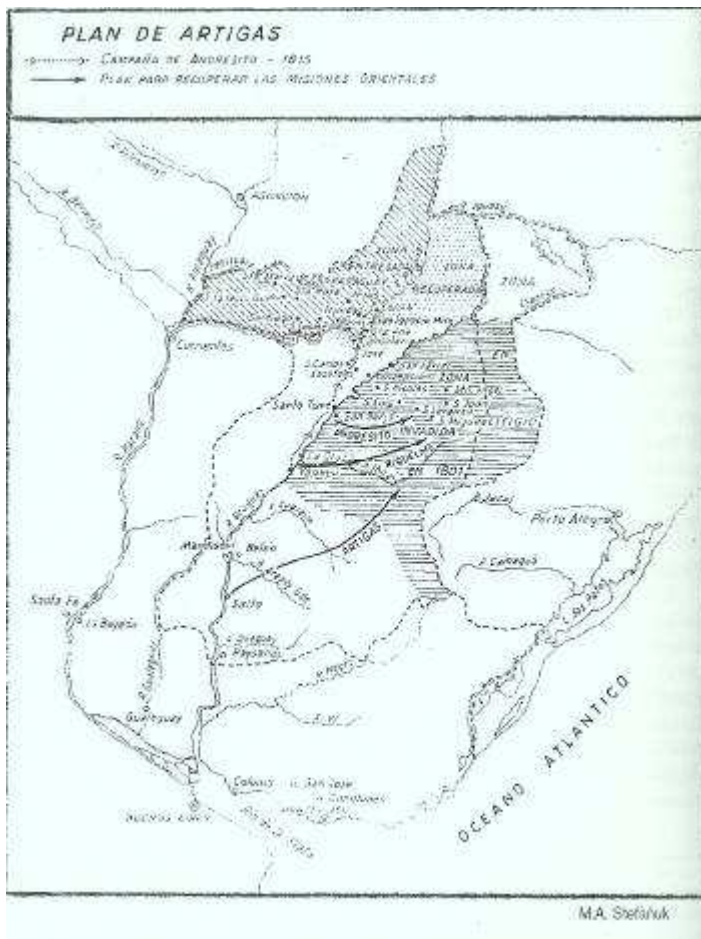
ANEXO D: LINHA DE DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE MADRI 1750



Linha de Demarcação do Tratado de Madri 1750.

Fonte: SIMON, 1993, p. 116.

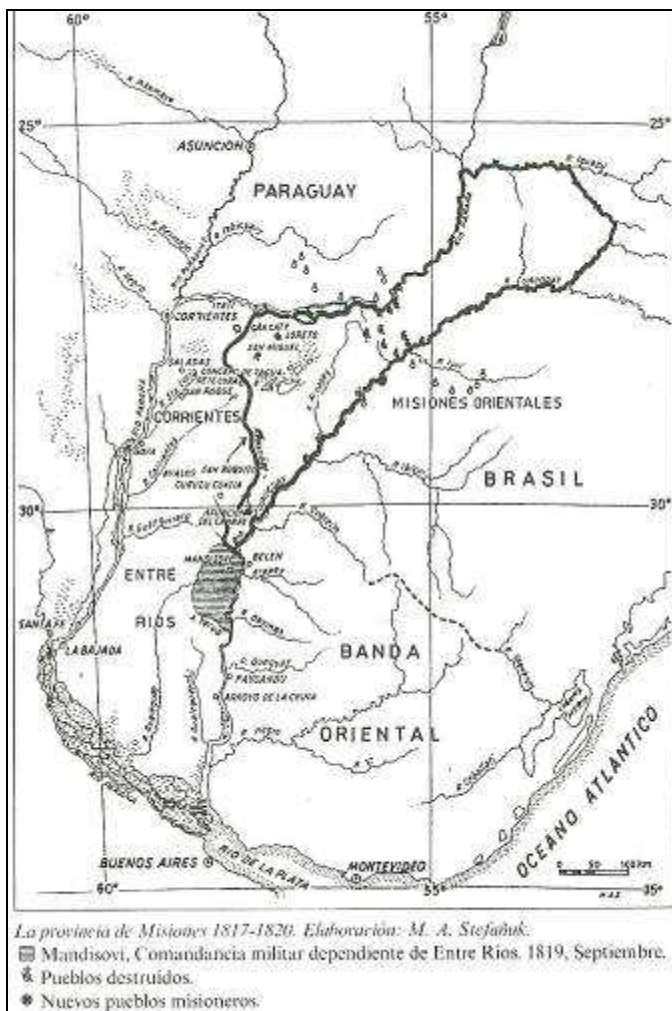
ANEXO G: PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS MISSÕES ORIENTAIS CRIADO POR JOSÉ ARTIGAS BEM COMO A AÇÃO DE ANDRESITO ARTIGAS



O mapa traz em detalhe o plano de recuperação das missões orientais criado por José Artigas bem como a ação de Andresito Artigas.

Fonte: AMABLE, 1996, p. 98.

ANEXO H: A PROVÍNCIA DE MISSIONES 1817-1820



A Província de Misiones 1817-1820.

Fonte: CANTERIO e MACHÓN, 2008, p. 36.

ANEXO I: RECONHECIMENTO DO RIO URUGUAI. 1847.
ARQUIVO NACIONAL. AN



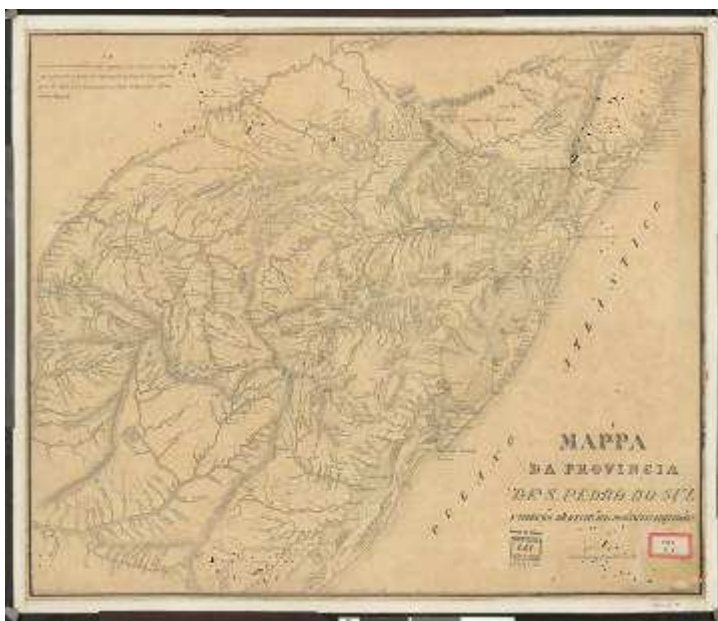
Reconhecimento do Rio Uruguai. 1847. Arquivo Nacional. AN.

ANEXO J: RECONHECIMENTO RIO URUGUAI. 1847. ARQUIVO NACIONAL. AN



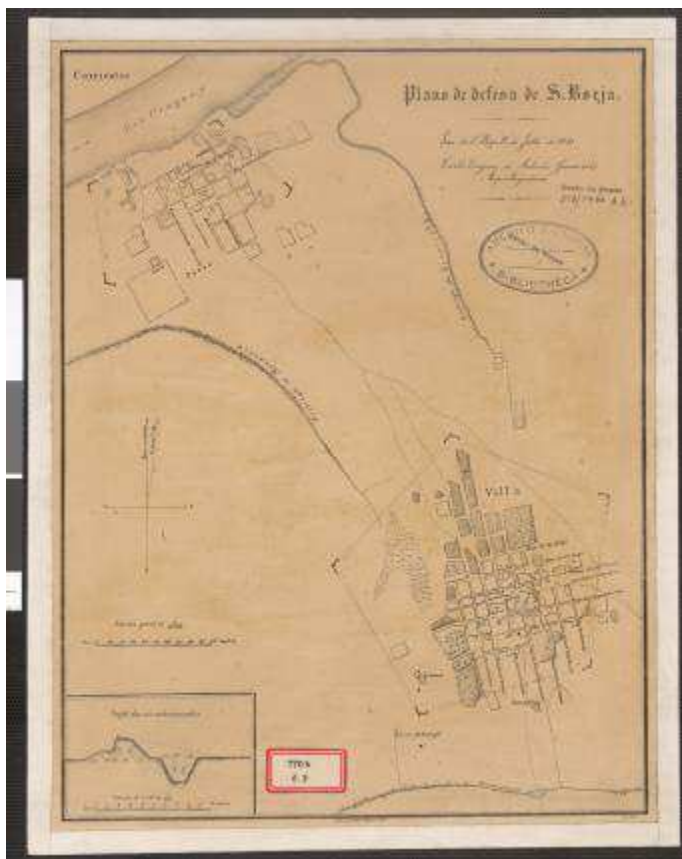
Reconhecimento Rio Uruguai. 1847. Arquivo Nacional. AN.

ANEXO L: MAPA DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO SUL.
ARQUIVO NACIONAL. AN



Mapa da Província de São Pedro do Sul. Arquivo Nacional. AN.

ANEXO M: PLANO DE DEFESA DE SÃO BORJA. ARQUIVO NACIONAL. AN



Plano de Defesa de São Borja. Arquivo Nacional. AN.